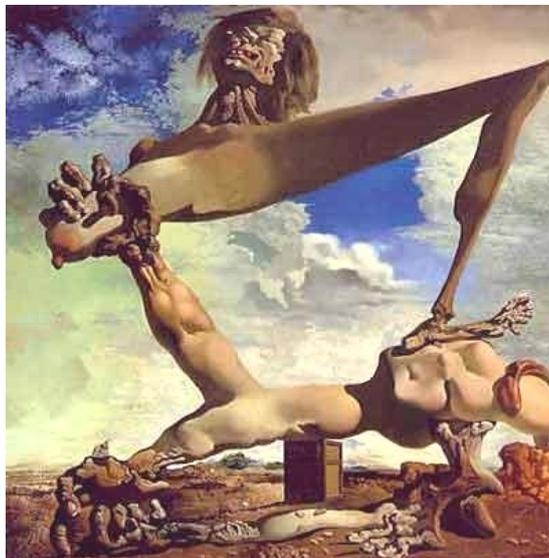


Ernesto Bozzano

Fenômenos Premonitórios

La paramnésie et les rêves prémonitoires
Revue des Etudes Psychiques
1901



Salvador Dalí
Premonição da Guerra Civil Espanhola



Conteúdo resumido

Conforme exposto por Bozzano na Introdução da presente obra, entre os fenômenos metapsíquicos, os premonitórios estão entre aqueles de cuja existência menos se permite duvidar, devido à autenticidade comprovada dos relatos, apesar de desafi-

arem todas as nossas concepções mais audaciosas para chegar à sua explicação.

Nesta obra o autor faz um estudo, através da classificação metódica de 162 casos selecionados, do intrigante fenômeno da *premonição* (previsão, por via supranormal, de acontecimentos futuros) – também denominada *clarividência no futuro*.

Com sua grande experiência nas pesquisas sobre os fenômenos psíquicos, e seguindo rigorosamente a metodologia científica, Bozzano extrai desse estudo importantes conclusões filosóficas, dentre elas a de que o espírito evolui, por um lado, guiado por forças que orientam o seu caminho e, por outro, em função do seu próprio livre-arbítrio, que é proporcional ao seu grau evolutivo.

Introdução

Na linguagem técnica adotada pela Sociedade Inglesa de Pesquisas Psíquicas, o fenômeno “premonitório” recebeu esta simples definição: “Predição supranormal de um acontecimento futuro qualquer”; e esta definição parece feliz e adequada, se considerarmos que, graças à adição oportuna da palavra “supranormal”, todos os casos pseudopremonitórios cuja realização é devida, provavelmente, a um fato de sugestão e de autosugestão, ou a inferências consecutivas a estados anormais de hiperestesia sensorio-psíquica, encontram-se definitivamente eliminados.

Daí decorre que o termo “premonição” encontra-se como sinônimo deste outro: “clarividência no futuro”, empregado pelos antigos magnetólogos, e ambos compreendem todos os casos que, segundo suas modalidades particulares de manifestação, tomam na linguagem comum os nomes de “pressentimento”, “aviso”, “predição”, “adivinhação”, “profecia”.

Com relação ao valor intrínseco do fenômeno em questão, encontro-me de acordo com o Dr. Samona, cujo parecer é de que “entre os fenômenos metapsíquicos, os premonitórios, que todavia desafiam todas as nossas concepções mais audaciosas para chegar à sua explicação, estão entre aqueles de cuja existência menos se permite duvidar, pois há casos verdadeiramente autênticos diante dos quais somos forçados a nos inclinar, apesar da sua ininteligibilidade absoluta”. (*Psiche Misteriosa*, pág. 184.) Tal era justamente a opinião do Dr. Carl du Prel.

Para se chegar à conclusão da freqüência com a qual eles se realizam, basta consultar a história dos povos; aí recolher-se-ão numerosos exemplos, e em todas as épocas. E se queremos recorrer ao critério prático do testemunho humano, constataremos que interrogando um grupo de pessoas pegas ao acaso, é bem difícil que nenhuma delas não tenha um incidente pessoal do gênero para contar; o que não se pode afirmar para a telepatia. De modo que somos levados a concluir que os fenômenos premonitórios tomam lugar entre os mais comuns da casuística metapsíquica.

Eles se dão, na sua grande maioria, durante o sono natural ou provocado; mais raramente em condições de vigília; e mesmo quando isso acontece, é fácil encontrar sempre indícios que permitem reconhecer um estado mais ou menos disfarçado de auto-hipnose leve ou de “ausência psíquica”, no sensitivo.

Com mais freqüência, os fatos que nos ocupam se referem à própria pessoa do sensitivo, menos freqüentemente a de terceiros, e muito mais raramente a acontecimentos políticos, sociais, meteorológicos.

Seus modos de exteriorização são mais variados e compreendem toda a gama da casuística metapsíquica. Na sua forma mais simples, consistem num vago sentimento de ansiedade profunda ou de sombrio presságio, sentimento não motivado e invencível, que leva inconscientemente a pessoa a orientar seu próprio pensamento para o de tal pessoa, ou a esta ordem especial de acontecimentos que constituirão o objeto da premonição. Mais comumente, eles assumem uma forma de visualização alucinatória, tanto espontânea quanto provocada, na qual os quadros de acontecimentos futuros manifestam-se ao sensitivo numa sucessão extremamente fugaz, tanto em agrupamentos plásticos, quanto em ação cinematográfica, às vezes, com a aparência de acontecimentos reais, outras vezes de uma maneira ideográfica e simbólica; em tal caso a verdadeira significação do símbolo não parecerá totalmente desvendada senão após a realização do acontecimento. Não menos freqüentemente eles se apresentam sob forma de audição alucinatória, onde uma voz, reconhecida, às vezes, como interior ou subjetiva, ou revestindo um timbre objetivo, e freqüentemente familiar, efetua uma predição, numa linguagem mais ou menos enigmática, dos acontecimentos futuros. Em outras circunstâncias eles se traduzem num fenômeno fônico com um cunho decididamente objetivo, como, por exemplo, quando batidas, gemidos, ruídos de toda espécie (fiéis em cada um dos casos à sua modalidade de exteriorização) reproduzem-se tradicionalmente numa família para anunciar a morte de um de seus membros. Em todos os casos análogos, as predições da morte de uma pessoa ao seu grupo produzem-se, ao contrário, pela aparição de um fantasma de um defunto, sempre

idêntico. Nota-se ainda um gênero de premonições transmitidas sob forma de impulsão motriz irrefreável, que impulsiona o sensitivo a atos que parecem absurdos porque não motivados, como, por exemplo, voltar sobre seus passos, dar uma corrida, trocar de lugar ou de caminho, escapando dessa maneira de um grave perigo que o ameaçava com seu desconhecimento. Contaremos finalmente um último gênero, muito mais raro, premonições que assumem uma forma divinatória, de maneira que o sensitivo é levado, contra a vontade, a exprimir profecias pelas quais não se sente responsável; nesse caso, a forma orácula que assumem de hábito suas palavras faz pensar nas respostas dos oráculos greco-romanos.

Um dos caracteres especiais dos fenômenos que estudamos é o de se referir, originariamente, aos conhecimentos dolorosos, raramente a incidentes alegres. Esse caráter é bem conhecido, embora alguns o coloquem em dúvida, baseando-se no fato da realização freqüente de premonições insignificantes e banais, com prognóstico nem triste, nem alegre. Todavia, se a existência de tais manifestações coloca em evidência a complexidade perturbadora do problema a resolver, ela não basta, a meu ver, para infirmar o caráter evidente de que falo, tanto mais que essas manifestações insignificantes e banais pareceriam suscetíveis de uma explicação particular. Comentaremos no tempo certo esses aspectos tão atrapalhados e tão sugestivos dos fenômenos premonitórios.

Um outro aspecto do seu caráter, digno de nota, consistiria no fato de que um grande número de sonhos premonitórios visitam por várias vezes, e sempre de maneira idêntica, o sensitivo, seja na mesma noite, seja em outras sucessivas, como se quisesse reiterar nele a impressão sobre aquele que dorme, com o objetivo de torná-la mais durável, o que nunca deixa de se realizar em tais circunstâncias. Entretanto, quando se vê esse fenômeno efetuar-se em numerosos casos, poder-se-ia ao mesmo tempo adiantar que o caráter desses mesmos sonhos consiste numa tendência oposta, a de mostrar uma labilidade ¹ *sui generis*; labilidade que difere, entretanto grandemente da dos sonhos comuns, já que, de um lado, o sonho premonitório é, principalmente, muito mais

vivaz do que o sonho comum, embora o sensitivo conserve dele uma lembrança muito clara ao despertar, unida a um interesse inabitual através desse sonho (o que leva o sensitivo a contá-lo, ou dele tomar nota), mas que, por outro lado, esse mesmo sonho, ainda que lembrado, repetido, comentado, escrito (todas as circunstâncias que deveriam fixá-lo nos centros mnemônicos),² está quase sempre sujeito a uma rápida e total obliteração; este, por sua vez, será efêmero e transitório, pois no momento em que se realizarão os incidentes vistos em sonho, a lembrança do sonho surgirá como um relâmpago no espírito do sensitivo com toda sua vivacidade primeira. Seria fácil, nesses processos, reconstruir analogias com os casos de sugestão pós-hipnótica, todavia a sugestão pós-hipnótica pressupõe um “agente sugestionador”, e seríamos induzidos por isso a supor também nos sonhos premonitórios, caso em que seria inútil pesquisar fiando-se em analogias dessa natureza, que poderão, um dia, facilitar as pesquisas para estabelecer através de que vias cerebrais as premonições se exteriorizam, mas nunca se prestarão para resolver a questão árdua de sua gênese.

Os traços característicos citados, ainda que notáveis, especialmente nos sonhos premonitórios, observam-se mais ou menos em toda a fenomenologia que examinamos, sobretudo na que reveste uma forma alucinatória auditiva, e na qual encontram-se, freqüentemente, casos que se repetem, e outros que apresentam as fases habituais de “labilidade” combinada com a “revivescência”. Excetua-se em cada categoria os casos em que o sensitivo ao invés de desempenhar um papel preponderante ou secundário no acontecimento previsto, serve de instrumento de consulta, como no caso dos “sonâmbulos clarividentes” e de todos os outros gêneros de pitonisas antigas e modernas. Essa forma indireta e provocada de premonições é extremamente interessante, pois concorre para reforçar uma teoria que se apresenta fundamental nessa espécie de manifestações, segundo a qual seria vão pesquisar numa forma unitária a explicação da fenomenologia premonitória, que apontaria, ao contrário, sua origem de causas múltiplas, ora subconscientes, ora exteriores, sempre supranormais.

Um terceiro caráter dos fenômenos premonitórios concerne à “noção do tempo”; essa noção pareceria um elemento impossível de traduzir em nossos termos humanos, do “plano supranormal” ao plano “mental”; por conseguinte, as datas dos fenômenos premonitórios perduram quase sempre imprecisas, e o vidente no sonambulismo, ou um outro em seu lugar, julga aproximadamente o tempo de diferentes maneiras, mas com mais freqüência, de acordo com a distância na qual se apresenta na sua visão interior o quadro dos acontecimentos futuros; se é muito próximo, ele concluirá que o acontecimento deve se produzir em breve, e nesse caso o hábito poderá permitir-lhe precisar até o dia e a hora; se, ao contrário, a visão é mais ou menos distante, apenas chegará a designar a semana, o mês, o ano em que deverá efetuar-se a profecia. Esta regra, entretanto, comporta numerosas exceções, por exemplo, quando o sensitivo visualiza uma data, e não outra coisa, que se pensará ser a data de sua própria morte, ou da morte de um familiar ou de um outro acontecimento memorável que se refere a ele ou ao seu consulente. De outras vezes o vidente se surpreenderá a confundir as coisas do passado com as coisas do futuro; quer dizer que entre os acontecimentos que ele atribui à existência de seu consulente encontrará algo que este último apontará como nunca lhe tendo acontecido e que, todavia, realizar-se-á em todos os menores detalhes numa época mais ou menos recuada. Como se vê, os modos de exteriorização dos fenômenos premonitórios são tão atrapalhados e tão complexos, que parecem contraditórios; e entretanto tudo concorre para provar que essa confusão depende do fato apontado mais acima: que esses fenômenos, ainda que pareçam ter uma origem comum, devem-se, em realidade, a causas múltiplas.

Observarei ainda uma quarta particularidade comum a um grande número de manifestações premonitórias, que consiste nisto: o sensitivo percebe ou registra, inteiramente ou em parte, os dados secundários que se referem a um acontecimento futuro e não percebe ou não registra os dados essenciais, de modo que ele se mantém sobre o acontecimento que o aguarda, prontamente instruído para entretê-lo, mas não para penetrá-lo, razão pela qual não chega a evitá-lo. Esta particularidade reveste uma

importância teórica muito grande, como demonstraremos a seu tempo.

Sobre a base do que foi exposto até aqui, vejo elevar-se uma consideração à qual darei uma forma interrogativa: “Levando em consideração alguns dos traços característicos enumerados mais acima, não seria absolutamente lícito adiantar que ao menos para uma parte dos fenômenos premonitórios, um elemento intencional se manifesta com evidência? E isso sem prejudicar a questão tão árdua da gênese, subconsciente ou exterior, dessa intencionalidade?” A Sra. Sidgwick e outros psiquistas não consideram esta hipótese como suficientemente fundamentada, porque distingue-se nessa ordem fenômenos de numerosos episódios que, ainda que formando exemplos típicos de clarividência no futuro, consistem todavia na realização (às vezes maravilhosamente complexa) de pequenos fatos insignificantes e inúteis até o ponto em que não se pode compreender a razão de sua realização, estas circunstâncias tenderiam muito mais a apoiar a hipótese de que os fenômenos premonitórios emergem e se tornam conscientes pela força de um cego automatismo subconsciente desprovido de um objetivo qualquer...

Foi partindo desse raciocínio que a Sra. Sidgwick concluiu nestes termos:

“Não temos razões suficientes para supor que as premonições, se elas existem, consistem numa espécie de minúsculo milagre privado, tendo como objetivo ajudar-nos nos incidentes da nossa vida, espirituais ou temporais. Devemos considerá-los, ao contrário, como manifestações especiais de uma lei até o presente ignorada, ou então imperfeitamente conhecida.” (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, vol. V, pág. 344.)

Prudentes e sábias reservas. Mas desde a época em que a Sra. Sidgwick as formulava (1888), o material bruto dos fatos continuou a se acumular e as pesquisas sobre este último multiplicaram-se; parece portanto que hoje seja permitido aventurar-se em alguma afirmação mais explícita.

Observarei, por outro lado, que a existência de episódios insignificantes e aparentemente vazios de objetivo não pode e não deve fazer esquecer uma multidão de outros casos em que a intencionalidade, e freqüentemente a utilidade, sobressaem com evidência e certeza; e como os fatos são os fatos e nada pode anulá-los, é preciso concluir que a intencionalidade e a utilidade são manifestas e provadas num certo número dentre eles; enfim, como esses últimos não representam a minoria, mas bem a maioria dos fenômenos premonitórios, segue-se que os casos vazios de objetivo deveriam ser considerados muito mais como exceções à regra (e resta ver se eles constituem exceções efetivas ou aparentes), das quais seria necessário estudar as causas, a fim de estabelecer possivelmente as relações que as religariam às outras, e tentar conciliá-las entre si.

Uma última observação: a análise que precede não seria completa se não terminasse por uma alusão à falsidade de muitas manifestações premonitórias, podendo revestir, indiferentemente, uma forma direta e espontânea, ou indireta e provocada. Sobretudo nos sonâmbulos clarividentes, ou nas pitonisas que profetizam (supondo, é claro, que uns e outras estejam de posse de poderes supranormais autênticos), acontecerá com freqüência que uma mesma pessoa, na mesma sessão, tenha a visão subjetiva de acontecimentos futuros que se realizarão nas menores minúcias com uma maravilhosa exatidão, e pouco a pouco descreve, com uma eficácia idêntica de linguagem, as visões cujo caráter completamente espectral aparecerá mais tarde; e tudo isso sem que seja possível, segundo seus modos de exteriorização, discernir as alucinações verídicas das errôneas.

O célebre sonâmbulo Alexis Didier, interrogado a esse respeito pelo Dr. Marcillet enquanto se encontrava em condição de lucidez sonambúlica, explicava as causas disso, através das seguintes palavras:

“Embora exausto pelas preocupações da véspera, o sistema nervoso do sonâmbulo conserva em si – por assim dizer – as tonalidades vibratórias e febris a todas as emoções que o agitaram; e os dissabores de sua vida adiantam-se, como pássaros de mau agouro, para estender a sombra negra de suas asas nas suas

visões e impedi-lo de se manifestar com toda sua exatidão sua própria lucidez. Além do mais, se o estado de semi-enfermidade que o distingue, enfraquecendo os órgãos de seu corpo, predis põe-no à vidência, por outro lado engendra condições que, ao invés de ampliar a visão inferior da alma sobre o domínio invisível do tempo e do espaço, despertam, ao contrário, a corte ilusória dos sonhos... Os consulentes se comportam, às vezes, a meu ver, com uma zombaria irritante para meus nervos, a tal ponto, que tudo dança e vacila diante dos meus olhos e nada me é possível apreender distintamente. Outros, ao contrário, dão prova de boa vontade junto a uma confiança entusiasta, mas seus desejos são bastante ardentes para perturbar minha visão, diante da qual passam, com uma rapidez fulminante, aparições de formas imperceptíveis. Muito freqüentemente, o desejo de obter respostas conforme às suas aspirações é de tal maneira excessiva, que me influenciam, me impressionam, e o que vejo, então, é apenas uma transmissão de sensações e de pensamentos. Enfim, muitas vezes o sonâmbulo está maldisposto porque está em relação com naturezas pouco simpáticas, ou porque se encontra num meio de cépticos preocupados em não se deixarem convencer; nesse caso, os fenômenos de lucidez não podem se realizar... Observei, freqüentemente, que uma única junção de um espectador benevolente bastaria para reavivar na minha alma uma atividade extraordinária, conferindo-lhe a força de superar obstáculos que a faziam permanecer inerte. O sucesso das minhas sessões era devido, freqüentemente, à presença de uma mulher ou de um homem cujo fluido penetrava-me, irradiando uma luminosidade muito suave, que me iluminava subitamente como por milagre, dotando minha lucidez de uma extensão sobre-humana..." (*Le Sommeil Magnétique Expliqué par le Somnambule Alexis Didier en État de Lucidité*, pág. 27, Paris, Dentu Editor, 1856.)

É assim que Alexis Didier explicava os erros freqüentes de sua extraordinária lucidez. E é mais do que provável que as faltas dos sonâmbulos clarividentes provêm, efetivamente, de interferências dessa natureza; assim também para com os erros de numerosas manifestações premonitórias de forma direta e espon-

tânea. Emoções e preocupações da véspera, condições de saúde e de ambiência, desejos mal reprimidos, aspirações secretas, esperanças, ansiedades e assim por diante: eis as causas que, nos sensitivos, escancarariam as portas às invasões psico-sensoriais que provêm da “camada onírica” da subconsciência.

* * *

Resta a considerar as principais hipóteses conhecidas até o presente para penetrar o mistério das manifestações premonitórias – o que farei, resumidamente, de maneira a permitir ao leitor orientar-se através da classificação dos casos, e de se pronunciar sobre a maior ou menor validade de alguns dos comentários dos quais faço acompanhar esses casos, tanto em favor de uma, quanto em favor de outra dessas hipóteses, com a intenção de preparar o terreno para a síntese final.

Para começar, falarei da antiga e muito freqüentemente citada concepção filosófica do Universo, para a qual o passado e o futuro constituiriam um eterno presente, que se segmentariam para nós, em virtude de um estado especial de nossa consciência, dando lugar à criação ilusória do tempo. Esta concepção metafísica, ainda que à primeira vista atraindo e seduzindo o pensador, não resiste a uma análise ponderada, se levamos em conta sua inconcebibilidade absoluta combinada com o amontoado de elementos antitéticos que a compõem.

Limitar-me-ei, portanto, a expô-la, com a ajuda das palavras eficazes de Myers, acrescentando que numa outra parte de sua obra ele não hesita em declará-la inconcebível. Eis suas palavras:

“As premonições em questão pouco ultrapassam a duração da vida individual dos sensitivos; limitemo-nos, portanto, a esta curta medida e imaginemos por um momento que a totalidade de uma existência terrestre mostra-se, na realidade, apenas um fenômeno absolutamente instantâneo, se bem que infinitamente complexo. Imaginemos ainda que o *eu transcendental* discerne com uma igual facilidade e instantaneidade cada elemento desse fenômeno, enquanto que o *eu empírico* recebe cada elemento através de um meio que determina fases de atraso variadas, da mesma forma que percebo primeiramente a claridade do relâm-

pago, depois o ronco do trovão. Nesse caso, os 70 anos de vida colocados entre a percepção do meu nascimento e o da minha morte não poderiam me ser desvendados com a rapidez dos sete segundos colocados entre a visão do relâmpago e a audição do trovão? E não poderiam existir na consciência condições de intercomunicação em virtude das quais o *eu mais vasto* participaria ao *eu mais reduzido*, ou então o *eu interior* ao *eu exterior*, um aviso como este: “Percebi a luz de um acontecimento que o espera a tal hora; prepare-se para o ronco do trovão”?” (Myers, *Human Personality*, vol. II., pág. 273.)

Assim é a explicação feliz e pitoresca de Myers; mas não se pode deixar de observar que, “se na realidade, a vida consistisse num fenômeno absolutamente instantâneo”, chegar-se-ia a isto: que a coexistência, no *mundo físico*, da totalidade dos atos de cada indivíduo em particular, não podendo ser separada da existência correspondente a todos os estados de consciência, referindo-se a cada um desses atos, resultaria que o *eu transcendental*, de qualquer criança nos seus cueiros, passaria, instantaneamente, através de todos os *estados de consciência* que correspondem a todas as fases de sua vida! Nesse caso, como conceber a luta pela existência? O progresso humano? A responsabilidade moral e o aperfeiçoamento espiritual do indivíduo, frutos penosamente recolhidos da árvore da experiência humana, conquistada, ela também, ao preço de tantas dores? E depois, como conceber um grupo de acontecimentos *absolutamente instantâneos*, que, ao mesmo tempo, *atrasam*? O primeiro dado contradiz o segundo: um abole o tempo, o outro o subentende. É sério, é útil basear-se em especulações desse gênero? É melhor não ultrapassar os limites da indução fundamentada nos fatos, renunciando aos arrebatamentos vertiginosos da metafísica pura, com a ajuda da qual nenhuma obra de ciência jamais se edifica, porque o *impensável* não pode fornecer a explicação de nada, mas somente alguma vaga ilusão de explicação. No nosso caso, nem Tempo nem Espaço podem ser suprimidos, e se existe um *Além*, devemos conceber a outra vida *como um estado em que deixarão de existir não o Tempo, mas apenas a noção do Tempo; não o Espaço, mas apenas o sentido do Espaço*. Ver-se-á, pela

seqüência, que existem fatos capazes de excluir inexoravelmente esta hipótese do número daquelas aplicáveis aos fenômenos premonitórios. (Ver comentários do caso 110.)

Esta mesma hipótese só pode se tornar concebível na condição de ser corrigida radicalmente, como a apresenta o Prof. Oliver Lodge neste parágrafo:

“Limitar-me-ei a observar, de uma maneira geral, que a vaga hipótese de uma *Anima mundi*,³ de uma Inteligência imanente, da qual a humanidade inteira seria apenas um microscópico fragmento, assim como o *eu consciente* é considerado por alguns como um puro fragmento de um *eu mais vasto*; de uma Inteligência infinita, para a qual o Espaço e o Tempo não constituíriam as intransponíveis barreiras que nos parecem; de uma Inteligência *através da qual o passado, o presente e o futuro não seriam, na realidade, um todo, mas seriam perceptíveis à vontade, ora como simultaneidade, ora como consecutibilidade*, e a qual nenhuma translação seria necessária para passar de um lugar a outro, devo convir que uma vaga hipótese dessa natureza – que é, aliás, uma noção familiar aos filósofos – impõe-se freqüentemente à minha visão mental quando me detenho sobre os problemas desse grande e maravilhoso universo.” (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. XVII, págs. 54 e 55.)

Como se vê neste belo parágrafo de Lodge, a hipótese em questão apresenta-se radicalmente modificada, pois não se trata mais de coexistência do passado e do futuro no presente, mas sim de uma inteligência infinita capaz de concebê-los, indiferentemente, como coexistência ou como consecutibilidade; e isso pode ser concebível tanto filosoficamente quanto cientificamente.

Com efeito, o grande Laplace já havia expressado nesses termos um conceito análogo:

“Uma inteligência que conhecesse todas as forças das quais a natureza é animada e a situação respectiva dos seres que a compõem; se entretanto ela fosse bastante vasta para submeter esses dados à análise, abarcaria na mesma fórmula os movimentos dos maiores corpos do Universo e os do mais ligeiro átomo; *nada*

seria incerto para ela e o tanto futuro como o passado seriam, aos seus olhos, presente...” (Laplace, *Essai Analytique sur les Probabilités*, 1814, pág. 3.)

Apesar de tudo, as considerações de Lodge e de Laplace não servem para explicar os fenômenos premonitórios, pois finalmente, seus autores devem conferir os poderes infinitos dos quais falam a uma inteligência igualmente infinita, o que quer dizer, a Deus.

Decorre daí que, para adotar essas considerações ao assunto do qual nos ocupamos, seria necessário atribuir à “consciência subliminal” os poderes conferidos à onisciência divina, e isso, num sentido literal, pareceria antifilosófico e absurdo. Todavia, poder-se-ia admiti-la em certos limites, no caso em que consideraríamos a alma como uma emanção divina e considerando tantas outras faculdades supranormais cuja subconsciência se mostra efetivamente dotada. Poderíamos, portanto, legitimamente, atribuir a esta uma capacidade muito grande de *extensão supranormal* das faculdades de inferência *normalmente* possuídas pela inteligência humana; não suficientemente grande, entretanto, para poder explicar toda a fenomenologia premonitória, se não se quiser atribuir às faculdades subscientes a onisciência divina. É preciso, todavia, levar em consideração essa *terceira* hipótese.

Se se quisesse explicar a maior parte, sem colocar de lado os poderes da subconsciência, seria necessário recorrer a duas outras hipóteses complementares, das quais uma, que chamaremos de a *quarta*, velha como a humanidade, se apresenta irresistivelmente ao pensamento quando se pega a estudar a significação de certas profecias; quero falar da hipótese de uma *fatalidade* que domina os destinos humanos, para a qual os acontecimentos principais de toda a existência singular seriam preordenados e existiriam de certa maneira registrados num ambiente “metaetérico” acessível às faculdades subscientes (o *inconsciente universal* de Hartmann, *plano astral* dos teósofos); nesse caso, o sensitivo os distinguiria por um fenômeno de “pôr-se em relação” combinado ao da clarividência telepática; o que os tornaria

inteligíveis, sem que se seja obrigado a conferir a onisciência divina à subconsciência humana.

Todavia, a existência de uma fatalidade implicaria na negação do livre-arbítrio, diminuindo o homem às proporções de um autômato irresponsável. Não é o momento de examinar até que ponto os fatos autorizam a concluir em favor da fatalidade e até que ponto o fatalismo é inconciliável com a liberdade humana. Contentar-me-ia aqui, para não desviar do meu tema, em dizer que para remediar a essa objeção contra o fatalismo, recorreremos a outra hipótese, a *quinta*, também velha como a humanidade, segundo a qual a existência terrestre representaria apenas uma anel de uma corrente indefinida de “vidas sucessivas”; nesse caso, o “espírito”, no momento de reencarnar-se, estabeleceria, ele próprio, com antecedência – num objetivo de expiação, de prova, de aperfeiçoamento espiritual – os acontecimentos principais aos quais deveria estar submetido na nova existência encarnada; acontecimentos que se apagariam de sua memória fisiológica, com a entrada na vida, mas que permaneceriam gravados na sua subconsciência, de onde emergiriam a seu tempo e se realizariam por força de um procedimento análogo àquele pelo qual exteriorizaram-se as sugestões pós-hipnóticas. Admitindo isso, compreender-se-ia que o vidente tenha, às vezes, a possibilidade de encontrá-los telepaticamente nos recônditos de sua própria subconsciência ou na de outrem; ao mesmo tempo, os mesmos acontecimentos que apareciam antes como obra de uma fatalidade cega se transformariam em atos livremente desejados.

E se não quisermos chegar até à teoria reencarnacionista, conviria pelo menos supor uma “existência espiritual pré-natal”, dando lugar a uma *sexta* hipótese, na qual Myers pensava talvez, ditando as seguintes considerações:

“No caso relatado, o curso da nossa vida seria comparável à experiência de um indivíduo hipnótico que executa, involuntariamente, no período da véspera o ato que lhe foi sugerido na hipnose. Deveremos então nos perguntar se, por acaso, não houve, na nossa própria história, uma época em que se efetuou em nós uma auto-sugestão capaz de dominar de uma maneira análoga nossa carreira terrestre. Ora, se podemos afirmar que

sendo nosso organismo complexo o coroamento final de uma longa evolução histórica, restrita aos limites reduzidos das nossas supostas ações voluntárias, poderíamos crer com uma igual verossimilhança que se existisse uma alma independente do corpo, esta, na sua qualidade de resultado de uma longa evolução histórica (pois uma entidade tão altamente especializada como a alma humana *deve ter tido* uma precedente evolução histórica) apenas poderia exercer, a seu turno, senão uma influência determinante, mais profunda ainda do que a orgânica, sobre os pensamentos e as ações da existência encarnada. Em suma, poderia se dar que haja uma espécie de “personalidade alternante”, que se manifestaria primeiro em condições de incorporeidade, e depois, de corporeidade; de maneira que a primeira seria a mais profunda e permanente, e que as sugestões originadas nela influenciariam a segunda, embora a consciência empírica que governa a existência encarnada não tenha vindo ao conhecimento. Esta condição não é nova para as religiões e para as filosofias orientais e ocidentais; há muito tempo foi lançada a idéia de que nossa existência terrestre deve ser a resultante inevitável de nossa eternidade passada; uma espécie de peregrinação predestinada que a alma real contemplaria, com uma calma inalterável, porque nenhuma das efêmeras dores terrestres poderia encontrá-la recalcitrante, ou surpreendê-la sem preparação. A alma preexistente e presciente, uma vez ligada indissolavelmente a um corpo – predeterminado, de uma certa forma, através de uma longa evolução histórica – ambos procederiam de acordo com o que pudessem; mas ao mesmo tempo o problema da liberdade e da necessidade deixaria de se mostrar resolúvel, segundo a experiência terrestre, e pertenceria às sublimes regiões pré-natais onde estariam encerrados os segredos do mundo transcendental.” (Myers, *Human Personality*, vol. II, págs. 271 e 272.)

Assim fala Myers; que não somente o problema da liberdade e da necessidade parece inevitável, segundo a experiência terrestre, mas ainda as hipóteses *supranormais* das “vidas sucessivas” ou da “existência pré-natal” não chegariam também a eliminar inteiramente a idéia fatalista, tal como ela emerge da análise dos fenômenos premonitórios, se se leva em conta a existência de

certas profecias que ultrapassavam em boa medida os limites de cada existência singular e se estenderiam até os destinos dos povos. Mas nós abordaremos esta questão a seu tempo.

Para retornar às dificuldades que surgem sobre o tema das premonições, devo tocar nesta outra: nem a hipótese *reencarnacionista* ou *pré-natal* nem a *fatalista* conseguiriam explicar os casos de uma ordem insignificante ou banal, pois não parece que esses possam ter sido preordenados, num objetivo de aperfeiçoamento moral do espírito, no momento de encarnar-se ou de se reencarnar; e devem ser considerados tanto menos como efeito de uma fatalidade inexorável, já que resultam de uma futilidade e uma inutilidade completas, moralmente, como materialmente. Para evitar esta nova dificuldade, vemos aparecer uma *sétima* hipótese, que parece também a única fundada sobre dados indiscutíveis, e consistiria nisso: que as premonições da ordem indicada deveriam ser consideradas como manifestações particulares, cuja responsabilidade competiria às personalidades subconscientes ou exteriores (não me pronuncio, que se note bem, sobre a verdadeira essência dessas personalidades), que primeiramente transmitiriam telepaticamente ao sensitivo, sob forma de visão onírica ou de outra forma, uma dada situação futura, na qual ele ou outros deveriam se encontrar, e utilizar em seguida para provocar sua realização, em virtude de uma sugestão exercida telepaticamente sobre o sensitivo ou os outros interessados; e isso com o fim de impressionar as almas (é o que afirmam as personalidades em questão), de sacudir o cepticismo dos homens, de infundir neles a idéia de um mistério na vida, levando-os a meditar na possibilidade da existência de uma alma sobrevivente à morte do corpo. Ao mesmo tempo, sua ação seria quase limitada aos fatos insignificantes, pois não lhes seria possível, salvo circunstâncias especiais, sugerir telepaticamente, ou determinar de uma outra maneira qualquer, os homens a executar ações de alguma importância.

Por mais audacioso que possa parecer, de um lado, o fato de recorrer a semelhante hipótese, e por mais raros que sejam os casos premonitórios de onde pode surgir a prova de uma maneira evidente, por outro lado existem fatos que provam que as perso-

nalidades mediúnicas (subconscientes ou exteriores, pouco importa) chegam, em certas circunstâncias, a influir efetivamente no curso das ações humanas; é claro, não de uma maneira normal e geral, mas apenas nos casos em que podem dispor de sensitivos suscetíveis de ser submetidos às influências telepáticas ou mediúnicas; e alguns episódios, que fazendo parte das sessões com a Sra. Piper e outros médiuns, testemunham, também, sobre o que adiante, como o demonstraremos quando chegar o momento.

O próprio professor Oliver Lodge, a respeito de um episódio das experiências da Sra. Verrall, concluiu, pela análise dos fatos, que nos casos de natureza semelhante, a inteligência subconsciente ou exterior que transmite a mensagem premonitória deve ser o agente que provoca a realização mediando uma sugestão telepática exercida sobre as pessoas interessadas. (Lodge, *The Survival of Man*, pág. 160.)

Da hipótese exposta decorre uma outra, que chamaremos de *oitava* e última, e que se refere aos episódios que assumem um objetivo e uma importância reais. Consiste em supor que os acontecimentos futuros, devidos a causas acidentais imprevisíveis, não seriam nem preordenados, nem suscetíveis de ser percebidos pelas faculdades subconscientes, mas se tornariam acessíveis unicamente às entidades espirituais elevadas, às quais seria dado deduzi-los do presente e que transmitiriam algumas vezes telepaticamente aos vivos, servindo-se para isso de “espíritos” recentemente desencarnados e ligados afetivamente aos sensitivos ou aos consulentes. Esta hipótese é sugerida pelos modos de exteriorização de alguns dentre os melhores episódios, mas não se prestaria para explicar outros incidentes; mas isto não é uma razão suficiente para excluí-la do número das hipóteses legítimas; de maneira que poderia ser acolhida, na condição de compará-la pela precedente, que supõe a intervenção *direta* de entidades subconscientes ou exteriores na realização de mensagens premonitórias de ordem insignificante, porém imprevisíveis, sem esquecer a que atribui às faculdades inconscientes a capacidade de inferir ou de perceber a seu turno um grupo limitado de acontecimentos futuros. Myers sintetiza nestes termos suas próprias idéias sobre o argumento:

“Se existe um mundo transcendental, deve existir também uma visualização do passado e do futuro de extensão muito maior que a empírica; e nós mesmos deveremos participar desta forma de visualização em certos limites, seja diretamente, na nossa qualidade de residentes, desde agora, do mundo transcendental, ou indiretamente, *recebendo intuições ou mensagens de entidades espirituais liberadas de um organismo que amesquinha a atividade do espírito...* Entretanto, é muito difícil estabelecer de que maneira participamos disso, e as dificuldades que se apresentam são as mesmas que surgem todas as vezes que tentamos distinguir a atividade do espírito, ou do autômato, da que podemos supor em outros espíritos “encarnados ou desencarnados”, ou, talvez também, de uma *Anima mundi* ou de outras inteligências finitas, mas isentas de qualquer personificação antropomórfica... Creio que a Continuidade do Universo é completa e que por lá a hierarquia das inteligências que se interpõem entre nosso espírito e uma *Anima mundi* é infinita.” (Myers, *Human Personality*, vol. II, pp. 263-265.)

* * *

Tais são as principais hipóteses até hoje propostas para a explicação dos fatos premonitórios; sua análise faz realçar de maneira peremptória a justeza da observação de Dale Owen: que em metafísica a experiência ensina como os fenômenos aparentemente idênticos têm freqüentemente sua origem em causas múltiplas. Com efeito, pelas modalidades com as quais eles se exteriorizam, tudo concorre para provar que os fenômenos premonitórios têm como origem causas diversas e que há igualmente entre eles grupos de casos não premonitórios, no verdadeiro sentido da palavra, embora uns e outros constituam um conjunto homogêneo de fatos que poder-se-ia, de um certo ponto de vista, separar uns dos outros, pois parecem encadear-se e completar-se mutuamente: circunstância que confere unidade à fenomenologia. Constataríamos, portanto, que as hipóteses enumeradas mais acima (excluindo a primeira, porque impensável e contradita pelos fatos, e contando com as hipóteses “reencarnacionista” e “pré-natal” como uma única) formam um todo solidário e harmônico, que se diria destinado a triunfar ou a falir

integralmente, visto que nenhuma das hipóteses em questão poderia, sozinha, explicar a complexidade dos fatos; que a exclusão de uma qualquer dentre elas comprometeria a estabilidade da série inteira e que não se chegaria a resolver de maneira satisfatória todas as mais árduas perplexidades teóricas, senão na condição de guardá-las todas presentes e utilizá-las todas alternadamente.

Não é aqui o caso de insistir ainda nesse assunto, já que reservo-me para aí retornar quando minha classificação estiver terminada. Exorto, todavia, aqueles dentre meus leitores, aos quais algumas de minhas considerações podem parecer gratuitas ou muito audaciosas, para suspender até então seu julgamento.

* * *

E agora, algumas palavras de esclarecimento a propósito dos critérios que me guiaram na presente obra.

Não existe, que eu saiba, outras classificações desse gênero, a não ser a da Sra. Sidgwick (*Proceedings*, vol. V), e de Myers (*Proceedings*, vol. XI), a primeira constituída de uns 40 casos, a segunda de mais ou menos 70. E como encerram casos melhor estudados e os mais autênticos que se conhece, tive que recorrer forçosamente a elas com freqüência, para reafirmar as bases científicas de minha classificação, que conterà, entretanto, na grande maioria, casos novos e igualmente bem demonstrados.

A fim de apresentar teoricamente os fatos sob um novo aspecto, adotava um método de classificação que me é próprio e radicalmente oposto aos escolhidos pela Sra. Sidgwick e por Myers; a *primeira* tendo classificado os fatos segundo sua modalidade subjetiva de exteriorização; a *segunda* conforme o encaideamento ascensional dos fatos segundo sua importância teórica; e o *abaixo-assinado*, classificando-os do ponto de vista de sua significação objetiva como fatos; dessa maneira, os pesquisadores terão a possibilidade de estudar os fenômenos premonitórios considerando-os sob três aspectos diversos; e isto os ajudará enormemente na descoberta das causas presumíveis dos fenômenos dos quais nos ocupamos.

O amontoado de material recolhido foi tal, que fui obrigado a fazer seleções repetidas, com o único objetivo de reduzir minha obra a proporções publicáveis. Os casos acumulados atingiam a cifra de um milhão, e os reduzi à força a 160, embora esse número seja ainda elevado demais para uma monografia.

Tive o cuidado, na minha classificação, de excluir um grande número de episódios que, sob uma aparência de ordem premonitória e achando-se considerados como tais pelos outros, eram, ao contrário, com mais verossimilhança elucidáveis através do recurso de outras hipóteses; é o que aconteceu em muitos casos de autopremonições de doenças ou de morte (auto-sugestão presumível); ou quando um sensitivo tem a percepção antecipada da chegada de uma pessoa (telepatia), ou a chegada de uma carta (telepatia ou criptestesia); ou quando ele tem em sonho a percepção exata do lugar onde encontrará um objeto perdido, ou uma planta rara, ou um inseto, procurados em vão (hipermnésia, criptestesia, criptomnésia); ou quando tem em sonho a visualização de uma localidade desconhecida que ele visitará efetivamente no dia seguinte (lucidez, paramnésia).

Não quer dizer que cada uma das categorias supraditas podem encerrar episódios assinalados por particularidades que as tornam autenticamente premonitórios, e chegarei a assinalar um bom número na categoria complexa e importante das autopremonições de doenças e de morte; porém não terei nada ou quase nada a observar para as outras. Está, portanto, entendido que, salvo circunstâncias especiais, essas categorias particulares de fenômenos não devem ser consideradas como de ordem premonitória. Termino, afinal, reproduzindo para maior clareza, o esquema de classificação escolhido.

Primeira categoria	Autopremonições de doença ou de morte
Subgrupo A	Autopremonições de doença.
Subgrupo B	Autopremonições de morte a curto prazo, e em que a morte se deve a causas naturais.

Subgrupo C	Autopremonições de morte a longo prazo, e em que a morte se deve a causas naturais.
Subgrupo D	Autopremonições de morte, e em que a morte se deve a causas acidentais.
Segunda categoria	Premonições de doenças ou de mortes que se referem a terceiros
Subgrupo E	Premonições de doenças de terceiros.
Subgrupo F	Premonições da morte de terceiros a curto prazo, e em que a morte se deve a causas naturais.
Subgrupo G	Premonições da morte de terceiros a longo prazo, e em que a morte se deve a causas naturais.
Subgrupo H	Premonições da morte de terceiros a curto prazo, e em que a morte se deve a causas acidentais.
Subgrupo I	Premonições da morte de terceiros a longo prazo, e em que a morte se deve a causas acidentais.
Subgrupo J	Premonições de morte produzindo-se tradicionalmente numa mesma família.
Terceira categoria	Premonições de acontecimentos diversos
Subgrupo K	Premonições de acontecimentos importantes que não implicam em morte.
Subgrupo L	Premonições de incidentes insignificantes e praticamente inúteis.

Subgrupo M	Premonições meteorológicas e sísmicas.
Subgrupo N	Premonições que salvam.
Subgrupo O	Premonições que determinam o acidente possível.

PRIMEIRA CATEGORIA

Autopremonições de doença ou de morte

SUBGRUPO A

Autopremonições de doença (Caso 1)

Caso 1

Seria difícil, nessa primeira subdivisão, encontrar um só caso cujos detalhes não pudessem ser explicados por um fenômeno de auto-sugestão; limitar-me-ei, portanto, a relatar um exemplo único, que, embora escolhido entre os mais característicos, não escapa desse defeito comum.

Extraio-o – resumindo-o em parte – da obra do Dr. Alphonse Teste: *Manuel Pratique du Magnétisme Animal* (pág. 140).

Sexta-feira, 8 de maio, o Dr. Teste mergulhou a Sra. Hortense M. num estado de sonambulismo, na presença do seu marido. Logo que foi adormecida, ela anunciou:

– Estou grávida de 15 dias, não levarei a gravidez até o fim e ressinto um desgosto pungente. Na próxima terça-feira (12 de maio) *terei medo de uma coisa qualquer*, levarei uma queda, e como resultado, um falso parto.

– Do que terá medo, então, senhora? – perguntei-lhe com uma expressão de interesse que estava longe de ser simulada.

– Não sei de nada, senhor.

– Mas onde isso vai acontecer-lhe? Onde cairá?

– Não posso dizê-lo; não sei de nada.

– Não há nenhum meio de evitar tudo isso?

– Nenhum.

– Se, entretanto, nós não a deixarmos?

– Isso não servirá de nada.

– Só Deus poderia, portanto, prevenir o acidente que temem.

– Só Deus, mas ele não o fará, e estou profundamente aflita.

– E ficará muito doente?

– Sim, durante três dias.

– Sabe com certeza o que experimentará?

– Sem dúvida, e vou dizer-lhe: Terça-feira, às três e meia, logo depois de ter estado assustada, terei uma fraqueza que durará oito minutos; depois dessa fraqueza terei uma dor nos rins muito violenta que durará o resto do dia e se prolongará por toda a noite. Na quarta-feira pela manhã começarei a perder sangue; essa perda aumentará com rapidez e se tornará abundante. Todavia, não será necessário inquietar-se, pois ela não me causará a morte. Na manhã de quinta-feira estarei bem melhor, poderei até deixar meu leito durante quase todo o dia; mas à tarde, às cinco e meia, terei uma nova perda que será seguida de delírio. A noite de quinta-feira até a sexta-feira será boa, mas na noite de sexta-feira perderei a razão.

A Sra. Hortense não falava mais; e sem acreditar explicitamente no que ela nos dizia, ficamos tão chocados, que não pensávamos mais em interrogá-la. Entretanto, M., vivamente emocionado com a narrativa de sua mulher, e sobretudo com suas últimas palavras, perguntou-lhe com uma indescritível ansiedade se ela ficaria muito tempo demente.

– Três dias. – ela responde com uma calma perfeita. Depois acrescentou com uma doçura cheia de graça: – Vai, não se preocupe, Alfredo, não ficarei louca e não morrerei; sofrerei, eis tudo.

Ao despertar, como sempre, a Sra. Hortense esquecera-se de tudo e o Dr. Teste, no interesse da paciente e da ciência, recomendou ao marido guardar segredo absoluto sobre o incidente. Ao mesmo tempo, tomou nota de tudo e submeteu suas anotações ao Dr. Amédée Latour. Chegada a terça-feira, foi à casa do casal M., encontrando-o à mesa, e observou que a Sra. Hortense estava em perfeita saúde e excelente humor. Finda a refeição, tendo obtido a permissão para mergulhar a Sra. Hortense em sonambulismo, perguntou:

– Como vai, senhora?

– Muito bem, senhor; mas não por muito tempo.

– Como assim?

A Sra. Hortense repetiu, então, sua frase sacramental da sexta-feira, a saber: *Entre duas e quatro horas terei medo de qualquer coisa, levarei uma queda, que resultará numa perda abundante, etc.*

– Mas, afinal, qual o objeto que lhe dará medo?

– Não sei de nada.

– Então, senhora, se isso que a senhora diz se realizar, é preciso admitir uma fatalidade nos incidentes que lhes acontecem.

– Sim, senhor; como na maioria dos que acontecem com todos os homens.

– E não há nenhum meio de se subtrair a essa fatalidade?

– Nenhum.

– Esta tarde, senhora, estarei à altura de contradizê-la.

– Esta tarde, senhor, o senhor estará muito inquieto com a minha saúde, pois ficarei muito doente.

Nesse momento, o Dr. Teste despertou a Sra. Hortense, que não se lembrou de nada. De acordo com o marido, tomaram-se todas as precauções imagináveis para evitar o menor incidente fortuito; e quando a hora indicada se aproximou, fecharam hermeticamente os postigos, com medo de que um acidente na rua, ou na casa em frente, determinasse a realização da profecia. Pouco depois soou três e meia, quando a Sra. Hortense, que observava com ligeiro espanto o que se passava em torno dela, levantou-se de repente do divã sobre o qual tínhamos pedido que ela se sentasse, e disse:

– Permitam-se, senhores, furtar-me um minuto à sua inconcebível solicitude?

– Onde pretende ir, senhora? – eu perguntava com um ar de inquietude que não pudera disfarçar.

– Ah! Meu Deus! Senhor, o que é que o senhor tem? Pensa que tenho projetos de suicídio?

– Não, senhora, mas...

– Mas o quê?

– Sinto que estou sendo indiscreto, mas é a sua saúde que me interessa.

– Então, senhor – retomava ela rindo –, uma razão a mais para me deixar sair.

O motivo, como se vê, era plausível, e não havia nenhum meio de insistir. Todavia, M., que quis levar a coisa até o fim, disse à sua mulher:

– Pois bem, minha boa amiga, permita-me acompanhá-la até lá.

– Como! Mas é então uma aposta?

– Precisamente, senhora, uma aposta entre a senhora e eu, e que certamente ganharei, embora a senhora tenha jurado me fazer perder...

A Sra. Hortense olha-nos alternadamente e permanece bem distante de adivinhar.

– Uma aposta entre os dois? – ela repete... – Vamos, não compreendo nada; mas não importa... Veremos.

Ela aceita o braço que o marido lhe oferece e sai morrendo de rir.

Eu também ria, e entretanto experimentava um pressentimento de que o momento decisivo havia chegado. Era tão verdadeiro que essa idéia me preocupava, que pensava em entrar no aposento do senhor e da senhora durante sua ausência, e fiquei como um porteiro na porta da sala de espera, onde não tinha nada para fazer.

De repente, um grito estridente se fez ouvir, e o barulho de um corpo que cai ressoou na escadaria exterior. Subo correndo. À porta do banheiro, M. traz nos seus braços sua mulher desvairada, agonizante.

Foi ela mesma que gritou; o barulho que chocou meu ouvido foi bem o de sua queda. No momento em que acabava de deixar o braço do seu marido para entrar no banheiro, um rato (a Sra. Hortense tem um horror incrível desses animais), ali, onde há 20 anos jura-se não se ter visto um único, apresentara-se à sua vista

e causara-lhe um terror tão vivo e tão repentino que ela caíra de costas, sem que houvesse possibilidade de segurá-la. Eis o fato tal como se passou, e juro pela minha honra.

O primeiro ponto da predição tinha-se realizado; o resto se efetuará com a mesma exatidão. A Sra. Hortense teve sua fraqueza, suas dores, sua perda, seu delírio, seu dia calmo e seus três dias de alienação. Não faltou nada; nem a natureza dos fenômenos anunciados, nem a ordem em que se sucederiam. O Dr. Amédée Latour e vários amigos de M. seguiram com interesse as diferentes fases dessa miraculosa doença, que, graças a Deus, não deixou hoje nenhum traço.

Quem ousaria, depois de semelhantes fatos, impor ainda limites ao possível e definir a vida humana?

Quando, em 1901, reproduzi este caso na *Revue d'Etudes Psychiques*, Myers objetou com razão que, apesar do caráter notável sob outros aspectos, ele não oferecia nenhuma evidência precisa premonitória; e continuava assim: “O sonâmbulo não soube indicar precedentemente a causa do seu medo... Na ausência do rato, o *eu subliminal* da senhora Hortense saberia descobrir, provavelmente, alguma outra causa, real ou imaginária, do seu medo, e seus efeitos seriam seguidos na ordem estabelecida com antecedência.”

É inegável que as pesquisas modernas sobre os fenômenos hipnóticos provam o bom fundamento das observações de Myers; será necessário ouvir, portanto, que o mesmo curioso incidente do rato não basta para conferir um valor precognitivo ao caso em questão; isso não exclui, naturalmente, a possibilidade de que seja realmente, em parte, premonitório; porém em matéria científica as probabilidades não contam.

Observarei, entretanto, que em matéria de sugestão e auto-sugestão é preciso distinguir entre os *estados superficiais de hipnose*, nos quais a mentalidade do indivíduo encontra-se muito diminuída, as faculdades de discernimento abolidas, as condições de credulidade – em virtude das quais são determinadas as sugestões – aumentadas em proporção, e os *estados profundos de hipnose*, em que a mentalidade do indivíduo torna-se, ao contrá-

rio, maravilhosamente aumentada, onde as faculdades de discernimento estão disfarçadas e as condições de credulidade inexistentes, o que torna conseqüentemente impossível qualquer forma de sugestão e de auto-sugestão, como o sabem muito bem os hipnólogos modernos.

Ora, encontrando-se o *eu* do Dr. Teste evidentemente em condições de “sonambulismo lúcido”, o que equivale a um dos *estados profundos de hipnose*, seria difícil de conciliar esse fato com a explicação auto-sugestiva; inconciliáveis pareceriam também as circunstâncias de uma personalidade sonambúlica que, de um lado, exprime-se com bastante bom senso para manifestar suas condições perfeitas de integridade mental, e de outro mostra-se privada de razão a ponto de maltratar cegamente a parte consciente de si mesma. Os casos de *lutas intestinas*, elas próprias designadas pela expressão de *personalidades por contraste*, não poderiam ser adiantadas para contradizer minha afirmativa, pois estes últimos são fundamentalmente diferentes; e, realizando-se em condições de desagregação espontânea ou provocada da personalidade consciente, não podem criar – e não criam – senão *personalidades subconscientes* dotadas de mentalidade mais ou menos rudimentar, anormais e amorais, isto é, em perfeita harmonia com as ações que elas efetuam, o que não se produz justamente no caso oposto.

Em matéria de hipnose e de sugestão, minha opinião é de que sobra muito para perscrutar e para modificar nas teorias em voga, que pecam pelo seu amor transbordante pela generalização. Os *estados profundos de hipnose* esperam ainda pelo homem de ciência que tentará esclarecê-los como convém.

SUBGRUPO B

Autopremonições de morte a curto prazo, e em que a morte se deve a causas naturais (Casos 2 a 7)

Caso 2

Começo por um episódio de sonambulismo magnético, tirado da obra citada do Dr. Teste, e que se expõe às mesmas críticas, embora a sonâmbula exprima-se em termos tais a deixar uma saída à hipótese precognitiva. Eis a narrativa.

A Srta. Clary havia sido magnetizada várias vezes. Consultávamo-la através dela mesma, porque nunca teve o instinto dos remédios. Ela nos fez dia após dia, e isso com muito tempo de antecedência, todo o prognóstico de sua doença; mas, mesmo tendo sido durante algum tempo admiravelmente lúcida, infelizmente não pôde traçar para si um tratamento. Eis o resumo da última sessão em que foi adormecida (15 de maio de 1840).

– Com está a senhora?

– Muito mal.

– Onde dói?

– Em todo o corpo.

– Mas onde dói mais?

– No ventre.

– Em que parte do ventre?

– Mais abaixo do estômago.

– Vê seus intestinos?

– Sim, senhor.

– E o que vê aí?

– Manchas vermelhas de sangue e outras enegrecidas; depois, num lugar do tamanho de uma mão, uma multidão de pequenos botões vermelhos.

– É tudo?

– Sim, senhor.

- Como vê seus pulmões?
 - Como dissecados.
 - Não lhe parece que na parte superior eles estão entremeados de *grãos brancos*?
 - Não *vejo* muito bem para dizer-lhe (resposta negativa, que denotava uma ausência de sugestionabilidade no sonâmbulo).
 - E não sabe o que seria necessário tomar para curar-se?
 - Não, senhor.
 - Como passará amanhã?
 - Um pouco melhor do que hoje.
 - E depois de amanhã?
 - Terei muita febre.
 - Como passará no dia 25 deste mês?
 - Muito mal.
 - E em 1º de junho?
 - Pior ainda; terei o corpo todo inchado.
 - E em seguida?
 - No dia dois e três!... Oh, como estarei doente! Meu Deus! Meu Deus!
 - E em seguida?
 - Espere...
- A Srta. Clary refletiu longo tempo; finalmente nos disse:
- No dia quatro... não vejo mais nada.

Despertamo-la; ela não guardou nenhuma lembrança de tudo o que havia dito, e recomendei expressamente que não se lhe falasse a respeito. Todavia, tudo se passou mais ou menos como ela havia predito, *até o dia quatro de junho, dia em que a Srta. Clary morreu!* (A. Teste, obra citada, pág. 137.)

Nos seus comentários, o senhor Teste polemiza com o Dr. Bertrand e se pergunta: “Será que porque disse que no dia 4 ela deixaria de ver, a Srta. Clary morre, justamente no dia 4 de junho?”

Parece-me que o Sr. Teste não está de todo enganado de duvidar, se consideramos que pela frase “eu não vejo nada”, a sonâmbula referia-se evidentemente ao fato das visualizações subjetivas bruscamente interrompidas, o que faria crer verdadeiramente que a sonâmbula, com essas palavras, não queria se referir à sua morte e não pensava de forma alguma dever morrer; nesse caso a suposição de que a morte tenha sido causada pela auto-sugestão deixaria de existir.

Seria permitido supor, segundo os episódios dessa natureza, que o *eu subliminal* tem realmente a percepção exata das doenças que corroem o corpo a ele ligado, de maneira a deduzir-lhes as fases que deverão acontecer até a cura ou a morte e que em certas condições psíquicas, sejam espontâneas, sejam provocadas, ele chega a informar sobre elas mais ou menos claramente o *eu supraliminal*, por meio de visualizações alucinatórias ou de outras formas subjetivas que se aproximam disso. Isto corresponderia à *terceira* das hipóteses propostas para a explicação dos fenômenos premonitórios na Introdução do presente trabalho, e teríamos aí uma primeira forma de premonição própria e verdadeira.

Caso 3

Neste outro caso, a presunção em favor da hipótese premonitória está fundamentada sobre os detalhes de ordem simbólica e imprevisíveis onde se desenha uma profecia de morte.

Tiro o caso dos *Annales des Sciences Psychiques* (1903, pág. 321); quem o relata é o Dr. Barbillon.

A Srta. A. C. pertencia à minha família por laços bem afastados. Era uma moça de meia idade, notavelmente inteligente, fina, espirituosa e dotada de uma grande energia moral. Os últimos anos de sua vida foram cruelmente vividos pela doença. Atingida por um câncer no seio, teve que se submeter a uma operação cirúrgica que a libertou do seu mal durante três anos, no fim dos quais a reincidência apareceu. Ao mesmo tempo, evoluía nela uma tuberculose pulmonar que devia levá-la.

A Srta. C. era dotada de uma piedade fervorosa e suportou seu mal com muita coragem e resignação. Nos primeiros dias do ano de 1901 chegou ao seu último período da doença e ela sucumbiu no dia 7 de janeiro de 1901, com a idade de 63 anos.

Quatro ou cinco dias antes de sua morte, durante a visita que lhe fiz pela manhã, encontrei-a, contra seus hábitos, tomada por uma impressão profunda de tristeza e de desencorajamento. Até ali pudera crer que ela se iludira e que não havia perdido toda a esperança de curar-se. A causa dessa mudança brusca no seu estado normal provinha de um pesadelo com o qual oprimira-se durante a noite e que quis muito contá-lo a mim, com uma emoção que o despertar não acalmara. Todos os detalhes do seu sonho apresentavam-se a ela com uma precisão perfeita e ela ressentia-se ainda, com a narração que me fez, do vivo sentimento de pavor que experimentara durante a noite. No seu sonho, via um vendedor, no meio de uma penumbra, num cemitério imenso e desconhecido. Estava acompanhada da sua empregada, uma jovem a quem se afeiçoara muito e que a tratou até o fim, com o maior devotamento, e sozinhas as duas, no silêncio e na escuridão crescente, iam seguindo as alamedas, dobrando junto aos túmulos, esforçando-se para fugir desse lugar de desolação e para encontrar uma saída; parecia-lhe que havia horas que ela caminhava assim, que estava perdida no meio de todos esses túmulos, dessas alamedas solitárias, dessas árvores sinistras. Um grande cansaço vinha, ao mesmo tempo em que um terror enlouquecido levava-a a uma correria cada vez mais precipitada. Nunca mais encontraria seu caminho, nunca mais sairia desse lúgubre lugar. Oprimida, sem fôlego, sentia-se morrer de fadiga e de pavor, quando de repente percebeu uma janela iluminada e a negra silhueta de uma casa surgir no meio das árvores. A empregada disse-lhe então: “Senhorita, chegamos, eis a casa do guarda.” Então, ela despertou e durante todo o resto da noite não pôde dormir, por ter conservado tão profunda impressão de angústia do seu sonho, e temia retomar o pesadelo se cedesse ao sono.

Alguns dias depois a Srta. C. morria. Se durante as longas e melancólicas meditações da doença, a Srta. C. imaginasse, às

vezes, o lugar em que repousaria depois da morte, seu pensamento devia, certamente, dirigir-se para o cemitério de Montparnasse, vizinho ao seu domicílio, onde vários de seus parentes estavam enterrados e onde um dos seus primos possuía uma sepultura de família. Fora, aliás, esse o motivo da escolha desse cemitério; mas algumas dificuldades não a impediram de dar prosseguimento a esse projeto, quando a família tomou as disposições necessárias em vista dos obséquios. A Srta. C. não tinha fortuna; foi enterrada no cemitério de Bagneux. Poucos cemitérios dão tanta impressão de imensidão quanto esse. Chegando ao lugar determinado por ordem administrativa das concessões, fui surpreendido ao constatar que a cova estava cavada na extremidade do cemitério perto da porta oeste, onde fica a casa do guardazelador. O túmulo da Srta. C. era o penúltimo da fila; um maciço pouco espesso limita a divisão e a separa de uma larga avenida onde fica situada a casa do guarda. Esta não ficava mais do que 25 metros da tumba da minha parente, e se percebe muito bem através das árvores.

Talvez tivesse se produzido nesse sonho uma espécie de premonição que permitiu à Srta. C. entrever, alguns dias antes da sua morte, o lugar exato de sua sepultura, da qual nada, todavia, podia dar-lhe a idéia. (Assinado: Dr. Barbillon.)

O Dr. Dariex comenta:

“Há, com efeito, nesse sonho dois detalhes bem preciosos para não se eliminar a possibilidade de premonição através do sonho: primeiro, são essas palavras ouvidas pela doente, quando no seu sonho ela chega perto da casa do guarda, ali onde foi enterrada: “Senhorita, chegamos, eis a casa do guarda.”; é também a imensidão do cemitério que, se bem que em menor grau, contribui para precisar o lugar visto em sonho...”

Caso 4

Tomo-o da *Revue d'Etudes Psychiques* (1900, pág. 73); ele se refere à morte do grande pintor Giovanni Segantini.

O diretor da revista, Sr. C. de Vesme, faz preceder a narrativa dos seguintes esclarecimentos:

“Muitos dos nossos leitores se lembrarão de como aconteceu a morte repentina de Giovanni Segantini. O “solitário do Maloja” trabalhava no seu quadro triplo da *Natureza*, destinado à Exposição de Paris. Os dois primeiros quadros do trio, sobre os quais não temos razão para nos deter, tinham como título: *A Natureza e a Vida*; representavam cenas luminosas da alta montanha, tratadas como nenhum artista jamais conseguiu fazê-lo. O terceiro quadro era o da *Morte*. Ele se encontra, com seus dois companheiros, aqui na Exposição de Paris, embora inacabado; tenho, portanto, todo o tempo para examiná-lo nesses dias. Ele também representa uma cena da alta montanha de Engardine, e precisamente do Schalberg. Ao fundo a cadeia de montes cobertos de neve, onde se mantém, imóvel, um cavalo atrelado a um trenó, e à direita um chalé alpestre, de onde algumas pessoas tiraram um féretro. A morte misteriosa, solene, desse último cume da Terra; tal é a cena que inspirara o pintor.”

Sabe-se como ele trabalhava.

Todos os dias – escreve o Sr. de La Sizeranne na *Revue des Deux-Mondes* – ele saía e ia trabalhar, ora numa tela, ora noutra, tendo sempre cinco ou seis telas começadas e espalhadas pela montanha à distância de quilômetros uma da outra. Para reproduzir os efeitos do sol sobre as geleiras, durante os terríveis invernos dessas regiões, viram-no ficar de pé, imóvel, sobre a neve, escondido sob os agasalhos, o corpo recoberto de placas de metal guarnecido de carvão, trabalhando numa espécie de transporte selvagem.

É assim que ele trabalhava seu trio, sobre o Schalberg, quando um mal repentino o atingiu; transportado nesse mesmo chalé que é representado no quadro da *Morte*, expirou alguns dias depois. Não retornou, portanto, à sua querida Maloja senão no seu féretro; foi ali que ele foi enterrado.

Já há algumas semanas, eu recebera de um dos filhos de Segantini o relato de uma visão, ou de um sonho, que seu pai tivera poucos dias antes de morrer, e que é assinalado também por outros membros da família. Pouco tempo depois, a viúva do grande artista me fez chegar a seguinte carta:

“Maloja, 7 de maio de 1900.

Caro Senhor de Vesme.

No momento em que tudo está tranqüilo e em que sinto-me um pouco mais calma, conto-lhe um fato acontecido com o meu marido poucos dias antes da sua morte.

Segantini era um grande entusiasta das suas doutrinas e um defensor fervoroso das suas idéias. Ele acreditava, em suma, que as doutrinas espíritas deviam ser a verdade do futuro. Oh! se o tivesse ouvido falar do Espiritismo! Para mim, infelizmente, que combatia suas crenças, me é doloroso, no presente, não tê-lo escutado e não ter compartilhado de suas idéias; mas o que querem? Eu não acreditava dever viver tão pouco com esse homem sublime, que se interessava por tudo.

No último domingo que passou em Maloja, deitou-se no seu estúdio sobre vários assentos para repousar. Eu estava, então, brincando com nossos filhos. Ao entrar, acreditei que ele dormia e disse: “Oh! lamento tê-lo acordado; tinha tanta necessidade de sono!” E ele logo: “Não, querida, fez muito bem em entrar; imagine que eu sonhava (e creia-me, eu sonhava de olhos abertos, tenho certeza) que estava num féretro que se transporta para fora desse chalé (e ele apontava o quadro da *Morte*); uma dentre as mulheres que o cercavam era você, e eu a via chorar.”

Disse-lhe eu, naturalmente, que ele dormia e que tinha sonhado. Mas ele insistia, persuadido de que tinha estado acordado e tinha visto tudo com os olhos abertos. Ele repetiu em seguida à nossa “babá” as mesmas coisas, exatamente como me havia dito primeiramente.

Ora, o que ele vira verificava-se 13 dias mais tarde. Seu quadro da *Morte* representa realmente o seu fim; seu féretro saiu desse chalé; a paisagem era tal que ele a pintara no seu quadro; a mulher que, na pintura, chora junto do caixão era eu.

Notem que na hora em que teve sua visão, sua saúde era excelente; assim, nesse dia, continuou a escrever; no dia seguinte, trabalhou de 4 horas da manhã até às 9 horas, transportando em seguida o quadro, encerrado numa caixa, do lugar onde pintava até à casa; na mesma tarde pôde fazer ainda três horas de estrada

fatigante, de Pontresina até o pico do Schalberg. Ele era tão crente no Espiritismo que depois de sua visão não teria certamente deixado Maloja, se não estivesse sentindo-se em perfeita saúde...” (Assinado: Bice, viúva Segantini).

Esta narrativa sugere algumas observações. Fica-se sabendo, pela carta da viúva, que 13 dias se passaram do dia da visão ao da morte. Esta sobreveio em consequência de uma peritonite superaguda. Ora, a peritonite muito aguda, supondo que seja primitiva, ou seja, que se deve a germens patogênicos, que permanecem latentes, e por conseguinte despercebidos no organismo até que uma causa venha exaltar a virulência, não existia, certamente, 13 dias antes. Na hipótese de que ela seria devida a uma infecção do sangue, ou a uma apendicite de ação lenta, ou a uma inflamação, ou a uma perfuração de órgãos abdominais, ou a uma grave chaga no próprio abdômen, certamente, fenômenos sintomáticos da forma determinante teriam-no precedido, sintomas ressentidos e denunciados por Segantini; este encontrava-se, ao contrário, em condições de resistência física tais a lhe permitir afrontar as fadigas que não poupava nunca na execução da sua obra. Resulta de tudo isso que se poderia muito dificilmente sustentar a hipótese da existência latente do mal no momento da visão de Segantini; mas apesar de tudo, se quisesse admitir esta possibilidade, esta circunstância tiraria bem pouca importância da narrativa, pois esta consiste, de uma parte, no fato de que Segantini pintou num quadro que designou por este título: a *Morte*, as circunstâncias de *seus próprios funerais*, e de outra, que teve a visualização tão precisa 13 dias antes. Isto uma vez estabelecido, pela suposição de que o *eu inconsciente* de Segantini teve conhecimento da doença latente quando se produziu a visão, não bastava reduzir o caso a um fenômeno de *inferência subconsciente*, pois não se explicaria assim senão o pressentimento de morte, mas de modo algum a precognição das circunstâncias nas quais deviam se realizar a morte e o enterro, circunstâncias que, além disso, tinham sido fixadas pelo próprio Segantini na sua pintura. O fenômeno premonitório, portanto, não parece duvidoso.

Caso 5

Neste outro caso, a autopremonição de morte aconteceu 15 dias antes, e a morte é devida a um ataque apoplético; poder-se-á, portanto, muito dificilmente aplicar a este episódio a tese de uma *inferência subconsciente* provocando o prenúncio simbólico.

Na *Vie de la Comtesse de Huntington*, fundadora da *Lady Huntington Society*, escrita pelo Rev. Alfred New, lê-se o que se segue:

“Seu marido, o Conde de Huntington, não obstante o fato característico de não ter quase nunca consciência de sonhar, sonhou uma noite que a morte, sob a aparência de um esqueleto, surgiu aos pés da sua cama, onde ele pôs-se a olhar durante algum tempo, depois levantou as cobertas, deslizou-se para baixo e dormiu entre ele e sua mulher. Chegada a manhã o conde contou o sonho à sua mulher, que pareceu acolhê-la brincando. Quinze dias depois o conde morreu subitamente de um ataque apoplético no seu cinquentenário.” (Obra citada, vol. II, pág. 74.)

Caso 6

Extraio-o dos *Proceedings of the S.P.R.*, vol. XIV, pág. 259; ele foi estudado pelo Dr. Hodgson e é amplamente documentado. A narrativa foi assinada por cinco membros da família da sensitiva.

Chicago, 18 de setembro de 1896.

No mês de março deste ano, minha irmã, a Sra. S., esperava dar a luz e estava inquieta sobre suas conseqüências, a tal ponto que ela se dizia convencida de que deveria morrer. Na noite de 5 de março sonhou que se encontrava na cozinha e ao mesmo tempo percebia no quarto de cima seu pai (morto há 11 anos), que conversava com sua mãe. Ela não ouvia a conversação, mas viu seu pai pegar um grande calendário e colocar o dedo sobre a data de 22 de março. Na manhã seguinte contou o sonho aos seus parentes, acrescentando que estava convencida de ter sabido assim a data em que seria mãe. Todavia, o acontecimento tão esperado aconteceu, ao contrário, no dia 12 de março, o que

provocou brincadeiras em torno da jovem mulher, bastante ingênua, dizia-se, para crer num sonho. Ignoramos se, após o parto, pensou em outras interpretações do sonho; neste último caso, entretanto, não fez nenhuma alusão. O médico que se ocupava dela continuou diariamente a visitá-la, encontrando sempre suas condições normais, até o dia 21 de março, quando perdeu, subitamente, os sentidos e não os recobrou mais até à sua morte, que aconteceu no dia 22, em consequência de uma doença repentina na garganta, independente de seu estado.

Meu marido, minhas irmãs e minha mãe souberam do sonho e de todas as circunstâncias que o acompanharam, antes da sua morte; todos assinaram então comigo a relação presente, na confirmação do conteúdo. Em caso de publicação, desejamos que os nomes sejam suprimidos.

(A relação está acompanhada do certificado de morte, assim como do testemunho de um amigo e do médico; este último afirma ter sabido igualmente do sonho antes da morte da Sra. S., que até 21 de março mantivera-se em condições absolutamente normais. A causa da morte foi um foco tuberculoso nas amídalas, com propagação purulenta nas meninges.)

O episódio citado parece dever excluir a interpretação auto-sugestiva; em primeiro lugar porque os efeitos da auto-sugestão deveriam se produzir na crise do parto, momento que a sensitiva temia muito, e não dez dias depois do parto regular; em segundo lugar porque a sensitiva não morreu por causa do seu parto, mas por causa de uma *meningite purulenta*.

Quanto à hipótese de uma *coincidência fortuita* – a hipótese para a qual pende mais a comentarista do caso, a Srta. Alice Johnson – poder-se-ia legitimamente acolhê-la se tivesse havido um pressentimento genérico de morte, e nada mais; mas houve, ao contrário, no caso de que nos ocupamos, *a designação precisa da data da morte*, o que não poderia ser atribuído racionalmente a uma *coincidência fortuita*.

Chegar-se-ia aqui à hipótese de uma *inferência supranormal subconsciente* exteriorizada sob forma simbólica, hipótese lícita no caso em questão, se se leva em conta a existência de um foco

tuberculoso latente e da ausência de particularidades auxiliares imprevisíveis no sonho.

Caso 7

Foi comunicado pelo Sr. B. Kingsburg ao *Religio-Philosophical Journal*, e em seguida estudado pelo Dr. Hodgson. Extraio-o dos *Proceedings of the S.P.R.* (vol. XI, pág. 428) e ele se refere a uma autopremonição de morte na pessoa de uma criança de dois anos e sete meses, cuja mãe narra nesses termos:

“Existe uma vida de além-túmulo? Se tivesse duvidado disso (o que não fiz nunca), minhas dúvidas ter-se-iam dissipado diante das “visões” das quais fui testemunha.

Em 1883 eu era a mãe feliz de dois filhos bonitos e vigorosos. O mais velho tinha dois anos e sete meses; o outro era um anjinho de oito meses. No dia 6 de agosto de 1883 perdi meu caçula. Fiquei com o pequeno Ray, que desfrutava então de uma saúde perfeita; entretanto, desde o dia em que morreu seu irmãozinho, ele se habituara a me dizer várias vezes por dia: “Mamãe, o irmãozinho chama sempre o Ray.” Frequentemente interrompia suas brincadeiras para correr ao meu encontro, gritando sua frase habitual: “Mamãe, o irmãozinho chama sempre o Ray.” E à noite ele me acordava para repetir ainda a mesma frase: “Mamãe, o irmãozinho chama de verdade o Ray; ele quer ficar com Ray; você não deve chorar quando Ray for embora com o irmãozinho; você não deve chorar, porque o irmãozinho deseja o Ray.”

Um dia eu cuidava da limpeza do salão; ele veio até mim correndo da sala de jantar, onde se encontrava a cadeirinha que tinha pertencido ao irmãozinho morto, e eu nunca o tinha visto tão excitado; pegou uma aba do meu avental e me puxou para a sala gritando: “Mamãe, mamãe, venha rápido ver o irmãozinho sentado na cadeira.” No momento em que abria a porta para mostrá-lo a mim, gritou: “Oh! mamãe, é preciso vir mais rápido... Ele não está mais! Se você tivesse visto como ele sorriu para Ray, quando Ray passou perto dele! Ray vai embora com ele; mas você não deve chorar, mamãe.”

Pouco tempo depois nosso filhinho ficou gravemente doente; nossos cuidados e nossas lágrimas não surtiram nenhum efeito: no dia 13 de outubro de 1883, dois meses e sete dias depois da morte de seu irmão, ele também morria. Ele tinha uma inteligência muito superior à sua idade...”

O Dr. Hodgson escreveu à relatora, obtendo dessa forma a seguinte confirmação:

“Em resposta à sua carta do dia 27 de novembro (1894), só tenho a confirmar em todos os detalhes o que publicou o Sr. Kingsburg no *Religio-Philosophical Journal*. Quando a criança chegou correndo para me anunciar que seu irmãozinho estava sentado na cadeira que havia sido sua, não havia na casa senão a empregada, a quem eu não disse nada, mas quando meu marido voltou para almoçar, coloquei-o a par; nesse mesmo dia contei o episódio às pessoas amigas. O pequeno Ray não podia saber o que era a morte e ninguém explicara-lhe! A última vez que fui visitar na sua companhia a tumba do meu filhinho – quer dizer, pouco tempo antes de ele ficar doente –, sentamo-nos ambos ao lado dela e eu pensava: “Oh! se eu pudesse tomar meu bebê nos braços e vê-lo um minuto só! Como ficaria feliz!” Simultaneamente, Ray gritou: “Oh! mamãe, vamos pegar o irmãozinho nos braços por um minuto; então ficaremos contentes.” Como tínhamos pressa em partir, arrumou com sua mãozinha vários torrões de terra sobre o túmulo, observando: “Logo Ray vai dormir aqui perto do seu irmãozinho; mas você não deve chorar, mamãe.” E ele dorme no momento, no lugar que havia indicado.” (Assinado: F. H.)

Tiro esta passagem de uma carta escrita ao Dr. Hodgson pelo pai da criança:

“Confirmo que minha mulher me contou o episódio (da visão sobre a cadeira) no mesmo dia em que se produziu, quando voltei para almoçar. Eu mesmo estive presente muitas vezes quando a criança anunciava à sua mãe que o irmãozinho chamava-o com insistência.” (Assinado: W. H. H.)

(A Sra. J. H. Shulsters, amiga do casal W. H., reafirma o que foi exposto.)

Esse episódio reveste-se de um interesse particular, como todas as manifestações supranormais que têm crianças como sensitivos, pois a mente virgem destes últimos pode ser considerada como isenta de qualquer influência do ambiente capaz de predispor seus espíritos às formas variadas de alucinações sensoriais. E cada vez que diante da visualização de um defunto por uma criança, liga-se uma premonição de morte realizada, esta última circunstância pode servir de indução legítima em favor da veracidade da visão. Não insisto, todavia, sobre isto, sabendo bem que para conferir solidez necessária às induções de tal espécie, seria necessário estabelecer aproximações com um grande número de episódios análogos, que no momento nos fazem falta. Terei a oportunidade de citar várias outras, na presente classificação, que por comodidade de pesquisa inseri por último em cada um dos subgrupos.

Com relação ao valor intrínseco da premonição no caso estudado, chamo a atenção de que é necessário excluir antes de tudo a auto-sugestão do número das causas que provocaram a realização, por causa da idade extremamente tenra do sensitivo. Poder-se-ia laçar sobre o trabalho a hipótese de uma *inferência subconsciente* provocadora do fenômeno premonitório, inferência devida à existência latente da doença da qual morreu a criança; não posso me furtar, entretanto, de observar como parece inverossímil que a subconsciência de um bebê de dois anos e sete meses possa demonstrar uma maturidade de julgamento tal, que dá nascimento a uma forma tão complexa de simbolismo premonitório. Levando em conta isso, e se se quisesse excluir a hipótese em questão, restaria apenas procurar o agente transmissor da premonição numa entidade exterior ao pequeno sensitivo.

SUBGRUPO C

Autopremonições de morte a longo prazo, e em que a morte se deve a causas naturais (Casos 8 a 12)

Do ponto de vista teórico, a definição de qual deve ser o limite de tempo necessário para que um episódio premonitório possa ser considerado a curto ou a longo prazo não pode ser senão facultativo. Previno, portanto, que o termo de seis meses, marcado aqui como um tempo mínimo para os episódios a longo prazo, não representa nada de concreto, mas não é senão um termo relativo adotado porque responde melhor aos critérios pessoais de classificações. É evidente, entretanto, que uma distinção dessa natureza era para aconselhar, sendo dado que, em regra geral, o tempo é um fator importante nos fenômenos estudados.

Apesar disso, não é precisamente nesse subgrupo das autopremonições que aparece a importância do fator em questão. Nesse como no precedente, raros são os casos aos quais não se possa aplicar a objeção auto-sugestiva. Com efeito, salvo circunstâncias auxiliares, o fato em si mesmo de prazo mais ou menos distante de uma autopremonição de morte não é uma garantia suficiente para supor que a pessoa interessada, e tanto menos a subconsciência desta última, tenham podido esquecer-la; é muito freqüentemente o contrário que se produz, como no exemplo que se segue.

Caso 8

Extraio-o da obra *A Memoir of Mario*, dos Srs. Godfrey Pearse e Frank Hird; diz respeito à morte da célebre cantora Giulia Grisi.

Na primavera do ano de 1869 Giulia Grisi teve uma estranha visão: viu surgir à sua cabeceira o fantasma de sua filhinha Bella, morta em Brighton em 1861, que anunciou que elas estariam logo juntas para sempre. O tenor Mario não negligenciou nada para livrar o espírito de Grisi do estado de abatimento em que ela caíra, mas qualquer tentativa foi inútil; ela mostrava-se conven-

cida da realidade da sua visão e, por conseguinte, certa do seu fim iminente...

A grande cantora Giulia Grisi morria subitamente, no dia 5 de novembro de 1869. Sua última palavra pronunciada foi o nome de sua filha defunta... Ela tinha sido amparada e sentada na sua cama, abrira os braços como que para neles receber uma pessoa invisível, murmurava: “Bella!” e caíra novamente sobre seus travesseiros, exalando o último suspiro. (Obra citada, págs. 270-274.)

A narrativa que pudemos ler não indica se se trata de uma visão em sonho ou de uma alucinação no estado de vigília, assim como não se especifica a natureza da doença que causou a morte de Grisi; é, portanto, impossível aventurar-se em considerações sobre as hipóteses eventuais que podem corresponder a esse caso.

Em linha geral, observarei somente que se, como disse mais acima, os casos de premonições com visualizações de defuntos são raros em crianças, estas formas são, ao contrário, muito freqüentes nos sensitivos adultos; se bem que nestes últimos esse caráter não apresenta em si um valor indutivo apreciável, todavia não deixa de revestir coletivamente um interesse sugestivo ao qual dificilmente pode-se subtrair-se, considerando sobretudo que num grande número de casos, a espontaneidade da aparição mostra-se tal, que não pode ser atribuída às disposições particulares do espírito do sensitivo.

Os casos análogos ao precedente, nos quais o fantasma que apareceu no momento da premonição manifesta-se também no momento da morte, são, além do mais, muito freqüentes. Eis um segundo exemplo do gênero:

Caso 9

Sr. Thomas James Norris, membro da *Society for Psychical Research*.

Há 60 anos a Sra. Carleton morria no condado de Leitrim. Minha mãe e ela eram amigas íntimas. Alguns dias após sua morte ela apareceu em sonho para minha mãe e disse-lhe: “Tu

não me verás mais, nem mesmo em sonho, salvo uma única vez, 24 horas antes da tua morte.” Em março de 1864 minha mãe vivia em Dalkey com minha irmã e seu genro, o Dr. Lyon. Na tarde do dia 2 de março, no momento de se retirar para o seu quarto, mostrava-se com excelente humor, rindo e brincando com a Sra. Lyon. Na mesma noite, ou melhor, pela manhã, o Dr. Lyon ouviu um barulho no seu quarto; acordou logo sua mulher e mandou-a ver o que se passava. Ela encontrou minha mãe meio fora da cama, o rosto congelado, numa expressão de grande terror. Reconduziu-a ao leito, tranqüilizando-a. Chegada a manhã, minha mãe parecia inteiramente refeita: tomou seu café da manhã na cama como de hábito, comeu com bom apetite. Como minha irmã apressava-se para deixá-la, ela pediu que preparasse para ela um banho; depois de tê-lo tomado, mandou chamá-la e lhe disse: “Minha amiga, a Sra. Carleton, veio finalmente, após 56 anos. Ela me disse que meu fim é iminente e que morrerei amanhã de manhã à mesma hora em que você me encontrou meio fora da cama. Tomei banho para que você não tenha que lavar o meu corpo.” A partir desse momento ela começou a declinar rapidamente e extinguiu-se no dia 4 de março, na hora preanunciada.

(O Dr. Richard St. John Lyon confirma a narrativa acima). – (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. VIII, pág. 376.)

Myers, que se refere ao caso, comenta-o assim:

“O episódio exposto parece acessível a três diferentes explicações. Começando pela que me é pessoal, e que os leitores dos *Proceedings* conhecem, direi que estou perfeitamente disposto a admitir no caso estudado, que a defunta Sra. Carleton teve realmente conhecimento da morte iminente de sua amiga e que, por conseguinte, o primeiro, como o segundo sonho tenham sido transmitidos telepaticamente por um espírito desencarnado, a um outro encarnado. Todavia, podemos também supor que o primeiro sonho, embora casual, tenha produzido uma impressão na sensitiva, que quando veio por acaso a se repetir, deu lugar a uma auto-sugestão de morte que se realizou. Ou melhor, podemos ainda presumir que o primeiro sonho teria sido casual e o segundo simbólico, isto é, causado por sensações orgânicas

subconscientes que prenunciavam a aproximação da morte, sensações percebidas no sono antes de sê-lo na vigília.” (obra citada, pág. 377.)

Caso 10

Diz respeito ao célebre poeta inglês Browning, e se lê nesse volume: *Life and Letters of Robert Browning*, escrito pela Sra. Sutherland (pág. 277). Nele, como nos precedentes, a premonição se manifesta sob a forma de uma aparição de defunto.

Em junho de 1863 a Srta. Arabel Barrett (irmã da Sra. Barrett Browning) morria de um mal cardíaco e apagava-se nos braços de Browning, como acontecera sete anos antes, com a mulher deste último. No mesmo dia Browning comunicava a triste notícia à Srta. Blodgen, tocando nesses termos a uma estranha circunstância que se prendia a essa morte:

“19 de junho de 1868 – Você sabe que não sou supersticioso. Todavia, eis uma nota inscrita por mim na minha caderneta na data de 21 de julho de 1863: Ontem, Arabel disse-me ter o espírito fortemente agitado pelo efeito de um sonho que teve na noite anterior (domingo, 19 de julho). Sua irmã aparecia-lhe (a mulher falecida de Browning) e lhe perguntava: “Quando chegará o dia em que nós nos reuniremos?” E a defunta: “Minha querida, em cinco anos”, depois do que, Arabel acordava. No seu sonho ela tinha plena consciência de falar a uma pessoa defunta.”

Ao final de cinco anos menos um mês o acontecimento efetivava-se, e Browning escreveu: “Havia esquecido a data do sonho; supunha que não se passaram mais de três anos e, conseqüentemente, faltavam dois anos ainda para o cumprimento da profecia.”

Se se quer manter no circuito da “menos extensa hipótese” cada vez que o aconselham as circunstâncias, dever-se-á admitir que neste caso a auto-sugestão criada pelo sonho fatídico, aumentada pelo conhecimento da sensitiva, puderam de alguma maneira determinar a morte.

Caso 11

O relator deste é o Reverendo E. D. Banister, de Whitechapel Vicarage, Preston (Lancashire).

12 de novembro de 1885 – Meu pai, quando era estudante (provavelmente entre 1808 e 1815), teve um sonho em conexão com seu próprio futuro, que muito freqüentemente eu e minha irmã ouvimo-lo contar. No sonho, viu uma pedra funerária escondida na igreja do seu país natal, sobre a qual estava gravado seu nome inteiro, a data do seu nascimento e o dia e o mês da sua morte: mas não o ano.

Parece que ele teve, com relação ao mês marcado como o da sua morte, alguma coisa de impreciso, embora tivesse na sua cabeça que a data inscrita sobre a pedra era “9 de junho”; mas como a palavra “junho” nunca é abreviada por “jun.” (*june*), ele se perguntava se a data real não era “9 de janeiro” (*january*).

Numerosos anos se passaram sem que nada viesse se referir às circunstâncias do sonho, até o dia *9 de junho de 1835*, data em que morreu seu filho mais velho, o que causou a imensa dor do meu pai. Essa coincidência nas datas lembrou ao espírito do meu pai a inscrição do sonho e, embora tenha lido claramente, sobre ela seu próprio nome, persuadiu-se desde esse momento que a data gravada devia ser “jun. 9” (9 de junho). Ora, meu pai morreu em 1883, na data de “jan. 9” (9 de janeiro).

A irmã do Rev. Banister escreveu: “Li a carta de meu irmão referindo-se ao sonho tantas vezes contado pelo meu pai, e só posso confirmar em todos os detalhes o que nele escreveu meu irmão.” (Assinado: Agnès Banister.) – (*Phantasms of the Living*, caso 79.)

No caso, a hipótese auto-sugestiva está eliminada pelo fato de que o sensitivo estava, ultimamente, convencido de que a data visualizada no sonho não se referia a ele, mas à morte do seu filho mais velho.

O fato de que a visualização do ano da morte havia sido suprimido denotaria uma intencionalidade no agente transmissor da premonição. Essa intencionalidade poderia se encontrar também no estado de incerteza em que o sensitivo permaneceu sobre o

mês preciso devendo ser o de sua própria morte; de maneira que com um “u” esse mês devia marcar a data da morte de seu filho mais velho, e com um “a” a data de sua própria morte.

É bem difícil pronunciar-se sobre a hipótese mais idônea para explicar como o autor da premonição tenha podido ter a revelação da data de sua morte 70 anos antes; a hipótese “fatalista”, a “reencarnacionista” e a “espiritualista” chegariam mais ou menos perfeitamente a adaptar-se ao caso em questão; cabe aos leitores pronunciarem-se, segundo suas tendências e convicções pessoais.

Caso 12

No caso seguinte, recolhido pelo Dr. Hodgson e citado por Myers na sua monografia *The Subliminal Self (Proceedings of the S.P.R., vol. XI, pág. 437)*, a premonição de morte é apenas um pressentimento, mas esse episódio deve sua importância ao fato de que a sensitiva deixava uma lembrança escrita num envelope fechado.

“1º de setembro de 1893 – Ao Dr. Richard Hodgson.

Cumpro o doloroso dever de anunciar a morte de minha mãe, Sra. Enoch Chase. No dia 28 de julho ela adoeceu de uma febre biliar, que durou dez dias; em seguida ela se recuperou muito rapidamente, e nos dias 16 e 17 do mês corrente foi capaz de ficar sentada na sua cama. Entretanto, no dia seguinte, sexta-feira, observávamos que sua fraqueza havia retornado; no mesmo dia ela teve um delírio e perdeu gradualmente os sentidos. Conseguimos após grandes esforços fazê-la voltar a si, mas a partir desse momento ela começou a declinar rapidamente e faleceu na tarde do domingo. Chamo sua atenção sobre os dias de sexta-feira, sábado e domingo, assinalados na premonição escrita, que correspondem aos três últimos dias de enfermidade, começada justamente pela recaída da sexta-feira.

Depois da sua morte reencontramos o envelope fechado numa secretária reservada aos seus papéis pessoais. Desde o dia da morte de nosso pai – 24 de abril de 1888 – ela não parava de nos lembrar que sobreviveria cinco anos a mais do que seu marido; e

lamentamos agora não ter atribuído às suas palavras a importância que mereciam.” (Assinado: Sra. S. J. Crawford.)

O envelope fechado de que se trata trazia no exterior esta legenda: “Para abrir após minha morte, se eu morrer mais ou menos cinco anos após a morte do meu marido, acontecida em abril de 1888. – Sua mãe.”

Conteúdo do envelope fechado:

“Topeka, 28 de dezembro de 1891.

Pensei esta manhã que faria bem em deixar uma recordação escrita da minha premonição.

A partir do dia em que morreu meu marido, 24 de abril de 1888, tive o sentimento de que *cinco anos* marcariam os limites de minha vida. Não houve comunicações explícitas nesse sentido, mas a convicção desse fato pareceu igualar em mim o conhecimento de um outro fato qualquer; por exemplo, exceto hoje, uma sexta-feira, penso que deverei fazer tal coisa dentro de dois dias, serei levada a pensar que amanhã, sábado, depois de amanhã, domingo, e que não me será por conseguinte possível executá-la. Em resumo, tenho sempre no espírito este pensamento simples e natural: *cinco anos*. Portanto, se eu tiver que viver seis anos, destruirei este escrito; mas se minha premonição se realizar, desejo que este escrito seja enviado ao Dr. Richard Hodgson, Praça Boilston, 5, em Boston. Mas, com as explicações relativas.” (Assinado: Sra. E. Chase.)

(A Sra. Chase morria na data de 20 de agosto de 1893, ou seja, cinco anos e quatro meses depois da morte de seu marido. Ela tinha 69 anos e teve a premonição no mesmo dia da morte deste último.)

Não é possível, também para este caso, excluir a explicação auto-sugestiva, embora pessoalmente não a creio fundamentada; tanto mais que este caso, além da premonição de morte, comporta a designação precisa desses três últimos dias de vida; notaremos que se trata aí de uma designação inconsciente, pois a sensitiva cita os dias de sexta-feira, sábado e domingo, não no sentido de que devem ser os últimos de sua vida, mas bem como termos de uma comparação, de resto, bastante ingênua e coxa – o

que acrescentaria quase um interesse ao incidente. Dir-se-ia, finalmente, que só o agente subconsciente ou externo transmissor da premonição conhecia a significação real do símbolo-comparação telepatizada.

SUBGRUPO D

Autopremonições de morte, e em que a morte se deve a causas acidentais (Casos 13 a 19)

Com este subgrupo, entramos numa primeira categoria de fatos que excluem completamente, ou quase, as hipóteses de “auto-sugestão” e das “inferências subconscientes”. O número das hipóteses que permanecem à disposição do pesquisador restringe-se, portanto, a um círculo onde domina, com uma evidência maior, o supranormal.

Caso 13

O Dr. Macnish, na sua obra, a justo título célebre, *Philosophy of Sleep*, conta o seguinte episódio:

“Uns supõem que algumas pessoas tiveram em sonho a indicação precisa do dia de sua morte; e, para apoiar esta crença, lembraram-me várias vezes o caso curioso do Sr. M., nascido em D., agora falecido. Trata-se de um caso digno de ser lembrado, não porque assume caracteres supranormais, mas simplesmente pela extraordinária coincidência entre o sonho e o acontecimento.

O Sr. M. sonhou uma noite que encontrava-se a cavalo no campo, e que descia para se refrescar num albergue que se achava no seu caminho; lá encontrou reunidas diversas pessoas de seu conhecimento, mas todas falecidas. Elas o acolheram muito alegremente, convidaram-no para sentar-se e beber em sua companhia, ao que ele consentiu de boa vontade. Quando quis deixar essa estranha reunião, os amigos exigiram dele a promessa de que voltaria a vê-los no mesmo dia em que viera, precisamente seis semanas mais tarde; ele prometeu executar fielmente esse projeto, montou a cavalo e voltou para sua casa.

Tal é a substância do sonho, que ele contou brincando aos seus amigos, sem meditar sobre ele um só instante, sendo um homem superior a qualquer forma de superstição.

Entretanto, a seqüência dos acontecimentos devia ser bastante curiosa, e sobretudo dolorosa, pois precisamente passadas seis semanas após o sonho, e no dia do compromisso feito de visitar os amigos defuntos no albergue, querendo fazer com que seu cavalo saltasse uma barreira colocada entre ele e seu caminho, caiu e matou-se.”

O Dr. Macnish considera o episódio como “uma extraordinária coincidência”, e nada mais. Concordemos então; mas todos os leitores não partilharão da sua opinião, que poderia ser legitimamente acolhida, no caso em que não tivesse havido senão coincidência de morte pura e simples, isto é, se a morte por causa acidental tivesse acontecido num dia que não fosse o dia indicado com antecedência; porém, tendo-se verificado no fatídico quadragésimo terceiro dia, o que detém os cálculos das probabilidades contrárias à hipótese das “coincidências fortuitas” a cifras absolutamente exorbitantes, esta hipótese torna-se teoricamente insustentável. Mas finalmente, apenas pelo excesso de rigorismo na aplicação dos métodos científicos pode-se, apesar disso, chegar a acolhê-la; observar-se-á, entretanto, que se a hipótese em questão pode parecer legítima diante de um caso cuja realização repousa sobre um único fator, ela deverá ser considerada como inadmissível nos episódios cuja realização implica uma convergência inextricável de circunstâncias imprevisíveis e acidentais, como ver-se-á à medida que forem citados novos episódios.

Caso 14

Louis Blanc, na sua *Historie des Dix Ans* (vol. II., pág. 222), com relação à trágica morte em duelo do seu amigo e jornalista Armand Carrel, conta o que se segue:

“Uma manhã, Armand Carrel contou aos seus amigos que havia sonhado e que a lembrança desse sonho o perturbava; e exprimiu-se nesses termos: “Vi em sonho minha mãe, que vinha na minha direção vestida de luto, os olhos inchados de lágrimas. Perguntei-lhe com a maior inquietação:

– Por quem, então, choras? Talvez pelo meu pai?

- Não.
- Talvez pelo meu irmão?
- Não.
- Então, por quem choras?
- Por ti, meu filho!

No dia seguinte ao sonho profético, Armand Carrel escreveu no *National* o artigo provocador da resposta do Sr. de Girardin, fonte do duelo que causou sua morte.”

Querendo conservar o mais severo rigor na aplicação dos métodos científicos, observarei que aqui, embora se trate de uma morte acidental, a hipótese de uma *inferência subconsciente* combinada com uma *coincidência fortuita* é digna de consideração. Pode-se bem supor, com efeito, que Armand Carrel, desde a véspera, tinha em mente a substância do artigo que tencionava publicar no *National*; de maneira que pressentindo os ódios de partidos que ele teria desencadeado, e não podendo senão estar preocupado, ele teria determinado o sonho em questão, em que as preocupações às quais estava preso teriam tomado uma forma simbólica premonitória.

Caso 15

O Dr. Carl du Prel, por ocasião da morte trágica do Rei Louis da Baviera e do Dr. Von Gudden no fundo de um lago do parque, conta no *Monistischen Seelenlehre* esses detalhes:

“Alguns dias antes da partida do Dr. Von Gudden para Hochenschwangau, junto com o rei Louis II, cujo deslocamento para o Castelo de Berg não estava ainda decidido, o Dr. Von Gudden veio almoçar de mau humor e contou à sua mulher que durante toda a noite havia sido perseguido pelo sonho que teve, em que lutava com um homem na água. A viúva do Dr. Von Gudden contou mais tarde esse sonho à delegação da Sociedade Antropológica de Munique, por ocasião dos cumprimentos de condolências que ela recebia dos membros da Sociedade. O professor W., que era membro da delegação, levou tal fato ao conhecimento da Sociedade e, como tenho a narrativa de uma das testemunhas, pode-se nisso acreditar com toda confiança.”

Eis as observações do Dr. Carl du Prel a esse respeito:

“Está muito claro que o Dr. Von Gudden teve em sonho uma visão muito clara, cuja forte impressão sobre os sentidos tornou a recordação possível após o despertar. Infelizmente, a pessoa do rei enfraqueceu-se na de um homem qualquer. Se este enfraquecimento tivesse sido mais apagado, a lembrança da visão teria sido perdida, a impressão sobre o sentimento no estado de vigília manifestar-se-ia como um medo indeciso de um acontecimento incerto no futuro; mas aí está justamente a característica da maioria dos pressentimentos.” (*Annales des Sciences Psychiques*, 1897, pág. 125.)

Apenas acrescentarei aos interessantes comentários de Carl du Prel uma simples observação: é que, apesar do enfraquecimento das lembranças, e o erro de designação da personalidade do rei, a situação percebida em sonho, *de se encontrar no fundo da água debatendo-se contra um homem*, é tão especial para o acontecimento, que não excluiu de maneira absoluta a hipótese das “coincidências fortuitas”.

Caso 16

A Srta. Dudley, da *Comédie Française*, quis nos dar esses detalhes sobre o triste fim da jovem atriz Srta. Irène Muza, morta queimada durante o inverno de 1909; eles contêm algumas retificações à narrativa surgidas no *Light*, 1909, pág. 122.

Era uma espírita convicta e uma médium rara. Ela escrevia num estado particular, parecendo dormir e estranha a tudo. No final de uma sessão, no dia 30 de janeiro de 1908, perguntou-se:

- Você vê alguma coisa pela médium?
- Ela deixará os seus – respondeu –, mas não terá em 1908 a realização de seus projetos.
- E depois?
- Voltará à França.
- E depois?
- Não quero dizer mais nada.

Joga o lápis e grossas lágrimas correm dos seus olhos. Entregam-lhe de novo o lápis e se repete:

– E depois?

Sempre chorando, ela escreve:

– É horrível demais, prefiro parar.

Realizações: Na primavera ela partia para a Argentina. Seus projetos não se realizaram. Ela voltava a Paris em janeiro de 1909 e no dia 23 de fevereiro foi vítima de um horrível acidente. Seus cabelos se inflamaram durante uma aplicação de loção anti-séptica; em um instante ela foi transformada numa tocha viva e, algumas horas depois, morria em atrozes sofrimentos heroicamente suportados.

São essas formas de premonições que, recolhidas e coordenadas em bom número, levariam a inferir a existência de alguma coisa semelhante a uma “fatalidade” que reina de uma maneira misteriosa sobre os destinos humanos.

A menos que se queira, por ocasião desse episódio, recorrer à hipótese “reencarnacionista”, segundo a qual o próprio espírito teria livremente preestabelecido – num objetivo de expiação ou de prova – esse triste fim de sua própria existência encarnada; nesse caso, o *eu subconsciente* teria determinado o acidente, exercendo uma ação sugestiva sobre a cabeleireira.

Caso 17

O Barão Joseph Kronhelm, de Podólia (Rússia), forneceu estes detalhes sobre a morte de um alto funcionário do Ministério da Marinha russa; esta morte sobreveio no mês de junho de 1895, em consequência de uma colisão entre dois navios no Mar Negro:

“No começo do ano de 1895 a Sra. Lukawski foi acordada uma noite pelos gemidos de seu marido, que, no seu sono, gritava: “Socorro! Salvem-me!”, e se debatia com os movimentos como os de uma pessoa que está se afogando. Ele sonhava com uma terrível catástrofe no mar e, uma vez completamente desperto, contou que se encontrava a bordo de um grande navio, viu-se ser lançado ao mar e tragado pelas ondas. Terminada a narrativa,

ele acrescentou: “Estou agora convencido de que o mar causará meu fim.” E tão certo estava de sua convicção, que começou a colocar seus negócios em ordem, como um homem consciente de ter os seus dias contados. Dois meses se passaram sem que nada acontecesse, e a impressão do sonho já se enfraquecia na memória do Sr. Lukawski, quando de repente, uma ordem lhe chegou do Ministério, para se preparar para partir com todos os seus subordinados para um porto do mar Negro.

No momento de se despedir de sua mulher, na estação de Petersbourg, Lukawski disse-lhe:

– Lembras-te do meu sonho?

– Meu Deus! Por que me perguntas?

– Porque estou certo de que não voltarei mais; de que nós não nos veremos mais.

A Sra. Lukawski esforçava-se para tranqüilizá-lo, mas ele, com um tom de profunda tristeza:

– Tu podes dizer o que quiseres, minhas convicções não mudarão, sinto que meu fim está próximo e que nada poderia impedi-lo... Sim, sim, revejo o porto, o navio, o momento da colisão, o pânico a bordo, meu fim... Tudo revive diante dos meus olhos.

E após uma curta pausa, acrescentou:

– Quando o telegrama anunciando a minha morte tiver chegado para ti, e quando pegares as roupas de luto, deverias omitir o longo véu sobre o rosto, que eu detesto.

Incapaz de responder, a Sra. Lukawski começou a soluçar. O apito do navio anunciou a hora da partida; o Sr. Lukawski abraçou com ternura sua mulher, em seguida embarcou e o navio desapareceu.

Após duas semanas de inquietação extrema, a Sra. Lukawski soube pelos jornais que uma catástrofe entre dois navios – o *Wladimir* e o *Sineus* – acontecera no Mar Negro. Tomada pelo desespero, telegrafara para obter informações do almirante Zelenoi em Odessa; depois de vários dias de ansiosa espera, recebeu esta resposta: “Nenhuma notícia do seu marido até o presente, mas é certo que ele se encontrava a bordo do *Wladi-*

mir”. O anúncio oficial da morte do seu marido chegou-lhe uma semana depois.

É preciso acrescentar que, no seu sonho, o Sr. Lukawski tinha-se visto lutar pela vida com um passageiro, incidente que se realizou com uma maravilhosa exatidão. Na catástrofe, um passageiro do *Wladimir* – o Sr. Hanicke – lançara-se no mar com uma bóia de salvação. O Sr. Lukawski, que já estava na água, dirigiu-se para a bóia desde que a percebeu, e o outro gritou-lhe: “Não se agarre nela; ela não sustenta duas pessoas; nós vamos nos afogar juntos.” Mas Lukawski segurou-a, apesar disso, dizendo não saber nadar. “Então, pegue-a – diz Henicke –, sou um bom nadador, vou conseguir de qualquer jeito.” Nesse momento uma grande onda separou-os; o Sr. Lukawski foi ao encontro do seu destino.” (*Light*, 1899, pág. 45.)

Eis um primeiro caso da ordem a qual eu fazia alusão há pouco, no qual a convergência de circunstâncias imprevisíveis é tal que elimina totalmente a hipótese das coincidências fortuitas. Uma vez eliminada esta hipótese, restam apenas três à disposição do pesquisador; a “reencarnacionista”, a “fatalista”, a “espiritualista”. Como a hipótese reencarnacionista parece exclusivamente aplicável a casos que dependem da livre vontade do “espírito” que se encarna (e um caso de morte por *colisão de navios* não pode depender de um ato volitivo), segue-se que esta não mais responde às exigências do momento; deveremos, portanto, recorrer à segunda hipótese, a “fatalista”. Mas ela não é mais aplicável ao caso presente; ou pelo menos nosso espírito se perde, se nós pensamos no inextricável emaranhado de fatos que deveriam se coordenar e convergir, de todas as partes, para o cumprimento dos destinos imperscrutáveis de um funcionário nosso: destinos que, embora muito tristes, não parecem moralmente proporcionais à trágica grandiosidade dos meios que concorreram para determiná-los.

E então, para aliviar nosso pensamento de tantas perplexidades perturbadoras, só restaria refugiar-se na hipótese “espiritualista”: partindo do postulado de Laplace e de Lodge, segundo o qual, filosoficamente falando, seria dado a um *Espírito Infinito* contemplar indiferentemente o passado e o futuro em termos de

coexistência ou de seqüência; adaptando, com Myers, este postulado aos minúsculos negócios humanos, pela suposição de uma inumerável hierarquia de *inteligências finitas* interpostas entre nosso espírito e uma *Anima mundi*, as quais, à medida que elas se elevariam hierarquicamente, gozariam de uma visão cada vez mais estendida no passado e no futuro; enfim, atribuindo a essa ordem complexa e maravilhosa, premonições que, pela ação hierárquica descendente, chegariam telepaticamente às subconsciências humanas.

Alguns acharão estas conclusões audaciosas ou gratuitas, mas é muito claro que uma vez admitida a realidade dos fatos, elas aparecem como sendo as únicas, filosoficamente, imagináveis; a menos que se queira atribuir à subconsciência humana faculdades de inferência tão maravilhosas, que poderiam prever – como no caso em questão – com três meses de intervalo, que uma colisão entre dois navios indicados deve sobrevir no Mar Negro, que sobre um dos dois deve se encontrar o sensitivo, o qual perecerá na catástrofe, e aí perecerá de uma dada maneira. Supor tudo isso seria conferir em parte o atributo divino da onisciência à subconsciência; mas como onisciência é correlativa da onipotência, não se poderia atribuir à subconsciência uma fração da primeira, sem lhe atribuir, implicitamente, uma fração da segunda; mas então o sensitivo deveria mostrar-se pelo menos *bastante poderoso para salvar-se a si mesmo*.

Caso 18

Termino este subgrupo com dois casos que têm crianças como sensitivos.

O Sr. Domenico Fleres, Conselheiro da Corte de Apelo de Palermo, escreve ao Dr. Innocenzo Calderone, Diretor da revista *Filosofia della Scienza*, a seguinte carta:

Palermo, 14 de junho de 1910.

Relendo, como o faço com freqüência, seu sábio periódico, encontrei-me diante de um artigo escrito pelo meu jovem e estimado amigo, o advogado Guido Russo Perez, que relatava um caso de previsão do futuro com relação ao desastre de Mes-

sine, causa de tão nefastos acontecimentos para minha família e para meu patrimônio.

Quero também contar-lhes não um caso, mas vários traços da vida de minha adorada neta, filha de uma das minhas filhas, que veio iluminar minha casa e meu coração como um raio de luz e que este desastre cruel trouxe, obscurecendo minha vida inteira.

Será para mim um extravasamento, já que apenas o passado é o que me resta “dela”, que rememoro todos os dias, regando de lágrimas cada um dos meus atos, cada um dos meus momentos, porque tudo me fala “dela”.

Minha filha – vocês a conhecem – casara-se em Naso, o de Messine, com um dos meus sobrinhos que aí habitava. Todavia, sobretudo depois do nascimento da pérola que era minha neta, eu sofria de pensar que ela e minha filha tivessem que vegetar nessa região de montanha; fiz, portanto, de tudo e esta obra me foi amaldiçoada pela natureza, para tirá-los de lá. Depois de muito trabalho, cheguei a procurar meu genro e mostrar-lhe a possibilidade de se estabelecer em Messine.

Para mim, era uma felicidade; Messine era minha terra natal. Lá encontram-se as famílias de meus três irmãos e irmãs, e outros parentes queridos. Em Messine e na sua província estavam minhas propriedades, lá teria chamado de minha última estação quando me aposentasse.

Escrevi rápido à minha filha para que ela e os seus estivessem prontos para a mudança de sua família; mas tive que me calar por um momento, por causa de certas circunstâncias, no lugar para o qual os teria chamado. Eu lhes escrevia esta carta com alegria, o que os fez supor que deviam vir juntar-se a mim em Palermo. Minha neta, que vivia normalmente comigo, encontrava-se, então, com seus pais, em Naso. Sua mãe lhe disse:

- Você sabe que vamos deixar Naso?
- Sim, mamãe.
- Nós vamos para a casa dos avós em Palermo.
- Não em Palermo.
- Mas não, nós iremos para Palermo.

– Não, mamãe – repetiu com mágoa a criança –, não em Palermo, mas em Messine!

Como ela havia pressentido?

E foram para Messine. E pelo seu trabalho, pelas minhas relações de família, pelas nossas propriedades, meu genro chegara, em menos de um ano, a abrir em maio de 1907 uma das mais belas farmácias, das mais centrais, das mais acreditadas, das mais frutuosas.

No mês de outubro seguinte eu e minha família encontramos uma vilegiatura nas minhas terras, em Bauso, há alguns quilômetros de Messine. Lá pelo fim do mês descemos até à cidade eu e minha mulher, para saudar minha filha e toda a sua família, pois minhas férias terminavam no final daquele mês.

Quando minha mulher, alguns dias antes da partida, pegou nos seus braços a nossa alegria, nossa adorada neta, apertava-a, beijava-a, a criança olhava sua avó com um olhar de ternura entristecida.

– Minha adorada, você não pode compreender ainda que angústia experimenta a avó por deixá-la.

– Sim, vovó, nós não nos veremos mais!

– Nós não nos veremos mais? Não, você virá para o carnaval para juntar-se a nós em Palermo?

– Não, vovó, nós não nos veremos mais!

Dois meses mais tarde o desastre a tinha tragado nos escombros com toda a sua família, que, como vocês sabem, apenas me restou minha infeliz filha, viúva e privada de seus filhos.

Na tarde do domingo, 27 de dezembro, tinha havido uma festa de família na casa do meu genro. Por volta de meia-noite a mãe tinha colocado na cama seu menino e procedia, em seguida, à higiene noturna da minha neta. No momento em que trocava as meias da criança, esta, sorridente, disse-lhe:

– Mamãe, você está me colocando as meias da morte!

– Da morte, não... da noite, você deve dizer.

E a pequena foi para a cama, sempre sorrindo, mas repetindo sempre: “As meias da morte”, o que entristeceu a pobre mãe.

Por volta de seis horas mais tarde... a morte abatia Messine e quase todos os seus habitantes!

Agradeço-lhes se tiveram a paciência de me ler até aqui, paciência amiga! Pude extravasar minha dor de cada dia, de cada hora, após dezoito meses.” (Assinado: Domenico Fleres. Revista citada, 1910, pág. 108.)

Este caso – onde se trata de um pressentimento de morte percebido por uma criança quase ignorante da significação da palavra, e na qual a morte se deve a um cataclismo terrível e imprevisível – sugere as mesmas considerações que o precedente.

Caso 19

César de Vesme, no vol. II, pág. 297, do seu *Histoire du Spiritisme*, narra este fato contado por Foissac:

“Há um ano, estando em Edimburgo, ia a uma vila visitar um dos meus velhos amigos, o Sr. Holmes. Encontrei aí todos os rostos obscurecidos pela tristeza. O Sr. Holmes tinha, no mesmo dia, assistido a um enterro num castelo das redondezas; contou-me que o filho dos senhores do castelo assustara freqüentemente sua família, manifestando esses fenômenos que se atribui à *segunda vista*. Via-se-lhe, às vezes, alegre ou triste sem causa aparente, o olhar profundo e melancólico, pronunciar palavras sem seqüência, ou descrever estranhas visões. Tentou-se, mas em vão, combater essa disposição através de violentos exercícios físicos e um sistema de estudos variados, com o apoio de um médico eminente. Oito dias atrás a família encontrava-se reunida; de repente, viu-se o pequeno William, de apenas 12 anos, empalidecer e ficar imóvel; todos prestam atenção e o escutam pronunciar estas palavras: “Vejo uma criança adormecida, deitada numa caixa de veludo, com uma coberta de seda branca; em volta, coroas e flores. Por que meus pais choram?... Esta criança sou eu”.

Chocados pelo terror, o pai e a mãe pegam William, cobrem-no de beijos e de lágrimas. Ele volta a si e entrega-se com ardor vivo às brincadeiras de sua idade. Não havia se passado uma

semana quando a família, sentada à sombra após o almoço, procurou a criança, que se encontrava ali um instante antes. Ninguém o vê, chama-se por ele, nenhuma voz responde. Cem gritos de dor entrecruzam-se, percorre-se o jardim em todos os sentidos. William desapareceu. Após uma hora de buscas e de angústias encontra-se a criança no fundo da pia de uma fonte na qual tinha-se afogado, debruçando-se sobre ela para pegar um barquinho que o vento havia soprado para longe da margem...”

Caso interessante, também, e que as hipóteses “fatalista”, “re-encarnacionista” e “espiritualista” prestam-se igualmente bem para explicar. Não me pronunciarei por nenhuma, deixando esta tarefa aos leitores.

SEGUNDA CATEGORIA

Premonições de doenças ou de mortes que se referem a terceiros

SUBGRUPO E

Premonições de doenças de terceiros (Caso 20)

Embora os casos suscetíveis de entrar nesta categoria sejam muito mais numerosos, relatarei apenas um, pois o intervalo entre a premonição percebida e a declaração da doença sendo aí muito curta, parece muito mais submetida às hipóteses das *inferências subconscientes e telepáticas*.

Caso 20

Tiro-o da narrativa bem conhecida do Dr. Stevens sobre o caso da Srta. Lurancy Vennum, que depois de ter entrado espontaneamente em condições de “possessão mediúnica”, permaneceu nesse estado durante quatro meses, assumindo o nome de sua amiga falecida Marie Roff e indo viver junto da família desta última, que considerava como sua, não reconhecendo seus próprios pais durante todo esse período.

Entre as manifestações supranormais variadas às quais deu lugar o estado especial da Srta. Lurancy, encontram-se algumas de ordem premonitória, e esta entre outras:

“Marie Lurancy-Roff parecia notavelmente dotada por uma intuição de acontecimentos ainda não realizados. Uma tarde anunciou com uma expressão de grande ansiedade que seria necessário, na noite seguinte, cuidar atentamente do seu irmão Frank, o qual havia sido acometido de um mal muito grave, com perigo de morte se não fosse imediatamente socorrido. No momento da notícia, Frank encontrava-se muito bem e estava passeando pela cidade fazendo parte do corpo de uma banda musical... Entretanto, às 2 horas da manhã foi subitamente tomado por

convulsões, com sintomas congestivos e inconsciência quase completa. Marie diz que o momento crítico havia chegado e acrescentou:

– Leve-o imediatamente para o Dr. Stevens; ele está na casa da Sra. Marsh.

– Não – responde-se-lhe –, o Dr. Stevens foi à *Old Town*.

– Não – replicou Marie –, ele está com a Sra. Marsh; mande-o chamar imediatamente.

O Sr. Roff foi até lá e encontrou realmente o Dr. Stevens onde a médium havia dito. Quando o doutor chegou perto do doente constatou que Marie tinha feito pela sua própria iniciativa aquilo que o caso exigia e deixou-a continuar o trabalho, contentando-se de secundá-la nos seus esforços; foi ela quem salvou seu irmão.” (Citado por Myers em *Human Personality*, vol. II, pág. 364.)

SUBGRUPO F

Premonições da morte de terceiros a curto prazo, e em que a morte se deve a causas naturais (Casos 21 a 45)

Casos 21 a 24

Graças à mediunidade da Sra. Piper, e mais precisamente no período em que se manifesta o “Dr. Phinuit”, obteve-se um bom número de episódios premonitórios em forma de “diagnósticos proféticos”, complicados, às vezes, por incidentes auxiliares absolutamente imprevisíveis. Por mais conhecido que sejam esses episódios, não posso deixar de citar alguns, e tiro-os das relações publicadas pelo Dr. Hodgson nos vols. VIII e XIII dos *Proceedings of the S.P.R.*

21 – O Dr. Hodgson relata o que se segue:

“Uma outra profecia que se referia à morte de um irmão do Dr. Thaw, que nunca assistiu às sessões, realizou-se. Ele tinha uma asma crônica. Na sessão do dia 10 de maio de 1892 Phinuit diz que seus rins estavam doentes. Ora, na seqüência de uma visita médica minuciosa executada duas semanas mais tarde viemos a saber pela primeira vez que uma doença renal havia se desenvolvido nele. Durante a mesma sessão, e em resposta ao pedido correspondente, ele acrescentara: “Ele vai dormir e quando acordar será para se encontrar no mundo dos espíritos: seu coração parará. Ora, ele morreu efetivamente durante seu sono, e por uma parada súbita do coração, no dia 3 de setembro.” (*Proceedings*, vol. XIII, pág. 352.)

22 – A Srta. W. narra o que se segue:

“Na primavera de 1888, uma pessoa de nosso conhecimento – Sr. S. – acometera-se de uma enfermidade muito dolorosa. Não havia nenhuma probabilidade de cura e não se nutria esperança senão por um alívio próximo de suas torturas. Uma junta médica havia diagnosticado a continuação dos seus sofrimentos por uma série de anos ainda, com enfraquecimento mental provável. A filha do Sr. S., consumida pela ansiedade e pelas vigílias, estava

a ponto de cair doente a seu turno. Perguntei a Phinuit: “O que devo fazer para conseguir acompanhá-lo e proporcionar-lhe um pouco de repouso?” Foi-me respondido: “Ela não abandonará a cabeceira de seu pai, mas os sofrimentos deste último não durarão muito tempo. Os médicos estão errados a esse respeito. Haverá uma mudança dentro em pouco, ele desencarnará antes que o verão termine.” Foi o que aconteceu; ele morreu aos poucos em junho de 1888.” (*Proceedings*, vol. VIII, pág. 34.)

23 – O Senhor M. N. relata o seguinte caso, que é confirmado pela sua mulher:

“5 de abril de 1889 – Ia ver a Sra. Piper por volta do fim de março do ano passado (desde os primeiros dias de fevereiro eu tinha o hábito de ir à sua casa uma vez a cada 15 dias). Ela me predisse a morte de um parente próximo a mim, que aconteceria dentro de seis semanas mais ou menos e me daria alguma vantagem pecuniária. Pensei naturalmente em meu pai, com idade muito avançada, de cuja personalidade a Sra. Piper havia falado com uma admirável evidência várias semanas antes, se bem que ela se comportou de maneira a fazer crer que falava, não do meu pai, mas de uma outra pessoa à qual ligava-me um estreito parentesco. Perguntei, todavia, se a pessoa que devia morrer era a mesma que ela havia descrito em tal ocasião; mas ela se defendeu, de maneira que não cheguei a nada saber. Alguns dias depois minha noiva visitou a Sra. Piper, e esta predisse-lhe, então, sem reticências, que meu pai estaria morto no período de algumas semanas.

Por volta da metade de maio, meu pai, que se recompunha de um ligeiro ataque de bronquite, morreu subitamente em Londres em consequência de uma paralisia cardíaca; isto aconteceu no mesmo dia em que os médicos tinham-no declarado fora de perigo. Anteriormente, Phinuit, através da Sra. Piper, tinha me anunciado que estaria junto de meu pai para exercer sobre ele sua própria influência em vista de certas disposições testamentais tomadas por ele. Dois dias depois que recebi o anúncio telegráfico da morte, eu ia à casa da Sra. Piper com minha mulher; Phinuit anunciou que meu pai encontrava-se com ele e que sua chegada no mundo dos espíritos havia sido súbita. Depois disso

assegurou-me estar empenhado junto ao meu pai para persuadi-lo a propósito das disposições testamentais em questão. Depois ele me informou sobre o conteúdo do testamento, descreveu a pessoa do principal executor testamentário e disse que este último, desde a minha chegada a Londres, teria adiantado certa proposição em meu favor, para submeter ao consentimento dos dois outros executores.

Três semanas depois encontrava-me em Londres. O Principal executor testamentário correspondeu à descrição de Phinuit; o testamento tinha sido redigido nos termos que ele havia predito; a proposição em meu favor foi, efetivamente, adiantada e minha irmã, que nos três últimos dias não tinha quase nunca saído da cabeceira do meu pai, contou que lamentara-se repetidas vezes da presença de um velho ao pé da sua cama, que o importunava querendo discutir sobre seus interesses privados.” (Assinado: Sr. M. N. e Sra. M. N. – nos *Proceedings*, vol. VIII, pág. 121.)

24 – Em 1888, a Sra. Pittman, que era membro da Sociedade Americana para as Pesquisas Psíquicas, tinha tido duas sessões com a Sra. Piper. Phinuit disse entre outras coisas: “Você vai ficar muito doente; irá a Paris; estará muito mal; terá uma grande fraqueza no estômago; fraqueza na cabeça. Um senhor louro pálido cuidará de você enquanto você estiver doente, além-mar.”

Na seqüência dessa declaração, a Sra. Pittman perguntou a Phinuit qual seria a saída para a doença. Phinuit procurou esquivar-se através de respostas evasivas. Com o pedido da Sra. Pittman, o Dr. Hodgson insistiu a seu turno e Phinuit concluiu dizendo: “Uma vez que ela não estiver mais doente, tudo irá perfeitamente bem para ela.”

A Sra. Pittman respondeu que seu estômago ia muito bem; ela contradisse Phinuit sobre todos os pontos e Phinuit mostrou-se muito aborrecido. Mas logo a Sra. Pittman caiu doente. Ela foi cuidada pelo Dr. Herbert, que é louro; ele diagnosticou uma inflamação do estômago. Então a Sra. Pittman começou a crer na predição de Phinuit, mas, interpretando falsamente as últimas palavras deste, ela acreditou que se restabeleceria. Foi tratada em Paris pelo Dr. Charcot de uma doença nervosa. Teve uma fra-

queza na cabeça e suas faculdades foram apagadas. Enfim, ela morreu. Agora ela não está mais doente e tudo deve ir bem para ela, como o havia predito Phinuit. (Sr. Sage: *Senhora Piper*, págs. 108 e 109. Citado de uma maneira mais extensa nos *Proceedings*, vol. XIII, págs. 496 e 497.)

Caso 25

Agrupo numa só narrativa os incidentes de premonições simbólicas de mortes produzidas pela célebre “Vidente de Prevorst” (Sra. Hauffe). São incidentes muito conhecidos, mas não acreditei dever excluí-los, dada sua indiscutível autenticidade. Consistem em curtas passagens espalhadas aqui e ali no livro do Dr. Kerner: *La Voyante de Prevorst*. Na página 15 ele descreve um primeiro caso nestes termos:

“... Sonhos proféticos, predições, visões proféticas nos copos ou nos espelhos provavam a intensidade de sua vida interior... Uma manhã, deixando a peça durante a visita do médico, ela viu no *hall* um caixão que lhe barrava o caminho e continha o corpo de seu avô paterno. Voltou para o seu quarto e pediu ao médico e a seus pais para virem ver; mas eles não puderam ver nada e ela própria não o percebeu mais. Na manhã seguinte o caixão, com o mesmo corpo dentro, estava ao lado da sua cama. Seis semanas mais tarde seu avô morreu, depois de ter gozado de uma saúde perfeita até alguns dias que precederam sua morte.

As bolas de sabão, os copos, os espelhos provocavam sua visão espiritual... Não foi sem dificuldade, todavia, que a fizeram olhar nas bolas de sabão. Ela parecia trêmula e temia ver qualquer coisa que teria podido aterrorizá-la. Numa dessas bolas ela viu, uma vez, um caixãozinho colocado diante de uma casa vizinha. Nesse momento não havia nenhuma criança doente, mas pouco depois a mulher que morava ali veio a engravidar. A criança viveu apenas alguns meses e a Sra. Hauffe o viu conduzir no caixão. (pág. 44.)

Uma noite, ela sonhou que via a filha mais velha de seu tio sair da casa com um pequeno caixão sobre a cabeça; sete dias mais tarde seu filho de um ano, de quem ninguém supunha

nenhuma doença, morreu. Acordando, ela havia contado esse sonho a mim e a outros. (pág. 33.)

Uma outra noite, ela sonhou que atravessava a água, segurando na mão um pedaço de carne estragada e que, encontrando a Sra. N., esta perguntara-lhe com inquietação o que faria daquilo. Quando ela nos fez conhecer esse sonho fomos incapazes de interpretá-lo. Sete dias depois a Sra. N. dava a luz a uma criança morta, cujo corpo já estava em estado de decomposição. (pág. 53.)

Uma outra noite, ela sonhou que a Sra. L., que não conhecia e nunca tinha visto, viera até ela chorando e levando uma criança morta nos seus braços, pedindo-lhe socorro. Seis semanas mais tarde esta senhora dava a luz, após muitos sofrimentos e perigos, e perdia seu filho. (pág. 54.)

Durante os três dias sucessivos que precederam a morte de seu pai, num momento em que não se tinha ainda recebido nenhuma notícia de sua doença, estando em estado de vigília, ela viu perto de seu leito um caixão recoberto com uma mortalha, sobre a qual estava traçada uma cruz branca. Ela ficou muito alarmada e disse que temia que seu pai morresse ou ficasse doente. Procurei acalmá-la sugerindo que isso podia indicar qualquer outra pessoa. Ela não sabia como interpretar a produção desse caixão fechado, pois até ali vira caixões com a aparência da pessoa que devia morrer *deitada* dentro, ou com a aparência da pessoa que devia estar doente olhando o interior. No dia 2 de maio, durante a manhã, chegou a notícia da doença de seu pai, que morreu na noite do mesmo dia. (pág. 58.)

Tendo acordado três vezes, ela viu sua sogra *olhar* num caixão. Sete dias depois essa senhora ficou doente, porém se restabeleceu. Quando a Sra. Hauffe vê o fantasma de uma pessoa morta estendida num caixão, isso anuncia uma morte próxima; se o fantasma parece vivo, é uma grave doença que está predita. (pág. 58.)

Eis as principais premonições de morte citadas na obra do Dr. Kerner. O fato é que, de maneira excepcional, a médium percebeu um caixão fechado para o seu próprio pai, ao invés das

visões habituais de caixões abertos contendo a pessoa que devia morrer. Isto se prestaria para provar a existência de uma intencionalidade no agente transmissor das mensagens premonitórias, intencionalidade que consistia em disfarçar a verdade à vidente para prepará-la para o triste acontecimento por meio de uma vaga apreensão da morte iminente de uma pessoa amada, e nada mais; se, ao contrário, ela tivesse visto aparecer o habitual caixão aberto contendo o cadáver de seu pai, não somente o objetivo de ali dispô-lo não teria sido atingido, mas teríamos agravado sua dor pela agonia de três dias de espera.”

Caso 26

O Dr. Samas comunica o seguinte episódio:

“O fenômeno psíquico que vou relatar não é recente: ele remonta já há cinco anos. Mas se bem que tenha chocado nessa época a sociedade, restrito é verdade, pelo assunto, não chegou ainda ao conhecimento do mundo esclarecido; e por outro lado, as circunstâncias que o acompanharam são tão curiosas e precisas ao mesmo tempo, que me pareceu interessante relatá-lo aqui.

Eis, brevemente, a explicação dos fatos:

Na noite do dia 24 ou 25 de maio de 1900 o Sr. R., então com a idade de 28 anos, morando numa grande cidade do norte da França, sonha que, estando no cabeleireiro, a mulher deste último põe-lhe as cartas (digamos rapidamente que a mulher em questão nunca tinha demonstrado esse talento na sociedade), e anuncia-lhe: “Seu pai morrerá no dia 2 de junho.”

No dia 25 de maio, pela manhã, o Sr. R. conta esse sonho à sua família (ele morava, então, na casa dos seus pais), e todas essas boas pessoas, bastante cépticas para esse gênero de advertências, riam sem dar a isso nenhuma importância.

Notemos que o Sr. R. pai tivera, com longos intervalos, alguns acessos de asma; mas nesse momento ele se achava muito bem.

No dia 1º de junho, assistindo aos funerais de uma pessoa de seu conhecimento, o Sr. R. pai conta o sonho a um de seus amigos e concluiu alegremente: “Se eu tiver que morrer amanhã,

não tenho mais tempo a perder.” O dia inteiro se passa sem que o Sr. R. esteja indisposto.

Fato ocasional e estranho também: à noite um dos seus filhos, soldado em Verdun, retorna; ele não era esperado. Tendo apenas alguns dias de permissão, decidira, primeiro, que não retornaria à sua casa; depois voltara atrás sobre sua primeira decisão, e sem ter tido tempo para prevenir sua família, colocara-se a caminho.

Toda a família reunida conversa alegremente, bem antes da noite. Às 23:30 o Sr. R. pai se deita, nada indisposto. À meia-noite foi tomado por uma crise de opressão: dispnéia intensa, tosse violenta, expectoração espumosa e sanguinolenta; corre-se para chamar um médico; é muito tarde, tudo é inútil... À meia-noite e 20 minutos do dia 2 de junho, por conseguinte, o Sr. R. pai morre.”

O Sr. Samas junta esses comentários:

“Examinemos sucessivamente os fatos e vejamos se poderemos encontrar aí a explicação. Certamente, os cépticos vão se sair muito bem dizendo que houve aí uma simples coincidência. Sem dúvida, o acaso pode fazer muitas coisas, mas não explica nada.

Poder-se-ia imaginar, talvez, que nesse caso houvesse *uma relação de causa e efeito*: o senhor R. pai, cardíaco, por conseguinte, chocado por esse sonho; além disso, o retorno de seu segundo filho, segunda emoção; talvez mesmo sua imaginação já sobreexcitada teria visto nesse concurso de circunstâncias algum funesto pressentimento, suscetível para determinar por uma ação reflexa, pela ação do moral sobre o físico, a crise última que deveria abatê-lo.

Mas vimos há pouco que nem o Sr. R. pai, nem nenhum membro de sua família teria dado importância a esse sonho estranho. Não é mais lógico considerar esse sonho como um sonho premonitório?” (Dr. Samas, nos *Annales des Sciences Psychiques*, 1905, pág. 371.)

Caso 27

Foi recolhido pelo Dr. Mattiesen, que o enviou à *S.P.R.* É um exemplo característico de *impressão* premonitória que se renova sob múltiplas formas de repercussão *simpática* física e moral, até o momento de realização. Não são revelados os nomes dos protagonistas.

A Srta. L. B. descreve como se segue suas próprias sensações:

“No dia 6 de junho de 1908 meu pai morria de uma apoplexia fulminante, sem nenhum sintoma precursor, a não ser uma sensação dolorosa no peito, sentida no dia 31 de maio, e para a qual pedíramos que consultasse um doutor, que o declarou em perfeita saúde. Ora, eu, sua filha, experimentara desde o dia 26 de maio uma sensação dolorosa idêntica, que meu pai julgou provir de um resfriado. Mas quando, no dia 31 de maio, eu disse que minha sensação aumentava com sintomas de sufocação, com inquietação e grandes angústias, meu pai me olhou surpreso e me confessou experimentar os mesmos aborrecimentos. Tudo isso acresceu-se em mim até um ponto insuportável, e procurei inutilmente combatê-los pelo uso do brometo. No dia 30 de maio, como eu jantava no restaurante com meu noivo e um amigo, pela primeira vez revelou-se-me a significação do meu estado de alma: era o prenúncio da morte do meu pai. Comuniquei esta impressão aos meus companheiros, que a acolheram brincando; mas não tive descanso até que, entrando em minha casa, vi meu pai vir ao meu encontro no jardim, com um aspecto florescente e vigoroso.

No dia seguinte eu ia com meus amigos numa cidade vizinha, onde tinha estado outras vezes com meu pai; porém me foi impossível ali ficar, pois a mesma forma de angústia crescente e intolerável me pegou. Falei de novo com meus companheiros, que desta vez mostraram-se contrariados, pois estraguei o bom humor da reunião com meus prognósticos e os constrangia a retornar. Quando cheguei à casa, encontrei meu pai ocupado em cultivar as flores no jardim; mas, mesmo com sua visão, não pude encontrar a tranqüilidade.

A consulta médica de que falei aconteceu no dia 2 de junho, e apesar do prognóstico consolador, meu sombrio pressentimento não se atenuou. No dia precedente meu pai confiara-me uma soma para depositar no banco, comissão da qual me encarregava de executar, pois tinha em mim esta triste idéia: “Meu pai pensa em mim pela última vez”, e pedi à minha irmã para ir no meu lugar.

No dia 4 de junho meu pai libertara-se de toda dor no peito, o que fez com que não aplicasse mais o cataplasma indicado pelo doutor. À noite fui acordada pelos latidos do cachorro, que dormia no corredor. Minha irmã ouviu, como eu, alguém que, com voz baixa, tentava acalmá-lo; e, embora eu supusesse que se tratava do meu irmão, fui presa de uma ansiedade e de calafrios mortais. Desci da minha cama e me coloquei ao lado do cachorro, que encontrei só e apavorado (meu irmão o ouvira latir, mas não se mexera). No cúmulo da angústia, corri ao quarto dos meus pais para acordar meu pai; foi só ouvindo sua voz que me acalmei, suficientemente, para voltar ao meu quarto, sem voltar a pegar no sono; e, velando assim, tive por um instante a visão terrivelmente clara do meu pai morto, estendido diante de mim.

No dia 5, à tarde, fôramos num barquinho a vapor em excursão a L., onde se festejava o dia do nascimento de um amigo, Herr Von L.; mas me foi impossível participar da alegria dos convidados, o que foi notado, tanto mais que minha palidez atraía os olhares, e todos me interrogavam. Propôs-se uma excursão na floresta, da qual meus pais não participaram. Levada pelo meu inexplicável estado d’alma, separei-me do grupo na metade do caminho para ir correndo rever meu pai.

No dia 6, durante o dia, eu tive que ir à estação por causa de uma carta urgente; lá, minha angústia habitual pegou-me com uma veemência indizível. Voltei à casa correndo e ali encontrei meu pai mergulhado na leitura; vendo-me, pôs-se a ler as conclusões de um romance começado por mim. Depois serviu-se o jantar; em seguida minha mãe e minha irmã desceram para a cozinha, e permaneci a sós com meu pai, que, sentado diante da mesa, percorria um jornal, enquanto que a pouca distância eu brincava com o cachorro. Vi, de repente, a cabeça do meu pai

tombar de um lado e chocar-se pesadamente contra a mesa. Precipitei-me, e logo me dei conta do que havia acontecido. A partir desse momento tornei-me absolutamente calma!”

(Seguem-se os testemunhos dos familiares, do marido, dos amigos, do médico, da reprodução de uma página do jornal pessoal da Srta. L. B., onde ela anotava, dia a dia, suas próprias sensações anormais). (*Journal of the S.P.R.*, págs. 358-363.)

Caso 28

Extraio-o da obra do Sr. de Mirville, e é um episódio de sonambulismo magnético contado pelo Dr. Rostan. Ele se exprime assim:

“No caso de previsão sonambúlica, vi fatos bem singulares e mal ousou julgar minhas observações numerosas. No hospital da Salpêtrière, fiz entrar uma mulher em sonambulismo diante de vários médicos. Sentada em sua cama, estava na calma mais profunda; de repente ela se agita, violentamente, como alguém preso ao sofrimento. Perguntamos a ela a causa dessa mudança súbita; primeiro ela não quer responder; depois, afinal, ela nos diz: “Sinto que a felicidade se aproxima.”

Com efeito, no fim de um instante, a porta se abre e vemos entrar a doente que ela acabava de indicar. Parecendo sofrer cada vez mais a sonâmbula, insistimos para conhecer-lhe a causa, mas ela desculpa-se dizendo que temia causar desgosto à sua amiga. Nós a fizemos sair, sem saber muito a que revelação devíamos nos ater, e apressamos de novo as questões a fim de dissipar nossa incerteza; ela responde: “Os médicos acreditam que ela teve um ataque no peito; mas não é nada, é o coração que está doente. Dentro de quatro dias, ela diz, sábado, às cinco horas, ela terá uma violenta hemorragia; o senhor a fará sangrar, mas não a impedirá de morrer *seis dias depois*.”

A hemorragia aconteceu no sábado, na hora indicada; sangrou-se, segundo a indicação da Ciência (de então), e *seis dias depois* a previsão teve seu desfecho. A autópsia verificou o diagnóstico da sonâmbula. (Dr. Rostan, citado por de Mirville na obra *Des Esprits et de leurs Manifestations*, pág. 48.)

Os Leitores vão se lembrar de que no começo da classificação presente citei dois casos autopremonitórios de doença e de morte devidos ao sonambulismo magnético, sobre os quais exprimi a dúvida de que nem todos os incidentes que eles encerram possam ser legitimamente atribuídos à auto-sugestão; acrescentei que a meu ver, e em matéria de hipnose, resta ainda muito para auscultar e muito para modificar nas teorias em voga, que pecam pelo seu amor transbordante pela generalização. Vemo-nos aqui, agora, diante de um caso de sonambulismo magnético que vem apoiar minhas afirmativas, pois a sonâmbula, ao invés de prever a hora de sua própria crise e de sua própria morte, prediz a hora da crise e da morte de uma terceira pessoa ignorante da profecia, o que é bem diferente, e não se explica, certamente, nem pela auto-sugestão, nem pela sugestão; nós seremos, então, obrigados a concluir que as teorias sugestivas não bastam para explicar a complexidade da fenomenologia hipnótica e, uma vez admitido isso, não haveria mais obstáculos para convir que também nos casos em que as fases da doença pessoal são preditas, a hipótese auto-sugestiva não deve sempre sobrepujar as outras.

Nesse estado de coisas, será preciso, então, necessariamente, para resolver o problema, percorrer uma primeira etapa da estrada para as regiões do supranormal e convir que tudo concorre para fazer presumir que o *eu subliminal* tem, às vezes, a percepção maravilhosamente exata das doenças latentes que trabalham o organismo ao qual ele está ligado e, telepaticamente, ao organismo de outrem; e isto até o ponto de aí inferir, de uma maneira prodigiosa aos nossos olhos, as fases que deverão percorrer, e na hora precisa na qual se desenrola cada crise particular, até a cura ou a morte. Isto revela um processo já muito mais misterioso que não é senão a realização de uma auto-sugestão e já representa um primeiro degrau de premonição própria e verdadeira.

Caso 29

Ainda um exemplo de sonambulismo magnético, análogo ao precedente, e que comporta as mesmas considerações. O Dr.

Liébault, em apêndice do livro *Thérapeutique Suggestive*, cita o caso seguinte:

“Numa família dos arredores de Nancy, adormecia-se uma moça de 18 anos, chamada Julie. Esta moça, uma vez colocada em estado de sonambulismo, estava em si mesma, como se recebesse a inspiração, repetindo a cada nova sessão que uma parenta próxima dessa família, que ela nomeava, morria logo e não chegava a 1º de janeiro. Estávamos, então, em novembro de 1883. Uma tal persistência nas afirmações da dorminhoca conduziu o chefe dessa família, que pressentia ali um bom negócio, a contratar um seguro de vida de 10.000 francos sobre a cabeça da senhora em questão, a qual, não estando de jeito algum doente, obteria facilmente um certificado do médico. Para conseguir esta soma, dirigiu-se ao Sr. L., escreveu-lhe várias cartas, numa das quais contava o motivo que o levava a tomar emprestado. E essas cartas, que o Sr. L. mostrou-me, ele guarda como provas irrecusáveis do acontecimento futuro anunciado. Enfim, acabou-se por não se ouvir sobre a questão dos interesses, e o negócio iniciado ficou nisso. Mas, algum tempo depois foi grande a decepção do caloteiro. A Sra. X., que devia morrer antes do dia 1º de janeiro, sucumbiu, com efeito, e de repente, no dia 31 de dezembro, aquilo que testemunha uma última carta do dia 2 de janeiro, endereçada ao Sr. L., carta que esse senhor guarda também com aquelas que recebera, precedentemente, sobre a mesma pessoa.”

Caso 30

Foi tirado do *Journal of the American S.P.R.*, 1909, pág. 423; é um exemplo de premonição simbólica que se renova várias vezes até o momento da morte da pessoa implicada. Tem, além do mais, o mérito de assumir a forma de um depoimento sob juramento diante do tabelião e de estar apoiado, da mesma maneira, pela pessoa a quem o sensitivo participara a narrativa da manifestação.

O tabelião Prescott F. Hall assim relata:

“O Sr. I. E. F. B. compareceu diante de mim, tabelião; depois de ter, devidamente, feito juramento, ele depõe o que se segue:

“Tenho 41 anos, moro em Boston, Rua N. Em fevereiro e março de 1907 eu morava na Rua C. Minha mãe estava na cozinha da Sra. M. F. H., de quem se fala nessa narrativa.

A partir do dia 7 de fevereiro de 1907, e durante quatro noites seguidas, achando-me acordado na minha cama, e a cada vez, ao soar da meia-noite, um caixão vazio me apareceu ao lado da cama. Os postigos estavam fechados, o quarto absolutamente obscuro e o caixão incolor. A primeira vez, olhei a aparição, depois desviei o olhar; finalmente olhei de novo. Depois de um intervalo de tempo, que estimei em 40 segundos, uma forma de mulher, vestida de escuro, com um aspecto vivo, cujos traços eram os da Sra. M. F. H., apareceu no caixão. O fantasma aí permaneceu mais ou menos 60 segundos; depois apagou-se completamente, assim como o caixão. Como eu lhe disse, a aparição se repetiu durante quatro noites sucessivas, depois do que, não vi mais nada até à noite do dia 9 de março, em que ela se repetiu de uma maneira idêntica, à mesma hora. No dia seguinte, às 8 horas e 15 minutos da manhã, a Sra. M. F. H. morria. No momento da manifestação, contei-a ao meu irmão e à Srta. L. C., amiga da minha mãe, então minha governanta.”

(A Srta. L. C. testemunha, mediante juramento diante do tabelião Prescott F. Hall, que a narrativa acima é conforme à verdade.)

Caso 31

Aqui, a predição de morte aconteceu sob a forma de alucinação auditiva e coletiva, forma bastante comum nos fenômenos premonitórios. O Sr. Salvatore Balsamo escreve nestes termos ao diretor de *Luce e Ombra*:

“Permita-me chamar sua atenção sobre dois fatos de alguma importância acontecidos com minha família, durante o curto espaço de alguns dias.

No dia 5 deste mês de outubro morria meu cunhado, Gregorio Trentacapilli, de 54 anos, que tinha diabete tuberculosa. Desde o

ano passado, seu estado causava sérias preocupações na família; ninguém, entretanto, previa um fim tão próximo para ele, cuja natureza era das mais resistentes.

Pois bem, dois dias antes do seu falecimento, por volta das 21 horas, estávamos à cabeceira do doente, minha mulher, a do defunto e suas duas filhas, Angiolina, de 25 anos, e Franceschina, de 18 anos. Acrescento que as faculdades mentais do meu cunhado mantiveram-se sempre perfeitamente lúcidas.

De repente, fomos surpreendidos, quase apavorados por um barulho ensurdecador, como se viesse da queda e quebra de louça numerosa no quarto ao lado, para o qual nos precipitamos sem nada encontrar, pois não havia louça nesse quarto; e demos a volta em torno da casa, sem nada constatar de anormal. Não é tudo: depois de uma hora mais ou menos, despedimo-nos do doente e, acompanhados da minha cunhada e de nossos sobrinhos, encontrávamo-nos na escada, quando nossa atenção foi chamada por outros barulhos muito fortes, parecendo com o de um bastão batido no terraço que ficava acima da casa, onde, todavia, ninguém se encontrava. Depois de dois dias, como eu lhe disse, meu cunhado morria.

No dia 20, este outro fenômeno aconteceu em minha casa:

Alguns minutos faltavam para as 13 horas; eu me sentava com minha mulher para almoçar, quando ouvimos no quarto ao lado três golpes muito fortes, como de bastão, sobre um móvel de madeira. Estremecemos, e minha mulher, ainda sob a impressão dos primeiros avisos, disse que alguma outra desgraça nos esperava; minhas afirmativas para acalmá-la foram inúteis, e o almoço foi ruim. Pois bem, à noite recebi um telegrama de Catanzaro, anunciando-me a morte do meu sobrinho Gabriel Balsamo, de 25 anos, causada por uma febre tifóide, precisamente às 13 horas.” (*Luce e Ombra*, 1911, pág. 265.)

Caso 32

O Prof. James Hyslop estudou-o, e tiro-o do *Journal of the American S.P.R.* (1911, pág. 372). É de se observar o fato de que

o fantasma do defunto apareceu para a mãe no sonho simbólico e reapareceu para a filha no seu leito de morte.

“Uma noite, tive em sonho uma visão tão clara, que é como se estivesse em pleno dia e que se tivesse levantado uma cortina de teatro diante de mim. Eu via dois belos pés de plantas: um de “flores-de-neve” e um de hortênsias, ambos mais altos e mais desenvolvidos do que geralmente o são, sobrecarregados de flores brancas e recobertos com uma ligeira camada de neve. Meu marido defunto, vestido de preto, apareceu ao seu lado, olhando-me e sorrindo. Ele colheu três flores da primeira planta e me fez observar que as flores estavam cobertas de neve, desaparecendo em seguida. Pensava eu: “Não pode ser um simples sonho; meu marido veio anunciar-me meu fim que se aproxima.” Eu tinha perdido meu marido e uma filha; concluí com isso que a terceira flor arrancada devia representar a mim mesma. Tive esta visão no meio do inverno e preparei-me para morrer. Eu tinha nos Estados Ocidentais uma filha casada, à qual contei o meu sonho; ela me pareceu convencida, a seu turno, de que se tratava da predição de minha morte. Ela era jovem, bela e gozava, aparentemente, de uma saúde perfeita; e entretanto foi ela que, no dia 13 de março, sucumbia em consequência de uma paralisia cardíaca. A doença foi breve, e no momento supremo ela gritou: “Como então! Papai está aqui, vejo meu papai!” E ela morreu logo.”

Já se vê emergir, no simbolismo desse caso, o que observamos precedentemente: que de hábito, nas premonições de morte, referindo-se a estritos parentes, ou a outras pessoas caras ao sensitivo, o simbolismo toma uma forma vaga, como se se quisesse criar nele um estado propício de vigilante apreensão, capaz de preparar os interessados à execução de um acontecimento doloroso, sem afligi-los pela revelação prematura da verdade. E nos raros casos em que esta ordem de idéias não se observa absolutamente, constata-se, então, a existência de circunstâncias que podem explicar essas exceções; assim, no 26º caso, em que se vê um filho receber em sonho a predição explícita da morte de seu pai, nota-se que os familiares eram cépticos em matéria de sonhos e que riam disso.

Portanto, certas distinções inteligentes na produção do simbolismo premonitório não deveriam se realizar, se a gênese desse último fosse exclusivamente *associativa*, isto é, se a transmissão figurada de uma mensagem indicava unicamente a *via de menor resistência* percorrida pela mensagem subliminal para emergir na consciência. Dever-se-ia, portanto, concluir que em uma parte ao menos dos fenômenos de simbolismo premonitório, a existência de uma intencionalidade não parece causar nenhuma dúvida.⁴

Caso 33

Nesse outro episódio – ao qual pode-se aplicar as mesmas considerações – a visualização de um caixão aconteceu no estado de vigília, com a particularidade de que no ponto preciso em que apareceu o caixão alucinatório, o caixão real foi, em seguida, realmente depositado. Encontro-o nos *Proceedings of the S.P.R.*, vol. XI, pág. 521.

A Sra. Baker, mulher do coronel F. Baker Pasha, escreve na data de 22 de junho de 1891:

“Um incidente muito estranho se produziu na minha família há vários anos, mais precisamente em 1887. Um dia, minha irmã H. e eu estávamos sentadas no nosso quarto, conversando, quando ela se levantou para descer ao salão. Imediatamente ouvi-a chamar-me com um ar de terror; precipitei-me prontamente e encontrei-a muito agitada por causa da aparição que ela tinha visto de um caixão diante do piano. Três semanas depois uma outra das minhas irmãs morreu; durante a espera da cerimônia, seu caixão foi levado para baixo e depositado diante do piano, no lugar preciso em que minha irmã o tinha visto através de um fenômeno de previsão.”

(A sensitiva, Srta. H., não tem a coragem de enviar sua própria narrativa; esta recordação era-lhe muito penosa.)

Caso 34

Outro sonho simbólico com caixões, muito mais complexo que os precedentes, e ao qual poder-se-á aplicar também as considerações enunciadas mais acima. Extraio-o dos *Proceed-*

ings of the S.P.R., vol. XI, pág. 493. O Rev. B. Dulley, residente em Saint-Peters's Clergy House (London Docks) recolheu-o e, depois de tê-lo transcrito, submeteu-o à sensitiva, que o reconheceu correto em todas as suas minúcias.

A Sra. Annette Jones, mulher de um comerciante de tabaco de "Old Gravel Lane" (East London) tinha nos primeiros dias de setembro um filho, chamado Pierre, que estava doente. Uma noite, ela sonhou que via passar uma carruagem, que o condutor parou diante dela, retirando o pano negro que o recobria e mostrando-lhe três pequenos caixões, dois brancos e o outro azul-pálido; o azul era o maior dos três. O condutor retirou o maior dos caixões brancos, depositou-o perto dela e seguiu seu caminho com os outros dois. Pela manhã a Sra. Jones contou o sonho ao seu marido e a uma mulher, insistindo especialmente com seu marido sobre o fato curioso do caixão azul-pálido.

No dia 10 de setembro uma amiga do casal Jones – Sra. Devonshire – deu a luz a uma criança que se chamou Eric. Ele parecia são e robusto, mas uma doença pulmonar o atingiu e ele sucumbiu no dia 29 de setembro. Na segunda-feira seguinte, 2 de outubro, o filho do casal Jones sucumbia, com a idade de seis meses. Os pais, tendo sido informados de que o enterro do pequeno Eric devia ser feito na quarta-feira seguinte, escolheram, também, este mesmo dia, um pouco por amizade, um pouco por economia, para o seu próprio filho. Na manhã da quarta-feira o padre informou ao casal Jones que uma outra criança tinha morrido, filho de um certo Jupp que estes não conheciam, e que teria sido levado à igreja ao mesmo tempo que os dois outros. Com essas palavras a Sra. Jones dirigiu-se ao seu marido, observando: "Os caixões das nossas crianças são brancos; se este for azul-pálido, meu sonho será plenamente cumprido." E ela esperou ansiosamente a passagem do terceiro enterro; quando o caixão apareceu e ela o viu azul-pálido, agarrou-se, convulsivamente, à sua irmã, gritando: "Eis o meu sonho!"

Resta observar que as dimensões respectivas dos três caixões correspondiam plenamente: o do pequeno Eric, não tendo vivido senão alguns dias, era o menor; o da criança Jupp, de seis anos, e

o maior, o de Pierre Jones, menor do que este e maior do que o primeiro. (O Sr. Jones confirma a narrativa de sua mulher.)

Se a visão da Sra. Jones fosse limitada ao fato da deposição de um caixão a seu lado, seria lógico concluir que o sonho em questão tirava sua fonte única da sua ansiedade materna por um filho doente, a qual à coincidência da morte do menininho seria atribuída uma aparência premonitória. Porém, o sonho em questão se complica pela visão de dois outros caixões, correspondentes a duas outras crianças mortas, cujos caixões deviam se reunir num mesmo enterro com o do filho da sensitiva, mais o episódio absolutamente imprevisível do caixão azul-pálido. E então a hipótese psicológica cai, e o caráter supranormal do sonho emerge indiscutivelmente; além disso, o caso é suficientemente extraordinário para nos deixar perplexos sobre a hipótese premonitória, a mais apta para explicar o conjunto dos fatos. Proponho-me a levar mais adiante meu pensamento, por ocasião de outras citações de episódios análogos (caso 39).

Caso 35

Poder-se-á aplicar a este outro caso as considerações expostas ainda há pouco sobre a existência de uma intencionalidade nas premonições. Extraio-o do vol. V, pág. 305, dos *Proceedings of the S.P.R.*; é um exemplo de simbolismo auditivo em condições de vigília. A sensitiva é a Sra. Morrison, com a qual Gurney discutiu longamente o caso, acontecido em maio de 1878, na Índia Oriental, província de Wellesley.

Depois de ter feito alusão aos males múltiplos dos quais a família tinha sido vítima nessa época, a Sra. Morrison diz, a respeito da morte de uma filhinha dela:

“Vários dias antes que minha filha caísse doente, eu me encontrava na cama uma manhã, completamente desperta, quando ouvi uma voz perfeitamente clara que dizia: “Quando as trevas se acumularem às onze horas, a morte passará.” Apavorada, levantei-me rápido, e a mesma voz repetiu lentamente, deliberadamente, as mesmas palavras.

Quando, mais ou menos uma semana depois, minha filhinha adoeceu gravemente, eu vigiava com um terror e uma ansiedade indescritível o aspecto do céu, tanto de dia como de noite; era época de lua cheia. Vários dias se passaram; a criança oscilava entre a vida e a morte; no alto o Sol resplandecia sempre, claro e flamejante; nenhum indício de nuvens ou de próximas mudanças atmosféricas. Duas vezes, no período de 24 horas, chegava a hora tão temida. Uma semana se passou assim; e eis que, finalmente, manifesta-se um furacão; faltavam apenas alguns minutos para as 11 horas. Os empregados precipitaram-se por toda parte, fechando os postigos às pressas, e a casa tornou-se extremamente sombria. Do lado de fora, as nuvens amontoavam-se, e meu coração se partiu. Nesse mesmo dia, um pouco depois da tarde, minha filha devolvia sua alma a Deus...”

Este caso, em que na premonição de morte acha-se revelada a hora precisa do que deveria acontecer e que contém a predição de uma perturbação atmosférica imprevisível, adaptar-se-á também às considerações afixadas no caso 39.

Caso 36

Para contrastar com os dois episódios citados, em que a pessoa que deve morrer *não está indicada*, relatarei dois exemplos em que esta está indicada, mas em que transparece que as pessoas em questão não estavam ligadas através de fortes laços afetivos aos sensitivos.

O caso foi rigorosamente estudado pelos cuidados de dois ministros da Igreja Anglicana, os reverendos J. G e A. T. Fryer, e apareceu no *Journal of the S.P.R.*, vol. XI, págs. 223-227; relatou-se aí, na íntegra, os testemunhos e os processos verbais da pesquisa, que não deixa nada a desejar.

O Rev. J. G. escreve ao Rev. A. T. Fryer:

“10 de dezembro de 1903 – Penso que o caso seguinte interessará ao senhor. Temos conosco uma jovem senhora, mestra nos Asilos Infantis, e amiga íntima da diretora desses mesmos asilos. Esta última era noiva e devia se casar após o Natal. A senhora de quem falo acompanhava, freqüentemente, o casal nos

seus passeios, sendo igualmente amiga do noivo. Este era professor de artes e ofícios na escola de “Pupil Teacher’s Centre”. Eis que três semanas depois, a senhora, descendo para o almoço, mostrou-se moralmente abatida e contou que tivera um sonho horrível, de uma vivacidade extraordinária. Ela tinha sonhado que o noivo da diretora tinha, subitamente, ficado doente, que a diretora precipitara-se à sua cabeceira para cuidá-lo, mas seus cuidados afetuosos não tinham podido salvá-lo da morte. Depois de ter ouvido esta narrativa, disse-lhe com um tom de brincadeira:

– A senhora ignora que os sonhos devem ser interpretados no sentido inverso? Seu sonho é, portanto, um bom prognóstico para o casamento iminente.

– Fiquei muito impressionada com isso – observou ela –; ele era tão real!

No mesmo dia ela pediu à sua amiga notícias de seu noivo e soube que ele estava perfeitamente bem.

– Faço-te esta pergunta – acrescentou ela – porque na noite passada sonhei que ele tinha ficado gravemente enfermo.

– É bem o contrário: felizmente, ontem à noite ele mostrou-se forte como um leão.

No mesmo dia a diretora, encontrando sua amiga, disse-lhe:

– Estou impaciente para rever o meu noivo, porque o teu sonho deixou-me inquieta.

Ela foi vê-lo e o encontrou ligeiramente resfriado. Todavia, o resfriado, depois de ter persistido por uma quinzena, degenerou em pneumonia. Sua noiva colocou-se ao lado dele para cuidá-lo, mas seus ternos cuidados não o arrancaram da morte... Nós o levamos ontem ao cemitério vizinho...”

(A pesquisa nos mostra que o sonho aconteceu na noite da quarta-feira, 18 de novembro de 1903; que a sensitiva informou o Rev. J. G. e depois a diretora, no dia seguinte, quinta-feira, e que o noivo contraiu um resfriado fatal na noite do sábado, 21 de novembro. Daí a certeza de que o sonho premonitório data de um momento em que nenhum indício de acidente aparecia, ou me-

lhor, em que a doença que levou o noivo à morte ainda não existia.)

Caso 37

No episódio seguinte, a predição da morte se produz quando a pessoa indicada já estava enferma; por outro lado, vêm-se indicados o dia e a hora em que a morte devia sobrevir, duas particularidades que, combinadas, não poderiam certamente ser explicadas pela hipótese das “coincidências fortuitas”.

O Prof. Andrew Lang, historiador e mitólogo bem conhecido, recolheu e estudou este caso acontecido numa família de seus amigos. O processo verbal contém três relações concordantes do episódio; citarei aqui apenas a passagem essencial da segunda. O *Journal of the S.P.R.* publicou-o no seu vol. XII, págs. 340-342.

O Sr. L. escreve ao Prof. Lang:

“30 de abril de 1906 – O fato sobre o qual me interroga é o seguinte: Um grande amigo nosso ficou doente no domingo (data omitida) deste ano. A doença degenerou em pneumonia e, naturalmente, ficamos preocupados; mas como a inflamação tinha invadido apenas um pulmão, tínhamos esperanças de cura.

Ao alvorecer da terça-feira (nove dias depois) fui acordado pelos gemidos de minha mulher, que me causaram uma grande emoção, pois temera por ela. Por sua vez, ela dormia e repetia lamentosamente, mas muito claramente: “Será então para quinta-feira, às 4 horas! Quinta, às 4 horas!” Quando acordou, perguntei-lhe:

– O que tinha você esta manhã? Certamente sonhou com coisas horríveis, pois gemia e exclamava muitas vezes: “Será para quinta-feira, às 4 horas!”

Ela me contou, então, ter sonhado que o médico da família viera até ela para informá-la de que nosso amigo Sr. C. estaria morto na quinta, às 4 horas. E assim foi: o Sr. C. morreu na quinta-feira seguinte, alguns minutos depois das 4 horas.”

Caso 38

O mesmo Prof. Lang conta este outro episódio, estranho e interessante, que tomo emprestado do *Light*, 1899, pág. 270.

No dia 15 de junho de 1898 uma senhora de minhas relações, cujo nome é por justiça conhecido em vários ramos da literatura, contou-me que no dia anterior tinha ido visitar uma amiga; conversando com ela, viu aparecer um homem desconhecido, que mergulhara uma faca no lado esquerdo desta. A essa narrativa, declarei-me pronto para apostar 100 libras esterlinas que sua visão jamais seria realizada.

No outono a mesma senhora foi fazer uma nova visita à sua amiga; e, para a sua imensa estupefação, encontrou na escada o homem da sua visão. Penetrando no aposento, encontrou sua amiga agonizante; então soube que a delicada constituição desta última não lhe havia permitido suportar as conseqüências de uma operação no lado esquerdo, praticada pelo homem de sua visão, que era um cirurgião.

Caso 39

O episódio seguinte, embora menos sensacional que o precedente, parece teoricamente ainda mais inconcebível, pois uma cena de morte aí aparece à vidente em todas as suas particularidades, absolutamente imprevisíveis.

Tomo-o dos *Proceedings of the S.P.R.*, vol. XI, pág. 505. O relator do caso é o Dr. Alfred Cooper. A narração é apoiada pela assinatura da sensitiva, que é a Duquesa de Hamilton, e pelos testemunhos do Duque de Manchester e de um outro bom homem ao qual a duquesa tinha comunicado o caso antes da ocorrência dos fatos.

O Dr. Cooper conta, portanto:

“Quinze dias antes da morte do Conde de L., sobrevinda em 1882, tinha eu ido ver, por razões profissionais, o Duque de Hamilton. Terminada a consulta, voltamos juntos para o salão, onde estava a duquesa. O duque me perguntou:

– Como está o conde?

– Que conde? – interveio a duquesa.

– Lord L. – respondi.

– É estranho! – observou ela – tive ontem à noite uma visão impressionante. Encontrava-me na cama há pouco e não estava ainda adormecida, quando vi desenrolar-se diante de mim uma cena, em todos os pontos análoga a uma situação dramática, encenada sobre um palco. Os atores eram: Lord L. de braços sobre uma poltrona, como que inanimado, e um homem de barba ruiva, debruçado sobre ele. Lord L. encontrava-se ao lado da banheira e no alto queimava uma lâmpada vermelha, que vi distintamente.

– Lord L. – respondi – encontra-se atualmente submetido aos meus cuidados por uma ligeira indisposição; mas não há nenhum perigo de morte. Em alguns dias ele se restabelecerá.

Com efeito, seu estado melhorou cada vez mais, de modo a atingir o restabelecimento quase completo, mas passada uma semana, fui chamado com urgência. Constatei que uma inflamação invadira os dois pulmões. Chamei para consulta o Dr. William Jenner, porém todos os cuidados foram inúteis e o doente morria após seis dias.

Chamara para assisti-lo dois enfermeiros, mas no final um dos dois faltou, por estar enfermo. Quando, no momento da morte, meu olhar caiu sobre o outro, meu pensamento reportou-se ao sonho da duquesa, que eu via representado diante de mim. O enfermeiro estava debruçado sobre o conde, que jazia inanimado perto da banheira; e é estranho dizer, mas sua barba era ruiva, e uma lâmpada vermelha queimava acima da banheira. É raro encontrar um banheiro iluminado por uma lâmpada vermelha e é esta circunstância que me lembrou ao espírito a visão da duquesa, visão que se produziu 15 dias antes da morte de Lord L. – caso extraordinário, na verdade!” (Assinado: Mary Duchess of Hamilton e Dr. Alfred Cooper.)

(Esta relação foi lida e aprovada pelo Duque de Manchester, pai da Duquesa de Hamilton, ao qual esta última contara sua visão, no dia seguinte. A duquesa conhecia Lord L. apenas de vista e ignorava que estivesse doente. Estava certa de ter estado

acordada no momento da sua visão, pois, para fazê-la dissipar-se, ela abriu os olhos e fechou-os sem no entanto atingir seu objetivo.)

Como explicar os dois últimos casos, junto aos outros casos análogos que os precederam, onde se agrupam, em torno das premonições de morte, visualizações de incidentes auxiliares, absolutamente acidentais e imprevisíveis e que, do ponto de vista teórico, parecem mais inconcebíveis ainda do que as próprias premonições? Limitar-me-ei, no momento, a algumas considerações de ordem geral, pois qualquer discussão seria prematura até que a explicação dos fatos que se seguirão venham facilitar a compreensão.

Primeiramente, sou da opinião de que é preciso excluir a hipótese das “coincidências fortuitas”, assim como a das “inferências subconscientes”, compreendida no sentido estritamente psicológico. Quanto à versão supranormal desta última hipótese, segundo a qual os sensitivos teriam *deduzido o futuro sobre a base de causas que existem no presente* (compreendida aí a visualização de situações de ambiência insignificantes e imprevisíveis), tive a oportunidade de manifestar meu pensamento de que, fora de certos limites, não seja possível admiti-lo sem conceder uma fração muito importante de onisciência divina às faculdades em questão, com todas as conseqüências antitéticas que daí derivam. Acrescento agora que demonstrarei no tempo certo como ela resulta inconciliável com os fatos (casos 49, 67 e 110); e também, que o problema da presciência de incidentes insignificantes e banais comporta uma solução diferente e melhor (Subgrupo L); enfim, que em linhas gerais tudo concorre para provar que os fenômenos premonitórios de ordem elevada e complexa são em grande parte de origem externa.

Isto posto, apresso-me em declarar que não pretendo absolutamente, por esta afirmação, contestar a possibilidade de que ao lado das premonições complexas de origem exterior, realizam-se outras, igualmente complexas, provenientes de uma origem subconsciente; pretendo unicamente excluir a hipótese pela qual os sensitivos chegariam a esses resultados *inferindo o futuro pelo presente*; enquanto que eu admitiria que eles aí chegariam *ime-*

diatamente, isto é, lendo, ou inferindo os fatos sobre a base de “traços” *sui generis* que existiriam, ora na sua própria subconsciência, ora na de outrem, ora num “ambiente psíquico” ou “metaetérico”, ou “astral”; nesse caso, a gênese dos “traços transcendentais em questão restaria para explicar; e isto, segundo os casos, nos conduziria a admitir as hipóteses “reencarnacionista”, “pré-natal”, “fatalista”, “espiritualista”, no sentido indicado na Introdução.

Em apoio ao que afirmo, observo que as modalidades de exteriorização da clarividência no futuro correspondem exatamente às modalidades pelas quais se exterioriza a clarividência no passado, ou *psicométria*; em suma, num *caso* como no outro, estas modalidades consistem em visualizações representativas a tal ponto idênticas, que dão nascimento a erros de inversão no tempo; visualizações que, para a clarividência no passado, tiram provavelmente sua origem de *traços*, ou de *vibrações latentes*, ou *influências psíquicas* ou *físicas* que os acontecimentos deixaram ou determinaram, seja nas subconsciências dos vivos, seja nos objetos inanimados, seja no ambiente em que se desenrolam. Aqui, esta questão surge espontaneamente: “Visto que, nas duas ordens de fenômenos, encontra-se uma identidade de *efeitos*, não haveria, porventura, uma identidade de *causas*? Em outros termos: Se a clarividência no passado se determina sobre uma base de *traços*, *vibrações*, *influências* que existem num “meio” qualquer, por que então, apesar das aparências, alguma coisa semelhante não poderia se realizar para os acontecimentos futuros? Neste caso, ao invés de traços, ou influências *determinadas* pelos acontecimentos desenrolados no mundo físico, nós teríamos pela frente traços ou influências *predeterminadas* de qualquer outra maneira; e as hipóteses “reencarnacionista”, “pré-natal”, “fatalista”, “espiritualista” – todas velhas como a humanidade – se prestariam perfeitamente para esta ordem de idéias.

Acrescentemos que a análise das outras faculdades supranormais que existem na subconsciência viria confirmar em seguida este ponto de vista, pois os caracteres dessas faculdades demonstram que elas são *faculdades de sentidos* elevados ao grau supra-normal espiritual, e não *atributos do intelecto*, ou mais precisa-

mente, *faculdades de abstração*, como deveria ser considerada a clarividência no futuro, se ela fosse devida a *inferências de causas que existem no presente*.

Em outros termos: a telepatia pode se comparar a uma extensão supranormal dos sentidos pelos quais o homem se comunica à distância, quer dizer: a palavra e o ouvido; a clarividência no presente, a uma extensão supranormal do sentido da vista; a clarividência no passado, ou psicometria, a um sentido supranormal específico apto à percepção e interpretação dos “traços” determinados pelos acontecimentos num “meio” qualquer. Isto posto, segue-se que, se tal é a regra para as faculdades supranormais subconscientes, muito verossímil, também a clarividência no futuro deveria nisso se conformar, podendo ser reduzida a uma *faculdade de sentido*. E como às induções *a priori* correspondem a deduções *a posteriori* – isto é, que da análise comparada dos fatos emergem circunstâncias que tenderiam a prová-lo –, é conforme aos métodos de pesquisa científica nos atermos, até prova em contrário, a esta análise.

Além disso, querendo considerar a clarividência no futuro como uma *faculdade superior de abstração psíquica*, pela qual o *eu subconsciente inferiria o futuro sobre a base de causas que existem no presente*, da mesma forma que o astrônomo, com inúmeros meses de intervalo, *infere* o dia, a hora, o minuto em que um cometa deverá atingir seu periélio – querendo sustentar esta opinião, digo, conferir-se-ia ao *eu subconsciente* uma potência de abstração tão prodigiosa, que parece inconcebível e inconciliável com a natureza humana; e como tanta elevação numa das faculdades do intelecto não poderia responder senão a um grau comparável à elevação de todas as outras faculdades que constituem a síntese psíquica, o *eu subconsciente* poderia ser considerado como um semideus. E então, para tanta onisciência não poderia responder senão uma parte tão importante de onipotência, já que o postulado filosófico da equivalência absoluta entre os dois atributos da Divindade parecem tão bem fundamentados que, numa medida infinitesimal, percebe-se daí os efeitos do nosso mundo, em que as *faculdades normais de inferência* conferem uma supremacia a quem quer que as possua num grau

muito levado, começando pelo homem de negócios que, *inferindo do presente* à situação futura do mercado, triunfa sobre seus competidores, até o general de um exército, que, *inferindo* os atos estratégicos do inimigo, surpreende-o e o derrota. Portanto, se a excelência das faculdades normais de inferência na previsão do *previsível* confere uma supremacia sobre a Terra, a posse de faculdades de inferência ilimitadas até prever o *imprevisível* deveria assegurar aos sensitivos um poder sobre-humano, quando não fosse senão aos episódios de lucidez. Ora, não somente isto está bem longe de se realizar, mas o fato de que os sensitivos em condições de lucidez se mantêm, ao contrário, numa atitude *passiva*, que é um indício certo de condição receptiva, demonstra que eles percebem *mediatamente*, e não *imediatamente*. Convenhamos, portanto: “Se, por um lado, foi provado que os sensitivos revelam acontecimentos futuros imprevisíveis, por outro foi provado que isto não pode se produzir em virtude de *inferências subconscientes*.”

Há que se notar que estas manifestações, poderosamente sugestivas, correspondem às afirmações dos sonâmbulos, dos videntes e dos médiuns, que concordam para falar de “sinais precursores dos acontecimentos” interpretados por eles; ou de “ambientes espirituais” nos quais as causas amadureceriam antes que os efeitos se executassem no mundo físico; ou de “acontecimentos futuros que projetariam com antecedência suas sombras”; ou de “entidades espirituais” que lhes revelariam o que eles comunicam; em compensação, *elas nunca asseguram inferir os acontecimentos futuros imprevisíveis com a ajuda das causas que existem no presente*, e quando se lhes interroga, explicitamente, sobre este assunto, eles respondem que a clarividência do futuro inesperado, assim, seria uma impossibilidade. Essas afirmações são grandemente sintomáticas, sobretudo se se considera que se trata de sensitivos em condições de lucidez, e não se pode deixar de refletir que se, em virtude dessas mesmas condições em que se encontram, eles chegam a auscultar o futuro, nada se opõe aos que chegam a compenetrar também as causas que lhes permitem disto fazer; e a concordância de suas afirmativas positivas ou negativas já é uma boa prova confirmativa.

Detenho-me aqui por um momento, pois creio ter dito bastante para justificar minha opinião, segundo a qual a hipótese das *inferências subconscientes* deve ser excluída daquelas que se pode aplicar aos fenômenos premonitórios de ordem acidental e imprevisível, o que não impede que esses fenômenos possam ter, indiferentemente, uma origem subconsciente ou externa.

Caso 40

Nos dois casos seguintes, a particularidade teoricamente interessante consiste no erro em que caem os sensitivos a respeito do tempo, de maneira que, crendo descrever acontecimentos realizados há pouco, eles revelam, ao contrário, acontecimentos que se realizarão mais tarde.

O Sr. W. J. Colville, muito conhecido nos meios psíquicos, conta no *Light* (1909, pág. 304) este fato, do qual ele foi testemunha em parte:

“... Conto entre meus mais caros amigos a Sra. Saint-Léonard, que é dotada de faculdades psíquicas pouco comuns... Há algum tempo, o Dr. Louis Coehn, de Saint-Louis (Estados Unidos), interessando-se pelos fenômenos psíquicos, foi conduzido até minha casa pela senhora em questão, à qual ele perguntou se ela não via nada de importante que se referisse à sua família. Para seu vivo espanto, e para o meu, a sensitiva descreveu de maneira precisa seu pai e anunciou-lhe a morte. Ora, as últimas notícias recebidas pelo Dr. Cohen anunciavam, ao contrário, que seu pai gozava de uma saúde perfeita... Ao mesmo tempo, a Sra. Saint-Léonard insistiu sobre o fato de que o Dr. Cohen se veria forçado a retornar imediatamente para a América, chamado por um telegrama urgente.

A sessão se desenrolou na casa da Sra. Saint-Léonard, em Lansdowne Road, Notting Hill, na quarta-feira, dia 20 de abril. Na sexta-feira seguinte, 23 de abril, encontrava-me em Brighton e fui surpreendido de ver chegar o Dr. Cohen, apressado para anunciar-me que acabara de receber um telegrama de sua casa, participando-lhe a morte súbita de seu pai e pedindo o seu retorno imediato para assistir sua mãe na administração da herança.”

O Sr. W. J. Colville escreve então:

“Nesta visão, é curiosa a circunstância em que a sensitiva considerou esta morte como um acontecimento já realizado, dois dias antes que ela se produzisse. A explicação que me deram é esta:

No “plano psíquico”, ou “ambiente espiritual”, toda causa que deve produzir, inevitavelmente, um dado efeito físico já está madura antes que o efeito se cumpra; pode, portanto, acontecer que o efeito seja percebido pelo sensitivo como acontecido, mesmo quando um breve período do tempo terrestre se interpõe, para que o acontecimento visualizado se torne na Terra um fato consumado.’

Caso 41

O Sr. A. Roland Shaw conta no *Light* (1900, pág. 518) este outro fato pessoal análogo ao precedente:

“Ia à casa de uma sensitiva muito conhecida em Londres, e disse simplesmente: “Desejo uma sessão.” Ela pegou minha mão e, quase imediatamente, entrou em sonambulismo. Eu não a conhecia e estou certo de que ela nunca ouvira falar de mim. Num dado momento ela levantou as mãos, gritando com uma expressão de dor:

– Você não sabe que sua mãe está morta?

– Não acredito – respondi –; ou, pelo menos, ela estava bem há três semanas.

Após uma pequena pausa, uma Inteligência externa comunicante pôs-se a descrever com toda exatidão minha mãe, meu pai, meus irmãos, todos morando na minha pátria distante, depois minha casa, o jardim, a grade, as árvores em torno; enfim, ela observou:

– Os acontecimentos ocorridos, aqueles que se efetuam e aqueles que deverão se efetuar em pouco, confundem-se frequentemente para nós, pois nos é difícil, para nós que não existimos no tempo, separar o que ocorreu do que vai ocorrer. Ora, vejo que sua mãe ainda não está morta, que goza, aparentemente, de uma boa saúde, mas que ela deve morrer no curso de um período

de três meses. Seu irmão a aconselhara a ir dizer-lhe adeus antes de partir para a Europa, e você se lamenta de não tê-lo feito; pois sua doença não durará 24 horas e sua morte será súbita, pois sofre do coração. Vejo que o trabalho a fadiga facilmente, o que lhe dá a necessidade de se deitar e dormir mesmo durante o dia.

Esta última afirmação era absolutamente contrária aos hábitos de minha mãe; surpreendendo portanto em erro a sensitiva nesse ponto, duvidei da veracidade da profecia. Todavia, escrevi à minha mãe, pedindo-lhe notícias de sua saúde; naturalmente, escondi-lhe o motivo. Na sua resposta ela me dizia gozar de uma excelente saúde, de não ter há quatro anos um único dia de sofrimento; mas percebia-se envelhecer, pois, quando ocupava-se das tarefas domésticas, *sentia-se facilmente cansada* e, frequentemente, era obrigada a *se deitar e tirar uma hora de sono mesmo durante o dia*. Esta confirmação inesperada das notícias obtidas mediunicamente deixou-me ansioso, relativamente à predição de sua morte, no final de três meses...

No domingo de manhã, já decorridos dois meses, fui surpreendido por um abatimento moral profundo e insólito, enquanto que meu pensamento se referia com insistência à minha mãe, e minha ternura por ela assumia uma forma quase mórbida, a tal ponto que não podia nem comer, nem dormir, nem ler, nem me ocupar com qualquer coisa; e passeava de um lado para o outro na casa com uma agitação extrema... No dia seguinte recebi um telegrama através do qual anunciam-me a morte súbita de minha mãe, acontecida na tarde do domingo. Por uma carta sucessiva, soube que ela havia contraído fortes dores no lado esquerdo, na tarde do sábado; que no dia seguinte ela estava suficientemente refeita para deixar o leito; que às 2 horas deitou-se de novo e, enquanto tomava uma xícara de chá, caiu de bruços sobre o travesseiro, expirando imediatamente.”

Caso 42

Este caso foi, primeiramente, publicado pelo Prof. Flournoy nos *Archives de Psychologie* (Genebra), 1904, e reproduzido em seguida através da mesma obra: *Esprits et Médiums* (pág. 348).

O caso merece, antes de tudo, chamar a atenção do ponto de vista da psicologia do testemunho humano. A relatora, Sra. Buscarlet, não tinha conservado um relato escrito do seu sonho, que datava do ano de 1883, e tinha-o exposto, verbalmente, de uma maneira muito detalhada ao Prof. Flournoy em 1901. Todavia, a relatora tendo dito ao professor que ela havia contado, por carta, a uma senhora russa, a quem o sonho podia interessar, este, sabendo como é preciso desconfiar das recordações longínquas, convidou-a a pedir de volta aos seus amigos da Rússia a carta em questão. Felizmente eles a conservaram; e a devolveram. Resultou da comparação que os 18 anos decorridos haviam trazido alterações mnésicas, nas minúcias de segunda ordem, mas que tinham, escrupulosamente, respeitado o conteúdo essencial do sonho.

Contentar-me-ei em relatar o caso tal como foi escrito na carta em questão e comentado pela carta que lhe respondia. Na da Sra. Buscarlet à Sra. Moratief, após os votos de Feliz Natal, lê-se o seguinte parágrafo:

“Esta noite, tive um sonho esquisito, que vou lhe contar, não que lhe dê alguma importância, mas somente porque é esquisito. Você e eu estávamos num caminho, no campo, quando passou diante de nós um carro de onde partiu uma voz que lhe chamou. Quando chegamos perto do carro, vimos a Srta. Olga Popoi deitada, atravessada, vestida de branco, com um chapéu enfeitado de fitas amarelas. Ela lhe disse: *Chamei-a para lhe dizer que a Sra. Nitchinof deixa o Instituto dia 17*. Depois o carro continuou a rodar. Como os sonhos são às vezes burlescos!”

Duas semanas mais tarde a Sra. Buscarlet recebia do Sr. Moratief uma carta que começava assim:

“Acabamos de receber suas cartas, cara senhora, e foi na cama que minha mulher as leu... Não, cara senhora, não é engraçado, não é burlesco, que pena, ele é estranho, é chocante, assustador, seu sonho do dia 10 a 22 de dezembro. A Sra. Nitchinof, a cara, a pobre Sra. Nitchinof, deixou, com efeito, o Instituto no dia 17, mas para jamais aí retornar. A febre escarlatina elevou-se por três vezes nas 24 horas. Ela morreu no dia 16, às 23 horas e 40 minutos e às 2 horas da manhã, dia 17 (não é estranho?),

conduziram seu corpo à capela vizinha. Temeu-se pelo contágio no Instituto, eis por que apressou-se tanto...”

O Prof. Flournoy submete o caso a uma análise apertada e detalhada, e não sabendo resolvê-lo pela interpretação premonitória, supõe um fenômeno de “telepatia trinitária”, quer dizer que a Sra. Moratief, ligada por uma grande amizade às duas senhoras que são as protagonistas do fato, as quais se conheciam apenas entre si, percebeu subconscientemente, no dia 10 do mês, os primeiros sintomas da doença latente na Sra. Nitchinof, percepção que teria transmitido telepaticamente, de Kasan em Genebra, à Sra. Buscarlet. Mas como esta hipótese, suficientemente já ousada, não é suficiente para explicar o fator principal do sonho, que consiste na presciência da data em que o corpo da Sra. Nitchinof devia deixar o Instituto, Flournoy submete-nos esta outra hipótese:

“... Se se imagina como a consciência subliminal sobrepuja a consciência comum pelo conhecimento e a previsão, com vencimento muito distante, processos íntimos do organismo, concordar-se-á, penso eu, que não há nada mais arriscado do que supor que a Sra. Nitchinof tenha podido, durante a noite de 9 a 10 de dezembro, se dar conta do seu estado latente e manter, de alguma forma, o seguinte discurso subliminar: “Bom! Eis-me fisgada! É mesmo excessivamente grave: sinto bem que não tenho mais que oito dias. Dentro de uma semana exata, entre os dias 16 e 17, chegará meu fim; é difícil dizer se morrerei antes ou depois da meia-noite, mas o que há de concreto é que será nessa noite, e que no decorrer do dia 17 tirar-se-á meu cadáver do Instituto para transportá-lo à capela...”

Tal é, formulada na nossa linguagem discursiva, a idéia ou a emoção subconsciente que, de Kasan, teria servido de indutor telepático ao sonho que a Sra. Buscarlet teve em Genebra, na mesma noite.”

Assim raciocina o Prof. Flournoy. Os leitores são livres para se pronunciarem sobre a admissibilidade das suposições que se leu; observo somente por minha conta que elas me parecem tão fracas e tão medíocres, que subjuguiei-me a me refugiar na

hipótese premonitória, como na que a comparação me mostra ser a mais simples.

Caso 43

Termino este subgrupo pela exposição de três casos que têm crianças como sensitivos.

Tiro este primeiro caso da revista *Luce e Ombra* 1907, pág. 601). A relatora, Sra. Antoinette, viúva Salvi (Via Cedronio, 31, Nápoles), escreve o que se segue ao diretor da revista, o Sr. A. Marzorati, na data de 25 de setembro de 1907:

“O fenômeno que tenho a honra de lhes contar produziu-se na minha casa, em maio último. Minha filha única, Dora, com a idade de 9 anos, sonhou durante a noite de 13 a 14 de maio que seu pai estava morto, e na manhã seguinte, ao despertar, ela chorava e contava tê-lo visto, no seu sonho, deitado sobre o leito mortuário, estendendo-se sobre outras terríveis minúcias. Nós, inclusive seu pai, procurávamos distraí-la dessa dolorosa impressão, e a enviamos logo para a escola. Mas a criança, sempre sob a influência desse sonho, contou-o à diretora, à sua tia e à professora, nas horas habituais de recreação.

Às 14 horas, terminada a escola, a pequena Dora voltou à casa com a esperança de rever seu pai, mas este acabava de sair para seus negócios profissionais. Às 16 horas estávamos todos reunidos para bordar, quando bateram à porta da minha casa, que se encheu de gente: advogados, notários, amigos, parentes, que me fizeram compreender com as belas maneiras, que meu marido, o advogado César Salvi, achando-se num estado muito grave por ter sido acometido de um mal sério, estaria de volta num momento; com efeito, uma maca da Cruz Verde chegou trazendo o cadáver desse homem adorado.

Se o acreditam útil, podem publicar na sua revista científica a narrativa desse fenômeno, que, mesmo nas menores minúcias, que não contei, responde exatamente à realidade.” (Assinado: Antoinette, viúva Salvi.)

A relatora observa que a criança estendera-se sobre outras terríveis minúcias, que corresponderam exatamente à verdade. É

deplorável que ela as tenha suprimido pela brevidade, sem imaginar sua importância teórica.

Caso 44

Encontro-o nos *Annales des Sciences Psychiques* (1899, págs. 195-198).

A Sra. Alexandre Bourges contou este episódio do qual ela própria foi a heroína:

“Eu tinha 9 ou 10 anos e estava em Trieste com minha família, quando um dia, preparando-me para sair para um passeio com meu irmãozinho, olhei a hora no relógio da parede. De repente, desviando os olhos, vi um catafalco negro, cercado de velas, e sobre ele, alongado e rígido, um cadáver; além disso, tudo no lugar: móveis, tapeçarias, mesmo as de cor viva, tornaram-se negros como tinta.

Invadida pelo horror, tampo meus olhos um instante, mas descobrindo-os, o mesmo espetáculo apresenta-se à minha vista. Enlouquecida e fora de mim, precipito-me, soltando gritos no aposento ao lado, onde encontrava-se minha mãe, que não compreendeu nada do meu terror: “Mamãe! Mamãe! Alguém morreu!” – gritei-lhe em meio aos soluços. Como não se explicasse de maneira nenhuma esta crise, obrigou-me ela a fazer o passeio ainda assim, pensando que isto seria uma diversão; mas ao retornar, fui para cama com uma febre causada pela emoção sentida. O fato pareceu inexplicável, pois todos os integrantes da família estavam com boa saúde. Mas três dias depois meu pai acordava durante a noite, dizendo-se tomado por um mal causado, dizia ele, pela digestão. Minha mãe levantou-se, assim como eu, e passou para o aposento ao lado para preparar uma infusão. De repente, meu pai olha-me com um olho estranho; a lembrança da visão voltou a mim e tenho o pressentimento de uma morte próxima. Precipito-me para a cozinha e digo à minha mãe, vivamente: “Mamãe, quando a gente tem que morrer, como é que a gente vê?” Minha mãe, não compreendendo nada dessa pergunta infantil, me disse: “Por que me pergunta isso?” Mas, inquieta e pouco segura, apressa-se para retornar ao quarto, onde

encontrou meu pai tendo estertores e agonizando. Morria poucos instantes depois. Fiquei surpresa de reencontrar no catafalco erigido para meu pai, como é costume nesse país, as minúcias entrevistas rapidamente na visão, e sobretudo a mortalha de uma cor marrom claro, que cobria a parte inferior do corpo.

Meus parentes de Trieste ficaram, então, vivamente chocados e devem se lembrar ainda agora a impressão profunda que causou neles este acontecimento.”

(Com efeito, a mãe escreve de Marseille, contando os episódios independentemente de sua filha, e as duas narrativas concordam em todos os pontos, salvo que a mãe afirma que a sensível vira sobre o catafalco o cadáver de seu pai, enquanto que a filha não falava de tê-lo reconhecido. A Sra. Bourges foi então interrogada sobre esse assunto, e ela confirmou a primeira versão. Notaremos que esta versão é também conforme ao que vimos precedentemente, isto é, que quando se trata de pessoas estritamente ligadas ao sensitivo, o simbolismo da premonição toma de hábito uma forma vaga, de maneira a deixar numa incerteza própria a propósito da pessoa indicada.)

Caso 45

Foi também tirado dos *Annales des Sciences Psychiques* (1893, pág. 259), e tem como relator o engenheiro A. Goupil, cujo nome é bem conhecido dos cultores das pesquisas metapsíquicas.

Em Tunis, entre o Correio e o Café de France, há um cabeleireiro francês cujo nome não sei mais. Numa manhã de verão de 1891 eu fazia uma partida de bilhar com ele; terminada essa partida, propus-lhe uma segunda.

– Não – ele me disse –, aguardo o médico e desejo saber o que ele diz.

– Você tem alguém doente?

– Não, mas tenho meu pequeno sobrinho com a idade de ... (11 anos, creio), que teve ontem à noite uma alucinação; levantou-se de repente, gritando:

– Eis uma mulher que quer pegar minha prima (minha filha de alguns meses), eu não quero que ela a leve.

Isso durou um bom tempo e nós nos pusemos a fazê-lo acreditar que tinha sonhado.

– Ele já teve alucinações?

– Não.

– Ele está bem?

– Sim, mas temo que isto seja o indício de uma febre.

– Sua filha está bem?

– Sim, muito bem.

Eu fazia esta última pergunta porque acabara de me passar pela cabeça que esta *visão queria dizer que a pequena ia morrer dentro em pouco*. Não disse nada do que pensei ao meu interlocutor, que me deixou.

No dia seguinte pedi-lhe notícias. Todo seu mundinho ia bem. No dia que se seguiu, mesma pergunta e, ainda, a mesma resposta. Ele parecia se espantar com o interesse que eu parecia ter por essas crianças que não conhecia. Três dias se passaram sem que o visse de novo. Tendo-o encontrado no dia seguinte na rua, perguntei-lhe se as crianças iam sempre bem.

– Você sabe – ele me disse – que perdemos minha filhinha; ela foi levada num tempo de nada – (creio que ele me disse que era crupe).

– Não – disse –, eu não sabia, mas esperava por isso.

– Como assim?

– Sim, foi a mulher que a levou.

– Que mulher?

– Pois bem, aquela que foi vista pelo seu sobrinho; ela representava a morte, a doença ou tudo o que você quiser; isto devia ser uma alucinação profética.

Deixei ali o meu homem muito espantado e ele poderá afirmar esta narrativa, pelo menos nas linhas principais, pois ficou muito chocado pelas minhas reflexões e delas deve lembrar-se. É

o único fato desse gênero que tenho tido.” (Ass.: Engenheiro A. Goupil.)

SUBGRUPO G

Premonições da morte de terceiros a longo prazo, e em que a morte se deve a causas naturais (Casos 46 a 57)

Neste subgrupo, como no que corresponde à categoria das autopremonições, adotarei o termo de seis meses como o mínimo de tempo para os episódios a “longo prazo”, porém observo que este termo não representa nada de concreto; é apenas um limite facultativo adotado por comodidade. O fato concreto consistiria na oportunidade de estabelecer uma subdivisão desta natureza na ordem dos fatos estudados, porque, em linhas gerais, o tempo é um fator teoricamente importante nas premonições.

Caso 46

Nesse primeiro episódio, o intervalo entre a premonição e sua execução é de oito meses. Extraio-o do *Light* (1901, pág. 393).

A Sra. Alice Bell Campbell fala de uma estada que fez em Londres em 1900, durante a qual teve um sonho simbólico mais tarde realizado e que ela descreveu assim:

Eu sonhava que me encontrava num enterro, cuja lembrança bem clara me restou: uma rajada de neve maltratava. Distinguia distintamente o rosto dos “carregadores” (que me eram todos desconhecidos); eu via as flores sobre o caixão e o interior de uma igreja (Episcopal) onde a cerimônia prosseguia. No meu sonho, adiantara-me para ler o nome gravado no caixão, mas uma grande quantidade de flores haviam me impedido; e bem no centro, colocado sobre o nome, eu via um grande ramo de rosas de cores vivas, presas com uma fita.

No dia seguinte, durante o almoço, contei aos convidados minha visão, e um deles observou-me: “É que você deve receber, logo, más notícias de sua casa e serão, provavelmente, notícias de morte.” Vinte minutos não tinham se passado, quando recebi um telegrama de minha irmã, residente em Victoria (Columbia inglesa) assim concebido: “Seriamente enferma: venha rápido.”

Coisa estranha: com a leitura do telegrama, toda a lembrança da visão dissipou-se da minha memória. Telegrafei, imediatamente, e reservei uma cabine num navio da Allan Line, de partida para Montreal.

Quando cheguei a Victoria, achei que minha irmã tornara-se uma adepta fervorosa da “Ciência Cristã”, e que se achava de acordo com as regras da seita. Interessei-me igualmente por essas regras e, para secundar as idéias da doença, tive o pensamento constantemente fixado na idéia de “cura e de saúde”: isto contribuiu talvez para afastar de mim a lembrança da visão. Vários meses se passaram, durante os quais a doente permaneceu num estado estacionário; mas começou um dia a piorar rapidamente e, na terça-feira, 19 de novembro, ela se apagara.

Nesse dia o tempo estava bonito e suave, sobretudo relativamente à estação, mas na noite da sexta-feira, véspera dos funerais, a temperatura tornou-se subitamente rigorosa e pela manhã o campo apareceu coberto por uma espessa camada de neve.

Entre as numerosas flores enviadas, os olhares eram atraídos para um grande ramo de flores de cores vivas, ao qual estava junto um bilhete explicando que estas rosas tinham sido colhidas pela defunta quando ela era viva e que se pedia para colocá-las sobre seu caixão.

Quando chegamos à igreja, num arrebatamento de uma rajada de neve deslumbrante, vi na entrada o caixão cercado de “carregadores” que me eram desconhecidos antes da minha chegada a Victoria, e no centro o ramo de rosas de cores vivas; então, somente então, voltou como um relâmpago a lembrança da visão percebida, nos seus mínimos detalhes, visão que para meu imenso espanto via realizar-se diante de mim.

Alguns asseguram que “os acontecimentos, quando vão se cumprir, projetam sua sombra antes”. Ora, tal foi o caso para mim; e a projeção da sombra me chegou oito meses antes da execução.

Notar-se-á, nesse caso, primeiro a circunstância habitual de um simbolismo que se manifesta de maneira a deixar a sensitiva na incerteza, com relação à pessoa indicada. Em seguida o fato

da dissipação súbita de toda a recordação até o cumprimento da premonição, apesar de que a sensitiva tivesse falado um momento antes aos seus amigos; forma de amnésia, teoricamente interessante, porque é contrária às leis de recordação fisiológica e que a consideraria intencionalmente produzida. Que se quisesse encontrar termos de comparação com as “amnésias sistematizadas” dos indivíduos hipnóticos, cairíamos numa petição de princípio, pois as “amnésias sistematizadas” pressupõem um agente sugestionador, que seria preciso supor também no caso estudado.

Entretanto, essa brusca interrupção de lembranças presta-se a uma objeção que, em parte, infirma a autenticidade do caso exposto, visto que após oito meses de intervalo pode-se, racionalmente, supor uma intrusão de ilusões mnemônicas através da adaptação inconsciente da situação presente à do passado; para prevenir esta dúvida legítima seria necessário, portanto, comparar a relação da sensitiva com a independente dos amigos, que tinham ouvido a narrativa. Na falta disso, e sem lesar em nada a honorabilidade da relatora, a prudência exige que não se leve em conta senão os detalhes que, por sua importância e o lugar que ocupam no tema premonitório, resistem vitoriosamente à hipótese enunciada. E estes são em número de dois: o desencadeamento da rajada de neve e o ramo de rosas de cores vivas; este último tendo impedido a sensitiva de ler o nome sobre o caixão mortuário é, indissolvelmente, uma parte integrante do simbolismo da visão.

Apesar dessas restrições, o fenômeno premonitório permanece ainda dos mais notáveis.

Caso 47

No volume IX, pág. 15, do *Journal of the S.P.R.* pode-se ler o episódio seguinte relatado numa obra de Paul Aguez, intitulada: *Spiritualisme: Faits Curieux* (Dentu, Paris, 1857). A carta que o narra foi enviada antes do acontecimento da premonição, e o caso foi apoiado pelos testemunhos de nomes bem conhecidos no campo do mesmerismo. O autor escreve:

“No dia 10 de dezembro de 1857 endereçamos a seguinte carta ao Sr. Morin, vice-presidente da *Société du Mesmerisme*, pedindo-lhe para deixá-la trancada até a completa execução do triste presságio que ela continha... Conservamos uma cópia da carta enviada; o original, cuja data foi certificada pelo carimbo postal, nos foi restituído depois da verificação da data e do conteúdo. Eis a carta:

“Senhor,

Há mais ou menos um ano, após uma experiência defeituosa de clarividência no “copo d’água”, a jovem senhora que a isso se prestara viu, subitamente, uma cena estranha se refletir sobre a superfície polida do copo, no qual ela tinha olhado. Viu aparecer um quarto que continha duas camas; um doente estava deitado sobre uma delas e seus traços convulsos indicavam a aproximação da morte. Várias pessoas cercavam o agonizante, entre os quais ela distinguiu claramente uma jovem mulher com duas crianças, todos três vestidos de luto.

Essa descrição não deixou de nos assombrar e, não sabendo a que ela se referia, interrogamos a vidente: esta nos respondeu que o agonizante parecia-lhe ser nosso amigo X., empregado do governo, e as três pessoas vestidas de luto sua mulher e seus filhos.

Por mais estranho que o fato nos pareça, não demos a ele uma importância exagerada, tanto mais que o Sr. X. gozava de uma saúde perfeita e era um homem muito robusto.

Entretanto, há três meses – ou seja, nove meses após a visão descrita – o Sr. X. caiu doente com uma bronco-pneumonia... Nosso pensamento se referiu logo sobre a visão e nos tornamos ansiosos com relação ao nosso amigo, cujo estado piorava lentamente. Nas últimas semanas a doença tomou um caráter sério, e como a disposição do aposento fazia com que fosse difícil dar ao doente os cuidados necessários, ele próprio decidiu valer-se do privilégio acordado aos oficiais dos ministérios, e de fazer-se transportar ao hospital do Val-de-Grâce... No momento em que escrevemos, a doença do nosso amigo se mantém, mas suas

condições são sempre graves. Tal é o estado das coisas na data de 10 de dezembro de 1857.”

Post-scriptum – O Sr. X. morria um mês após o envio da carta que precede, a qual foi lida na presença dos Srs. Barão du Potet, Petit d’Ormay e Morin, que, depois de ter tomado conhecimento e ter verificado o carimbo do correio, trazendo a data de 11 de dezembro, certificam que os detalhes da carta são conforme à verdade.

O autor comenta: “Quem diria que uma pessoa rica como nosso amigo teria sido obrigada, pela força das circunstâncias, a fazer-se transportar para um hospital? Quem poderia acreditar que sua família, vista pela sensitiva em trajes de luto, devia realmente se encontrar à cabeceira do moribundo vestida assim, em consequência da morte recente de um parente próximo?”

Caso 48

O Sr. Henri Buisson escreve nestes termos ao diretor dos *Annales des Sciences Psychiques* (1907, pág. 608):

“É com prazer que lhe envio a narrativa do sonho do qual lhe falei..., que foi contado pela minha mãe (falecida), meus irmãos e irmãs, minha mulher e uma velha empregada.

No dia 8 de junho de 1887 vi minha avó morta, estendida na sua cama, tendo um rosto sorridente como se dormisse. À cabeceira de sua cama e acima, um Sol resplandecia. No meio desse Sol li, distintamente, 8 de junho de 1888, a data do dia e do mês colocada acima da data do ano. Não despertei (como poderia tê-lo feito) sob a impressão produzida por esse pesadelo; mas no dia seguinte, obcecado por esse sonho, contei-o à minha mãe. Esta acalmou minhas apreensões o melhor que pôde, dizendo-me que os sonhos não significam nada, etc. Enfim, não se falou mais sobre isso. Minha mãe porém anotou-o, todavia; meus irmãos e irmãs viram esta anotação e mais tarde minha mãe contava-o com muita freqüência.

Um ano depois, 8 de junho de 1888, minha avó morria num quarto de hora. O que me chocou foi a calma de seu rosto, o que eu constataria um ano antes, no meu sonho.” (Henri Buisson.)

Atestado – Nós, abaixo-assinados, certificamos ter tido conhecimento da morte de nossa avó um ano antes de sua ocorrência, em consequência de um sonho tido pelo nosso irmão Henri e consignado por nossa mãe, através de uma anotação. Pela veracidade da qual, nós assinamos para confirmar a autenticidade dos fatos. (Sra. Henri Buisson, Sra. René Pépin-Buisson, R. Buisson, P. Buisson, M. Guitoux (empregada).)

Caso 49

É um episódio bem notável, de aspecto completamente espírita, e contado por William Stead. Apareceu na *Review of Reviews* e eu o extraio dos *Annales des Sciences Psychiques*, 1909, pág. 120. William Stead escreve, então:

“Há alguns anos, tinha como empregada uma senhora de um talento verdadeiramente notável, mas de um caráter volúvel e de uma saúde menos robusta. Ela se tornou tão impossível que em janeiro eu pensava seriamente em me separar dela, quando “Julia” escreveu pela minha mão:

– Seja paciente com E. M. Ela virá juntar-se aqui, a nós, antes do final do ano.

Fiquei estupefato, pois nada me autorizava a supor que ela iria morrer. Recebi o aviso sem nada dizer da mensagem e continuei a empregar esta senhora. Era, se tenho boa memória, no dia 15 ou 16 de janeiro, que esta advertência havia me sido dada.

Ela me foi repetida em fevereiro, março, abril, maio e junho, e cada vez a mensagem era como uma espécie de conclusão de uma comunicação mais extensa:

– Lembre-se de que E. M. deixará de viver antes do fim do ano.

Em julho E. M. engoliu, por inadvertência, uma tachinha, que se alojou no intestino, tornando-a gravemente enferma. Os dois médicos que cuidavam dela não tinham mais esperança de salvá-la. No intervalo, “Julia” escrevia-me com minha mão.

– Certamente – perguntei-lhe –, o que previa quando me disse que E. M. morreria?

Para minha extrema surpresa, a resposta foi:

– Não, ela se curará disso, mas mesmo assim sucumbirá antes do final do ano.

E. M. se restabeleceu de repente, para grande espanto dos médicos, e pôde retomar logo seus trabalhos costumeiros. Em agosto, setembro, outubro, novembro, o aviso do seu próximo fim me foi comunicado novamente, com a ajuda da minha mão. Em dezembro E. M. teve um resfriado.

– É isto? – perguntei a “Julia”.

– Não, *ela não chegará aqui de maneira natural*, mas o que quer que seja, virá antes do término do ano.

Estava alarmado e sabia que não podia impedir o acontecimento. Chegou o Natal. E. M. estava doente. Mas o ano passou e ela ainda vivia. “Julia” retornou:

– Posso ter-me enganado em alguns dias, mas o que eu disse é verdadeiro.

Por volta do dia 10 de janeiro “Julia” escreveu-me:

– Verá E. M. amanhã; despeça-se dela. Tome todos os cuidados necessários. Não a reverá mais na Terra.

Ia encontrá-la. Ela tinha febre e uma tosse ruim. Íamos transportá-la para um hospital onde seria mais bem cuidada. Ela me falou durante todo o tempo do que iria fazer para terminar seus trabalhos. Dizendo-lhe adeus, perguntei-me se “Julia” não tinha cometido um erro.

Dois dias depois recebi um telegrama informando-me que E. M. atirara-se por uma janela do quarto andar, num acesso de delírio, e que encontraram-na morta. A data não havia ultrapassado senão em alguns dias os 12 meses, nos quais havia falado a primeira mensagem.”

Pude provar a autenticidade dessa narrativa pelo próprio manuscrito das mensagens originais e pelo atestado assinado por meus dois secretários, a quem, sob a chancela do segredo, comunicara as advertências de “Julia”.

Este caso é teoricamente bem notável e o nome de seu relator é uma garantia absoluta de sua autenticidade.

Chamarei a atenção passando pelo fato de que as duas vezes em que a pessoa indicada ficou doente, antes do cumprimento da profecia, Stead acreditou ter chegado o momento fatídico, e que, apesar disso, obteve uma resposta negativa; isto é contrário à gênese subconsciente da mensagem premonitória e favorável à independência espiritual da personalidade de “Julia”, pois, no caso contrário, a ação auto-sugestiva não teria deixado de exercer-se sobre o *eu subconsciente* de Stead, levando-o a conformar o que pensava o *eu normal*.

Observarei também que pela resposta de “Julia”: “E. M. não virá para cá de *forma natural*” revela que esta, não somente conhecia o fim bem próximo da senhora em questão, mas estava ainda plenamente instruída sobre o gênero trágico de morte que a aguardava; isto oferece matéria para sérias reflexões, pois daí resulta que se “Julia” tivesse confiado o fato a Stead, este (último) teria, certamente, salvado a doente da morte, fazendo-a ser vigiada. Pergunta-se, portanto, espontaneamente: “Por que “Julia” não quis absolutamente fazê-lo? Por que, podendo-o, não quis proferir uma palavra que teria arrancado uma pessoa da morte?” É um mistério perturbador, e uma explicação somente poderia responder a isso: “Isto não seria permitido a “Julia”, pois os espíritos não têm o poder de colocar obstáculos no curso dos destinos humanos.” E eis-nos de volta em plena hipótese *fatalista*; se não queremos aí chegar, não restam outras saídas senão as hipóteses *reencarnacionista* ou *pré-natal*.

As mesmas reflexões podem fornecer um bom argumento contra a hipótese da origem subconsciente de *todas* as premonições. Se assim fosse, com efeito, não se explicariam as reticências análogas a esta última, visto que não pode existir, para um *eu subconsciente*, *proibições superiores* que impedem de salvar da morte uma pessoa revelando-lhe o que sabe. Nessas condições, que outra razão invocar para explicar os numerosos episódios que encerram reticências análogas? Procurar-se-ia em vão, pois não pode existir.

Caso 50

É um outro episódio com cunho francamente espírita, que extraio do livro de Florence Marryat: *There is no Death* (págs. 194-198). Ela escreve:

“Depois que conheci Lottie Fowler, pude assegurar-me que não houve acontecimento na minha vida que não me tenha sido anunciado; contudo, esses acontecimentos não poderiam interessar o leitor, exceção feita de um só, o mais triste da minha vida, que me foi profetizado de uma maneira maravilhosa.

Em fevereiro de 1886, Lottie (ou melhor, “Annie”, seu “espírito guia” me diz:

– Uma grande dor está reservada para você. Eu a vejo numa nuvem sombria e sobre sua cabeça há um caixão mortuário, que deverá sair da sua porta.

Eu vivia, então, sozinha com meu marido; e perguntei:

– Trata-se, talvez, do meu próprio caixão mortuário?

– Não; é o de uma pessoa muito mais jovem.

Tentei saber um pouco mais, mas inutilmente.

Apesar de todos os meus esforços para distrair meu pensamento do triste presságio, ele me voltava com insistência, pois eu sabia pela experiência a que ponto as profecias de “Annie” eram verídicas. Chegou um momento em que senti não poder suportar mais as torturas da incerteza e, voltando à casa de Lottie Fowler, perguntei a “Annie”:

– Preciso ouvir dizer-me que o caixão do qual falou não diz respeito a nenhum dos meus filhos; pois se não me livrar dessa intolerável angústia, temo enlouquecer.

Annie pareceu refletir um momento, depois ela disse lentamente:

– Não, não diz respeito a nenhum dos seus filhos.

– Se é assim – respondi então –, posso enfrentar qualquer outra prova.

O tempo passou: em abril perdi meu tio. Voltei à casa de Lottie Fowler e perguntei a “Annie”:

– É esta morte que você me anuncia?

– Não – responde –, o caixão deverá sair da sua porta. Mas o parente que está morto deverá logo ser seguido de um segundo (o que aconteceu durante a semana).

Em fevereiro morreu o filho único dos meus vizinhos. Eu os conhecia há muitos anos e lamentei profundamente. Olhei os funerais pela janela, e quando vi sair o caixão da porta da casa, que separava-se da minha apenas por uma grade, o pensamento me veio de que os videntes discernem freqüentemente o futuro sob forma de uma sucessão de quadros e que podia ser que “Annie” tivesse visto o caixão sair da porta do vizinho e a tivesse confundido com a minha.

Voltei à casa de Lottie Fowler (esta insistência prova a que ponto a profecia tinha-me impressionado) e perguntei a “Annie”:

– A pessoa a que você fazia alusão não está, portanto, morta?

– Não – responde –; este deverá ser o caixão de um parente seu; e daí em diante o acontecimento está mais próximo.

Sentia-me mais ansiosa do que nunca; entretanto o tormento da espera não chegou a me tornar infeliz, já que “Annie” excluía que pudesse se tratar de qualquer um dos meus filhos; e, contanto que se poupasse meus filhos, sentia-me forte contra a adversidade.

Em julho, minha filha mais velha veio à minha casa. Ela estava tomada pelo desânimo em conseqüência da morte de um amigo muito querido ao qual estava ligada por laços profissionais. Minha filha sempre fora contrária ao movimento “espiritualista”, que lhe parecia inútil e perigoso, e ela achava que me ocupava demais com isso. Eu pedira-lhe freqüentemente para me acompanhar às sessões, mas ela me respondia que não havia ninguém no outro mundo com quem desejasse conversar. No momento, entretanto, em que perdera seu jovem amigo, ela me pediu para conduzi-la a um médium, na esperança de se comunicar com seu querido defunto; e a conduzi à casa de Lottie Fowler. “Annie” não esperou ser interrogada, mas endereçou-se de repente a ela, dizendo:

– Você veio na esperança de se comunicar com um amigo falecido há pouco. Ele está aqui comigo e afirma que logo você o reverá.

Minha filha perguntou:

– Junto a que médium deverei estar para revê-lo?

– Para você nenhum médium é necessário: espere algum tempo e poderá revê-lo com seus olhos.

Como minha filha era dotada de mediunidade (que não cultivara nela por razões de saúde), interpretei que o defunto se manifestaria a ela diretamente. Minha filha interpretou igualmente a resposta nesse sentido e, endereçando-se a mim, disse:

– Mamãe, se ele me aparecesse durante a noite, ficaria terrivelmente apavorada.

Ao que “Annie” replicou:

– Não, você não ficará de modo algum apavorada quando o revir; ficará, ao contrário, infinitamente feliz e seu encontro será uma fonte recíproca de alegria.

Nesse momento, minha filha assinara um contrato muito bem pago para uma turnê artística na província; o que lhe fez perguntar:

– Diga-me o que vê para mim no futuro?

– Venha uma outra vez – respondeu “Annie” –, pois hoje tudo está negro em torno de você. Não consigo ver claro no seu futuro; quando me esforço para penetrá-lo, atrás da sua cabeça surge um véu que me impede.

Então “Annie” endereçou-me estas palavras:

– Florrie, o caixão está bem próximo de você: está suspenso sobre sua cabeça.

Respondi inconsideradamente:

– Desejo que ele venha numa boa hora e que não se fale mais disso. Há dezoito meses que me fez saber dessa fúnebre profecia.

Falando assim, certamente não esperava vê-la se realizar tão cedo e tão terrivelmente. Três semanas mais tarde minha filha mais velha, então hóspede em minha casa, passava pela soleira

da minha porta imóvel no seu caixão, em direção à última morada de Kensal Green.

Aniquilada pelo golpe medonho, passou-se algum tempo antes que pudesse me lembrar da profecia de “Annie”; e, quando me lembrei fui perguntar-lhe *por que* ela havia me torturado a alma, deixando-a durante dezoito meses nessa espera dolorosa; ela me respondeu que o havia feito aconselhada pelo meu “guia espiritual” e com o objetivo de evitar que o golpe moral muito súbito me destrambelhasse o espírito. Quando perguntei-lhe por que ela havia me enganado, assegurando-me que não se tratava da morte de um dos meus filhos, ela repetiu que havia obedecido a ordens superiores, já que a revelação antecipada e intempestiva de toda a verdade me teria quase matado; o que eu não duvido...”

Caso 51

Extraio-o dos *Proceedings of the S.P.R.*, vol. XI, pág. 527. A sensitiva é uma senhora muito distinta dada a obras filantrópicas e apresentada a Myers pelo Dr. Liébault. Ela experimentou várias manifestações psíquicas espontâneas muito interessantes, das quais guardou a lembrança, e que reuniu em seguida num opúsculo; é daí que Myers tira esta narrativa:

“Em novembro de 1877, esperava meu terceiro filho. Na noite que precedeu o nascimento tive um sonho horrível. Tinha a sensação de que meu quarto era invadido por uma multidão de influências misteriosas e infelizes; e vi um pequeno ser destacar-se dessa massa confusa e dolorosa no fundo do meu quarto e aproximar-se de mim dizendo: “Venho até você para obter o reconforto do teu amor.”

Era um pequeno ser com a idade de três ou quatro anos, humano apenas pelo rosto, onde brilhavam dois grandes olhos negros. Notei também o movimento dos seus lábios, exprimindo um grande sofrimento. Quanto ao seu corpinho, era tão penoso à vista e tão diferente, que despertei profundamente angustiada, o coração batendo-me violentamente.

Chegada a manhã, contei o sonho à minha mãe, que julgou aquele ser um íncubo, provocado pelas condições em que me

encontrava. Neste mesmo dia, sem temor de espécie alguma, desejamos as boas-vindas a uma terceira criança, bela, cabelos castanhos, bem conformada e cheia de saúde.

Após várias semanas, aconteceu-me observar pela primeira vez que a fisionomia da criança, sobretudo quando ela queria chorar, parecia de uma maneira impressionante com a criança do meu sonho e que no seu rosto brilhavam os mesmos grandes olhos negros expressivos, muito meigos. Mas, à medida que crescia em idade, lia-se no fundo dos seus grandes olhos uma indefinível tristeza sempre crescente. Comuniquei minhas apreensões à minha irmã, que as compartilhou; e ambas vigiávamos o desenvolvimento da filhinha com uma angústia que só as mães poderão compreender. Facilmente foi educada a criança, não tendo nenhum defeito de temperamento, era incrivelmente precoce em tudo: no desenvolvimento dos sentidos, da memória, da inteligência, da afeição.

Tudo foi bem até à idade de dois anos e meio; mas então, uma terrível doença tirou-a de mim. Ela contraiu rubéola, que provocou a granulação dos rins, e esta determinou uma meningite. A infeliz menina ficou gravemente enferma durante três meses e meio. Na última semana de sua pobre existência, estava reduzida a condições de emagrecimento extremas; e um dia, mostrando-a à minha irmã, observei tristemente: “Eis a criança do meu sonho, tal como me apareceu, em condições idênticas, na véspera do seu nascimento!”

A irmã da sensitiva, numa carta escrita a Myers no dia 13 de abril de 1894, confirma a narrativa nesses termos:

“Afirmo a escrupulosa exatidão do relato. Minha irmã me contou o sonho quando o teve; fui testemunha de suas apreensões durante a breve existência de sua terceira criança, e quando esta estava nos seus últimos momentos, ela endereçou-me, textualmente, as palavras contadas por ela.”

Este caso justificaria de preferência a explicação “reencarnacionista”. Myers faz a ela alusão através dessas palavras:

“Nos casos expostos aqui, (ele fala de uma série inteira) não se nota nenhum indício de mensagens espirituais. Assemelhari-

am muito mais a lampejos bem fugazes de rememoração, que dever-se-iam constatar nas pessoas que tenham tido a visão antecipada do curso de sua vida e que achariam por ali dever atravessá-la de novo, a exemplo dos indivíduos hipnóticos que executam as sugestões pós-hipnóticas que lhes foram inculcadas.”

Caso 52

Tiro-o do vol. V, pág. 318, dos *Proceedings of the S.P.R.*. O sensitivo, Sr. J. F. Edisburg, escreve na data de 4 de fevereiro de 1884:

“No ano de 1859 era eu estudante de medicina em Belgrave House (Wrexham). Na noite do dia 9 de junho tive um sonho do qual nenhuma lembrança me ficara no meu despertar, salvo a data “9 de junho de 1864”, vivamente impressa na minha memória.

Tendo seguido para a clínica na manhã seguinte, falei do sonho ao cirurgião assistente e lhe disse: “Seja testemunha de que debaixo desse cabide, escrevo a data: “9 de junho de 1864 – J.F.E.”; e se, nessa época, você tiver ainda o emprego atual, constatará que esta será a data da minha morte, ou de uma grande desgraça para mim.” E escrevi o “memento”.⁵

Vários anos se passaram; abandonei a carreira para me consagrar aos negócios; e na data de 19 de junho de 1863 eu me casei. No ano seguinte, na data de 9 de junho de 1864 minha mulher morria. Somente na tarde desse dia lembrei-me do sonho que tive cinco anos antes.

No final do mês, na companhia de dois amigos, ia à clínica médica e lhes indiquei meu “memento”: “9 de junho de 1864 – J.F.E.”, estranho caso, na verdade!” (Assinado: J. F. Edisburg.)

(Numa outra carta o relator traz uma ligeira modificação de tempo relativamente ao momento em que ele lembrou-se do sonho. Ele escreve: “A impressão do sonho permaneceu viva em mim durante numerosas semanas; depois ela dissipou-se gradualmente, para ressurgir, subitamente, como um relâmpago no

momento em que o doutor, descendo a escada da minha casa, disse: Não há mais esperança para sua mulher.”)

Estranho caso, na verdade, se se pensa que a premonição implicava o antecedente imprevisível do casamento do sensitivo com a pessoa indicada para morrer; de maneira que a hipótese fatalista pareceria, aqui, a mais satisfatória.

Caso 53

Tirado do *Light*, (1893, pág. 33). O Sr. David Van Etter, advogado procurador em Omaha (Estados Unidos), adido na Corte de Cassação do Estado de Nebraska, contaria o seguinte fato na carta privada ao diretor da revista *Arena*, que, após o consentimento do autor, liberava-a para publicação:

“Declaro que todos os detalhes da narrativa seguinte correspondem rigorosamente à verdade e estou pronto a atestá-lo sob juramento. Em 1867 abandonei Kingston, meu país natal, para não mais aí retornar. Em 1869 estabelecia-me no Estado de Nebraska, para passar o ano de 1870 na “Republican Valley”, onde fiquei até 1875, época em que vim instalar-me, definitivamente, em Omaha.

Do dia em que deixara meu país natal até o ano de 1884, não ouvira falar, direta ou indiretamente, da pessoa a qual se refere esta narrativa. Era prima minha, mais velha do que eu alguns anos, boa, honesta e afetuosa. Ela esposara um fazendeiro e consagrara-se inteiramente aos cuidados do comércio e de sua pequena família, composta pelo seu marido e duas filhinhas, uma de seis anos e outra de dez. Eu não a tinha visto senão raras vezes na minha vida, e sempre por pouco tempo, salvo no verão de 1861, em que passara vários dias na casa dela, que foram inteiramente consagrados aos prazeres da caça e da pesca. Mesmo nesse período, não conversei nunca com ela mais do que alguns minutos e sempre em presença de sua família. Estendo-me sobre essas minúcias para fazer notar que nenhuma afinidade psicológica qualquer existiria entre nós; pode-se afirmar, enfim, que permanecemos quase sempre estranhos um ao outro.

Eis, portanto, os precedentes. Uma noite do ano de 1873, na minha residência de “Republican Valley” (afastada 1.500 milhas da residência da minha prima, na qual não pensava mais de forma alguma há anos), sonhei com ela de uma maneira muito viva, ou melhor ainda, *encontrava-me em sua presença*. Parecia-me que um apelo chegara-me dela e que a encontrava doente na sua cama, sustentada por uma montanha de travesseiros, o rosto trazendo a marca de um sofrimento extremo e os olhos implorando socorro, quase como se eu tivesse tido o poder de sustentar sua terrível agonia de dor. Contemplava, horrorizado, o seio esquerdo da doente, completamente corroído, descarnado, sangrento. No presente ainda, quando lembro esta cena a meu espírito, sinto-me quase desfalecer de pavor. E entretanto esse medonho espetáculo realista não era real; minha prima estava afastada 1.500 milhas e *o fato ainda não existia*. Não me foi possível voltar a dormir essa noite, apesar da minha certeza de ter tido um sonho sem significação; mas a impressão surtida foi tal, que ainda sou capaz de representá-lo com a vivacidade primitiva.

Somente em 1884 vim a saber que minha prima estava morta; e não soube senão no dia 3 de agosto de 1892, que a morte tinha se produzido no dia 19 de julho de 1878, em consequência de um câncer que lhe tinha roído e descarnado completamente o seio esquerdo, causando à doente longos sofrimentos e uma terrível agonia de dor. E tudo isso tinha se produzido cinco anos depois do meu sonho, numa situação ambiente idêntica; mas – repito-o – tratava-se bem de um sonho?” (Assinado: David Van Etter.)

Nesse caso, a circunstância teoricamente interessante consiste na afirmação do sensitivo que tinha esquecido há longos anos a pessoa visualizada em sonho, à qual ele jamais estivera ligado por afinidades psicológicas de nenhuma espécie, de maneira que se pode afirmar que tinham ambos vivido quase como estranhos um ao outro.

Esta circunstância é embaraçante, pois na ausência de relações afetivas não se saberia explicar a possibilidade e a razão do sonho premonitório. A única hipótese capaz de diminuir um pouco o mistério seria ainda a “espiritualista”, a qual permitiria

supor que uma entidade do defunto, desejosa de fazer chegar direta ou indiretamente a predição de morte à senhora implicada, não tendo encontrado nem nela, nem em nenhum de seus familiares ou conhecidos as condições psíquicas necessárias para receber as impressões telepáticas, seja dirigida ao parente distante, como o único sensitivo capaz de responder às suas intenções.

No caso em questão não se pode crer que a premonição tivera como objetivo único sacudir o cepticismo do sensitivo, que em outra parte da carta se declara contrário às idéias espiritualistas.

Caso 54

O fato apareceu primeiramente no *Light*, depois no *Journal of the S.P.R.* (vol. X, págs. 39-43), apoiado por numerosos testemunhos recolhidos pelos cuidados de J. G. Piddington.

A Sra. M. R. V. escreve a Piddington nestes termos:

“Não tenho dificuldade em comunicar-lhe meu nome, assim como os dos meus amigos, dos quais falei quase que imediatamente da minha sessão com a Sra. Zuleika, e do que me foi predito.

Em fevereiro de 1900, após o almoço e num momento em que a idéia de ir para Londres estava bem afastada do meu espírito (minha residência é X., a doze milhas de distância), fui como que invadida por um desejo impulsivo, imperioso de ir ver a Sra. Zuleika. Como para mim era absurdo deixar a casa nesse momento, resisti ao impulso; mas ele se tornou logo tão irresistível que fui estrangida a partir precipitadamente, sem quase ter tempo de me vestir.

Eu nunca tinha visto a Sra. Zuleika, e como vivo muito retirada e nunca assisti a reuniões espiritualistas, creio inadmissível supor que a Sra. Zuleika me conhecia. Ora, mal ela me viu, disse:

– Você veio pela *impressão*; você foi enviada para que coisas importantes lhe sejam comunicadas através de mim.

Então anunciou-me *ver* (soube em seguida que ela tivera uma visão clarividente) que meu marido partiria, subitamente, para a África do Sul; que para revê-lo antes da partida deveria fazer um

esforço, porque ele não retornaria à casa, e que deveria ir ao seu encontro. Aconselhou-me a tomar posse de todos os papéis inerentes aos negócios e também a induzir meu marido a fazer seu testamento, porque *via* que ele não ultrapassaria o ano em curso. Repliquei:

– Não me espanto com o seu julgamento; quem quer que parta para a África está destinado a morrer; mas saiba que meu marido não é oficial combatente e que é um homem muito robusto.

Ela replicou:

– Estou convencida da sua morte: a nave de sua vida está por um fio. *Vejo* que ele não chegará ao final do ano.

Enquanto ela falava assim, tive a visualização de um calendário, em que a palavra *novembro* emergia acima das outras; concluí que devia ser a data fatal...

Em seguida a vidente retoma o tema da morte do meu marido, e diz:

– A *razão* pela qual você foi enviada é esta, que você deve, imediatamente, fazer remeter pelo seu marido os papéis que se referem aos negócios, seu testamento, seguro de vida e também seus papéis particulares; caso contrário, você terá mais adiante *múltiplos aborrecimentos e graves despesas*. Faça-o rápido, porque sua partida é iminente.

Eu não sabia nada ao certo, relativamente à partida de meu marido, que todavia eu considerava como provável... Escrevi imediatamente a ele, e seis dias depois sua resposta me chegou, onde ele anunciava que estaria de partida para a África no fim de seis outros dias e que antes de partir teria vindo nos dizer adeus. No mesmo dia caí doente e no dia seguinte, constrangida a guardar o leito, recebi às 23 horas um telegrama de meu marido, assim concebido: “Parto amanhã; venha, impreterivelmente, ao meu encontro.” Assim, cumpria-se o que havia predito a Sra. Zuleika, pois, doente, tive necessidade de fazer um grande esforço para deixar meu leito e partir pela manhã com meu filho. Tendo chegado ao encontro, na emoção das despedidas e agitação da partida, o tempo me faltou para discutir calmamente

negócios; mas de qualquer maneira, meu marido não estava disposto a escutar minhas proposições e respondeu que não via necessidade, porque não corria nenhum risco de ser morto!

Mas o que dissera a Sra. Zuleika veio a se cumprir inteiramente: meu marido, após ter gozado de uma saúde perfeita até o mês de novembro, caiu doente nos primeiros dias desse mês, para morrer alguns dias depois; e as conseqüências de sua morte foram pecuniariamente desastrosas para mim e me causaram, nesse momento, *múltiplos aborrecimentos e muitas graves despesas.*” (Assinado: M. R. V.)

(Seguem os testemunhos de sete pessoas, que declaram que a relatora lhes havia levado ao conhecimento a predição da Sra. Zuleika, no momento em que ela a recebeu. Resulta, também, que a relatora tinha, na época, tomado nota de qualquer coisa no seu caderninho de notas.)

Este episódio pertence à ordem das premonições *indiretas ou provocadas*, nas quais o vidente, ao invés de ser protagonista ou parte no acontecimento predito, serve de instrumento de consulta. Note-se a afirmação da vidente, que ela falava por mandato de entidades espirituais interessadas no bem-estar da consulente; afirmação cujo valor aumenta da circunstância, de outra forma inexplicável, do desejo impulsivo, irresistível, que levou a consulente a ir à casa dela.

Já relatamos outros casos dessa natureza que implicam reflexões idênticas (21 a 25, 40, 41 e 50); isto merece ser notado, pois índices de intervenções externas ao sensitivo não são habituais aos casos de premonições indiretas ou provocadas, o que parece uma razão suficiente para certos investigadores por atribuir a gênese das manifestações premonitórias, quaisquer que elas sejam, às faculdades da subconsciência humana. Ora, os casos como os precedentes, onde se encontram índices de intervenção espiritual, demonstrariam que esta tese é pelo menos prematura, mesmo reconhecendo que os índices não são provas; ao mesmo tempo, indicam que é irracional concluir pela ausência de intervenção exterior, mesmo diante de uma falta de qualquer índice que poderia fazer legitimamente supor a existência.

Caso 55

No episódio seguinte, análogo ao último citado, não há alusão alguma a qualquer intervenção externa, e apesar de ser extremamente conhecido, sua importância me obriga a relatá-lo. Trata-se do caso relatado pelo Dr. Liébault na obra *Thérapeutique Suggestive* (pág. 282); o nome do ilustre sábio confere à narrativa um imenso valor. Eis o que ele escreve:

“7 de janeiro de 1886 – Veio consultar-me hoje, às 4 horas da tarde, o Sr. S. de Ch., por um estado nervoso sem gravidade. Este senhor tem preocupações de espírito a propósito de um processo pendente das coisas que se seguem:

Em 1879, 26 de dezembro, passeando numa rua de Paris, viu escrito numa porta: “Sra. Lenormand, necromante”. Excitado por uma curiosidade irrefletida, entrou.

A Sra. Lenormand, olhando a palma de uma de suas mãos, lhe diz:

– Você perderá o seu pai dentro de um ano, precisamente. Logo você será soldado (ele tinha então 19 anos), mas você não permanecerá nisso por muito tempo. Vai se casar jovem; terá dois filhos e morrerá aos 26 anos.

Esta profecia estupefaciente, que o Sr. de Ch. confiou aos seus amigos e a alguns dos seus familiares, primeiramente, não foi levada a sério; mas tendo seu pai morrido no dia 27 de dezembro de 1880, depois de uma curta doença e justo um ano após a entrevista com a necromante, essa desgraça resfriou um pouco sua incredulidade. E quando se tornou soldado – somente sete meses –, quando, casado pouco depois, tornou-se pai de duas crianças e quando estava a ponto de atingir os 26 anos, definitivamente abalado pelo medo, acreditou não ter mais que alguns dias de vida. Foi então que veio me perguntar se não me seria possível conjurar o destino. Pois, pensava, tendo-se cumprido os quatro primeiros acontecimentos da predição, o quinto devia fatalmente se realizar.

E no mesmo dia e nos dias subsequentes, tentei colocar o Sr. de Ch. num sono profundo, a fim de dissipar a negra obsessão gravada em seu espírito: a da sua morte próxima, que ele imagi-

nava dever acontecer no dia 4 de fevereiro, dia do seu aniversário, embora a Sra. Lenormand não lhe tenha nada precisado a esse respeito. Não pude produzir nesse rapaz nem mesmo o sono mais ligeiro, tanta era a sua agitação. Todavia, como era urgente retirar-lhe a idéia de que devia logo sucumbir, convicção perigosa, pois vimos previsões desse gênero cumprirem-se letra por letra pela auto-sugestão, mudei a maneira de agir e lhe propus consultar um dos meus sonâmbulos, um velho chamado de profeta, porque anunciara a época precisa de sua cura para reumatismos articulares que remontam a quatro anos, e na mesma época a cura de sua filha.

O Sr. de Ch. aceitou minha proposta com avidez e não deixou de comparecer ao encontro. Tendo entrado em contato com esse sonâmbulo, suas primeiras palavras foram:

– Quando morrerei?

O hipnotizador experimentado, suspeitando a perturbação desse rapaz, responde-lhe, após fazê-lo esperar:

– Morrerá... morrerá... daqui a 40 anos.

O efeito causado por essas palavras foi maravilhoso. Imediatamente o consulente tornou-se alegre, expansivo e cheio de esperança; e quando ultrapassou o dia 4 de fevereiro, esse dia tão temível para ele, acreditou ter se salvado.

Foi então que alguns daqueles que ouviram falar dessa aflitiva história concordaram em concluir que não havia existido nada de verdadeiro; que era por uma sugestão pós-hipnótica que esse rapaz concebera esta narrativa imaginária. Palavras ao vento! A sorte havia sido lançada, ele devia morrer.

Eu não pensava mais em nada disso, quando, no começo de outubro, recebi uma carta de participação, pela qual soube que meu infeliz cliente acabara de sucumbir no dia 30 de setembro de 1886, no seu vigésimo sétimo ano, isto é, com a idade de 26 anos, assim como a Sra. Lenormand predissera. E para que não se suponha que tenha havido algum erro de minha parte, conservo essa carta, como meu registro: são dois testemunhos escritos inesquecíveis.”

Aqui termina a mais notável narrativa do Dr. Liébault. Como disse há pouco, certos psiquistas se baseiam em exemplos dessa natureza – em que nenhum índice transparece das intervenções exteriores ao sensitivo – para sustentar que a gênese dos fenômenos premonitórios não deve ser procurada senão na subconsciência dos próprios sensitivos.

Não deixarei jamais de repetir que as causas de uma fenomenologia qualquer não podem emergir senão do conjunto dos fatos; e tal não sendo o caso para a tese em questão, esta deve cair irremissivelmente, se não oferece a possibilidade de ser examinada sob diferentes aspectos, dos quais alguns sejam aceitáveis.

No nosso caso, o aspecto inaceitável da hipótese subconsciente reside no fato de que a sensitiva Sra. Lenormand *teria podido inferir o futuro do consulente sobre a base das causas que existem no presente*; hipótese completamente insustentável tanto do ponto de vista filosófico quanto do ponto de vista experimental, já que se trata de acontecimentos acidentais ou imprevisíveis; isto por razões expressas precedentemente, que serão mais tarde aplicadas aos resultados de fato.

Resta-nos examinar os outros aspectos da hipótese no próprio terreno. Por exemplo, poder-se-ia sustentar que se a Sra. Lenormand pudesse prever os acontecimentos futuros da vida do consulente, é porque as condições extáticas ou hipnóticas nas quais ela se encontrava a tinham feito ser capaz de entrar em relação, seja com a subconsciência do consulente, seja com alguma coisa de semelhante no *plano astral* dos teósofos, ou no *ambiente metaetérico* de Myers, ou no *inconsciente universal* de Hartmann, no qual ela leu, ou de onde pôde deduzir, tudo o que revelou; todas essas hipóteses nos permitiriam excluir a tese insustentável da onisciência subconsciente, já que a sensitiva teria adquirido, neste caso, através de uma *via indireta* ou *mediata*, ou *receptiva*, e não *diretamente por inferências de causas que existem no presente*, os conhecimentos revelados.

Do ponto de vista teórico, tudo isso apenas pode ser admitido; porém, uma vez acolhidos esses raciocínios, perceberíamos logo que eles conduzem direto a este raciocínio transcendental que se

queria afastar. Com efeito, a indução de uma suposta leitura nas subconsciências de outrem nos levaria a admitir implicitamente que os acontecimentos futuros preconizados existiam de alguma maneira registrados na subconsciência do consulente, reconhecendo por aí a validade da idéia *reencarnacionista*; e as outras induções, segundo as quais a sensitiva teria entrado em relação com *planos astrais*, ou *ambientes metaetéricos*, nos fariam inevitavelmente cair na hipótese *fatalista*. No primeiro caso, postular-se-ia uma existência pré-natal da personalidade humana; no segundo, a existência de um *Espírito Supremo*, ou de múltiplas *Inteligências Soberanas* reguladoras dos destinos humanos, e as duas hipóteses combinadas implicariam a *espiritualista*. Concluindo: chegar-se-ia implicitamente a reconhecer a validade das hipóteses *reencarnacionista*, *pré-natal*, *fatalista* e *espiritualista*.

Tudo isso nos ensina que seria vão obstinar-se a restringir no mesmo círculo da psicologia universitária – normal e anormal – as manifestações premonitórias de ordem complexa e imprevisível, que escapam e escaparão sempre a todos esses vínculos, sendo incontestavelmente de natureza transcendental. É por isso que abster-me de aplicar aos casos da classificação presente esta concepção superficial da hipótese subconsciente, que me teria condenado a inutilizar inutilmente ao infinito e a fazer passar entre os dedos no vazio, ao que preferi afrontar diretamente as hipóteses supranormais contidas na primeira.

A título complementar, observarei, sem insistir, que a hipótese espiritualista, propriamente dita, poderia também aplicar-se ao último caso citado; então a sensitiva teria adquirido os conhecimentos revelados por meio de “espíritos desencarnados” afetivamente ligados ao consulente.

Casos 56 e 57

Nos dois casos seguintes, tão extraordinários quanto o precedente, as premonições de morte assumem o caráter de comunicações espíritas. Tiro-as do vol. XI, pág. 580, dos *Proceedings of the S.P.R.* O relatório do primeiro caso, publicado pela Sra. Louise Chandler Moulton, provocou a carta do Dr. Anthony, que

encerra o segundo. Os dois casos foram reforçados mais tarde pelos estudos do Dr. Hodgson. A Sra. Chandler Moulton exprime-se nestes termos:

“No número de novembro de 1891 do *Cosmopolitan Magazine*, publiquei um artigo intitulado “Como morre aos poucos uma família”, onde eu descrevia os últimos tristes anos da vida do Dr. Westland Marston (poeta e dramaturgo americano) e de seus filhos. Falava ali da estranha profecia espírita obtida pela filha mais velha do Dr. Marston, profecia ditada a esta última por uma personalidade mediúnica que se afirmava sua mãe, e assim concebida: “Tu morrerás primeiro; depois Nelly; depois Philip; finalmente, teu pai.” A profecia se realizou exatamente na sucessão predita.”

Esta profecia me tinha sido concebida quando os membros da família Marston estavam todos vivos, e formou com muita frequência o assunto das nossas conversações.

Constata-se aí os caracteres de uma verdadeira presciência espírita e sua publicação produziu em toda parte uma viva impressão, o que me prova o grande número de cartas que me chegaram de todas as partes dos Estados Unidos e da Inglaterra. Dentre estas, observarei uma cujo interesse era tão grande, que escrevi ao autor pedindo-lhe a permissão para publicá-la; é esta que relato aqui:

“Providence, 64, John Street, 5 de dezembro de 1891.

Senhora: Li seu interessante artigo no qual relata uma profecia de morte que se refere aos membros da família Marston; isto me leva a lhe comunicar uma profecia análoga que pude eu mesmo constatar.

Sou doutor em Medicina, e entre meus clientes habituais contava a família do Sr. Hiram Maxfield, diretor do hotel, muito conhecida de toda a Nova Inglaterra. Os membros da família estavam sãos e robustos; raramente houve doentes, e quando isto aconteceu, não passou de simples indisposições. Um dia, fui chamado por uma ligeira indisposição da Sra. Maxfield, cuja residência estava situada além da baía, a algumas milhas de distância. Terminada a consulta, eu aguardava o barco que devia

me conduzir, quando a filha mais velha de Maxfield – então com pouco mais de 20 anos – sentou-se junto a mim no banco para me dizer que ela tinha alguma coisa a me comunicar, mas que se tratava de uma coisa tão absurda, que eu devia prometer-lhe nada dizer aos seus. Confiou-me então que tinha, algum tempo atrás, ouvido claramente uma voz murmurar-lhe ao ouvido: “Tu morrerás primeiro; depois de ti, Harry; em seguida teu pai”. Nesse momento ela estava sozinha; mas, na dúvida de que a voz pudesse ter vindo do quarto ao lado, ela ali entrou, sem encontrar ninguém; ao mesmo tempo, ouviu a voz repetir-lhe ao ouvido as mesmas palavras, com este acréscimo: “E o Dr. Anthony estará presente a cada ocasião”.

As três pessoas indicadas na profecia gozavam então de uma saúde perfeita. Mais ou menos dois anos depois, fui chamado para prestar meus cuidados à filha em questão, que nesse intervalo de tempo casara-se. Encontrei-a abatida por um ataque apoplético e mal cheguei a tempo para vê-la morrer.

Após vários anos, o filho Harry começou a enfraquecer-se rapidamente; sintomas de emagrecimento progressivo manifestaram-se nele e, ao final de alguns meses, morreu. Para melhorar sua saúde, ele tinha ido morar numa estação climatérica em companhia de um médico; mas lá continuou a piorar e tiveram que reconduzi-lo para sua casa. Fui chamado à sua cabeceira, e também desta vez cheguei justo para vê-lo morrer.

Um ano mais tarde o pai contraiu um resfriado no decorrer de uma pescaria em New Hampshire e, tendo retornado para casa, viu sua indisposição agravar-se de tal forma que o conduziu rapidamente ao túmulo. Fui ainda chamado para cuidar dele; e se desta vez não posso dizer tê-lo visto literalmente morrer, é porque ele expirou no curto intervalo de tempo em que deixara seu quarto para responder a uma comunicação telefônica.”

Portanto, a triste profecia realizara-se completamente.

(Consta da consulta do registro profissional do Dr. Anthony que a profecia aconteceu na data de 22 de abril de 1877; que a filha morria no dia 9 de novembro de 1879; Harry no dia 22 de junho de 1884 e o Sr. Maxfield no dia 2 de julho de 1885. A

mulher do Dr. Anthony confirma plenamente a narrativa de seu marido.)

No que concerne ao caso Marston, acrescentarei que a Sra. Chandler Moulton, publicando em seguida uma carta sobre esse assunto endereçada ao Dr. Marston pela célebre poetisa inglesa Elisabeth Barrett Browning, fê-la acompanhar de comentários dos quais extraio o seguinte parágrafo:

“Quando todos os seus amados desapareceram pela ordem profetizada, o Dr. Marston estava sentado uma noite à mesa familiar, tornada deserta, quando viu – ou pareceu-lhe ter visto – surgir uma mão do “mundo do mistério” e vir apertar a sua, enquanto que uma voz murmurava ao ouvido doces palavras de encorajamento e de esperança, palavras que, sozinhas, podiam tornar-lhe a vida tolerável. A imaginação do poeta iludiu-o, ou foi, ao contrário, sua fibra sensível que lhe revelou mistérios com que nunca sonhou nossa obscura filosofia? Quem pode saber?”

A Sra. Barrett Browning escreveu ao Dr. Marston o que se segue:

“Eu que não tenho nenhum direito às suas confidências, sou-lhe profundamente reconhecida pela interessante e emocionante narrativa de suas experiências pessoais... Meu marido, que se proclama céptico, ficou muito mais impressionado pela sua carta do que por qualquer outra narração de fatos análogos...” (*Light*, 1892, pág. 402.)

Eis-nos diante de dois outros casos de autenticidade dos quais não se pode duvidar e que não parecem poder adaptar-se a outra hipótese senão a espiritualista propriamente dita, se as analisamos a fundo.

Querendo explicá-las sem se afastar dos poderes da subconsciência, seria necessário presumir que os sensitivos leram – ou deduziram – “traços” existentes nas suas próprias subconsciências e nas das outras co-interessadas, das datas de morte respectivas; se, portanto, temos que explicar a gênese dos ditos “traços”, ser-nos-á necessário recorrer às hipóteses “reencarnacionista” ou “pré-natal”, segundo as quais as datas em questão estari-

am predeterminadas pelo *eu integral*, ou subconsciente de cada um deles no instante de sua respectiva entrada na vida.

Em outras palavras, ser-nos-á necessário presumir que, estando pré-organizados os acontecimentos principais de toda existência singular e, de certa maneira, registrados num ambiente “astral” ou “metaetérico” acessível às faculdades subconscientes, os sensitivos puderam, assim, penetrar no mistério de seus respectivos destinos; seria, nesse caso, à hipótese “fatalista” que nós nos prenderíamos.

Nos comentários do caso 39, expus as razões pelas quais penso dever excluir a hipótese das “inferências subconscientes” do número daquelas aplicáveis aos fenômenos premonitórios de ordem complexa e sobrenatural.

SUBGRUPO H

Premonições da morte de terceiros a curto prazo, e em que a morte se deve a causas acidentais (Casos 58 a 70)

Em todo trabalho de classificação, a subdivisão em categorias não pode ter senão um valor relativo, devido aos fatos que não revelam quase nunca elementos bastante simples ou harmônicos para se conformar, de uma maneira completa, a uma só subdivisão. Não resta senão outra coisa a fazer do que classificá-los baseando-se sobre o elemento principal que eles encerram e negligenciando os elementos auxiliares e complementares.

Este critério nos levará, portanto, neste subgrupo e no seguinte, a recolher os fatos em que o elemento principal é representado pela acidentalidade – e, por conseguinte, a imprevisibilidade – das mortes preanunciadas.

Faço observar que bom número dos casos já relatados continham elementos de natureza acidental e imprevisível; mas eles consistiam em incidentes complementares agrupados em torno de um acontecimento principal de ordem diferente, e não podiam, conseqüentemente, estar compreendidos no subgrupo presente. Isto não impede que os elementos imprevisíveis contidos nos casos em questão lhes confirmem um valor teórico idêntico. E é um valor muito importante, já que raramente esses mesmos elementos mostram-se explicáveis pelas hipóteses psicológicas, ou podem ser reduzidos a exemplos de inferências subconscientes ou de coincidências fortuitas. Ao contrário, as hipóteses espiritualista, fatalista e reencarnacionista dominam o terreno.

Caso 58

Extraio-o dos *Annales des Sciences Psychiques* (1897, pág. 124), que foi tirado, a seu turno, da autobiografia do Barão Lazare Hellembach. Escreve ele:

“Tinha a intenção de pedir a colaboração do diretor da seção de química do estabelecimento geológico de Viena, Sr. Hauer, conselheiro de minas, a propósito de algumas pesquisas que eu

fizera sobre os cristais, ou melhor, sobre a cristalização. Eu havia lhe falado incidentalmente, estando o laboratório perto de minha casa e sendo Hauer conhecido no mundo científico – pode-se dizer na Europa inteira – como especialista nesse assunto. Eu adiará sempre minha visita, mas finalmente decidi-me a fazê-la na manhã seguinte. Nesta mesma noite sonhei que via um homem pálido e desfalecente, sustentado pelos braços de dois homens. Não levei em conta esse sonho e fui ao estabelecimento geológico; mas como o laboratório encontrava-se num outro lugar da casa nos anos precedentes, enganei-me de porta, e encontrando a verdadeira porta interditada, vi, olhando por uma janela ao meu alcance, a imagem exata do meu sonho: sustentavam Hauer, que acabava de envenenar-se com cianureto de potássio, e transportavam-no para um vestíbulo, exatamente como eu havia sonhado.”

O Barão Hellembach acrescenta aqui as seguintes observações:

“Como eu, que nunca tive um sonho ou apenas um pressentimento correto, com a saúde normal e a impassibilidade legendaria entre meus amigos, deixei-me surpreender por um sonho? Não posso explicá-lo senão da maneira seguinte: se eu tivesse vindo alguns minutos antes, teria podido certamente impedir o fato de se cumprir quanto ao presente e – quem sabe? – talvez quanto ao futuro; o suicídio fora causado por problemas de família e de fortuna, e minha proposição teria podido dar a Hauer um novo assunto de trabalho e, provavelmente, também algum alívio material. Esta circunstância emocionou-me profundamente; fiquei tanto mais emocionado à medida que compreendi toda a perda que tivera, do ponto de vista de minhas idéias e meus projetos, e pensando que meus ensaios estavam perdidos para sempre, ou pelo menos para minha vida.

É bem natural que essa morte, arrastando meus projetos, me tenha impressionado muito; e é talvez por esta razão que no meu despertar minha consciência guardou como um resto de clarividência ou de onisciência inconsciente, que se encontra em todas as pessoas muito impressionáveis.”

Neste caso, a morte do professor Hauer, embora não natural (portanto acidental), não poderia ser considerada como imprevisível; o suicida teria muito provavelmente premeditado seu ato de desespero na noite que o precedeu, provocando assim, por telepatia, o sonho do Barão Hellembach. Mas isto não implicaria o elemento principal do sonho, a visualização de um “homem de rosto lívido, agonizante, *sustentado pelas axilas por dois outros homens*; circunstância não telepática, já que imprevisível.

Caso 59

Do capítulo que Camille Flammarion consagrava aos fenômenos premonitórios na sua obra *L’Inconnu*, extraio os dois casos seguintes (págs. 522-523). O relator do primeiro, o Sr. Émile Boisnard, escreve:

“No ano passado, no mês de setembro, tive durante uma noite a visão bem distinta de um enterro de criança saindo de uma casa cujos habitantes eu conheço; ignorava, somente, no meu sonho qual das crianças estava morta.

Esse sonho voltou à minha memória durante todo o dia e tentei, em vão, afastá-lo do meu espírito. À noite, uma das crianças dessa casa, com a idade de 4 anos, caiu acidentalmente num fosso e aí se afogou. – Émile Boisnard, em Seiches (Maine-et-Loire).

Caso 60

Eis o segundo episódio, tirado da obra citada:

“Meu irmão mais velho, Emile Zipelius, artista pintor, morreu no dia 16 de setembro de 1865, com a idade de 25 anos, banhando-se no Rio Moselle. Ele morava em Paris, mas encontrava-se nesse momento em visita na casa de seus parentes em Pompey, perto de Nancy. Minha mãe sonhara duas vezes, com intervalos bem afastados, que seu filho se afogava.

Quando a pessoa encarregada de anunciar a terrível novidade aos meus pais apresentou-se na casa deles, minha mãe, adivinhando que acontecera uma desgraça, informou-se primeiro sobre uma de suas filhas ausentes, de quem não tivera notícias há

alguns dias. Quando lhe respondi que não se tratava dela, ela disse: “Não continue, eu sei o que é: meu filho afogou-se.” Nós tínhamos recebido uma carta dele durante o dia, de maneira que nada fazia prever esta catástrofe.

Meu próprio irmão havia dito à sua zeladora pouco tempo antes: “Se eu não voltar uma noite, vá a Morgue no dia seguinte; tenho o pressentimento de que morrerei na água. Sonhei que estava no fundo da água, morto e com os olhos abertos.”

Foi assim, com efeito, que o encontraram; ele estava morto sobre a água por causa da ruptura de um aneurisma. Minha mãe e meu irmão estavam tão persuadidos de que isso aconteceria, que no dia da sua morte ele recusara a se banhar no Moselle. Mas, lá pela noite, deixou-se seduzir pelo frescor da água e foi retirado, assim, da nossa afeição.” (J. Vogelsang-Zipelius, em Mulhouse.)

Caso 61

Lord Bute comunicou-o à *S.P.R.* e o relato foi redigido pela irmã Catherine, do asilo infantil de “Treforest”, em Pontypridd.

“No domingo, 14 de agosto de 1898, enquanto eu conduzia as crianças a Rocking Stone para um passeio, pressenti vir em minha direção a velha Sra. Thomas (que mora numa casinha do Dr. Price, na estrada comunitária), e esta me perguntou se alguma criança do asilo tinha morrido durante a semana. Respondi que não e lhe perguntei a meu turno por que ela me fazia esta pergunta.

– Porque – respondeu – vi o enterro de uma criança que descia a colina, vindo do asilo; todavia, não ao longo do caminho que vocês seguem com as crianças, mas na vertente esquerda, e acreditei que se tratava de uma criança do asilo, porque eram crianças do asilo que carregavam o caixão e o acompanhavam.

Informei-me para saber se alguém dentre os habitantes da Avenida de la Tour, situada acima do asilo, tinha perdido uma criança, e soube que ninguém havia morrido e que nenhum enterro havia passado por lá. O que não havia acontecido até então produziu-se na quarta-feira da semana seguinte, quando uma criança de três anos, filha de um vizinho, morador da Ave-

nida de la Tour, morria afogando-se. A mãe da pobre menina foi encontrar a irmã Iltyd, pedindo-lhe para permitir que nossas crianças acompanhassem o corpinho ao cemitério, pois, por causa da greve, e por falta de vestimentas necessárias, ela não encontrava ninguém que quisesse assumir a triste tarefa. Irmã Iltyd consentiu excepcionalmente, pois o regulamento proibia as crianças do asilo de assistir a um enterro que não fosse dos seus. Sendo assim, o enterro desceu a colina pela vertente esquerda, justo como a Sra. Thomas o havia visto duas semanas antes. A residência desta última encontra-se em frente a esta vertente do vale.

Quando a irmã Iltyd concordou que as crianças transportassem a menininha ao cemitério, eu lhe relatei o que a Sra. Thomas tinha visto.” (*Journal of the S.P.R.*, vol. IX, pág. 80.)

Se, neste caso, a visão verídica tivesse se produzido em sonho, o fenômeno premonitório teria podido ser rebaixado até um certo ponto ao nível de uma “coincidência fortuita”; mas como se trata de visão verídica em *condições de vigília*, o que supõe um elemento supranormal na origem do fenômeno, e o elemento supranormal implicando a existência de uma intencionalidade qualquer (ou subconsciente ou externa, pouco importa) vê-se estabelecer relações indissolúveis entre o precedente do fato e o próprio fato, e daí a hipótese das “coincidências fortuitas” torna-se inaceitável.

Acrescentemos a isso que uma outra circunstância verídica, a do percurso insólito do cortejo fúnebre ao longo da vertente esquerda da colina, acaba de afastar a hipótese discutida.

Observo que as visões de funerais premonitórios *em condições de vigília* são bastante frequentes e, sendo o fato interessante, creio ser útil citar dois outros exemplos.

Caso 62

O Rev. P. A. Wood, reitor de Newent, Gloucestershire, membro da *S.P.R.*, recolheu-o. A relatora, Srta. H., não deseja que seu nome seja publicado.

“Minha mãe e eu passeávamos, um dia, de carro por uma rua de Somersetshire em companhia de uma velha senhora de 80 anos. De repente, esta dirigiu-se ao cocheiro, pedindo-lhe para deixar a rua e parar o veículo; o que foi executado, para nosso grande espanto, porque não adivinhávamos o motivo dessa ordem. Algum tempo depois ela disse ao cocheiro: “Agora você pode ir”; depois, virando-se para minha mãe, acrescentou: “Por um sentimento de respeito, faço sempre parar quando passa um enterro.” A rua era longa e reta e mostrava-se absolutamente livre, mesmo de pedestres; brincáramos então da coisa, fazendo observar à velha senhora que ela havia sido vítima de uma curiosa ilusão. Ela respondeu: “Com efeito, a coisa é muito estranha, eu vi muito bem um cortejo fúnebre; quem sabe o que pensará de mim o cocheiro?”

No dia seguinte, um dos seus velhos amigos, seu vizinho que tinha o hábito de vir todo dia fazer-lhe algumas horas de leitura, morreu subitamente.” (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. V, pág. 303.)

Caso 63

O Dr. Alastair Mac-Gregor conta o episódio seguinte, encontrado no jornal particular de seu próprio pai, ministro evangélico na ilha de Skye.

“O empregado municipal de Dull, cidadezinha de Perthshire, estava adoentado; meu avô, ministro evangélico do lugar, o havia substituído. Numa bela noite de verão, por volta de 19 horas, um jovem casal apresentou-se para pedir os papéis necessários para o seu casamento. Enquanto meu avô se dispunha a procurá-los, *todos os três* viram, de repente, pelo cruzamento aparecer um cortejo fúnebre. Pelos trajes que envergavam os que compunham o cortejo, podia-se ver que eram em grande parte camponeses, e a moça reconheceu vários, naturais de Dull, mas empregados, nesse momento, em Dunkeld. Naturalmente, meu avô e os jovens se espantaram da hora intempestiva na qual chegava o cortejo; e meu avô não compreendia que não o tivessem prevenido. Ele ordenou os papéis e correu em busca da chave que abria o portão do cemitério, para que o cortejo não

esperasse. Subiu ao presbitério apressado, encaminhando-se em direção ao portão, onde esperava encontrar o cortejo parado, mas aí chegando, *não encontrou nada*, e do lado de fora os jovens noivos, que, mais estupefatos ainda que ele, não podiam explicar o fato.

Ora, na semana seguinte, no mesmo dia e à mesma hora, sobreveio, de improviso, o mesmo enterro, e desta vez de verdade. O defunto era uma criança de Dull, que um touro furioso atacara em Dunkeld, reduzindo-o, literalmente, em pedaços. Os infelizes restos foram recolhidos, depositados num caixão e transportados, sem demora, ao cemitério de Dull. A pobre criança não tinha parentes e foi enterrada sem outra cerimônia. O jovem casal e seu avô reconheceram entre os membros do cortejo alguns daqueles que eles tinham visto uma semana antes no cortejo espectral. A moça conhecia pessoalmente alguns, aos quais ela relatou o que tinha visto; mas, como é natural, estes encontravam-se em Dunkeld e não souberam dizer nada que pudesse esclarecer o fato.” (Citado por Andrew Lang na obra: *The Making of Religion*, pág. 79.)

Caso 64

A *Norwalk Gazette* publicou o caso seguinte primeiramente no dia 10 de junho de 1873; ele foi estudado em seguida e autenticado pelo Sr. Epes Sargent, que o reproduziu na sua obra: *The Scientific Basis of Spiritualism* (págs. 240 e 241).

No dia 7 de junho de 1873, no porto de Norwalk (Connecticut), uma pequena embarcação levando nove jovens colegiais do Instituto Selleck, acompanhados pelo seu professor Farnham, fora atingida pelo timão de um barco a vapor e soçobrava. Três dentre os jovens, Eddie Morris, Willie Crane e Charley Boswick, afogaram-se.

No dia anterior, um sonho estranho produzira-se; e embora os protagonistas temessem ser vistos como supersticiosos, o caso pareceu-me tão singular que me decidi a recolher os detalhes junto a eles próprios.

Na última sexta-feira (véspera da catástrofe) o Dr. Hays, professor suplente e médico destacado, disse a um dos seus colegas:

– Sonhei duas noites seguidas que três de nossas crianças tinham-se afogado. Sei que é ridículo falar seriamente de um sonho, mas tornou-se para mim quase uma obsessão e não posso impedir-me de exortar-lhes para vigiarem atentamente as crianças, quando as conduzirem ao barco.

No sábado de manhã ele observou ao Sr. Farnham, que devia acompanhá-los à ilha de Peach:

– Farnham, cuidado com as crianças; não posso me livrar do pressentimento do qual lhe falei.

Quando enfim, nas tardes de sábado, vi chegar com as roupas completamente encharcadas Charley White – que foi a primeira criança trazida do colégio –, ele gritou:

– A catástrofe foi grava? Quantos afogados?

E desmaiou nos braços de White.” (O diretor da *Norwalk Gazette*, Sr. A. H. Byington, escrito para confirmar a narrativa acima.)

Caso 65

O Sr. Enrico Carreras comunica o seguinte fato à *Revue Scientifique et Morale du Spiritisme* (1908, pág. 274):

“A Sra. Caroline Mastropietro, de 34 anos, mulher do tipógrafo Théophile de Carolis, estava ocupada na manhã do dia 9 de outubro corrente, preparando o café para o seu marido, quando, por um maldito acaso, ela aproximou um fósforo da garrafa que continha álcool. Esta inflamou-se, fazendo estourar a garrafa, de maneira que a infeliz Caroline foi envolvida pelas chamas.

Os vizinhos acorreram aos seus apelos desesperados, tentaram tudo o que era possível para salvá-la, mas a pobre mulher havia sofrido tamanhas queimaduras, que cinco horas depois morreu no hospital de Saint-Esprit.

Mal tinha morrido, sua mãe chegou ao hospital. Esta pobre velha é uma camponesa que mora em Castel di Guido, uma

fazenda há vários quilômetros de Roma, perdida na imensa planície deserta que contorna a cidade.

Há alguns dias a velha mãe estava obsidiada, sem nenhuma razão plausível, pelo pressentimento de que alguma desgraça devia acontecer à sua Caroline bem-amada. Ela tinha sonhos apavorantes, onde ouvia lamentos e gritos de sua própria filha, que pedia desesperadamente socorro.

Na última noite, poucas horas antes da catástrofe, os sonhos tinham sido tão aterradores, a angústia tão aguda, que ela decidira partir para ir ao encontro de sua filha: mas, que pena! Era muito tarde.

A pobre velha, acabrunhada pela horrível desgraça, recriminava-se por não ter partido no dia anterior.

– Se eu tivesse vindo, isto não teria acontecido! – exclamava a infeliz.

Pois bem! Não, pobre velha mãe. Penso, ao contrário, que tua chegada não teria mudado nada no destino, que já estava marcado no *astral* o fim da tua boa e querida filha. Que pena, o que somos! Fiapos de palha que o vento leva para lá e para cá, como uma folha morta, mas que, todavia, talvez executemos todos esses movimentos, aparentemente livres e sem objetivo, segundo um plano obscuro e todo poderoso, contra o qual a luta é inútil! Eu creio no destino!” (Assinado: Enrico Carreras, Roma.)

Caso 66

Recolhido pelo Dr. Hodgson, o relator é o Sr. Krebs, da *S.P.R.*, e o episódio é rigorosamente autêntico. O sonho premonitório foi comunicado à mãe e à avó da criança à qual ele se referia, na mesma manhã em que aconteceu, e realizou-se 12 dias depois. O Sr. Krebs relata o que se segue:

“24 de novembro de 1902 – O Sr. Charles Nolte, morador em Baltimore, Bank Street, 1503, de 25 anos, mecânico na fábrica “Thiemeyer and C.”, teve nos primeiros dias de novembro um sonho muito marcante e doloroso. Parecia-lhe retornar à sua casa após seu trabalho, por volta das 17:30, e ver a pequena Hélène, filha de sua irmã, criança muito viva, atravessar a rua para

chegar à casa da sua avó que morava em frente. Ao mesmo tempo, ele via com horror aproximar-se rapidamente um bonde elétrico, que a criança parecia não ter consciência. No seu sonho ele quisera salvá-la do perigo, mas se sentia paralisado no seu lugar, e pôs-se a gritar para adverti-la, mas inutilmente; e assistia, impotente, a esta cena horrível, que, para poder conjurar, teria arriscado de boa vontade sua vida. A angústia foi tamanha, que ele despertou em sobressalto, soltando um grande suspiro de alívio.

Na mesma manhã ele contou o sonho à sua mãe; esta ficou a tal ponto impressionada que foi, imediatamente, para a casa de sua filha, Sra. John Liebig, para lhe contar o sonho e exortá-la a redobrar sua vigilância sobre a criança, a fim de que nenhum mal lhe acontecesse.

Na tarde de terça-feira, 13 de novembro, por volta das 17:30, a pequena Hélène teve a fantasia de atravessar a rua, provavelmente para ir ao encontro de sua avó, e foi derrubada e morta por um bonde elétrico. Uma mulher que passava por lá ouviu a criança gritar: “Vovó! Vovó!”, e viu-a caída.” (*Journal of the S.P.R.*, vol. XIII, págs. 142 e 143.)

(Seguem os testemunhos do Sr. Charles Nolte e das Sras. Dinna Nolte e J. Liebig.)

Caso 67

Tiro-o do trabalho da Sra. Sidgwick: *On the Evidences for Premonitions* (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. V, pág. 311); é um caso de ordem mediúnica. A Sra. Sidgwick escreve:

“A senhora que me comunicou o episódio deseja que seu nome seja mantido em segredo. Ela diz que quando se encontrava na América, uma das suas amigas “espíritas” conduziu-a a uma sessão mediúnica, a propósito da qual ela me dá estes detalhes:

Embora eu tivesse chegado a Boston na véspera, o “guia espiritual” do médium declarou, imediatamente, que eu havia chegado através do oceano; e não somente evocou uma grande parte do meu passado, mas se estendeu em revelações sobre meu futuro. Num dado momento, ele afirmou que eu trazia comigo

uma fotografia representando minha família inteira em grupo. A afirmação era exata, e tirei a fotografia para mostrá-la ao médium (em transe); este observou que duas das minhas crianças não estavam mais neste mundo e, indicando-me no grupo um terceiro filho, disse: “Este será logo um dos nossos, e sua morte será brusca; mas você não deve chorar, porque esta morte prematura salvá-lo-á do mal que o aguardaria de outra forma. Quase nunca é permitido confiar tais segredos aos vivos, mas desta vez vemos que devemos fazê-lo para sua vitória, porque isto a convencerá de que não terá perdido seu filho por puro acidente.

E o que fora predito aconteceu. Encontrava-me de volta à minha casa há algumas semanas, quando participaram-me, numa manhã, a horrível notícia de que meu filho, de 17 anos, tinha sido morto no decorrer de uma partida de futebol!”

Este fato comporta os mesmos comentários que o caso de William Stead (caso 49), ou seja, a significação das frases “Seu filho será logo um dos nossos; sua morte será *brusca...*; deve convencer-se de *que não é por puro acidente* que você o terá perdido” demonstra de maneira evidente que a personalidade mediúnica estava não somente informada do seu fim iminente, mas também do gênero de morte que o esperava. Daí este raciocínio de que se a mesma personalidade tivesse disso prevenido a mãe, esta teria podido salvar a vida do seu filho, impedindo-o de ir à partida fatal de futebol.

No caso de Stead, nós perguntávamos: Por que o “guia espiritual” não o fez? Por que, podendo-o, não quis dizer uma palavra para salvar da morte uma pessoa? A resposta que nos dávamos a esta formidável questão é conforme ao que nos revela, espontaneamente, a personalidade mediúnica deste último episódio.

Três hipóteses apenas poderiam servir ao esclarecimento do caso: a *espiritualista*, a *reencarnacionista*, a *fatalista*. Os que pensam diferentemente, em consequência da sua propensão a tudo atribuir às *faculdades de inferências subconscientes*, terão de explicar com que objetivo as personalidades subconscientes se abstêm em circunstâncias semelhantes de revelar tudo o que sabem. Quem as impede de salvar uma pessoa da morte? A existência dessa forma de reticências nos fenômenos premonitório-

rios (e elas são bem freqüentes) equivale à demonstração incontestável da existência de um mundo espiritual.

Aliás, só se pode censurar isto, embora pareça claramente, nos casos indicados, que as personalidades mediúnicas conhecem a natureza das mortes preditas, esta última afirmação é ilícita, na ausência de declarações detalhadas a esse respeito. Esta objeção só pode se sustentar na condição de analisar os fatos singularmente; pois, coletivamente, eles fornecem a prova do contrário, sob a forma de uma questão a resolver: é que em semelhantes contingências, as personalidades mediúnicas se comportam *constantemente* da maneira indicada, salvo circunstâncias especiais; isto quer dizer que elas se abstêm de revelar os únicos detalhes dos quais o interessado poderia aproveitar para elucidar o destino que o aguarda; e, se lhes dirigimos explícitos pedidos de esclarecimento, elas não respondem, ou o fazem evasivamente, ou se exprimem simbolicamente, de maneira a não deixar nada transparecer da verdadeira significação de suas palavras até a execução do acontecimento. Impossível desejar uma melhor prova para demonstrar que as personalidades mediúnicas conhecem, na sua maioria, os acontecimentos que escondem dos sensitivos.

Segue-se que a questão a resolver consiste no fato de que as personalidades mediúnicas *não querem revelar* certos detalhes; e se é assim, com que lógica poder-se-ia objetar que *elas não os revelam*? É evidente que exigir *declarações mais explícitas* da matéria corresponderia a pretender que elas revelem o que não querem revelar.

Se se quisesse alegar – para reforçar a tese de que as personalidades mediúnicas nada escondem, pela simples razão de que nada conhecem além do que revelam – o fato de que as reticências encontradas nos casos de exteriorização mediúnica correspondem aos defeitos dos casos de exteriorização subconsciente (em que o sensitivo percebe ou recepta os detalhes secundários de um acontecimento futuro e não percebe ou recepta os essenciais), chegar-se-ia apenas a deslocar o problema sem resolvê-lo, pois isto apenas faz descobrir, de uma maneira evidente, a existência de uma intencionalidade *seletiva* dos detalhes transmiti-

dos, em numerosos episódios à exteriorização subconsciente, como no primeiro gênero de fenômenos; pois se as premonições tirassem sua origem exclusivamente de *inferências subconscientes*, não se compreenderia como a subconsciência chegaria a *inferir de causas existentes no presente* os detalhes insignificantes e imprevisíveis de uma situação futura, e nisso não *infere* o incidente fundamental, determinador da situação.

Uma vez admitido que uma parte dos fenômenos premonitórios obedece a uma intencionalidade que disciplina a manifestação, somos logicamente levados a concluir que esta intencionalidade deve ter uma origem externa, ou, pelo menos, implica a *existência de entidades espirituais que disciplinam* os poderes das subconsciências humanas, pois, para uma subconsciência *autônoma*, nenhuma razão poderia impedi-la de transmitir detalhes que, revelados a tempo, arrancariam freqüentemente da morte *a própria personalidade* consciente, ou seja, ela própria!

O valor teórico das considerações acima basta para excluir dela própria, e sem apelo, a hipótese das *inferências subconscientes* do número daquelas aplicáveis às premonições de ordem acidental e imprevisível, além de demonstrar, ao mesmo tempo, a origem externa de um grande número dessas premonições.

Retornarei ao argumento por ocasião de episódios em que o contraste entre os detalhes secundários e o principal acontecimento oculto ressalta de uma maneira marcante (caso 110).

Caso 68

O Prof. Hyslop publicou-o originalmente no número de julho de 1898 da *Psychological Review*; extraio-o do vol. XIV dos *Proceedings of the S.P.R.* (págs. 266-270). A sensitiva, mulher de um ministro evangélico, dotada de faculdades mediúnicas, é uma antiga conhecida do professor Hyslop, que teve, assim, todo o tempo para estudar rigorosamente o episódio; é um exemplo interessante de pressentimento ao desenvolvimento gradual. Sendo longo o relato, eu deveria limitar-me a transcrever as passagens principais. O professor Hyslop escreve:

“Em julho de 1897 a Sra. D. começou a sentir uma impressão subjetiva estranha e poderosa: a de que uma “prova particularmente dolorosa” estava suspensa sobre sua família. Nesse momento ela gozava de uma saúde perfeita e se conservou sã e normal durante todo o período compreendido nessa narrativa. No mês de agosto esta forma de pressentimento se renovou frequentemente e se intensificou a ponto de obrigar a Sra. D. a falar sobre ele ao seu marido (que confirma plenamente a narrativa de sua mulher).

Para esclarecer a exposição analítica dos fatos, revelaremos desde agora o ponto final do pressentimento: é que uma filhinha da sensitiva, chamada Bettie, morria na data de 2 de dezembro de 1897, tendo-se incendiado o berço onde dormia.

De agosto a dezembro, cada vez que a Sra. D. pensava nos seus projetos com relação ao futuro da criança, ela ouvia uma voz murmurar-lhe ao ouvido: “Ela não precisará disso.” Assim, por exemplo, um dia em que pensava num arranjo de um quartinho destinado à criança que crescia, ela ouviu a voz costumeira murmurar-lhe ao ouvido: “Ela não precisará disso.” Uma outra vez, e precisamente 15 dias antes da desgraça, ela teve a idéia de escrever um “jornal” que leria para a criança mais tarde, quando esta fosse suficientemente mais velha, e começou a anotar vários incidentes que poderiam interessá-la; mas logo a voz vinha murmurar-lhe: “Ela não precisará disso.” E a voz se fez ouvir na mesma manhã da catástrofe; a criança corria, viva, na casa, e sua mãe, observando que seus sapatinhos começavam a ficar muito gastos, pensou que deveria comprar rapidamente um outro par; mas o pensamento não havia ainda sido formulado e a voz advertiu: “Ela não precisará disso.”

Uma semana antes, a Sra. D. acreditou sentir durante a noite um forte cheiro de queimado, como de fogo flambando, e desceu da sua cama, inquieta, indo até a adega, percorrendo a casa, para se assegurar de que não houvesse fósforos espalhados. Tudo estava em ordem. Ela não pôde explicar sua impressão olfativa, mas a partir desse momento suas inquietações se concentraram sobre o perigo apresentado pelos fósforos e ela vigiava continuamente, para que fossem depositados em lugar seguro e fora do

alcance. Esse sentimento a angustiava a tal ponto, que ela visitava, cuidadosamente, todos os cantos da casa para assegurar-se de que ele não permanecia em parte alguma, experimentando a impulsão de destruir os fósforos de quarto, facilmente inflamáveis. Uma vez, enquanto ela sofria esse impulso, ouviu uma voz que a convidava a fazê-lo e a advertia do perigo de um incêndio. Entretanto, não tendo a voz especificado qualquer coisa que pudesse guiá-la nas suas apreensões, a Sra. D. teve que desconfiar do seu próprio conselho, e pensou em proteger através de lâmina de aço a grade da cozinha, na intenção de evitar que os carvões ardentes, durante a noite, rolassem no chão; precaução que ela nunca tomou, nem pensou em tomar na sua vida.

Um outro fenômeno de alta importância tinha se produzido nela durante seus três anos de residência nessa casa, e consistia na sua visualização alucinatória do berço do seu bebê em chamas; mas como essas formas de automatismo visual eram frequentes nela, não deu nenhuma importância premonitória a essa visão.

Mais ou menos uma hora antes da catástrofe, seu impulso de destruir os fósforos do quarto tornou-se irresistível; a Sra. D. foi à sua procura e dispunha-se a seguir seu impulso, quando seu pensamento foi desviado pelo seu filho mais velho, nesse momento, fora da casa, e tivera a necessidade de retornar para acender o fogareiro a gás; então, diz a si mesma, em voz alta: “Eu os destruirei quando ele tiver voltado”; depois, ela desceu à cozinha para os afazeres domésticos.

Por volta de 10 horas, como de hábito, colocou a criança no seu berço para sua hora de repouso matinal; e durante esse tempo a voz habitual murmurou ao seu ouvido: “Vire o colchão”, operação que ela executava sempre (embora nunca tenha ouvido a voz aconselhá-la nesse sentido), mas desta vez não teve tempo de executar, porque estava extremamente apressada; de maneira que, dirigindo-se à menina, disse-lhe brincando: “Virarei seu colchão depois que você tirar um soninho.” E ela desceu para se ocupar de tarefas urgentes. Logo, os gritos da criança lhe chegaram; ela correu prontamente, encontrou o berço e as cobertas em

chamas, e sua filha tão terrivelmente queimada, que morreu três dias depois.

A única suposição possível é que a criança tenha encontrado um fósforo perdido, provavelmente, dentro do próprio berço, ou sobre o cabideiro vizinho, que ela o tenha riscado e feito pegar fogo, espalhando o fogo pelas roupas. Não existia nenhum fogo nesse andar da casa e a cozinha e a sala de jantar encontravam-se no andar térreo.”

Eis a parte essencial da narrativa do Prof. Hyslop. Notar-se-á aí, sobretudo, o desenvolvimento progressivo do pressentimento, que começa por uma vaga impressão “de prova dolorosa” atingindo a família inteira, a qual se renova e se intensifica a ponto de induzir a sensitiva a contá-la ao seu marido; depois sobrevém uma voz subjetiva que faz alusão, de uma maneira velada, à natureza da “prova”, ou seja, à morte da criança, que “não terá mais necessidade” de roupas, de arranjos no quarto, de sapatos, etc. em seguida, chega uma primeira intimação obscura sobre a causa da morte, sob forma de impressão olfativa, pela qual a sensitiva sente um odor de queimado, sem causa aparente; impressão que se precisa pela visualização complementar de um berço em chamas. Depois do que, as ansiedades da sensitiva convergem de maneira obsedante sobre a idéia do perigo ligado aos fósforos, e um impulso irresistível a incita a destruir as mais perigosas – *o que ela, todavia, não fez*, tendo-se desviado dessa idéia, por uma infeliz reflexão. Enfim, no momento da catástrofe, ela ouve uma voz aconselhá-la a “revirar o colchão” (sobre o qual, provavelmente, estava fora do lugar um fósforo perdido); operação que ela nunca deixava de executar, *mas que desta vez negligenciou*, irresolução e negligência que sugerem, irresistivelmente, o pensamento de qualquer coisa de fatal no acontecimento.

Além disso, notar-se-á que se a sensitiva teve a representação subjetiva de todos os elementos integrantes do quadro da catástrofe, foi de uma maneira bastante desconexa e confusa para que esta não possa concretizá-las numa percepção sintética reveladora de sua significação premonitória; pois, se a significação tivesse sido compreendida, ter-se-ia podido conjurar a catástro-

fe... Mas, talvez esta representação tão confusa tenha tido sua razão de ser. Quem sabe?

Mas eis, então, um caso que demonstra de maneira evidente que a personalidade mediúnica ou subconsciente estava plenamente instruída do gênero de morte accidental que aguardava a criança; e nós nos encontramos de novo diante desta questão: Por que a personalidade mediúnica, ao invés de fazer vagamente alusão ao “perigo de incêndio”, ou aconselhar, também, vagamente, a “revirar o colchão”, não informou que sobre este colchão encontrava-se um fósforo, salvando assim a vida da pequena vítima? Pretender-se-ia, talvez, que as primeiras fases fossem telepaticamente transmissíveis do subconsciente ao consciente e que as vias telepáticas permanecessem inacessíveis à outra, a principal? Como ninguém quererá defender uma tese tão absurda, seremos forçados a concluir que não se trata, provavelmente, em casos semelhantes, de personalidades subconscientes (não tendo estas nenhum motivo de esconder o que sabem, quando, nos casos de que tratamos, elas poderiam arrancar da morte uma pessoa), mas de entidades espirituais, às quais, por razões imperscrutáveis, mas perfeitamente concebíveis, não seria permitido opor obstáculo ao cumprimento dos destinos humanos.

Caso 69

Extraio-o do vol. XI, págs. 509-513, dos *Proceedings of the S.P.R.*; Myers cita-o no seu trabalho intitulado *The Subliminal Self*. É um caso coletivo, interessante e complexo, que foi recolhido e estudado pelo Prof. William James e o Dr. Hodgson. O Sr. T. F. Ivey escreve nestes termos ao Prof. William James:

“Forney, Texas, 1º de janeiro de 1894 – Experimento uma grande dificuldade em vos exprimir em palavras a indefinível impressão premonitória experimentada por mim. E, primeiramente, declaro que estou e sempre estive bem de saúde, e que não sou absolutamente inclinado à superstição, nunca estive sujeito a alucinações e nunca me interessei por manifestações análogas à minha.

Há três anos meu filho, de 18 anos, deixou a família e estabeleceu-se numa província limítrofe, por exigências de emprego. Isso aconteceu com meu pleno consentimento, e o tempo indicado passou sem que eu me preocupasse com ele da menor maneira. Todavia, no decorrer do último verão, comecei a me sentir inquieto com relação a ele, e isto de uma maneira absolutamente indefinível; não se poderia dizer que eu estava ansioso; eu estava unicamente preocupado com ele, sem nenhuma razão; e a impressão era tão profunda que me levou a escrever-lhe inúmeras vezes; de maneira que escrevi-lhe mais cartas em dois meses do que tinha feito em três anos. Lá pelos primeiros dias de novembro ele veio nos encontrar; quando foi embora, esse sentimento inexprimível de preocupação cresceu consideravelmente. Parecia-me que toda luz tinha se apagado para sempre da minha vida, que para mim a existência não tinha mais nenhum objetivo, e eu o declarava aos meus amigos.

Lembro-me de ter experimentado na minha infância um sentimento análogo, na morte de meu pai. Na primeira quinzena de dezembro, minhas injustificáveis preocupações intensificaram-se rapidamente, sempre convergindo para um centro único que era o meu filho. Frequentemente eu despertava durante a noite e o sentimento de vazio que experimentava impedia-me de voltar a dormir. Elas atingiram seu ponto crítico na manhã do dia 19 de dezembro, quando, não chegando a repousar, deixei minha cama, acendi o fogo na chaminé e sentei-me pertinho, refletindo. Sentia-me oprimido por um sentimento horrível, que eu não sabia explicar, e no qual não distinguia nenhum indício de preságio fatal para meu filho.

Por volta das 7 horas minha mulher acordou, dizendo se sentir fortemente impressionada por um sonho que teve.

– Parece-me – dizia – que eu te via num meio estranho, cercado de pessoas completamente desconhecidas por mim. Eram os membros de uma família numerosa, dentre os quais notei uma moça adulta e várias crianças preparando-se para ir à escola. Chegara a esse lugar de carro e aí te encontrara. Tu parecias ter relações íntimas com esta família: tanto mais que a moça que notei sentada sobre teus joelhos, envolvendo-te em seus braços,

beijava-te com ternura. Espantava-me e esforçava-me para me recordar onde podias tê-los conhecido, quando te vi subitamente empalidecer, inclinar a cabeça e morrer. Foi então que acordei.”

A esta narrativa, respondi que não desejaria a realização desse sonho, de tão infeliz que me sentia com a minha obsedante preocupação a propósito de Walter. Terminado o almoço, disse à minha filha para escrever-lhe chamando-o, imediatamente, para perto de nós; e recomendei-lhe colocar logo a carta no correio, para que ela pudesse partir na primeira leva.

Ao meio-dia recebi um telegrama anunciando-me uma queda grave de meu filho, em consequência da qual ele perdera o sentido. Para chegar mais cedo, parti num trem de mercadorias, deixando minha mulher e minha filha juntarem-se a mim através de um trem comum. E chamarei a atenção aqui para uma coincidência notável nesse doloroso conjunto de acontecimentos: é que, em consequência de um mal-entendido, elas perderam o trem, e conforme o sonho, tiveram que alugar uma carruagem. Trocando de cavalos a cada parada, elas juntaram-se a mim por volta das 23 horas.

O acidente do meu filho tinha se produzido no domingo precedente, 17 de dezembro, por volta de 11:30. Ele voltava de carruagem da igreja em companhia de dois amigos, quando o cavalo se empinou e começou uma corrida desenfreada através dos campos; foi o motivo para que um galho de árvore golpeasse meu filho na cabeça, determinando uma comoção cerebral, em consequência da qual ele ficou quase privado para sempre dos sentidos até a morte, que sobreveio a 1 hora da manhã, na terça-feira, 19 de dezembro.

A catástrofe tinha se produzido na vizinhança da residência de um fazendeiro cuja filha mais velha era objeto de freqüentes visitas de Walter; transportaram-no, portanto, a esta casa, residência de seus melhores amigos. O bravo fazendeiro era pai de uma numerosa família e todos eram profundamente afeiçoados ao meu filho, a ponto de podermos dizer que não sofrêramos mais do que eles da irreparável perda.

Quando minha mulher entrou no quarto onde jazia nosso filho, a moça da qual falei estava sentada à sua cabeceira e chorava desesperadamente. Minha mulher lançou os olhos em torno dela e, aproximando-se de mim, disse baixinho: “Eis o meu sonho, são o mesmo quarto que eu vi e a família que o cercava!”

Com efeito, essas pessoas corajosas eram tais como ela me as havia descrito: “Muito simples, mas uma excelente família provinciana.” Acrescente-se a isto que a corrida de carruagem através da região foi conforme ao sonho até na paisagem e que os arredores de sua fazenda eram idênticos!

Devo notar, finalmente, que o sentimento de inquietação que me oprimia há tanto tempo dissipou-se completamente após a desgraça. Naturalmente, esse golpe terrível deixou-me profundamente abatido, porém esse sentimento está completamente mudado.” (Assinado: Sr. T. F. Ivey.)

A mulher do signatário escreve, a seu turno, na data de 14 de fevereiro de 1894:

“Desde que coloquei o pé nesta casa, o sonho voltou ao espírito, pois tudo estava conforme ao que eu tinha visto, compreendido aí o aspecto da fazenda e dos seus arredores. Da mesma forma, para com a atitude das pessoas, seus costumes particulares, a pobreza interior e até a negligência interior com a qual a casa se mantinha. Da mesma forma para com as crianças, que se preparavam para partir para a escola, e a moça chorando à cabeceira do nosso filho, que eram a reprodução exata do que eu tinha visto de manhã.

Seu desespero era tal, que se diria tratar-se de seu próprio filho. Soubemos, em seguida, que ele era íntimo da casa, que passava com eles a maior parte do seu tempo, que todas as crianças o amavam como um irmão e que a filha mais velha o amava mais do que a um irmão. Tudo no meu sonho se fez verídico, exceção feita pela substituição curiosa de meu marido pelo meu filho.”

Myers comenta:

“Esta última inexatidão – a substituição, no sonho, do pai pelo filho – tira bem pouca coisa, a meu ver, do fato da relação indubitável entre a cena real e a sonhada.

Este caso parece contradizer a hipótese segundo a qual o pai teria percebido por antecipação o acidente do qual seu filho devia ser vítima, por efeito da visão transcendental. Ele faz pensar muito mais na intervenção de uma Inteligência que, plenamente instruída sobre a proximidade da catástrofe, e desejosa de informá-la ao meu pai, não chegou a impressioná-lo de uma maneira eficaz até o momento em que o acontecimento ia se cumprir, e que chegaria ao mesmo tempo a informar à mãe de uma maneira diferente, apesar de que interferências subconscientes tenham engendrado uma certa confusão simbólica.”

Caso 70

Foi comunicado aos *Annales des Sciences Psychiques* (1911, pág. 48), por Frédéric Passy e tirado do jornal *Quaker Etienne de Grellet* (1812), que conta o que se segue:

“A Condessa Toutschkoff nos conta a interessante circunstância que a levava à convicção de que o espírito de Deus exerce uma influência misteriosa no coração do homem. A impressão que ela experimentou é tamanha que não pôde duvidar de que fosse obra de Deus.

Mais ou menos três meses antes da entrada dos franceses na Rússia, o general, seu marido, estava com ela nas suas propriedades perto de Toula. Ela sonhou que estando no hotel, numa cidade desconhecida, seu pai havia entrado, segurando seu filho único pela mão, e havia lhe dito tristemente:

– *Tua felicidade terminou; teu marido tombou; tombou em Borodino.*

Ela despertou numa grande perturbação, mas vendo seu marido ao seu lado, reconheceu que era um sonho e tentou dormir de novo.

O mesmo sonho se renovou e foi seguido de tanta tristeza, que ela ficou muito tempo sem poder reerguer-se.

O sonho voltou uma terceira vez. Ela experimentou, então, uma tristeza tão grande que acordou seu marido e lhe perguntou:

– Onde fica Borodino?

Ele não sabia. Ambos procuraram em seguida, com seu pai, esse nome no mapa do país, sem poder encontrá-lo. Era, então, um lugar bem obscuro, mas tornou-se famoso pela sangrenta batalha travada em suas redondezas. Todavia a impressão que a condessa experimentou era profunda e sua inquietação bem grande... então, o teatro da guerra estava afastado, mas logo se aproximou.

Antes que os exércitos franceses fossem para Moscou, o general Toutschkoff foi colocado à frente da força de reserva. Uma manhã, o pai da condessa, segurando seu filhinho pela mão, entrou no quarto do hotel em que ela morava. Estava triste, como ela o tinha visto no seu sonho, e disse:

– *Ele tombou; ele tombou em Borodino!*

Ela se viu no mesmo quarto com os mesmos objetos dos quais estava cercada no seu sonho. Seu marido era, com efeito, uma das numerosas vítimas da sangrenta batalha travada perto do rio Borodino que dá seu nome a uma cidadezinha. (Para cópia conforme: Frédéric Passy.)

Camille Flammarion acrescenta:

“Este sonho premonitório tão notável permanecera-me desconhecido, com efeito, e agradeço ao Sr. Frédéric Passy por tê-lo tirado do esquecimento. Ele apresenta todos os caracteres de autenticidade. Ele se acrescenta àqueles que publiquei e que contêm tantos pontos de interrogação pela nossa filosofia, pois se o futuro pode ser visto com antecedência – e não há mais meio de disso duvidar – o que se torna o livre-arbítrio? A batalha de Borodino devia acontecer inevitavelmente? Napoleão foi forçado a fazer a campanha da Rússia e não é por ela responsável? A liberdade e a responsabilidade humanas são apenas ilusões? O fatalismo aparece, todavia, em desacordo com todos os progressos da humanidade.”

Após longas pesquisas comparadas sobre os fatos, sinto-me cada vez menos inclinado a aceitar essa fórmula bastante absolu-

ta do fatalismo, embora seja a fórmula clássica por excelência, tal como a conceberam os povos orientais. A meu ver, certas manifestações premonitórias poderiam bem conduzir à suposição da existência de uma fatalidade, mas isto de uma maneira relativa e circunscrita, como se sozinhos os grandes acontecimentos diretores na evolução dos povos e dos indivíduos devessem depender dela. Nesse caso, ela não estaria em desacordo com o progresso humano, nem com a liberdade humana, que, entretanto, poderia ser mais exatamente definida: *liberdade condicional*.

Isto para a categoria mais misteriosa da casuística premonitória. Quanto aos outros grupos de casos, já dissemos que havia meio de conciliá-los com a liberdade humana, considerando certos incidentes de aparência fatalista em consequência de acontecimentos voluntariamente estabelecidos, antecipadamente, pelo espírito preexistente, no momento de sua própria entrada na vida (para fins de provas, de expiações, de aperfeiçoamento moral) e sobrevivendo de uma maneira matemática na hora fixada, por efeito da “auto-sugestão pré-natal”, análoga nas suas modalidades ao que acontece experimentalmente com a sugestão pós-hipnótica.

Restaria, entretanto, uma dúvida para resolver no caso examinado por último, em que não há somente a questão de acontecimentos diretores ou culminantes na vida dos povos ou dos indivíduos – como a morte do general, a campanha da Rússia e a batalha de Borodino –, mas também a realização simultânea de situações insignificantes e imprevisíveis – como o episódio do pai com o filho, verificado nas condições visualizadas em sonho, em que a condessa encontrava-se no seu quarto visto em sonhos-episódios que, de um lado, pareceriam muito insignificantes para que se possa atribuir-lhes a uma causa tragicamente grandiosa, como a fatalista, e de outro, não poderiam lhe estar submetidos, sem levar à suposição de um fatalismo regulador inexorável de qualquer incidente minúsculo, ínfimo, da vida, o que aviltaria o homem às proporções de um autômato –; tal concepção é moralmente repugnante, inadmissível e em contradição com outras circunstâncias, para figurar nos fenômenos premonitórios. Tudo isso faz com que sejamos levados muito mais a identificar esses

incidentes auxiliares como formadores de um fundo para os mais importantes, com os outros análogos, cujas premonições sob o cunho *insignificante e praticamente inútil* são totalmente constituídas, e que comportam uma explicação que lhes é própria, fundada sobre dados experimentais, dos quais falei na Introdução, e sobre a qual insistirei, longamente, no tempo certo (Subgrupo L).

SUBGRUPO I

Premonições da morte de terceiros a longo prazo, e em que a morte se deve a causas acidentais (Casos 71 a 77)

Caso 71

Abstive-me até aqui de citar episódios premonitórios que se prendem aos povos selvagens, embora as narrativas dos viajantes antigos e modernos contenham um grande número, e abstive-me porque os episódios estavam quase sempre expostos de maneira bastante incidental e resumida, para revestir uma importância cientificamente aceitável. Todavia, como a existência da clarividência no futuro entre os selvagens tem uma importância notável, decido-me a relatar dela um exemplo mais detalhado e que merece uma confiança plena, já que nos é transmitida pelo célebre explorador e missionário Dr. David Livingstone. Na sua obra *Missionary Travels* (pág. 86) ele conta:

“O aventureiro Sebituan, impulsionado pela tribo dos Matabels a procurar pela sua escolha novas regiões onde poderia residir com esta mesma tribo, pensava em descer o Rio Zambêze até tomar contato com os brancos. Entretanto, Tlapan, o feiticeiro, que “se relacionava com as divindades tutelares da tribo”, indicou, ao contrário, o ocidente, virando seu rosto desse lado.

Tlapan, quando queria “profetizar”, preparava-se para isso subtraindo-se da visão de todos até a Lua cheia. Escondia-se provavelmente em alguma caverna, onde caía, sem dúvida, num sono mesmérico ou hipnótico, e de onde saía maduro para a profecia. Nessas condições, batendo os pés, saltando, gritando de uma maneira especial e violenta, e batendo a terra com sua clava (para evocar espíritos subterrâneos), ele determinava nele próprio uma espécie de crise ou êxtase, durante a qual pretendia ignorar completamente o que seu lábio proferia; e quando essas condições eram sinceras, provavelmente, ele dizia a verdade.

Tlapan, portanto, determinou em si próprio o estado de “posseção”, depois voltou-se para o oriente e disse: “Desse lado, oh! Sebituan, vejo um grande fogo flamejante, e tu deves evitar para

não ser queimado. Os deuses aconselham: “Não vá por lá.” Depois virou-se para o ocidente e disse: “Vejo uma cidade e uma nação de homens negros. São os homens das águas; seus rebanhos são vermelhos... Vejo perecer tua tribo, acautela-te de exterminar os homens negros; poupa tuas futuras tribos, pois tu os governarás.”

Até aqui, bons conselhos, e não outra coisa. Mas eis que ele se dirige a um dos chefes e exclama: “Tu, oh! Ramosini, tu perecerás com tua cidade inteira; e se Mokari parte primeiro, perecerá primeiro.” Depois, predizendo seu próprio infortúnio: “Os deuses concordarão com os outros em regar com águas límpidas e boas, e me farão regar com águas amargas. Eles me lembrarão, e irei com eles.”

Ora, aconteceu que algum tempo depois suas cidadezinhas estavam destruídas; Mokari morria, Ramosini morria, Tlapan, o feiticeiro, morria; e que Sebituan, obedecendo à profecia, remou para o ocidente, onde foi atacado pela tribo Boleïana, que ele venceu, poupou e governou.” (Citado por Andrew Lang na obra: *The Making of Religion*, pág. 135.)

O fato de que os fenômenos de “clarividência no futuro” se realizam identicamente entre os povos selvagens e entre os civilizados fornece um outro argumento contra a hipótese das “inferências subconscientes” a latitudes ilimitadas, que implicariam a existência de “faculdades de abstração” quase divinas na subconsciência.

Com efeito, se se pensa que a “genialidade humana” consiste, em última análise, numa potencialidade excepcional das *faculdades normais de inferência*, ou, em outros termos, na excelência das faculdades psíquicas de associação por *contigüidade* e por *similaridade*, que põem na medida de *inferir através de causas que existem no presente* (não percebidas pelo comum dos homens) novas relações entre os fenômenos, ou novos aspectos do verdadeiro e do belo; aquele que os possui, chegando assim à intuição de novas verdades científicas e filosóficas, ou a inventar mecanismos e instrumentos para o serviço da humanidade, ou a criar as obras-primas da arte, ou a prever e prevenir os acontecimentos políticos, sociais e econômicos; se se considera tudo isso,

parece inadmissível que a personalidade mediúnica de um selvagem se mostre abastecida de *faculdades de inferência muito superiores àquelas mesmo do mais superior dos gênios humanos*.

E quem poderia avaliar numa medida justa as prodigiosas faculdades de associação por *contigüidade* e por *similaridade* que seria necessário para *inferir* em um ano de distância, a morte accidental de um indivíduo, remontando até o acontecimento, através do encadeamento infinito das causas e dos efeitos, quer dizer, de todas as situações de ambiência intermediárias onde deverá se encontrar esse indivíduo, e de todos os atos importantes e insignificantes que ele deverá executar durante o período inteiro, e que, enfim, deverão conduzi-lo à hora preestabelecida, ao ponto preciso em que deverá se produzir a catástrofe? Um *eu subconsciente* de selvagem que fosse capaz disso não se mostraria apenas genial, mas divino; e a antítese enorme que seria preciso constatar entre as partes conscientes e subconscientes de uma mesma personalidade seria filosoficamente inadmissível e moralmente inconcebível.

Por outro lado, e sem abandonar os poderes da subconsciência, o mistério imperscrutável se dissiparia se se considerasse a clarividência no futuro como uma *faculdade do sentido* de ordem supranormal, análoga às outras faculdades do *eu integral subconsciente*; quer dizer, idêntica em tudo às outras faculdades supranormais dos sentidos, cuja subconsciência está aparelhada, como a “clarividência no passado”, a “clarividência no presente” e a “telepatia”, faculdades que no seu conjunto constituem os sentidos espirituais do *eu integral desencarnado*; neste caso, compreenderíamos que os homens – sejam eles grandes como Sócrates, humildes como um selvagem – devem possuí-las numa medida idêntica, assim como possuem também em idêntica medida os sentidos necessários à vida terrestre.

Nessas condições, se se considera a clarividência no futuro como uma *faculdade do sentido*, é preciso, implicitamente, admitir que ela deve se exercer através de uma via *mediata* ou *receptiva*, conforme à natureza de qualquer faculdade do sentido; ter-se-ia, portanto, necessariamente, que supor a existência de

um “estimulante causal exterior” apto a determinar nele as funções específicas, e a busca desse estimulante nos conduziria a reconhecer a validade das hipóteses “reencarnacionista”, “pré-natal”, “fatalista” e “espiritualista”, no sentido exposto na Introdução.

Caso 72

O Conde de Tromelin comunica ao diretor dos *Annales des Sciences Psychiques* (1910, pág. 215) o seguinte fato rigorosamente estudado por ele mesmo:

“5 de abril de 1910 – Senhor Diretor,

Permita-me comunicar-lhe um caso de predição muito clara de morte, da qual detenho todos os documentos principais.

Trata-se de uma Sra. Brot, moradora de Alais (Praça da República, 8) e com a qual estou me correspondendo há mais ou menos três anos. Eu me ocupei dele mesmo na minha obra *Le Fluide Humain*.

Há pouco mais de um ano esta senhora, cujo marido era empregado na estação de Alais, escreveu-me que via seu marido ferido e trazido agonizante em consequência de um grave acidente na estrada de ferro.

Nunca antes (assim como outras mulheres de empregados da estrada de ferro), tinha sonhado com a morte de seu marido.

Escrevi-lhe para tentar tranquilizá-la; mas *por três vezes* nas suas cartas ela me confirmava esta predição: “Agradeço-lhe, dizia, e estou convencida de que estarei viúva no *fim do ano*.”

Suas cartas eram absolutamente formais e, como eu não podia fazer nada, não falei mais disso à Sra. Brot.

Ora, no início deste ano recebi dela carta de participação da morte de seu marido, falecido no dia 10 de dezembro de 1909.

Escrevi-lhe logo para lhe dirigir minhas condolências; e nesta carta eu terminava assim:

“Seu marido morreu efetivamente como me anunciou, no final do ano (10 de dezembro de 1909). Não esqueci da sua predição renovada por três meses, que estaria viúva no final do ano,

mas em consequência de um *grave acidente na estrada de ferro causando a morte de seu marido*. Qualquer que fosse a causa, era portanto *fatal*, já que seu marido morreu apesar de tudo, mas haveria indiscrição de minha parte em perguntar de que doença seu marido morreu?”

Notem que se a Sra. Brot tivesse se tornado viúva mesmo em consequência de uma doença qualquer de seu marido, o caso já teria sido interessante e complicado, pois o Sr. Brot estava na força da sua idade quando ela predisse: “Daqui a um ano estarei viúva”; mas daí acrescentar os detalhes de sua morte por *acidente na estrada de ferro*, isto se torna espantoso!

Recebi pouco depois um recorte do *Journal*, relatando todos os detalhes do acidente grave acontecido com seu marido, cuja cabeça ficou presa entre o vagonete que ele manejava, carregado de trilhos, com dois de seus colegas, e um outro vagão carregado de areia, que, seguindo a inclinação, viera chocar-se com eles. Todos ficaram feridos, mas o Sr. Brot morreu na tarde do acidente, depois de ter sido levado agonizante sobre uma maca.

Enfim, tudo se tinha passado, portanto, exatamente como o havia predito sua mulher e no final do ano.

Envio-lhe os documentos dos quais lhe falei: cartas da Sra. Brot, carta de participação e o recorte do *Journal*.

Penso que esses documentos serão suficientes, com meu artigo, para estabelecer a clareza dessa predição com a qual a Sra. Brot parecia acabrunhada e absolutamente certa, apesar de todos os meus raciocínios.” (Assinado: Conde de Tromelin. Villa “My Home”, Marseille.)

Caso 73

Foi comunicado pelo Prof. Richet ao Dr. Maxwell, que o publicou na edição inglesa de sua obra: *Les Phénomènes Psychiques*, págs. 231-234. O caso é apenas um incidente fazendo parte de um conjunto de manifestações supranormais, corroboradas por numerosas provas de identificação espírita, obtidas por intermédio de uma senhora amiga do Prof. Richet, e proveniente de uma personalidade mediúnica que afirma ser o amigo deste

último, chamado Antoine B., morto há muito tempo e desconhecido da sensitiva.

Entre outros fenômenos, a sensitiva (que o Prof. Richet designa sob o nome de Sra. X.) predizia a morte iminente da Sra. B. (viúva de Antoine B., o amigo defunto do Prof. Richet), que ela não conhecia e numa época em que ainda não existia nenhum indício que pudesse fazê-la prever.

Tendo a morte ocorrido no período anunciado, visualizado por ela sob a forma da cifra 7 (sete semanas), ela predisse uma segunda morte na mesma família; predição que o Prof. Richet relata nestes termos:

“No dia 8 de julho de 1903 recebi uma carta da Sra. X., profetizando que a morte da Sra. B. (advinda naqueles dias) devia ser seguida de uma outra na sua família. Depois ela acrescentava: “*Alguém me diz que um dos seus filhos deverá morrer antes que se passem dois anos. Suponho que deve se tratar de Jacques B., mas isto não me foi dito.*”

Ora, aconteceu que na noite do dia 23 para 24 de dezembro de 1904, por volta de 23 horas, Louis B. e Olivier L. (ambos filhos da Sra. B., que, tendo se casado de novo, tornara-se a Sra. L.) foram vítimas de uma grave catástrofe da estrada de ferro; o primeiro salvou-se por milagre e o segundo foi morto imediatamente.”

Assim se realizava, 18 meses depois, esta segunda profecia. No primeiro caso, a morte sobreviera por uma causa natural, no segundo, por uma causa acidental.

Deve-se notar a circunstância de que a sensitiva, querendo completar com suas próprias induções o conteúdo da premonição, caiu no erro, enquanto que a voz premonitória, nos limites daquilo que ela havia anunciado, foi inteiramente correta.

Caso 74

O Dr. Breton, presidente da *Société Psychique de Nice*, comunica à *Revue Scientifique et Morale du Spiritisme* (1909, pág. 42) o seguinte fato, narrado verbalmente pela protagonista.

A Srta. Lolla, jovem russa, estando numa residência de campo de sua família na Rússia, sonha que vê entrar no seu quarto sua mãe, que lhe grita: “Lolla, não tenha medo, o fogo está no celeiro.” Na noite seguinte, a Srta. Lolla foi bruscamente acordada por sua mãe, que penetrando no seu quarto, grita-lhe: “Lolla, não tenha medo, o fogo está no celeiro”, exatamente as mesmas palavras ouvidas no sonho. Com efeito, o fogo devorava um celeiro situado a uma pequena distância.

A Srta. Lolla se casa, desposa o Sr. de R., oficial russo. Seu sogro morre. Algum tempo depois a jovem Sra. de R. acompanha sua sogra para ir ao cemitério, numa capela da família, para rezar sobre a tumba do defunto. Ajoelhada e rezando, ela ouve distintamente uma voz que lhe diz: “Tu também ficarás viúva, mas não terás o consolo de vir rezar sobre o túmulo do meu filho.” A jovem senhora, ouvindo esta voz, desmaiou. Sua sogra vem em seu socorro, e logo voltando a si, a Sra. de R. conta a causa de sua emoção; as duas mulheres, muito emocionadas, deixam o cemitério, procurando em vão compreender a significação exata dessa profecia, que é um fenômeno de comunicação auditiva.

A Sra. de R. já tem um primeiro filho e estava grávida do segundo, quando seu marido, coronel, recebia a ordem de partir para a guerra russo-japonesa...

... Alguns meses depois um telegrama anunciava à família a morte do coronel, que, cruelmente ferido pelos estilhaços de obuses, vinha a sucumbir.

Segundo as informações recolhidas mais tarde, o corpo do coronel e o de vários outros oficiais superiores, colocados em caixões, foram transportados a Moukden para de lá serem expedidos na Rússia, mas o destacamento que transportava seus restos mortais teve que abandoná-los durante a retirada geral do exército russo. Apesar de numerosas buscas, não se pôde jamais saber o que esses corpos se tornaram.

A profecia do espírito, pai do coronel de R., cumprira-se: a jovem viúva não poderá jamais rezar junto ao túmulo de seu marido.

A Sra. de R., tornada viúva, veio a Nice por causa da saúde das crianças; relações íntimas e afetuosas estabeleceram-se entre ela e minha mulher, nós nos víamos diariamente e ela pôde nos confirmar com minúcias todos os fatos que acabo de relatar; eu mesmo conheci seu pai e sua mãe. (Assinado: Dr. Breton, Presidente da *Société Psychique de Nice*.)

Este episódio contém uma profecia política análoga àquela do caso Toutschkoff, citado por Flammarion (caso 70), com isto de notável: que a sensitiva teve a premonição auditiva mais ou menos dois anos antes dos acontecimentos e quando a guerra russo-japonesa não havia ainda se manifestado; o que torna mais extraordinária ainda a profecia sobre a batalha de Moukden e a derrota do exército russo, cuja retirada precipitada devia ser a causa para que o corpo do coronel fosse abandonado e perdido, coisas perfeitamente conforme à predição da entidade, supostamente pai do coronel.

Para este episódio, como para o de Flammarion, a hipótese *fatalista* o conduziria, seja porque se explique pelas faculdades subconscientes (ou seja, encarando a clarividência no futuro como uma *faculdade do sentido de ordem espiritual*), ou pela admissão da identidade espírita da personalidade comunicante.

Caso 75

A Srta. Géraldine de Robeck, da *S.P.R.*, seção irlandesa, sediada em Dublin, e cujo presidente é o Prof. W. F. Barrett, comunicava o episódio pessoal, segundo a Sociedade, na data de 9 de fevereiro de 1911.

Há dez anos – no tempo da guerra sul-africana – resolvi, de repente, partir para Bloemfontein, onde residia minha irmã casada. Ninguém jamais compreendeu as razões que me induziram a esta partida; eu sentia que agia de acordo com um outro eu, que queria o contrário daquilo que queria minha personalidade comum. Eu era levada a partir e não podia subtrair-me ao impulso.

Sonhara uma noite – de uma maneira bastante viva para que meu sonho pudesse ser chamado de “visão” – que me encontrava

seguindo uma senda solitária, atravessando um bosque denso, semelhante à floresta descrita por Dante no primeiro canto do Inferno:

*Nel mezzo del cammin di nostra vita
Mi ritrovai per una selva oscura
Che la diritta via era smarrita.*

Cheguei, no meu sonho, a um cruzamento e parei – não sabia o caminho a tomar –, quando veio, por felicidade, um homem, que, como eu, parecia ser um viajante. Ele era jovem, tinha um rosto imberbe, simpático; pegou-me a mão e disse: “Estou só no mundo, estou perdido neste país distante. A senhora seria bastante boa para me fazer companhia ao longo do caminho que devemos percorrer juntos?” Seu aperto de mão era tão real, que sinto ainda a impressão ao despertar.

Fomos juntos uma curta parte da estrada, que nos conduziu a uma larga clareira, onde se encontrava um grande número de veículos e numerosas pessoas. Ele parou e disse: “É aqui que devemos nos separar.” Pertinho de nós se encontrava um grande ônibus, e nele o jovem subiu para pegar um lugar. Olhei para o interior do ônibus e percebi que ele estava cheio dos meus parentes e amigos defuntos. Aqueles dentre eles, recentemente falecidos, estavam sentados perto da porta.

Quando cheguei a Bloemfontein, conheci um rapaz, em quem reconheci logo o do meu sonho e com o qual, em seguida, noivei. Como eu devia continuar minha viagem até Johannesburg, ele me disse: “Estou só no mundo, e perdido neste país distante. Seria bastante boa para escrever-me de vez em quando?” Quando apertou-me a mão, reconheci o aperto do meu sonho.

Um ano depois ele tombava na guerra.

... Na noite da última separação eu sentia que nós não devíamos mais nos rever e, pousando o dedo acima do seu coração, eu disse, não sei por que: “É aqui que eles o atingirão.” Estranha fatalidade! Ele foi atingido por uma bala que atravessou-lhe o pulmão, justamente acima do coração. (*Light*, 1911, pág. 429.)

Caso 76

É um caso extraordinário de profecia obtido 18 anos antes do acontecimento, por meio de uma sonâmbula clarividente; ele se refere a um crime passional parisiense, que causou rebuliço no seu tempo. Do ponto de vista da autenticidade do caso, notar-se-á que a folha sobre a qual a sonâmbula ditara a profecia foi produzida no Tribunal.

Quando Marie Thiéroult, nascida em 1887, era criança, uma sonâmbula clarividente, chamada Picquinot, profetizou *por escrito* o que se segue:

“A criança nasceu para levar uma vida de alegria, que terminará de uma maneira apavorante. Não vejo nenhum meio de conjurar o acontecimento; entretanto exorto seus pais a vigiá-la e a trancá-la em casa durante três luas que se seguirão à do dia 14 de janeiro de 1907. Não me foi dado ver a data terrível; mas a do dia 14 de janeiro surgiu continuamente diante de mim, e constantemente vejo resplandecer a Lua cheia.

Criança, Marie Thiéroult tinha uma aparência qualquer; mas seus traços se suavizaram após seu décimo segundo ano e ela se tornou logo de uma rara beleza. Seus pais a colocaram no convento para que sua educação fosse mais bem cuidada. Saiu de lá aos 17 anos; e um ano depois, ela se encontrava em Paris, posando como manequim para uma grande loja de modas. Desde os primeiros dias sua beleza maravilhosa fizera sensação no meio que ela freqüentava; e os artistas precipitavam-se a pedir-lhe para posar para eles. Ela se conservou educada e inocente, e tomou-se de amizade por uma outra manequim, chamada Lucette Yoquelet. Marie Thiéroult era morena, a outra loura. Viviam juntas, dormiam no mesmo quarto e pareciam felizes ambas.

A mãe de Marie Thiéroult mostrou-se logo inquieta com a amizade contraída pela sua filha e colocou em prática todos os meios para separar as moças, mas inutilmente. Então ela escreveu à filha, exortando-a a voltar para sua casa, sempre em vão. Marie respondeu explicando que sua amiga era a mais agradável e a mais amável jovem do mundo e, ao que parece, nunca houve entre elas lutas ou disputas de nenhum gênero.

Na tarde do dia 18 de janeiro de 1907 as duas jovens aceitaram participar de um jantar de estudantes, com outras mulheres. Durante o banquete, os estudantes tiveram, de repente, a idéia de eleger a “rainha das belas” e proclamaram Marie Thiéroult “Dama de Espadas”, Lucette Yoquelet tivera apenas um voto; entretanto colocou com alegria a coroa de rosas sobre a cabeça de sua amiga e tomou parte no drinque com ênfase e animação.

As jovens voltaram juntas. Na manhã do dia seguinte encontrou-se o cadáver de Marie Thiéroult jazendo sobre a cama, com uma faca mergulhada no coração, que espetava sobre seu peito uma carta de jogo, representando a fatal “Dama de Espadas”. Num canto do quarto, agachada, gemendo, estava Lucette Yoquelet, as mãos pesadas de sangue, horrorizada do crime que havia cometido.

As duas jovens nunca tinham ouvido falar da profecia.

A mãe da vítima apresentou à Corte de Justiça a folha sobre a qual a sonâmbula – então falecida – havia escrito com sua mão a profecia. Os advogados de defesa valeram-se disso para provar que Lucette Yoquelet, forçada por um poder misterioso a cometer o crime, devia ser considerada como irresponsável.” (*Light*, 1907, pág. 219.)

Parece que a sonâmbula, além da profecia escrita, havia expressado em palavras outras minúcias sobre o destino trágico da criança; entre outras, fizera alusão a uma “carta de baralho fatal representando a Dama de Espadas”. Omiti este parágrafo porque do ponto de vista probatório ele não tem nenhuma importância, se pensarmos nos 18 anos percorridos, nas confusões conseqüentes e inevitáveis nas lembranças, com intrusão provável de ilusões mnemônicas, por adaptação inconsciente das lembranças distantes à situação presente.

No episódio exposto, observaremos a afirmação da sonâmbula de que “ela não via nenhum meio de conjurar o acontecimento”, afirmação perfeitamente de acordo com outras emitidas sobre o mesmo assunto por outras sonâmbulas clarividentes.

Assim, por exemplo, no primeiro caso citado desta classificação, o diálogo seguinte se desenrola entre o Dr. Teste e sua sonâmbula:

– Então, senhora, se o que diz se realiza, é preciso admitir uma fatalidade nos acontecimentos que lhe acontecem?

– Sim, senhor; como na maioria daqueles que acontecem a todos os homens.

– E não há nenhum meio de se subtrair a esta fatalidade?

– Nenhum.

E no caso 67, um médium em *trance*, predizendo a uma mãe a morte acidental de seu próprio filho, acrescenta: “Você não deve chorar, porque sua morte o salvará do mal que o aguardaria de outra forma. Quase não há acordo em confiar tais segredos aos vivos, mas desta vez vemos que devemos fazê-lo para o seu benefício, pois isto a convencerá de que não perdeu o seu filho por simples acidente.”

Sem atribuir um valor exagerado a essas afirmações concordantes dos sonâmbulos, é preciso, apesar de tudo, levá-las em justa conta, considerando-se que elas foram obtidas a propósito de predições de acontecimentos que se realizaram; o que nos permite presumir, logicamente, que se os sonâmbulos se encontram em condições psíquicas tais para ver claro no futuro, nada se opõe a que eles entrevejam também as causas pelas quais esse futuro torna-se-lhes acessível.

Caso 77

Encontro nos *Annales des Sciences Psychiques* (1896, págs. 205-211) este extraordinário exemplo de clarividência no passado, no presente e no futuro. É relatado pelo Sr. L. d’Ervilleux, principal amigo da protagonista, e ele próprio protagonista. O Dr. Dariex, fundador da revista citada, apóia o caso com seu testemunho.

Ele diz respeito a uma senhora inglesa muito distinta e muito venturosa – Lady A. –, que, no outono de 1883, residia em Paris, num esplêndido apartamento, cercada de numerosa criadagem. Uma tarde, ela descobriu que uma soma de 3.600 francos, mais

ou menos, havia sido subtraída do bolso interno de uma valise, onde ela havia depositado o dinheiro e as jóias. A fechadura não parecia ter sido forçada e apenas as bordas da valise davam a impressão de estar ligeiramente abertas. Ela informou à polícia, que não veio para nada. O comissário de polícia perguntou então a Lady A. se ela tinha suspeitas com relação à sua criadagem. Lady A. respondeu afirmativamente, excluindo apenas seu criado de quarto, rapaz de 19 anos, mais ou menos, simpático e respeitoso, muito ativo e inteligente, que na casa era chamado de “o Pequeno”, não por causa do seu tamanho, muito alto, mas por um sentimento amável de familiaridade protetora, que suas excelentes qualidades haviam-lhe conquistado.

Eis o resumo dos precedentes. O Sr. d’Ervioux continua assim:

“A manhã tinha quase terminado nestas formalidades, todas sem resultado, quando, por volta de 11 horas, Lady A. despachou para o meu domicílio a professora de sua filha mais nova, para me contar o que lhe acontecia e para me pedir para acompanhar esta senhora a uma clarividente da qual eu havia elogiado a lucidez, alguns dias antes.

Eu próprio não conhecia essa clarividente; mas uma senhora de minhas relações havia me contado sobre suas consultas, nas quais ela mostrara-se surpreendente como predição do futuro.

Eu ignorava então onde morava essa fênix, também ia primeiro com a Srta. Deslions procurar o endereço desejado para irmos logo para lá.

A casa da Sra. E. encontra-se atrás de Notre-Dame-de-Lorette. Sua escada fica no pátio, e um pequeno cartaz revela seu andar para que seus numerosos clientes não chamassem demais a atenção da zeladora.

O interior mais do que modesto... É ela quem vem abrir a porta. Introduziu-nos num salão verde, semelhante ao de qualquer pequeno dentista, salvo uma magnífica gravura de Rafael, *Deus Ordena o Caos*, uma pintura que tem traços, certamente, de alguma lenda da cabala.

Vendo nós dois, ela quer nos separar. Fazemo-la compreender que, vindo para o mesmo objetivo, queríamos apenas uma única consulta.

Ela poderia nos tomar como da mesma família; e não nos desprezou por isso; perguntou-nos somente se “a coisa pela qual vínhamos dizia respeito, mais especialmente a uma das nossas pessoas.” Indiquei a Srta. Deslions. Era ela, com efeito, que, morando no apartamento de Lady A., tinha-se encontrado mais perto do roubo.

A Sra. E., nossa clarividente, trouxe uma tigela repleta de borra de café, pediu à Srta. Deslions para soprar em cima por três vezes; depois do que, esta borra foi derramada numa outra tigela, a primeira entrando em contato com a segunda, a fim de que seu conteúdo passasse, em parte, para o outro recipiente, retendo apenas sobre a superfície dos seus lados internos algumas parcelas mais sólidas do pó de café que devia, deixando escapar sua parte líquida, formar estranhos desenhos que não tinham nenhuma significação para nós, mas nos quais a pitonisa parecia ler.

Durante essa preparação oculta era necessário nos ocupar. A Sra. E. tinha exposto suas cartas e começava:

– Ah!... mas... é um roubo, e um roubo cometido por uma das pessoas da casa e não por alguém que se introduziu de forma sub-reptícia...

Isso prometia muito... Nós reconhecêramos que o que ela adiantava era verdadeiro... Quanto ao ladrão, infelizmente, ele nos era desconhecido.

– Esperem, diz-nos a Sra. E., vou agora ver os detalhes na borra que deve ter formado seu depósito...

Ela segurou a tigela virada, fez aí soprar três vezes a Deslions, pegou seus óculos...

Então, como se tivesse assistido à cena, ela nos descreveu, peça por peça, a topografia do apartamento de Lady A., sem jamais se enganar de quarto ou de salão. Viu desfilar diante dos seus olhos, como numa lanterna mágica, sete empregados domésticos, dos quais ela nos diz exatamente o sexo e as atribui-

ções. Depois, penetrando de novo no quarto de Lady A., percebeu um armário que lhe pareceu estranho:

– Ele tem – repetia-nos ela, com espanto – um armário no centro cuja porta está recoberta com um espelho; e, de cada lado desse armário principal há ainda duas outras sem espelho, e tudo isso se mantém! (Era um armário inglês, como ela, sem dúvida, jamais tinha visto).

– Oh! meu Deus!... Por que este armário nunca está fechado? Entretanto ele contém sempre o dinheiro que está... no... Que objeto estranho!... Ele se abre como um porta-moeda, com forma de bolsa... não como um cofre... Ah! Aqui estou!... É uma bolsa de viagem... Que idéia de colocar seu dinheiro lá! E, sobretudo, que imprudência deixar esse armário aberto!... Os ladrões conheciam bem a bolsa... Eles não forçaram a fechadura. Introduziram um objeto bem largo para afastar os dois lados; depois, com a ajuda de uma tesoura ou de uma pinça, tiraram o dinheiro que estava em forma de cheques... Eles se contentaram com isso, pois ignoraram que no fundo encontravam-se belas jóias e uma soma em ouro... De resto, como foram hábeis!...

Nós a deixamos falar. Tudo o que nos havia dito esta mulher nos confundia, na verdade dos detalhes, mesmo os mais ínfimos.

Salvo esta última revelação que concerne às jóias e à soma em ouro, da qual ignorávamos a existência, mas que podiam se encontrar no lugar indicado pela clarividente, tudo era exato!

Ela parou cansada. Nós desejávamos saber mais. Pedíramos, suplicáramos para que nos dissesse qual ou quais dos criados havia cometido o furto, já que ela nos assegurava que era alguém da criadagem.

Ela confessou que lhe era impossível fazê-lo sem incorrer nos rigores da lei francesa, que não pode e não deve admitir que um culpado seja reconhecido como tal, sem provas, simplesmente pelos socorros de meios ocultos.

Por estar apressada, ela nos assegura, entretanto, que o dinheiro de Lady A. não seria jamais encontrado; o que era bem provável, já que o culpado não seria preso por este roubo, e

finalmente, o que era mais espantoso, que *dois anos mais tarde ele sofreria a pena capital*.

Era preciso irmos; era claro, depois de muitas instâncias que tinham sido inúteis, que não poderíamos tirar mais nada da Sra. E. Partíramos, portanto, lamentando que nesse conjunto tão perfeito tivesse deslizado um erro ligeiro.

Todas as vezes que seu olhar, percorrendo os desenhos da borra, conduzia-se para “o Pequeno”, ela o tinha visto perto dos cavalos. Nós tínhamos nos certificado de que ele nunca tinha servido como cavaliço, tendo se consagrado exclusivamente ao serviço da casa, e os cavaliços é que permanecem com os cocheiros; a Sra. E. obstinara-se no seu rifão. Quanto mais a contradizíamos, mais ela afirmava.

Tínhamos abandonado esse pequeno nada que nos chocava todavia como uma mancha num conjunto perfeito, pois essa consulta tinha sido surpreendente de exatidão.

Quando chegaram à casa de Lady A., foram abrir a famosa bolsa; e lá, no fundo, como nos havia dito a Sra. E., encontravam-se intactos as jóias e o ouro. Seus olhos não podiam crer!... Quando narrei a Lady A. a nossa consulta, eu estava feliz porque a Srta. Deslions me tivesse acompanhado. Eu nunca teria ousado citar todos os detalhes tão precisos, dados pela clarividente da Rua Notre-Dame-de-Lorette.

Não os repeti mais tarde porque tínhamos quatro ouvidos para ouvi-los.

Lady A., ao fim de 15 dias, despediu seu mordomo e sua camareira. O “Pequeno”, sem que se soubesse a razão, deixou Lady A. três ou quatro semanas mais tarde. O dinheiro não foi encontrado; e, um ano mais tarde, Lady A. partia para o Egito.

Dois anos depois desse acontecimento, Lady A. recebia, vindo do Tribunal do Sena, um aviso para ir a Paris, como testemunha.

Tinha-se encontrado o autor do roubo cometido na casa dela. Ele acabara de se deixar prender: o “Pequeno”, dotado de tantas qualidades, não era outro senão Marchandon, o assassino da Sra. Cornet.

Como se sabe, *ele sofreu a pena capital*, assim como o havia anunciado a clarividente da Rua Notre-Dame-de-Lorette, e no processo foi constatado que “o Pequeno” tinha, nos Champs-Elysées, pertinho da residência que tinha, então, Lady A., um irmão que era cocheiro numa grande casa.

O “Pequeno” – ou Marchandon, já que eram apenas um – aproveitava, então, de todos os seus momentos de liberdade para ir ver seu irmão, pois ele era um grande amador de cavalos. Foi, portanto, esta a razão pela qual a Sra. E. nos tinha afirmado, apesar das nossas contradições, que via sem parar “o Pequeno” doméstico perto dos cavalos.

Ela viu de verdade, nesse pequeno detalhe, que as peripécias do processo nos foram mostradas.” (Assinado: L. d’Ervioux e Srta. C. Deslions, tendo assistido à consulta.)

O Dr. Dariex faz acompanhar a narrativa da seguinte nota:

“Este caso de clarividência é absolutamente extraordinário. Vimos Lady A., que nos confirmou a exatidão da narrativa que precede.

Não é preciso, evidentemente, ver no uso das cartas e da bora de café senão um meio empregado, inconscientemente, sem dúvida, pelo indivíduo, para se colocar em auto-sonambulismo, isto é, num estado em que a consciência normal torna-se inativa, em proveito do inconsciente. Neste segundo estado as faculdades inconscientes podem tomar todo o seu impulso e é possível admitir a faculdade de clarividência, que possuímos todos; talvez num estado mais ou menos rudimentar, possa exercer-se mais livremente e adquirir, nos indivíduos muito predispostos, um certo grau de precisão.”

Tais são as idéias do Dr. Dariex; mas para dizer a verdade, trata-se aqui bem mais do que um “certo grau de precisão” no decorrer da ação clarividente; e se a clarividência propriamente dita basta para explicar a descrição minuciosa do apartamento de Lady A., e a designação precisa do autor do roubo, ela não é certamente suficiente para explicar como a sonâmbula tinha chegado a profetizar que ao final de dois anos o autor do delito se tornaria assassino e sofreria a pena capital.

Se quisermos também explicar este episódio com a ajuda das faculdades da subconsciência, nós nos acharíamos primeiramente constrangidos a excluir a hipótese das *inferências subscientes* pelo valor das considerações tantas vezes experimentadas aqui: com efeito, ela seria filosoficamente inverossímil, porque concederia à subconsciência humana um atributo divino inconciliável com a natureza humana; psicologicamente absurdo, pelo que este mesmo atributo implicaria na existência no subconsciente de “faculdades de abstração” muito próximas da *onisciência*, e em oposição com a *impotência* de quem as possui; teoricamente inadmissível, porque estaria em contraste com as leis que governam o conjunto das faculdades subscientes, que são *faculdades dos sentidos*, e não *atributos do intelecto*; e, enfim, praticamente insustentável, porque estaria em contradição com os fatos.

As duas hipóteses habituais permanecem sozinhas à nossa disposição: uma, segundo a qual os acontecimentos futuros revelados pela sensitiva existiriam de alguma maneira registrados na subconsciência de Marchandon, de onde a sensitiva os teria extraído (caso ao qual se admitiria, implicitamente, a idéia *reencarnacionista*, não podendo os registros desta natureza ser explicados senão sob a forma de auto-sugestão pré-natal, que se realizariam no seu tempo, graças a um processo análogo àquele pelo qual destacam as sugestões pós-hipnóticas); a outra, segundo a qual estes mesmos acontecimentos existiriam registrados num “plano astral” ou num “ambiente metaetérico”, acessível às faculdades subscientes reguladoras dos destinos humanos (neste caso, admitiríamos implicitamente a hipótese *fatalista*).

SUBGRUPO J

Premonições da morte produzindo-se tradicionalmente numa mesma família (Casos 78 a 81)

Um ramo histórico-legendário existe nesta ordem de manifestações, constituído pelas chamadas “Damas Brancas”, tendo por hábito manifestarem-se em alguma família, quase sempre ilustre, por ocasião de graves acontecimentos que concernem a um de seus membros, e quase sempre por ocasião de sua morte.

A “Dama Branca” mais famosa é, certamente, uma Berthe de Rosemberg, que viveu no século XV e se mostrou longamente no Castelo de Neuhaus, onde tinha vivido; depois, nas residências de outras famílias ilustres parentes dos Rosemberg e, particularmente, nas dos Hohenzollern, onde se apresentou pela primeira vez, em Berlim, em 1598, oito dias antes da morte do príncipe eleito Jean-Georges; depois em 1619, 23 dias antes da do príncipe eleito Jean-Sigismond; depois, em 1667, pouco tempo antes da morte da princesa Louise-Henriette, e enfim em 1688, na véspera da do grande príncipe eleito. A última aparição, em Berlim, chega à nossa época, já que aconteceu na data de 22 de maio de 1850, como anúncio do atentado contra Frédéric-Guillaume IV, rei da Prússia.

Tudo isso do ponto de vista histórico das manifestações que nos interessam; pois, do ponto de vista científico, essas narrativas mais ou menos legendárias não revestem nenhuma importância, visto a impossibilidade de submetê-las a pesquisas satisfatórias. Tudo o que se pode afirmar em seu favor é que, assim como não há “fumaça sem fogo”, essas lendas não existiriam sem um fundo de verdade.

Passo imediatamente à exposição desses casos contemporâneos de manifestações premonitórias do tipo repetida.

Caso 78

Extraio-o dos *Proceedings of the S.P.R.*, vol. V, pág. 302. Escreve a Sra. Welman:

“Existe do lado materno da minha família uma tradição segundo a qual, algum tempo antes da morte de um dos seus membros, um grande cachorro preto aparecia habitualmente para alguns de seus parentes. Em um dia de inverno de 1877, mais ou menos na hora do jantar, dispunha-me a descer; a casa estava iluminada, e enquanto dirigia-me a uma passagem que conduzia à escada, percebi, de repente, um grande cachorro preto, que caminhava diante de mim, sem fazer barulho. Nessa penumbra, tomei-o por um dos nossos cães pastores; chamei então: “Laddie!” Mas o cão não se voltou e não mostrou, por nenhum sinal, ter-me ouvido. Segui-o, experimentando um vago sentimento de mal-estar, sentimento que se desfez diante de um profundo estupor, quando tendo chegado ao topo da escada, vi desaparecer diante de mim qualquer traço do cão, embora todas as portas estivessem fechadas. Não falei disso com ninguém, mas não parei de pensar no que tinha me acontecido. Dois ou três dias depois chegou-nos da Irlanda a notícia da morte inesperada de uma das minhas tias, irmã de minha mãe, sobrevivida em consequência de um acidente.” (Assinado: Sra. Welman.)

Caso 79

Tiro-o do vol. XI, págs. 537-542 dos *Proceedings of the S.P.R.* Devido à extensão da narrativa e à natureza muito mais árida dos documentos que o compõem, limito-me a dele apresentar um resumo.

O caso se refere à família dos Woods, na qual a predição de morte se manifestava sob forma auditiva, por meio de uma sucessão de pancadas. A importância do caso consiste no fato de que Myers consegue encontrar testemunhos escritos, a propósito das manifestações em questão, as quais foi provado que remontavam a três séculos atrás e que persistiram ainda em nossos dias.

Os documentos recolhidos por ele foram publicados no seu trabalho sobre a “Consciência Subliminar”, que faz parte do volume indicado dos *Proceedings*.

Resulta desses documentos que o primeiro que falou dessas manifestações na família dos Woods é o historiador Dr. Robert

Plot; este, na sua obra *Natural History of Oxfordshire*, publicada em 1677, relata numerosos exemplos, num dos quais ouviu-se apenas três batidas formidáveis, as quais, seis meses mais tarde, corresponderam às mortes de *três membros* da família.

Chega-se, então, ao ano de 1784; durante esse ano, membros da família redigiram, à margem da história do Dr. Plot, anotações que dizem respeito a outros casos de pancadas premonitórias.

Em seguida passa-se aos testemunhos de membros vivos da família, começando pelo ano de 1872, até o ano de 1895.

Esta longa persistência das manifestações através dos séculos confere a este exemplo uma importância não desprezível; e Myers o comenta nestes termos:

“Seria necessário disto deduzir que cada vez que um grupo de entidades desencarnadas chegam a estabelecer comunicações com os vivos, uma continuidade de esforços se destaca para continuar a tarefa? Pois bem, que cada defunto, em consequência, encontra na preexistência dos fatos o estimulante sugestivo necessário para que ele tente, a seu turno, perpetuá-lo? Ou, finalmente, deveríamos talvez explicar o fato como uma predisposição hereditária na família para um modo idêntico de percepção supranormal?”

Esta última hipótese de Myers é, talvez, a mais fundamentada.

Caso 80

Extraio-o da *Revue d'Etudes Psychiques*, ano de 1901, pág. 21. O Prof. Pirro-Bessi escreve:

“Até o acontecimento que vou descrever, a idéia espírita era para mim uma das mais extravagantes e das mais grotescas. Não somente tratava de loucos e inocentes aqueles que a enaltecem, mas cheguei a formar este rude dilema: que os espíritas eram todos, ou mistificadores, ou mistificados.

Eu e minha mulher, em dezembro último, achávamo-nos junto da sua família. Uma tarde, enquanto estávamos sentados, conversando alegremente em torno de um grande fogo iluminado

na chaminé da cozinha, fomos todos sacudidos, de repente, por uma pancada muito forte, parecendo provir de um fuzil descarregado no próprio quarto. Após o primeiro espanto, tentamos explicar-nos o fato começando por ver se se tratava de alguma brincadeira de mau gosto, ou pior ainda. Mas a porta da casa estava fechada e ninguém se encontrava nos quartos. Um de nós subiu até o sótão, eu desci para visitar o subsolo e a adega: nada. Observamos, então, os fuzis: estavam carregados...

Voltando à cozinha, sentimos um cheiro muito forte de pólvora queimada, a ponto de experimentarmos a necessidade de abrir a janela.

Permaneci estupefato e confuso, mas fiquei ainda mais surpreso ao notar nos meus parentes uma expressão, mais do que de espanto, de abatimento doloroso. Um profundo silêncio reinou por um instante no quarto, silêncio que rompi dizendo:

– Mas o que vocês têm?

Meu sogro suspirou.

– Tu acreditarás, então, finalmente...

Não respondi, estava impressionado.

– Pois bem – continuou ele –, este ruído é de mau agouro!

– Vamos – eu exclamava –, superstição tudo isso!

Ele levantou os ombros, quase impaciente. Mas, após um instante, retomou:

– Superstição? Falo por experiência, pela dolorosa experiência. Tu saberás que não é a primeira vez... e sempre alguma desgraça aconteceu na nossa casa... Oito dias antes que morresse minha pobre irmã, ouvimos esta mesma pancada. Vocês se lembram? – perguntou, dirigindo-se à sua mulher e a uma velha criada.

As duas mulheres aprovaram com um gesto de dolorosa tristeza.

– E a morte de meu filho mais velho, também, foi precedida de 15 dias pelo mesmo aviso.

Eu não podia ter fé absoluta nessas palavras e, entretanto, senti-me perturbado.

O mesmo silêncio de antes se refez no quarto, mas desta vez um ruído de sino veio interrompê-lo bruscamente. Ia eu mesmo abrir a porta. Era um primo alemão do meu sogro, rico proprietário que mora do lado oposto do país. Ele entrou, sem mesmo desejar boa-tarde. Tinha um ar sombrio e assustado; e suas primeiras palavras foram as seguintes:

– Vocês não ouviram nada?

Todos, eu inclusive, respondemos juntos, mal dando-lhe tempo de terminar sua pergunta:

– Então, tu ouviste também?

– Sim, um grande tiro de fuzil. Nós estávamos à mesa.

A curta narrativa que nos fez ouvir aumentou no mais alto grau minha perturbação. Essa estranha coincidência de dois fatos tão iguais e simultâneos fez-me experimentar quase um vago terror. E entretanto eu não queria ainda admitir que tratava-se de “espíritos”.

Nos dias posteriores não falávamos mais de outra coisa. Mas o que tinha acontecido havia espalhado em toda a família uma muda inquietação, que cada um tentava, em vão, dissimular.

Duas semanas se passaram; uma manhã encontramos nossa tia morta na sua poltrona...”

A *Revue d'Etudes Psychiques* (ano de 1901, pág. 98) publicou a carta de confirmação seguinte dirigida ao diretor, Sr. C. de Vesme:

“Panicale, 17 de abril de 1901.

Os abaixo-assinados, respectivamente, sogro, sogra, cunhado do Prof Pirro-Bessi, de Cortone, e primo de seu sogro, julgam ser de seu dever declarar ao Sr. C. de Vesme, diretor da *Revue d'Etudes Psychiques*, de Paris, que a narrativa feita por seus parentes, na revista sob o título *Vi e Ouvi*, está perfeitamente exata, apesar do seu caráter maravilhoso, pelo que executou o tiro de fuzil ouvido, ao mesmo tempo, na residência das quatro primeiras pessoas abaixo-assinadas, e na residência da quinta – embora as duas casas se encontrassem a duas extremidades opostas do país.

Eles julgam útil acrescentar que ouviram ainda outras vezes, sempre ao mesmo tempo, nas duas casas, tais ruídos semelhantes a tiros de fuzil, e que isto foi sempre um sinal precursor da morte de algum parente, o que não tardava a se realizar.” (Assinado: Louise Bessi, nascida Landi, Ange Landi, Adélaide Landi, César Landi, François Bastianelli.)

Caso 81

Foi publicado pela Sra. Sidgwick na sua obra sobre as premonições (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. V., págs. 307 e 308) e recolhido e estudado por Myers em abril de 1888. Conta a Sra. Cowpland-Trelaor:

“Durante uma noite do mês de junho de 1863, na nossa residência do vicariato de Weeford (Staffordshire), eu e minha irmã fomos acordadas de repente por um uivo lamentoso. Visitamos todos os recantos da casa, que se elevava, isolada, no meio do campo, sem nada descobrir. Nesta primeira circunstância, nem nossa mãe nem os empregados foram acordados por esse uivo; mas em compensação, encontramos nosso cão selvagem “bull-dog” com o focinho enterrado num monte de lenha e tremendo de medo. No dia 28 do mesmo mês de junho nossa mãe morria.

O segundo caso do fenômeno foi, de muito, o mais impressionante e se produziu no mesmo vicariato, em agosto de 1879. Há algum tempo nosso pai estava doente, mas suas condições de saúde permaneciam estacionárias, e no domingo do dia 31 de agosto oficiou na igreja, ainda que devendo morrer nove dias depois. A família era então composta de nosso pai, de minha irmã e de mim, de nosso irmão, dois empregados e uma camareira. Dormimos todos em quartos separados, distribuídos em diferentes partes da casa, que, para um presbitério, era bem vasto.

Era uma noite calma e serena dos últimos dias de agosto; não havia nenhuma via férrea nos arredores; não havia casas vizinhas, nem ruas que pudessem ser percorridas pelos transeuntes atrasados; o silêncio era absoluto e a família estava mergulhada no sono, quando, entre meia-noite e meia-noite e meia, fomos

todos acordados, salvo nosso pai, por súbitos uivos, desesperados e terríveis, possuindo um tom diferente de qualquer voz humana, e análogo àquele precedentemente ouvido quando da morte de nossa mãe, mas infinitamente mais intensos. Eles vinham do corredor que conduzia ao quarto de nosso pai. Minha irmã e eu descemos da cama (ninguém poderia ter dormido com esses uivos); acendemos uma vela, fomos para o corredor, sem mesmo pensar em nos vestir; lá encontramos meu irmão e os três empregados, todos aterrorizados como nós. Embora a noite estivesse bem calma, esses uivos desesperados eram acompanhados de rajadas de vento, que pareciam transmiti-los, e se diria que eles saíam do teto. Eles se prolongaram durante mais de um minuto, para dissipar-se em seguida, através de uma janela.

Uma estranha circunstância se liga ao acontecimento: nossos três cães, que dormiam com minha irmã e comigo, tinham corrido, imediatamente, para se esconder nos cantos e seus pelos eriçavam sobre as costas. O “bulldog” escondera-se debaixo da cama, e como não conseguia fazê-lo sair chamando, tive que arrastá-lo à força, constatando que ele era presa de um tremor convulsivo.

Corremos para o quarto de nosso pai, onde pudemos ver que ele dormia tranqüilamente. No dia seguinte, com as precauções desejadas, fizemos alusão na sua presença ao acontecimento da noite, e isto nos permitiu constatar que ele não ouvira nada. Ora, como era impossível dormir um sono comum enquanto ressoavam esses uivos atrozes, é preciso supor que eles não ressoavam para ele. Mais ou menos 15 dias depois, e mais precisamente no dia 9 de setembro, nosso pai expirava.

Eis um terceiro caso. Em 1885 eu me casei e ia morar em Firs (Bromyard), onde vivia com minha irmã, Sra. Gardiner. Meu irmão permanecia a cinco milhas de distância e gozava, então, de uma saúde perfeita. Uma noite, do meio de maio, minha irmã e eu, a empregada Emilie Corbett e os empregados (meu marido estava ausente), ouvimos de novo os uivos desesperados habituais, embora menos terríveis do que da última vez. Descemos de nossas camas, visitando a casa, sem nada encontrar. No dia 26 de maio de 1885 meu irmão morria.

O quarto caso aconteceu no fim do mês de agosto de 1885. Eu, Emilie Corbett e os outros empregados ouvimos os uivos. Todavia, como nossa casa não era isolada, assim como o presbitério de Weesford, e os uivos não eram tão poderosos quanto naquela ocasião, embalei-me na idéia de que eles poderiam provir de algum transeunte, embora não podendo subtrair-me de uma certa inquietação, a propósito de minha irmã, a Sra. Gardiner, que nesse momento estava mal. Ao contrário, nada sucedeu à Sra. Gardiner, que continua vivendo; mas uma outra de nossas irmãs, a Srta. Annie Cowpland, que estava em perfeita saúde no momento em que os uivos se fizeram ouvir, morria uma semana mais tarde de uma difteria.” (Assinado: Sra. Cowpland-Trelaor, Sra. Cowpland-Gardner, Emilie Corbett.)

Analisemos, brevemente, este caso interessante estudado por Myers.

O fato em si do aviso de morte transmitido sob forma de uivos desesperados não tem importância, pois sua explicação reside em idiosincrasias pessoais próprias aos sensitivos, aos quais a mensagem é transmitida; isso quer dizer que, comumente, a forma de exteriorização dos fenômenos premonitórios, assim como qualquer outro fenômeno supranormal, representa apenas *a via de menor resistência* percorrida pela mensagem supranormal para chegar, ou ao *Além*, ou aos recônditos da subconsciência, até a consciência dos sensitivos.

Outro fato (muito comum) dos animais que perceberam, ao mesmo tempo que os membros da família, o eco dos uivos premonitórios, faria supor que não se tratava de simples sons subjetivos; nesse caso, a circunstância do pai que não tinha ouvido nada (porque *ele não devia* ouvir) se explicaria, supondo que ele se encontrasse nesse momento mergulhado no sono sonambúlico. De resto, a questão da objetividade ou da subjetividade dos sons dessa natureza não diminui de modo algum a outra questão que diz respeito à significação teórica desses mesmos sons.

Sempre com relação aos animais, deve-se observar que nestas circunstâncias eles manifestam constantemente sinais não duvidosos de terror extraordinário; isso provaria que eles têm instin-

tivamente consciência de se encontrar em face de manifestações supranormais ou externas, pois em circunstâncias análogas de origem humana, os cães, longe de estarem apavorados, se irritariam, latiriam.⁶

Esta última consideração nos reconduz à questão essencial a resolver, isto é, se o elemento intencional que existe, indubitavelmente, nas manifestações estudadas é de natureza subconsciente ou externa. Com efeito, no caso em que a conservação característica dos animais provocaria a existência de um elemento supranormal externo nessas manifestações, este último, a seu turno, provaria a origem externa do elemento intencional; e admitir isto significaria admitir a validade da hipótese espírita.

TERCEIRA CATEGORIA

Premonições de acontecimentos diversos

SUBGRUPO K

Premonições de acontecimentos importantes que não implicam em morte (extração de números, casamentos, acontecimentos políticos e fatos diversos) (Casos 82 a 111)

Para dar um esclarecimento ao título deste subgrupo, acrescento que ele está reservado para os casos de premonição que não implicam em mortes de pessoas, e de caráter mais ou menos importante (tanto no sentido feliz como no sentido triste), a fim de distingui-los dos acontecimentos que têm uma marca insignificante ou banal, que serão englobados no subgrupo seguinte.

Inauguro esta enumeração com uma rápida olhada nos numerosos casos premonitórios de inúmeros ganhadores nas loterias, nos jogos de azar, ou que devem sair na conscrição militar, etc. O tema é interessante, mas vasto, e não se refere sempre ao fenômeno premonitório, sendo em parte suscetível de explicações não transcendentais. Limitar-me-ei a citar alguns exemplos típicos, resumindo os mais longos.

Casos 82 e 83

São dois exemplos bem conhecidos e característicos de números saídos na roleta de Monte Carlo, trazidos pela Sra. A. Guillou e o Sr. E. Desbeaux (*Annales des Sciences Psychiques*, 1909, págs. 133 e 215).

Sendo as narrativas por demais longas, resumo-as, e me deterei um pouco sobre uma das hipóteses propostas para sua explicação.

O Sr. E. Desbeaux transcreveu na sua caderneta de viagem vários casos de premonição dos quais ele próprio foi o herói, por três vezes diferentes, durante 23 vezes em que foi a Monte Carlo.

O caráter principal das premonições consiste no fato de que elas se apresentavam a ele sob a forma de intuições rápidas, por ocasião de incidentes casuais e insignificantes que lhe aconteciam durante o dia.

Obedecendo a cinco intuições obtidas, ele adivinhou cinco vezes o número “do meio”. A combinação dos números e a maneira pela qual se sucederam os ganhos apresentam-se tais, que exclui a hipótese das “coincidências fortuitas”.

As intuições da Sra. Guillou são ainda mais interessantes, porque têm uma marca claramente subconsciente ou medianímica.

Ela começa contando um episódio do qual foi testemunha e que foi a causa determinante de sua própria fase de lucidez. Ela o descreveu assim:

“... Achando-me, por acaso, sentada perto de uma senhora, cujo ar absorto me chocou, eu a vi levantar-se bruscamente, aproximar-se da mesa vizinha, colocar sua moeda sobre um número que saiu. Surpresa, eu a interroguei. Ela me respondeu textualmente: Eu sou a primeira espantada com o que me acontece; eu pensava nas flutuações do jogo, mas sem ter a idéia de jogar, pois já tinha perdido muito. Quando o *crupiê* lançou a esfera, vi perfeitamente o número que acaba de sair; ele parecia me olhar (*sic*), a tal ponto que não pude resistir ao desejo de jogar.”

Sra. Guillou propôs-se a tentar alguma coisa semelhante. Foi sentar-se perto de uma mesa de “roleta”, concentrou seu pensamento nas flutuações do jogo e esperou; mas nesse dia a espera foi em vão. Todavia, após ter perseverado vários dias, aconteceu-lhe, finalmente, de ver surgir, bruscamente, diante dela o número 11.

Aqui, a relatora continua como se segue:

“Quando ele sairá?” – disse mentalmente. “A uma hora” – foi-me respondido da mesma maneira. Pergunta e resposta foram muito rápidas, quase inconscientes. Olhei o relógio, era por volta de 12:46. Quando o ponteiro foi para a hora indicada, lancei uma moeda no número 11 e ganhei.”

Após também um feliz começo, ela jogou durante cinco dias seguidos, na razão de uma só vez por dia, e, na seqüência de tantas intuições premonitórias, ela ganhou sempre.

A sensitiva descreveu nestes termos uma das suas premonições:

“Uma noite, antes de dormir, veio-me a idéia de pedir ao meu “guia” (para usar a linguagem espírita) para me fazer ver, durante o meu sonho, dois números juntos, que deveriam sair no dia seguinte, na minha mesa habitual. Acordei, durante a noite, com os números 10 e 14 claramente desenhados diante de meus olhos. Fui cedo para o Cassino para espreitar a saída do número 10, que não me tardou quase nada. Entrei no jogo, em seguida, no meio, no número 14, que ganhei.”

O Sr. A. Guillou confirma através destas palavras a narrativa de sua mulher: “Tendo sido testemunha dos fatos relatados acima, garanto-lhes a perfeita autenticidade.”

Com relação aos casos relatados pelo Sr. E. Desbeaux, o Sr. Marcel Mangin propôs como “hipótese de trabalho” o seguinte:

“Sabemos que a força psíquica de Home, de Eusápia e de muitas outras pessoas coloca em movimento objetos de um peso algumas vezes considerável; por que não emanaria do Sr. Desbeaux uma força capaz de agir sobre a bolinha do jogo de roleta?” (*Annales des Sciences Psychiques*, 1899, pág. 188.)

Esta hipótese também não é estranha ou gratuita como parece à primeira vista; e, nestes últimos tempos, as experiências magistrais do Prof. Ochorowicz com a médium de efeitos físicos Srta. Tomczyk intervieram em seu favor. Esta médium, entre outras coisas, predisse um grande número de vezes os números que deveriam ter marcado a esfera de uma “roleta”.

A esse respeito o Prof. Ochorowicz observa:

“Em suma, não se trata aí de uma influência geral de nossos desejos sobre o acaso, mas bem de um caso particular: o médium possui a faculdade extraordinária de uma ação mecânica à distância. Pela sua “corrente”, ou pelas mãos fluídicas de seu corpo astral, mais ou menos materializadas, pode deslocar um objeto que se encontra em repouso; por que não poderia modificar a

direção daquele que se encontra em movimento? O primeiro fato é mil vezes verificado. O segundo o é menos; mas a experiência do pêndulo parado nas suas oscilações lá está para provar ao menos a possibilidade de uma parada.” (*Annales des Sciences Psychiques*, 1909, pág. 105.)

O Prof. Ochorowicz quis também interrogar a esse respeito a personalidade mediúnica, supostamente presente e atuante, e esta última respondeu:

“Quando o movimento é rápido não posso absolutamente fazer nada, primeiro porque não posso parar a esfera e depois porque não vejo os números. *Consegui, de tempos em tempos, quando o movimento diminuiu.*”

Os limites destas declarações bastariam para manter a hipótese do Sr. Mangin também ao seu justo lugar, na condição, todavia, de não se deixar levar pelo desejo de generalizar.

O Sr. Desbeaux, referindo-se à hipótese em questão, censurará que ele não estava desprovido de qualquer forma de mediunidade; mas esta objeção não tem grande peso, pois a experiência demonstra que em certas condições psicológicas, qualquer pessoa pode, momentaneamente, revelar-se dotada de faculdades supranormais ou mediúnicas.

Casos 84 a 87

Se, para os episódios precedentes, a hipótese *telecinética*⁷ poderia até um certo ponto mostrar-se suficiente, a hipótese *criptestésica*,⁸ ao contrário, poderia ser adiantada para aqueles de premonições de números nas tiragens de sorte executadas pessoalmente (como para a conscrição militar); em outras palavras, poderia acontecer que a extração do número, ao invés de se cumprir cegamente, foi de uma certa maneira guiada por uma percepção supranormal que permitiria ao indivíduo escolher automaticamente o número pensado e desejado.

Eis vários casos do gênero, que tomo emprestado dos *Proceedings of the S.P.R.* (vol. XI, pág. 545) e que fazem parte do estudo de Myers sobre a “consciência Subliminar”.

O Prof. G. Hulin, da Universidade de Ghent (Bélgica), escreve na data de 13 de abril de 1894, à professora Sidgwick:

“No início do inverno de 1890-1891, um rapaz chamado Charles Cassel, natural da cidadezinha de Looten-Hulle (Flandres Oriental), onde reside sua família, anunciou dois meses antes que na tiragem da sorte para a conscrição militar, ele teria extraído o número 90. Várias pessoas ouviram a predição expressa por ele, com a certeza absoluta e repetida, diante do Comissário que presidia à extração. Para o grande espanto geral, o número preanunciado saiu.”

Fui ao comissário, de quem obtive o seguinte atestado:

“... Este ano, o conscrito Charles Cassel, de Looten-Hulle, antes de extrair seu número, perguntou se o 90 ainda estava na urna; como lhe respondesse afirmativamente, exclamou: “Aí está o número que devo tirar.” Convidado a extrair, tirou efetivamente o número 90.” (Assinado: o Comissário da Região Administrativa Jules Van Dooren.)

O Prof. Hulin foi encontrar o conscrito e disse a esse respeito estas palavras:

“Há mais ou menos dois meses, quando acabava de se deitar, viu aparecer no ar, num canto do quarto, alguma coisa volumosa e indefinível, no meio da qual destacava-se, claramente, a cifra 90 em grandes caracteres, como uma mão. Colocou-se sobre seu assento, fechou e reabriu os olhos para se convencer de que não sonhava, mas a aparição persistiu no mesmo lugar, distinta e incontestável. Tomado de pavor, pôs-se a rezar.”

Simultaneamente à aparição do número, teve a intuição de que teria extraído o dia da tiragem da sorte, e que teria sido um bom número... Ele acreditou numa intervenção sobrenatural...

Dirigi-me novamente ao comissário para lhe perguntar se ele se lembrava de outros casos de conscritos, que tendo predito o número, teriam tirado. A esta época (1891) ele não se lembrava do seguinte: “Em 1886, em Eeclo, o conscrito Ferdinand Masco, natural da dita cidade, declarou antes do sorteio que teria extraído o número 112, que, efetivamente, ele tirou.”

No inverno seguinte ele me indicou este outro caso:

“Um incidente estranho e digno de nota se produziu no último sorteio da milícia em Maldeghen. Um conscrito de nome Edouard Pamwels, da comunidade Adeghem, aproximando-se da urna, declarou em voz alta que ele teria tirado o número 216, que, com efeito, ele tirou. Havia na urna 150 números mais ou menos; o mais baixo era 45 e o mais elevado era 223.”

Em fevereiro de 1894 comunicou-me este terceiro caso:

“O conscrito Camille Pyfferoen, tendo-se aproximado da urna, declarou ao comissário ter sonhado na noite anterior que tirava o número 111, e que estava convencido de que a sorte o teria favorecido com este número. Foi o que aconteceu! O comissário, estupefato, perguntou-lhe se ele tinha realmente sonhado, e o conscrito chamou seu próprio pai como testemunha.”

Eis, portanto, os casos curiosos recolhidos pelo Prof. Hulin. Myers, comentando-os, aproxima-se da hipótese criptestésica relatada mais acima. Ele escreve: “O paralelo mais próximo que posso encontrar para esses incidentes é o caso de Stainton Moses guiado de modo supranormal a abrir um livro numa determinada página. A meu ver, seria menos incrível supor que uma espécie de sugestão tenha sido guiada nesse momento ao feliz sensitivo a tirar o número certo (neste caso seria necessário admitir que seus companheiros menos afortunados eram guiados de maneira a lhe reservar o número) do que querer sustentar que uma inteligência “finita” tenha sabido prever dois meses antes a disposição exata dos números da urna...” (*Proceedings*, vol. XI, pág. 547.)

Caso 88

Nem uma nem outra dessas hipóteses, todavia, poderia ser aplicada a todos os incidentes do gênero; assim, por exemplo, elas quase não poderiam elucidar as premonições de números ganhadores nas tiragens de loterias, às quais o interessado não assiste, já que em semelhantes condições ele não poderá exercer nenhuma ação telecinética ou criptestésica. Poder-se-ia entretanto supor que estas mesmas faculdades são, às vezes, exercidas por entidades externas ou desencarnadas; esta suposição não deve ser excluída, sendo fundamentada sobre dados e induções

legítimas, como nós o demonstraremos amplamente no subgrupo que seguirá a este.

Os exemplos desta ordem são muito numerosos e se referem sobretudo à loteria; um caso acontecido em Turim causou, recentemente, muito barulho na Itália; trata-se de uma empregada que ganhou a importante soma de 300.000 francos. O Prof. Lombroso investigou pessoalmente o caso e, na sua obra *Phénomènes Hypnotiques et Spirites* (pág. 26) ele o recorda nestes termos:

“Rose Tirone é uma empregada histórica, de 35 anos, que tinha amado um rapaz da sua região, mas que não tinha podido desposá-la por causa das suas condições de saúde precárias. O jovem morreu, com efeito, aos 25 anos.

Uma noite de novembro de 1908 Rose sonhou que seu jovem concidadão lhe disse: “Não quero mais saber-te doméstica, jogue estes quatro números: 4, 53, 25, 30”, e os repetiu para que ela pudesse gravá-los bem na memória. Depois ele acrescentou: “Tenho sede, tire do poço um balde d’água e dê-me de beber.” Perto dali encontrava-se efetivamente um poço, e a mulher, tendo tirado o balde, dessedentou o jovem rapaz. No dia seguinte Rose Tirone jogou uma soma bastante grande nesses quatro números, que saíram todos no sábado seguinte... Um ano e meio antes do sonho profético ela teve um sonho premonitório no qual este namorado havia-lhe predito que ela se tornaria rica...”

Acrescentaremos, para completar o episódio, que Lombroso fez uma pequena omissão: o povo descobriu, a esse respeito que, se Rose Tirone tivesse pensado em jogar o número que, na “cabala”, corresponde ao fato de “dar de beber aos sedentos”, ela teria ganhado também o quinto número da tiragem!

Caso 89

Este outro episódio é análogo ao precedente. O Conde Giuseppe Valentini enviava à *Revue d’Etudes Psychiques* (1902, pág. 200) o caso seguinte:

“No dia 8 de dezembro de 1894, ao cair da noite, um alfaiate da minha região (Monfalcone), que se chama Jean Pian, manti-

nha-se perto do fogo, pensativo, preocupado sobretudo com uma certa dívida, que ele devia pagar dez dias depois, e para a qual não sabia o que fazer. Absorvido como estava por pensamentos tão pouco agradáveis, acabou dormindo. Ele não sabia bem ao certo quanto tempo durou seu sono; não muito tempo, em todo caso, já que de repente foi sacudido por uma rajada de vento tão forte, enquanto uma voz lhe dizia: “Jogue 3, 15, 18”.

Nosso alfaiate reconheceu perfeitamente essa voz, o que o fez tremer de medo. Era a voz de sua nora, Elise Pian, nascida Macorin, morta oito dias antes.

O alfaiate jogou os três números, que saíram no sorteio seguinte da Loteria, na mesma ordem na qual tinham sido enunciados pela voz misteriosa: o 3 era o primeiro da quina; o 15 o terceiro e o 18 o quinto...” (Seguem os atestados de Nina Pian, Pietro Pian, Giuseppe Pian.)

Caso 90

Para completar o ciclo das premonições de ganhos desse gênero, resta-nos falar dos casos que, referindo-se às corridas de cavalos, são também muito numerosos. Todavia, aqui – salvo circunstâncias especiais – as probabilidades contrárias ao profetizador são reduzidas a tão pouca coisa, que elas não podem excluir a hipótese das “coincidências fortuitas”. Citarei, portanto, um único caso dessa natureza, onde a hipótese em questão parece pouco verossímil por causa dos seus modos de exteriorização simbólico-mediúnica. É a Sra. Marryat que o relata na sua obra *There is no Death* (pág. 188), nestes termos:

“Uma das objeções mais vulgares que saem da boca dos imbecis consiste em observar: “Se é verdade que os espíritos sabem alguma coisa, que eles tentem me dizer o nome do próximo vencedor das corridas, e então eu acreditarei, etc.” Falei disso um dia com “Dewdrop” (personalidade mediúnica comunicante com a Sra. Russel-Davis), e ela me respondeu: “Nós poderíamos revelá-lo, se isto nos agradasse, ou se isto nos fosse permitido. Se o Espiritualismo fosse empregado nesse objetivo, todo mundo correria até nós com o único fim de precederem uns aos outros.

Mas, para provar-te de que digo-te a verdade, proponho-me a te indicar dentro de um envelope lacrado o nome do ganhador, com a condição de que me prometa não abrir o envelope até o final das corridas.” Nós pegamos e obtivemos o necessário de “Dewdrop”, que traçou rapidamente sinais a lápis sobre o papel e escondeu tudo no envelope. Era o ano em que as corridas foram ganhas por “Shotover”. No dia seguinte abriu-se o envelope e aí encontramos o desenho de um homem armado com um fuzil diante de uma moita, além da qual via-se fugir um pássaro; tudo isso esboçado, mas perfeitamente inteligível para quem quer que soubesse ler nas entrelinhas.” (Para os leitores que ignoram a língua inglesa, observo que o nome: “Shotover” presta-se a ser separado em duas palavras: “Shot over”, o que significa “atirar sobre”).

Caso 91

Uma outra categoria de acontecimentos bastante freqüentes na fenomenologia premonitória é a da predição de casamentos. Basta-me relatar quatro exemplos que representam seus modos de exteriorização mais comuns.

Paul Adam, o romancista bem conhecido, conta numa carta a Jules Bois que um dia percebeu possuir o dom da escrita automática e que a isso se entregou febrilmente durante algum tempo; uma personalidade mediúnica manifestava-se então, a quem ele designava sob o nome de “Estrangeira”. Entre as outras comunicações interessantes obtidas, contam-se predições realizadas a seguir; esta, entre outras:

“A *Estrangeira* prediz, quatro anos antes, o casamento improvável de um dos meus familiares, solteirão inveterado. Ela o fez de uma maneira muito bizarra. Através da minha mão, muito dócil, para responder ao interrogatório do visitante, ela escreveu: “Tua noiva mora em tal número, na Avenida Marceau.”

Uma carta do amigo, no dia subsequente, informou-me que sobre o letreiro do bonde “Praça de l’Etoile-Gare Montparnasse” ele tinha visto no lugar do número indicado as demolições do hipódromo. Nós brincáramos. Quatro anos mais tarde, num

edifício novo, construído no espaço desse grande circo, meu amigo assistia às recepções nupciais de um colega; depois ele noivou com a irmã da jovem esposa *que permanecia*.”(Jules Bois: *L’Au-delà et les Forces Inconnues*, pág. 90.)

Caso 92

Camille Flammarion, na sua obra *L’Inconnu* (pág. 509), relata este outro caso, citado antes pelo Dr. Macario no seu livro *Du Sommeil, des Rêves, et du Somnambulisme* (págs. 80 e 81):

“Numa cidadezinha do centro da França, em Charité-sur-Loire, departamento de Nièvre, havia uma moça maravilhosa em graça e em beleza. Ela era, como a Fornarina de Raphael, filha de um padeiro. Vários pretendentes aspiravam à sua mão e um deles tinha uma grande fortuna. Os pais o preferiam. Mas a Srta. Angèle Robin não o amava e o recusava.

Um dia, levada ao extremo pela insistência de sua família, foi à igreja e orou à Virgem Santa para vir em seu socorro. Na noite seguinte ela viu em sonho um rapaz com trajes de viagem, usando um grande chapéu de palha e óculos. Ao despertar ela declarou aos seus pais que recusava, absolutamente, o pretendente e que esperaria; o que colocou-lhes na cabeça mil conjecturas.

No verão seguinte o jovem Emile de la Bédolière é levado por um de seus amigos, Eugène Lafaure, estudante de Direito, a fazer uma viagem no centro da França. Eles passam em Charité e vão a um baile do lugar. À sua chegada, o coração da jovem bate descompassado no seu peito, suas faces se colorem de um vermelho encarnado, o viajante a nota, admira-a, ama-a, e alguns meses depois eles estavam casados. Era a primeira vez na sua vida que ele passava nessa cidade.”

O mesmo Emile de la Bédolière, numa carta dirigida ao Dr. Macario, estende-se sobre detalhes mais precisos. Ele informa que o baile em questão aconteceu no mês de agosto de 1833, na casa de um certo Sr. Jacquemart, e que soube da Sra. Forcerat, diretora de um pensionato onde se encontrava então a jovem Srta. Robin, que esta última havia confiado desde muito tempo ao seu professor o sonho em questão, descrevendo da maneira

mais exata os traços do senhor de la Bédolière e seu traje de viagem.

Caso 93

A Sra. Florence Marryat, no seu livro *There is no Death* (págs. 189-192), conta este episódio, que se refere ao seu segundo casamento, e que ela expõe segundo notas tomadas no mesmo momento.

Em 1874 eu exercia ativamente a profissão de jornalista em Londres e, nessa qualidade, era enviada a toda parte onde se passava algum fato interessante a relatar. Um dia, a direção de um dos maiores jornais de Londres encarregou-me de ir a uma clarividente americana – desembarcada há pouco na Inglaterra – chamada Lottie Fowler, e pedir-lhe uma sessão. Eu nunca tinha ouvido pronunciar seu nome e estava, portanto, pouco a par das coisas da clarividência.

A Srta. Lottie Fowler recebe-me cordialmente, fez-me entrar num salão, sentou-se, tomou minhas mãos e começou a me falar do que eu tinha a intenção de fazer em Londres. De repente, seus olhos se fecharam, a cabeça virou-se para trás e a respiração tornou-se penosa. Após alguns minutos, endireitou-se e, com os olhos sempre fechados, começou a falar com uma voz aguda, num inglês hesitante. É assim que se manifestava o “guia espiritual” *Annie*, que, indubitavelmente, dava provas de uma clarividência maravilhosa...

Annie começou com o meu nascimento, nas proximidades do mar, descrevendo, maravilhosamente, a personalidade de meu pai e suas ocupações, passou à minha mãe, aos meus irmãos e minhas irmãs; depois falou das doenças das quais sofri, do meu casamento, de minha vida doméstica. Nesse ponto ela disse:

– Espere, vou até sua casa e descreverei o que verei ali.

E pôs-se a revelar o nome dos meus filhos, a analisar minuciosamente o caráter de cada um deles, começando pelo mais velho, até o caçula, que designou como uma menina que tem o nome de uma flor (*Marguerite*). Quando esgotou o tema do passado e do presente, observou:

– Você acredita que li tudo o que disse no seu cérebro, e para dissuadi-la disso, vou informar-lhe o que vejo para você no futuro. Aqui está: Você se casará uma segunda vez.

Nesse momento, eu dirigia uma revista literária muito conhecida, o que reunira em torno de mim um bom número de personalidades literárias. Minhas recepções das terças-feiras eram freqüentadas por numerosos amigos, e não era portanto impossível ou improvável, mas eu não tenho consciência que tenha podido especular sobre meu destino se tivesse podido permanecer livre. Todavia, desde que Annie disse que me casaria novamente, meus pensamentos devem ter tomado involuntariamente seu vôo, pois ela observou imediatamente:

– Não, não se trata desse senhor que quebrou um copo em sua casa na outra noite. Você se casará com um outro oficial.

– Não – exclamei –, eu lhe agradeço; não quero mais saber de oficiais. Estou farta para toda vida.

Annie tornou-se séria e repetiu:

– Você desposará um outro oficial; vejo-o neste momento passear num terraço. Ele é grande, robusto, corpulento; seus cabelos são pretos, ele os usa bem curtos, e são muito leves e brilhantes. Tem um rosto largo, simpático, sempre sorridente; e quando ri descobre duas carreiras de dentes muito brancos. Vejo-o bater em sua porta e perguntar: “A Sra. Rosschurch está em casa?” Responde-se-lhe afirmativamente. Então ele entra num quarto apinhado de livros, onde fala assim: “Florence, minha esposa morreu; você não quer tornar-se minha mulher?” E você lhe responderá que sim.

Annie falava com uma tal espontaneidade, e eu estava tão espantada do pleno conhecimento que ela demonstrava dos meus negócios, que só percebi mais tarde que ela havia me chamado pelo meu nome de batismo, embora eu o tivesse cuidadosamente escondido. Perguntei:

– Agora, pode me dizer quando morrerá meu marido?

Ela respondeu:

– Não vejo sua morte em parte alguma.

Ao que repliquei:

– Então, como posso me casar novamente, se meu marido não morrer?

– Eu também não sei – respondeu –, mas posso descrever-lhe o que vejo. Percebo uma casa mergulhada na maior confusão; papéis, livros, objetos espalhados e duas pessoas que partem numa direção oposta... Quantos desgostos, quantas lágrimas! Mas não vejo a morte de lado nenhum.”

Voltei para casa estupefata com o que a Srta. Fowler revelara a respeito do meu passado e do meu presente, mas incrédula no que se referia ao meu futuro.

Ora, três anos depois, quando uma grande parte do que me havia sido predito já se tinha realizado (o divórcio), encontrava-me em viagem, de Charing-Cross a Fareham, em companhia do Sr. Grossmith, para certas representações de nossa peça “Entre nós”, quando o trem parou, como sempre, em Chatham. Sobre a plataforma estava o coronel Lean, de uniforme, conversando com vários amigos. Eu nunca o tinha visto, mas virei-me logo para o Sr. Grossmith e lhe disse:

– Está vendo este oficial numa pequena roda? É o homem que deverei desposar, segundo a predição da Srta. Lottie Fowler.

A descrição tinha sido tão precisa que o reconheci imediatamente. Naturalmente, minha observação foi acolhida por grandes gargalhadas e também não demorei a rir muito.

Dois meses mais tarde fui engajada para várias representações no Instituto Literário de Chatham, onde nunca na minha vida eu tinha colocado os pés. O coronel Lean encontrava-se entre os espectadores e quis conhecer-me, apresentando-se a si mesmo. Continuou a me visitar em Londres (eu tinha mudado e minha casa tinha um *terraço*), e dois anos mais tarde, em junho de 1879, estávamos casados.

Caso 94

Lady Burton, mulher do célebre explorador africano, conta na sua obra *The Life of Sir Richard Burton*, que quando era jovem, e se chamava ainda Isabelle Arundell, encontrou uma boêmia

chamada Hagar Burton, que lhe predisse por escrito seu futuro nos seguintes termos:

“Você atravessará o mar e chegará na cidade onde amadurece seu destino, mas você não saberá.

Terá que lutar contra toda espécie de obstáculos, e de combinações de circunstâncias que vão requerer toda a energia e inteligência da qual é capaz para superá-los. Sua vida parecerá com a de um nadador estrangido a afrontar sempre novas ondas ameaçadoras; mas Deus estará com você, e você vencerá sempre, tendo seu olhar fixado na estrela polar de sua vida, sem olhar nem à direita nem à esquerda. Casando-se, usará o nome de nossa tribo (Burton) e terá orgulho disso. Viverão ambos como vivemos: as viagens, as mudanças, as aventuras comporão sua vida inteira; mas será uma vida muito mais nobre do que a nossa. Nunca se separarão por muito tempo. Vocês se tornarão uma só alma em dois corpos, para a vida e para a morte. Mostre esta folha de papel ao homem com quem se casará.” – Hagar Burton.

Lady Burton acrescenta: “Cada palavra dessa predição foi completamente realizada.”

É preciso convir que este episódio é notável sob todas as relações, quanto mais que se trata de uma predição *escrita*, o que exclui qualquer possibilidade de erros mnemônicos e garante a autenticidade de cada palavra encerrada na profecia. Tudo isto é tão notável quanto perturbador, pois se o incidente mais extraordinário do episódio consiste na revelação do nome que o casamento teria atribuído à Srta. Arundell, os acontecimentos futuros de duas vidas estão aí também esquematicamente resumidos. De maneira que eis-nos de novo diante da questão peremptória tão freqüentemente formulada: “De onde a pobre boêmia tirou tais conhecimentos? Seria da subconsciência da Srta. Arundell? Impossível, pois a gênese causal dos fatos profetizados não dependia da vontade consciente ou subconsciente desta e esses fatos, por conseguinte, não podiam estar inferidos na base de traços já existentes na sua subconsciência.

Se quisermos sustentar esta hipótese, então seria preciso supor que esses traços já existiam aí porque os acontecimentos

correspondentes tinham sido preestabelecidos pelos próprios espíritos da Srta. Arundell e Richard Burton em vias de encarnar-se – voltando assim à hipótese “reencarnacionista”, que subentenderia a espiritualista.

Teria a subconsciência da boêmia tirado esses conhecimentos diretamente do plano “astral” ou “metaetérico”? Negá-lo ou afirmá-lo seria igualmente impossível, já que se trata de uma hipótese metafísica; entretanto, mesmo admitindo-a, cair-se-ia na hipótese “fatalista”, que, como a precedente, subentenderia a espiritualista.

Teriam sido esses conhecimentos transmitidos telepaticamente à boêmia por entidades desencarnadas afetivamente ligadas à Srta. Arundell? Esta hipótese também mereceria ser considerada, apesar de que, neste caso especial, nada parecia militar em seu favor.

De qualquer maneira, não esqueçamos nunca esta circunstância tão perturbadora: que de qualquer lado que se tente afrontar o duro problema, encontra-se inevitavelmente, de forma direta ou indireta, diante da hipótese espiritualista; quando se tenta elucidá-lo, apenas se consegue subentendê-la.

Caso 95

É um outro episódio análogo ao precedente. O célebre botânico Linné, na sua autobiografia, publicada em Upsala em 1823, conta o seguinte incidente pessoal:

“Meu irmão Samuel era considerado cheio de talento, e foi enviado à escola de Wexio; eu era considerado pouco inteligente e fui enviado a Lund. Todo o mundo chamava meu irmão de “o professor” e predizia que ele se tornaria um.

Uma mulher pobre a doentia, que passava de uma cidade a outra à procura de trabalho e a quem se garantia que era dotada de espírito profético, chegou um dia à paróquia de meu pai em Rashult. Ela nunca tinha visto meu irmão, nem a mim. Pediu que lhe trouxesse algum objeto que nos pertencesse e declarou a respeito de Samuel:

– Este será sensitivo.

Quanto a mim ela profetizou:

– Este será professor, cumprirá longas viagens e será o homem mais célebre do Reino – e assegurou-o com um juramento.

Minha mãe, para enganá-la, apresentou-lhe uma outra vestimenta, dizendo que pertencia a meu irmão.

– Não – diz a profetisa –, isto pertence ao professor, que morará longe daqui.”

Caso 96

Ainda um episódio análogo aos precedentes, obtido, desta vez, mediunicamente. Extraí-o do *Journal of the American S.P.R.*, 1908, pág. 463. Nas memórias autobiográficas de Charles Schurz pode-se ler o que se segue:

“Enquanto viajava para Washington, aconteceu-me alguma coisa estranha que pode interessar aos psicólogos. Em Filadélfia, fui convidado a jantar pelo meu amigo Tiedemann, filho do eminente professor de Medicina na Universidade de Heidelberg e irmão do coronel Tiedemann, de quem eu tinha tido ajuda de campo no sítio do forte de Rastatt, em 1849...

Uma de suas filhas, de uns 15 anos de idade, muito bela, inteligente e culta, tinha-se revelado “médium escrevente”. Na noite de que falo, propôs-se fazer uma sessão. Após alguns minutos de espera, a jovem escreveu que o espírito de Abraham Lincoln encontrava-se presente. Perguntei se ele tinha alguma coisa a me comunicar. Responderam-me: “Sim, que tu serás eleito senador dos Estados Unidos.”

A coisa parecia a tal ponto fantástica, que segurei-me para não morrer de rir. Perguntei ainda:

– Que estado vai eleger-me?

E escreveu-se prontamente: “O Estado de Missouri”.

Era o cúmulo do absurdo; e a conversa não teve continuidade.

Nada podia ser mais improvável do que tornar-me senador dos Estados Unidos, e muito menos pelo mandato do Estado de Missouri. Meu domicílio tinha sido sempre em Wisconsin, onde eu esperava retornar. Nunca a idéia de mudar para Missouri

havia passado pelo meu cérebro, e não havia tido jamais a mais longínqua probabilidade de que isso se produzisse.

Ora, dois anos depois propuseram-me tomar parte numa empresa comercial absolutamente imprevista e não procurada, que obrigou-me a me estabelecer em Saint-Louis; e em janeiro de 1869 os legisladores do Missouri elegeram-me senador dos Estados Unidos.

Foi somente então que lembrei-me da profecia espírita obtida na casa do Sr. Tiedemann, na qual não havia mais pensado no intervalo do tempo percorrido; e sua realização pareceu-me tão extraordinária, que não teria confiado na minha memória, se um grande número de amigos não tivessem assistido ao fato e não o tivessem me lembrado.

Caso 97

Uma forma premonitória curiosa de gênero repetido é aquela da qual fala a Doutora em Medicina Marie de Manaceine, numa carta do Prof. Charles Richet (*Annales des Sciences Psychiques*, 1896, pág. 130). Ela escreve:

“Todavia, devo dizer que durante toda a minha vida consciente tenho, de tempos em tempos, um fantasma visual ou uma aparição alucinatória, que permanece completamente independente da minha vontade e que me aparece, ora várias vezes por dia, ora raramente, após períodos de tempo mais ou menos longos. Esse fantasma visual consiste numa estrela muito brilhante, tendo a grandeza da estrela da tarde (Vênus). Ela me aparece comumente a uma certa distância de mim, suspensa no meio do quarto; mas algumas vezes ela se aproxima de mim e começa a brilhar, ora sobre meu ombro, ora sobre meu peito. Uma vez, quando me encontrava diante do espelho, percebi-a sobre minha cabeça, brilhando no meio dos meus cabelos, e essa aparição me parecia tão real, que, involuntariamente, levei minhas mãos na direção dela, sob a impressão de que devia encontrar aí alguma coisa de tangível. Muito frequentemente, vejo essa estrela alucinatória, tornei-me quase supersticiosa, *já que me aparece sempre antes de algum sucesso, alguma alegria.*

Nunca consegui evocar a aparição dessa estrela, apesar de todos os esforços da minha vontade.

Caso 98

É um episódio macabro, tendo o cadafalso como teatro. Extraio este fato, recolhido e estudado por Lord Bute, que para documentá-lo dirigiu-se a Lord Halifax, do vol. XIV, pág. 254, dos *Proceedings of the S.P.R.* O protagonista, John Lee, foi condenado à morte por ter assassinado a Srta. Keise, e conduzido ao cadafalso em Babbicombe, em fevereiro de 1885, mas a execução não aconteceu por causa de um incidente sobrevindo. O Rev. John Pitkin, capelão das prisões, escreveu a esse respeito ao Lord Clinton, nestes termos:

“Eis os detalhes de um sonho tido por John Lee:

Após tentativa frustrada de sua execução, na data de 23 de fevereiro de 1885, fui encontrá-lo na sua cela e pus-me a comentar o extraordinário incidente acontecido. Ele respondeu que na noite anterior tinha sonhado que tudo isso acontecia. A meu pedido, ele me contou o sonho. Disse que se via conduzido de sua cela ao pé do cadafalso, elevado não longe da porta de entrada da prisão; viu-se colocado sobre o instrumento, os pés sobre o alçapão, esperando o desfecho fatal; mas apesar de alguns esforços que se fez para provocá-lo, o alçapão não se abriu. Então, viu-se ser levado, já que devia se montar novamente o aparelho.

Ele acrescentou que tinha contado seu sonho, na mesma manhã, a dois oficiais de justiça indicados para vigiar a sua cela. Estes estavam ausentes nesse momento, mas como eu tinha ido à casa do governador das prisões para lhe contar o sonho do condenado, já o encontrei plenamente informado do fato pelos dois oficiais em questão.

Devo acrescentar que John Lee não deu nenhuma importância ao sonho e que, caminhando em direção ao cadafalso, estava absolutamente certo de que o teriam enforcado. Ele também não se lembrou do sonho, no momento em que se reiterava, inutilmente, das tentativas para fazer destravar o alçapão, momento

em que parecia encontrar-se em condições de semi-inconsciência. Ao contrário, esse sonho voltou-lhe bruscamente, quando as tentativas tiveram fim.” (Assinado: John Pitkin, capelão.)

Os oficiais indicados mais acima fornecem o seguinte testemunho:

“Às 6 horas da manhã, desde seu despertar, John Lee acordou e disse: “Senhor Bennett, tive um sonho estranho. Parecia-me que o grande momento tinha chegado; via-me conduzido ao pé do cadafalso, mas quando me colocaram sobre o alçapão não chegaram a me enforcar, porque o alçapão não funcionava; e, então, conduziram-me à minha cela, fazendo-me passar de um lado para o outro.” (Assinado: Samuel D. Benett, guardião assistente, James Milford, oficial superior.)

Resulta do inquérito que o alçapão tinha sido testado cinco vezes no dia anterior e que tinha sempre funcionado perfeitamente (duas vezes em presença do carrasco, o qual declara-se satisfeito). Resulta, também, que depois da tentativa frustrada de enforcamento renovou-se imediatamente os ensaios, e que o alçapão abriu-se em seguida.

Quando se lê esse estranho caso comunicado pelo Lord Bute, o espírito se volta logo para a explicação que sugeriu o Sr. Marcel Mangin, a propósito dos ganhos no jogo da roleta. Ele se pergunta: “Por que, então, não podia emanar do Sr. Desbeaux uma força capaz de agir sobre a esfera do jogo da roleta?” E nós perguntaremos: “Por que, então, não podia emanar do condenado John Lee uma força capaz de emperrar o destravamento do alçapão?”

O Rev. Pitkin afirma que o condenado, no período das tentativas infrutíferas para fazê-lo abrir, parecia em condições de semi-inconsciência, o que permitiria, ainda mais, supor que se tratava de uma condição de “transe”.

Caso 99

É um outro episódio estranho em que a premonição se refere à morte accidental de um cachorrinho. Extraio-o do *Light* (1893,

pág. 34). A Sra. Caroline Corner-Ohlmus escreve na data de 15 de dezembro de 1892:

“Na noite de 11 de dezembro sonhei que um grave acidente me havia acontecido. Eu não me tinha dado conta do que tinha acontecido, mas me vi, de repente, estendida no chão, com os braços esmagados, largados, quase desligados do corpo, e vi meu sangue sair em ondas das vestes rasgadas. A sensação experimentada foi tão terrível, que acordei sobressaltada, tomada de calafrios, e restou-me a convicção de que o sonho era profético. Contei-o imediatamente ao meu marido, que, se não está inteiramente convencido da veracidade dos meus sonhos, considera pelo menos com benevolência o que ele designa como “as idiosincrasias anormais de sua mulher.”

Apesar desse sonho, aconteceu-me de me sentir muito bem ao longo de todo o dia e de conservar meu bom humor intacto; entretanto, o sonho voltava freqüentemente ao meu espírito e me obrigava a me perguntar: “O que, então, me espera?”

Quando meu marido voltou, saímos para nosso passeio habitual, seguidos pelo nosso inseparável cãozinho “Nello”. A noite começava a cair, e com um suspiro de alívio, observei: “O dia vai terminar e felizmente nada de mau aconteceu, o que me surpreende, todavia, pois sei, por experiência, que os sonhos análogos a este realizam-se sempre.”

Retornáramos para voltar e, quase imediatamente, ouvimos o barulho do trem que se aproximava a todo vapor. Chamei “Nello”, que, obedecendo prontamente, veio até mim saltitando, mas os faróis da máquina ofuscaram-no, ele ficou desorientado no meio do caminho, o trem o atingiu, passou sobre ele... Tudo estava terminado! Caí sobre o solo, soltando um grito muito agudo, e experimentei os efeitos do choque como se tratasse de mim, e como eu os tinha pressentido no sonho! Senti-me com os braços esmagados, largados, desligados, e instintivamente apalpei minhas vestes, como se devesse encontrá-las encharcadas de sangue. À minha frente jazia o pobre “Nello”, esmagado, desmembrado, morto.” (Assinado: Caroline Corner-Ohlmus, Dehiwala, Ceilão.)

Deve-se notar, neste caso, esta circunstância curiosa e interessante, em que a sensitiva teve em sonho a premonição das sensações precisas que teria experimentado, assistindo à morte acidental de seu cãozinho, ao invés de ter a visualização do acidente que devia provocá-los; neste último caso, ela teria podido arrancar o pobre animal do destino que o aguardava.

Caso 100

As premonições de desgraças acidentais, ou de infortúnios imprevisíveis, são bastante freqüentes, e relatarei um número de exemplos proporcionais, começando por uma premonição de incêndio. É a Sra. Goodrich-Freer, da *Society for Psychical Research* que o relata; seus trabalhos crítico-analíticos sobre suas próprias experiências de “visão no cristal” podem ser considerados como clássicos. Ela escreve:

“Em janeiro último (1888) vi aparecer no cristal a figura de um homem agachado no parapeito de uma pequena janela, que do exterior desta olhava para o interior. Não podia perceber seus traços, porque a cabeça parecia envolvida em alguma coisa indefinível. O quadro do cristal mostrava-se tenebroso de uma maneira excepcional, e como a cena que eu tinha diante dos olhos era completamente outra, parei de olhar.

Concluí daí que a origem da visão devia se encontrar nas discussões feitas na minha presença, a propósito de vários furtos executados recentemente, dos quais os jornais estavam repletos. Ao mesmo tempo eu considerava, com uma certa satisfação, que a janela visualizada por mim no cristal era de quatro quadrados e que a única janela de quatro quadrados da minha casa encontrava-se numa mansarda, portanto praticamente inacessível.

Três dias depois um incêndio se deu justamente nesse quarto e, para aí entrar, teve-se de passar do exterior através da janela; o bombeiro que subiu ali cobriu o rosto com um pano molhado, para defender-se da fumaça, que tornara impossível o acesso à porta.” (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. V, pág. 517.)

Caso 101

Este se refere a um outro incêndio e a atriz inglesa bem conhecida, Srta. Violet Lloyd, conta-o nestes termos:

“Um acontecimento extraordinário produziu-se fora do grave acidente que me aconteceu em setembro último no “Teatro de Comédia”, enquanto eu fazia o papel de “Flora” na peça *Topsy Turvy Hotel*, e do qual saí por milagre (a queda de um candela-bro tinha provocado um incêndio).

Na noite antes do incidente, uma das minhas amigas sonhara que uma desgraça me tinha acontecido e que ela me via com o rosto um pouco queimado, tendo dois ferimentos acima dos olhos. Minha amiga confiou seu sonho a uma pessoa do nosso conhecimento comum, que não teve a coragem de me contar. Entretanto, a amiga em questão, não podendo resistir ao temor que a tinha invadido, chegou em minha casa na manhã que se seguiu ao acidente, ansiosa para saber se nada de infeliz tinha me acontecido; e ela pôde constatar que meu rosto estava efetivamente queimado e que eu tinha dois ferimentos acima dos olhos.

Como explicar o sonho de minha amiga? Talvez pela teoria das relações simpáticas, que, neste caso, eram profundas? O acontecimento embaraçou-me grandemente, mas não me apavorou, pois não sou nada supersticiosa, como acontece a muitas das minhas colegas de arte. Mas não é estranho que uma amiga tenha sonhado de me ver ferida em dois pontos precisos em que o fui realmente, e onde as cicatrizes permaneceram para atestá-lo?

A observação de Hamlet sobre a impotência da nossa filosofia parece-me adaptar-se curiosamente ao caso.” (*Light*, 1899, pág. 228.)

Caso 102

O Dr. Maxwell, na sua obra: *Les Phénomènes Psychiques* (pág. 182), cita o seguinte fato, a propósito do qual ele afirma:

“Eis um último exemplo ainda mais significativo que o precedente, pois a visão me foi contada oito dias antes que o acontecimento se realizasse, e eu mesmo fiz a narrativa a diversas pessoas antes desta realização.

Um sensitivo percebeu num globo de cristal a seguinte cena: um grande navio a vapor, tendo uma bandeira com três faixas horizontais, preta, branca e vermelha, e trazendo o nome de “Leutschland”, navegava em pleno mar. O barco foi subitamente envolvido pela fumaça: marujos, passageiros e pessoas de uniforme correram em grande número sobre a ponte e ele viu o barco soçobrar.

Oito dias depois os jornais anunciavam o acidente do “Deutschland”, no qual uma caldeira explodiu, obrigando o navio a fazer escala, eu creio. Essa visão é muito curiosa, e como os detalhes me foram dados antes do acidente, eu a analisarei com algum cuidado. Em primeiro lugar uma coisa choca: é que a premonição não foi exatamente cumprida. O “Deutschland” experimentou bem um acidente, ele próprio envolvido pelo vapor, a tripulação e os passageiros tiveram que correr apavorados sobre a ponte, mas, felizmente, esse magnífico navio não soçobrou. Por outro lado, o sensitivo leu “Leutschland” e não “Deutschland”, mas esse detalhe não tem grande importância, a palavra estrangeira tendo podido ser mal lida. Enfim, uma coisa digna de nota é a ausência completa de interesse que essa visão podia apresentar para o sensitivo que não tem nenhuma relação com a Alemanha e ignorava, pelo menos conscientemente, a existência desse barco, embora tenha tido, certamente, imagens sob seus olhos.”

O lado verdadeiramente notável desse episódio é justamente a ausência de qualquer relação direta ou indireta entre o sensitivo e o acontecimento visualizado, circunstância extremamente rara na casuística premonitória.

Na introdução ao subgrupo seguinte discutiremos a única explicação plausível de um tal estado de coisas.

Quanto ao que concerne ao falso incidente – da submersão do navio a vapor –, isto pode ser facilmente reduzido a um fenômeno de dramatização subconsciente de uma inferência muito natural, que se apresentou ao espírito do sensitivo.

Caso 103

O coronel Kendall Coghill, em abril de 1894, contava à *Society for Psychological Research* o seguinte fato pessoal:

“Na data de 28 de março último recebi uma carta de uma senhora com a qual não me correspondia mais há quase um ano, mais ou menos, e na qual ela me informava ter tido uma visão no dia 26, em que ela me via caído no chão com meu cavalo sobre mim, numa situação muito crítica, de onde um grande número de pessoas tentavam me tirar. Respondi de volta, através do correio, que sua visão só podia ser um sonho, e que os sonhos devem ser interpretados no sentido contrário; razão pela qual nada de mau poderia me acontecer.”

Ao contrário, a visão se realizou no dia seguinte, e o coronel Coghill escreveu à sensitiva, Sra. Leir-Carleton, na data de 31 de março:

“A senhora venceu: abaixo as mãos... Ontem o acidente que me predisse aconteceu; e foi a queda mais terrível que tive há muito tempo. Era o último dia de caça e eu desejava dar uma última lição ao meu cavaliço. A partida começou mal, pois encontrava-me do lado da floresta oposto à retirada; então peguei o cavalo e galopei para juntar a caça; e enquanto eu descia um desfiladeiro, mais rápido do que eu desejava, apresentou-se diante de mim uma inclinação íngreme com um largo fosso ao fundo e um pequeno precipício do lado em que eu chegava. Minha cavalgadura, inexperiente, não saltou a tempo e caiu sobre os joelhos, virando-se. Houve seis pernas para o ar e um homem no fosso com seu cavalo por cima. Aqui sua visão se enfraqueceu, pois ao invés de ser socorrido e libertado por pessoas estranhas, eu o fui por uma meia dúzia de amigos, aí incluídos o proprietário da caça e uma meia dúzia de senhoras...

Quando estava no fosso, seu sonho apresentou-se bruscamente à minha memória, e antes que minha cabeça fosse retirada da lama, disse a mim mesmo: “Se alguém vier me libertar, isto quererá dizer que não quebrei o pescoço.” E, com efeito, foi o que aconteceu; e se se considerar que minha cabeça ficara debaixo do cavalo, não compreendo como pude apenas ficar com dois

dentes quebrados e alguns arranhões no nariz e na testa.” (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. XI, pág. 489.)

Caso 104

Extraio-o do *Journal of the American S.P.R.* (1911, pág. 373). O caso é rigorosamente documentado; silencia-se sobre os nomes dos interessados, que são conhecidos do Prof. Hyslop. O Sr. C. O. J. escreve na data de 6 de agosto de 1906:

“Em agosto ou setembro do último ano (constatou-se, em seguida, que a data precisa é a de 14 de agosto), tive um sonho extremamente vivo, que se referia a um dos meus sobrinhos, de seis anos de idade. Eu o via atirado sob as rodas de um veículo, do qual não sabia precisar a natureza; e alguém que o havia socorrido informava-me que a criança estava em estado muito grave, embora seus ferimentos não apresentassem perigo de morte. O sonho (que, de certa forma, era uma visão) impressionou-me tanto que contei-o logo à minha irmã e em seguida a uma de minhas sobrinhas (irmã mais velha da criança em questão), exortando-a a vigiar atentamente seu irmãozinho, pois a passagem freqüente de automóveis constituía um perigo. Duas noites depois encontrava-me na casa de minha irmã mais velha, que é a mãe do menino, e persistindo muito vivamente em mim a impressão do sonho, fui levado a repeti-lo, insistindo para que o tivessem sob sua guarda e que não se permitisse à criança brincar na rua.

Mais ou menos duas semanas mais tarde, minha irmã comprou um pequeno carro, e dez dias depois, voltando com a família numa noite de um passeio nos arredores, meu pequeno sobrinho rolou do interior do carro sobre o degrau e caiu diante de uma das rodas traseiras, que passou sobre seu corpo, fraturando-lhe a perna perto do fêmur. Os médicos declararam que se a roda tivesse passado um dedo mais acima, a criança teria morrido imediatamente.

Não tenho teorias a propor e declaro que nunca tinha acreditado na existência de sonhos proféticos antes de ser dele o próprio herói. Observo agora, com Hamlet, que “há mais coisas

entre o céu e a Terra do que a nossa vã filosofia jamais suporia”.” (Assinado: C. O. J., Harrishonville, Missouri.)

(As irmãs C. S. e D. S. e o irmão M. J. confirmam a narrativa acima.)

Ainda um sonho que sugere a observação feita aos precedentes, isto é: que no sonho tudo está suficientemente definido e preciso, exceção feita pela única particularidade de que, se tivesse sido claramente percebida, teria salvo a criança da desgraça a acontecer. Intencionalidade? Fatalidade? Remeto o leitor aos comentários que seguiram os casos 59, 67 e 68.

Caso 105

Outro caso estranho. É o Dr. Kerner que o relata na página 215 da obra (edição francesa) *La Voyante de Prevorst*. Escreve ele:

“Um homem, para o qual a Sra. Hauffe havia feito uma prescrição num caso de *delirium tremens*, tendo vindo a falecer, apareceu-lhe durante todo o tempo em que permaneceu em sua casa, no caixão, e fazia-lhe revelações que recomendava que transmitisse à sua viúva. Assisti à sua morte e fiquei chocado pelo desejo ansioso que ele experimentava, ainda, de fazer alguma comunicação, quando já havia perdido a faculdade de falar. Deixo de lado suas revelações e limito-me a assinalar que a Sra. Hauffe nos disse que ele expressava as mais vivas preocupações com relação a uma de suas filhas. Quatro semanas mais tarde uma telha caía sobre ela e fraturava-lhe o crânio. Ela sofreu uma penosa operação com uma firmeza espantosa, e se restabeleceu tão rapidamente, que fomos todos levados a admitir que um espírito protetor a havia ajudado a suportar sua prova.

Notar-se-á aqui, também, o vago habitual, no que se refere ao ponto essencial da premonição e cuja revelação teria podido evitar o acidente à vítima.

Nosso amigo Vincenzo Cavalli observa, citando este caso: “A telha *caiu* ou *fizeram-na cair*? E por quem, como e por quê? O acaso é apenas o gerente responsável de nossa ignorância... e o executor judiciário das leis de causalidade.

O *casual* não existe, senão em aparência, isto é, pela nossa ignorância de causa, que existe e opera no mundo oculto, dito também, justamente, mundo causal. Assim, na sessão mediúnica vemos um objeto mover-se aparentemente por si mesmo no ar, sem ver a mão que o segura, e que existe, entretanto, no *invisível*.

Se os dois mundos interpenetram-se, deve haver ação e reação correlativas entre eles.

Se uma telha cai na cabeça de um homem, este *pôde bem ser conduzido* seja pelo seu próprio “espírito”, seja por um outro “espírito”, a se encontrar sob a telha que cai *por uma razão que se ignora*, mas que deve, todavia, existir, se a vida terrestre tem uma função para finalidade ultraterrestre.” (*Luce e Ombra*, pág. 219.)

Citei este texto do Sr. Cavalli porque uma *parte da verdade*, assunto do qual falaremos novamente no próximo subgrupo, esconde-se, provavelmente, sob a aparente audácia da tese adiantada.

Caso 106

O Sr. J. F. Young enviava ao *Light* (1900, pág. 7) o incidente pessoal seguinte:

“Há nove noites, sonhei que um marceneiro que trabalhava numa construção pouco afastada da minha residência teria caído do teto na rua e, no sonho, aconselhava-me a relatar o fato à minha mulher antes de sair, para que, tendo falado antes da realização do acontecimento, fizesse com que o sonho não atingisse um valor muito maior. Foi o que fiz; todavia, como era dia de feira, e como eu tinha uma quantidade de negócios a despachar, não pensei de modo algum no sonho até que às 16 horas, pelo que me recordo, peguei meu chapéu, corri às pressas para o lugar, perguntei se nenhuma desgraça tinha acontecido e ouvi esta resposta: “Se você tivesse chegado dois minutos mais cedo, teria visto transportar ao hospital um pobre marceneiro que caiu do teto na rua e que teria morrido no ato, se não fosse uma chapa colocada no caminho, que atenuou a força da queda.”

Tal é o fato; ora, eu me pergunto: “Qual era o objetivo do meu sonho? Para que serviu minha premonição? Mesmo que eu tivesse aconselhado o marceneiro a ter cuidado, porque eu havia sonhado que ele cairia, ele teria rido na minha cara e meu conselho teria sido inútil.

Ao que parece, além da premonição de acidente, tive também o aviso telepático de sua realização, pois eu não saberia explicar-me de outro modo o impulso que me fez sair com grande pressa, no momento preciso em que o acidente se produziu.” (Assinado: J. F. Young-Llanelly.)

O sensitivo se pergunta: “Qual era o objetivo de meu sonho? Para que serviu minha premonição?” Aqui está: esta premonição foi certamente inútil, do ponto de vista do acidente acontecido; mas se nós consideramos o que ele próprio escreve, ou seja, que no seu sonho “sentiu-se aconselhado a relatar o fato à sua mulher antes de sair, a fim de que, tendo falado antes da realização do acontecimento, fez com que o sonho tivesse um valor maior”, se sentiu-se aconselhado neste sentido, então poder-se-ia crer, com um certo fundamento, que a intencionalidade da premonição consistia em oferecer a ele, à sua mulher e aos que teriam ouvido falar do sonho uma prova eficaz da existência do supranormal e levar, assim, alguém a refletir sobre os mistérios da vida e, por conseguinte, na possibilidade de uma existência de além-túmulo.

Na Introdução da presente obra já tive a oportunidade de fazer alusão a uma possibilidade dessa natureza, e este último caso parece encerrar uma curiosa confirmação onírico-subconsciente das minhas induções.

Caso 107

Lady Z., mulher do Lord Z. e conhecida pessoal de Myers, escreve a este último:

“No ano de 1866 eu morava com meu marido, Lord Z., numa casa de Charles-Street (Mayfair), no pátio da qual construíamos nosso quarto, que uma estreita passagem separava da cozinha de nossa vizinha, a Sra. L., cozinha de um único andar, construída igualmente no pátio.

Durante uma fria noite de inverno fui despertada em sobresalto por um ruído surdo que vinha da passagem indicada. Era como se um corpo humano tivesse sido precipitado do teto da cozinha da Sra. L. Coloquei-me na escuta, alarmada, e o eco de longos gemidos chegou-me da passagem. Pensei logo que algum ladrão tivesse caído desse teto ao solo, onde jazia ferido. Acordei Lord Z., pedindo-lhe para ir ver. Ele escutou um instante e, não ouvindo nada, retirou-se declarando que eu tinha sonhado. Após algum tempo voltei a dormir, para ser novamente acordada por um ruído idêntico que vinha da mesma passagem. Então insisti junto ao meu marido com tamanha insistência que ele se levantou, meio vestido, e foi abrir a porta que dava para a passagem. Uma lua magnífica brilhava e nada era observado no lugar. Fiquei muito perplexa e, finalmente, voltei a dormir.

Pela manhã, um instante após ter deixado meu quarto, um empregado veio me perguntar se devia preparar uma cama para um operário que tinha caído do teto da cozinha da Sra. L. na passagem e se encontrava em estado muito ruim – exatamente a realização do que eu tinha acreditado ter ouvido durante a noite: o ruído de um corpo humano caído nesse lugar!

Se se tratava de uma premonição, esta foi, literalmente, inútil. Dir-se-ia que tive um aviso de um acontecimento unicamente ligado a mim por razões de proximidade física.” (Assinado: Lady Z.)

Caso 108

Nesta narrativa são dois sensitivos que predizem o mesmo acontecimento.

O Dr. A. Wallace escreve no *Light* (1903, pág. 152), na data de 16 de março de 1903:

“Na noite de 14 de janeiro último a clarividente Sra. Paulet era minha hóspede e, na minha presença, na de minha mulher e de dois dos meus filhos, ela dirigiu uma advertência especial ao meu filho mais velho, que, na qualidade de estudante de um curso científico, exercita-se entre outras coisas à química aplicada. Transcrevi logo essa advertência e a copio, palavra por

palavra, no meu caderno de notas. Ela diz: “Vejo que no mês de fevereiro ou março uma explosão se produzirá no seu gabinete de química onde você trabalha. Recomendo-lhe prudência; alguém será ferido, mas não distingo quem será.” Mais tarde a Sra. Paulet voltou ao argumento e acrescentou: “A explosão se produzirá antes das férias, preste atenção.”

Na tarde do dia 20 de janeiro o Sr. Robert King, que nada sabia da predição da Sra. Paulet, veio nos fazer uma visita; e ele também, dirigindo-se a meu filho mais velho, diz: “Vejo uma explosão junto de você; distingo um rapaz que manipula uma mistura, a qual provoca a explosão. Acautele-se.”

No dia 28 de fevereiro ia ver meu filho no colégio. Ele me fez observar que a explosão predita ainda não tinha acontecido e acrescentou que após a advertência ele tinha tomado grandes precauções. Na data de 9 de março a explosão se produziu; e meu filho me escreveu:

“Hoje à tarde um pensionista provocou uma explosão formidável no laboratório. Ele quis manipular numa argamassa certos ingredientes que nunca deveria ter misturado, já que se tratava de matérias explosivas: fósforo e clorato de potássio. A argamassa foi reduzida em pedaços, despedaçando a janela, e vários fragmentos atingiram o imprudente no rosto, ocasionando vários ferimentos e provavelmente ele deveria perder um olho. O professor ficou consternado, tanto mais que é a primeira vez que uma explosão se produz no laboratório. O barulho da explosão foi terrível.”

O fato de que a premonição de acidente foi obtida independentemente por dois sensitivos aumenta-lhe o valor e torna mais misteriosa ainda a questão das visões supranormais dos acontecimentos futuros. (Assinado: A. Wallace, M. D.)

Caso 109

Apareceu primeiro no jornal *Il Messaggero*, de Roma, e foi estudado, em seguida, pelo Prof. Francisci, a convite do redator-chefe dos *Annales des Sciences Psychiques*, Sr. C. de Vesme; tiro-o desta última revista (1905, pág. 470).

Os dois protagonistas moram a pouca distância da residência do Prof. Francisci, em Randicello, comunidade situada na fronteira da República de São Marino. Eis a narrativa do Prof. Francisci:

“Trata-se de um certo Marino Tonelli, de 27 anos, que é comerciante de ovos e que visita, nesta qualidade, os mercados dos arredores; entre outros, o de Rimini. Na tarde do dia 30 de junho, como se encontrava nesta última cidade, ele se enganara por fazer brindes muito abundantes, coisa que aliás não lhe era habitual. Voltava para sua casa no seu modesto carro, com cestos de ovos, felizmente vazios. Parece que o jovem comerciante estava quase adormecido, pois, quando chegou a um lugar conhecido sob o nome de Coste di Borgo, onde a estrada é tortuosa e em acentuada inclinação, o rapaz sentiu um forte abalo e, abrindo logo os olhos, encontrou-se estendido num campo ao lado da estrada, no fundo de um pequeno barranco ao longo do qual ele havia rolado. Viu, então, que o carro estava virado pela metade na beira da estrada, enquanto que o cavalo, quase suspenso no ar, encontrava-se numa posição bem crítica. Logo depois de ter se assegurado de que não estava ferido, o rapaz socorreu o animal e, com a ajuda de algumas pessoas que tinham acorrido, ele retirou do barranco também o carro, que, esperando, aí tinha caído.

Enquanto prosseguia o salvamento, eis que surge aos olhos do Sr. Tonelli uma figura de mulher, que, com a claridade da Lua, parece-lhe ser sua mãe. Espanto do rapaz, que não pode mais duvidar da coisa, quando ouve sua querida voz e que ele se sente abraçar pela velha mulher, a qual, chorando de alegria, pergunta-lhe se não se machucou e acrescenta:

– Eu te vi, sabes? Não consegui adormecer; tua mulher e tuas pequenas já dormiam há muito tempo, mas eu experimentava uma agitação, um mal-estar extraordinário, novo, que não conseguia explicar. De repente, vi aparecer diante de mim este caminho, exatamente este lugar, com este barranco ao lado, vi o veículo capotar e tu pedias e parecias agonizar!... Este último detalhe não é exato, graças a Deus; mas todo o resto é tal como eu tinha visto. Enfim, experimentei a necessidade irresistível de

vir aqui, e sem acordar ninguém, resistindo contra o medo da solidão, da escuridão e do tempo tempestuoso, eis-me, após ter feito quatro quilômetros; eu teria feito mil para vir te ajudar.

Tal é o fato, tal é a narrativa exata que recolhi dos lábios ainda trêmulos de emoção dessa gente corajosa.

Na seqüência desta publicação, o diretor dos *Annales* enviou ao Prof. Francisci um questionário para o esclarecimento completo deste episódio. Ressalta que “a inquietação da mãe precedeu de algumas horas a visão do acidente e este se passou três quartos de hora antes do acidente, ou seja, o tempo necessário para percorrer a pé os cinco quilômetros que separam a casa dos Tonelli do lugar chamado “Coste di Borgo”.

O redator-chefe dos *Annales* acrescenta:

“Resulta das respostas dadas ao questionário que este fato, tendo sido apresentado, primeiro, como um caso de telepatia, não o é, certamente, já que a visão da Sra. Tonelli aconteceu três quartos de hora antes da queda do seu filho, a própria visão tinha sido, aliás, precedida desse sentimento de inquietação inexplicável, bem conhecido dos metapsiquistas, e que é uma forma de *pressentimento*. O fato tão utilmente assinalado pelo Sr. Francisci parece ser, portanto, muito mais um caso de *premonição*.”

Caso 110

É um exemplo teoricamente muito importante, como o faremos observar nos comentários. Tomo-o emprestado da revista *Filosofia della Scienza* (1911, pág. 97). O cavalheiro Giovanni de Figueroa, um dos mestres da esgrima mais fortes e mais reputados de Palermo, escreve nos seguintes termos ao diretor dessa revista:

“Uma noite do mês de agosto do ano passado acordei sob a impressão de um sonho, que, embora parecendo não ter nenhuma importância, tinha sido tão vivo e tão real, que acordei minha mulher e contei-o a ela, imediatamente, em todos os seus detalhes estranhos, curiosos e precisos:

Encontrava-me num lugar campestre, numa estrada branca de poeira, pela qual penetrei num vasto campo cultivado. No centro

do campo elevava-se uma construção rústica com andar térreo com lojas e estábulos. À direita da casa eu via uma espécie de cabana de madeira, formada de braçadas de folhas e madeira seca, e havia também um veículo cujos lados estavam rebaixados e sobre ele arreios para animal de carga.

Ali um camponês, cuja fisionomia me tinha ficado viva e clara, vestido com uma calça escura, cabeça coberta com um chapéu mole, preto, aproximava-se de mim, convidando-me a segui-lo, o que eu fazia. Ele me conduziu para trás da construção e, por uma porta estreita e baixa, entramos num pequeno estábulo de quatro ou cinco metros quadrados, no máximo, cheio de lama e de estrume. Nesse pequeno quarto encontrava-se uma curta escada de pedra acima da porta de entrada. Uma mula estava amarrada a uma manjedoura móvel e com a parte posterior do seu corpo obstruía a passagem para atingir os primeiros degraus da escada, no fim da qual encontrei-me num pequeno quarto, ou estábulo, com cerca de madeira, e observei, pendurados no teto, melancias de inverno, tomates em cachos, cebolas e milho. Nesse mesmo quarto, que servia de ante-sala, estavam reunidas duas mulheres e uma menina. Dessas duas mulheres, uma era mais velha, a outra jovem; supus que esta era a mãe da criança. Os traços dessas três pessoas permaneceram também vivamente gravados na minha memória. Da porta que dava no quarto contíguo, eu via uma cama, para duas pessoas, extremamente alta, como eu nunca tinha visto.

Eis o sonho!

– O que ele pode significar? – perguntei a mim mesmo e também à minha mulher, nesta mesma noite.

– Mas o que quer que signifique? – respondeu-me ela – um quadro fantástico, uma paisagem de lugares jamais vistos e que se formou na tua imaginação por associação de idéias... mas não me parece que tenha alguma significação...

– Sim, talvez – respondi.

Voltamos a dormir e não se falou mais do sonho.

No mês de outubro, sempre do ano passado, 1910, tive que ir a Nápoles para assistir num duelo o nosso concidadão o Sr. Amédée Brucato.

Não é o momento de expor os incidentes, os aborrecimentos e os desgostos que me assaltaram por efeito dessa assistência; é necessário dizer apenas, no que se refere ao sonho, que o incidente levou-me a um duelo pessoal.

Esse duelo aconteceu no dia 12 de outubro, dia em que, com os meus segundos: o capitão Bruno Palamenghi, do 4º Bersaglieri, na guarnição de Nápoles, e Francesco Busardo, eu ia de automóvel a Marano, onde jamais tinha estado em minha vida e de cuja existência eu nem sabia. Mal embrenhados algumas centenas de metros no campo raso, a primeira coisa que me impressionou vivamente foi a estrada larga e branca de poeira que reconheci por tê-la visto; mas quando? em que ocasião? Paramos nos limites de um campo, que não me era desconhecido porque eu já o tinha visto! Descemos do carro e penetramos no campo por um caminho estreito bordado de cercas vivas e de plantas, e eu disse ao capitão Cavalheiro Bruno Palamenghi, que estava a meu lado:

– Conheço este lugar, não é a primeira vez que aqui venho; no final do caminho deve haver uma casa; ali, à direita, deve haver uma cabana de madeira.

E havia, com efeito, tudo isso e também um veículo com os lados rebaixados, contendo arreios para o animal de trato. Um instante depois um camponês de calças pretas, de chapéu mole e preto, exatamente aquele que vi dois meses antes em sonho, veio convidar-me a segui-lo atrás da casa e, ao invés de segui-lo, eu o precedi através da porta do estábulo, *que eu já conhecia*, e, entrando, revi a mula amarrada à manjedoura; então olhei para o camponês, quase para lhe perguntar sobre o caráter inofensivo do animal, porque sua garupa impedia-me de subir a pequena escada de pedra, e este assegurou-me, como no sonho, que não havia perigo. Tendo escalado os degraus, encontro-me no celeiro onde reconhecia, no teto, as melancias, os tomates em cachos, as cebolas, o milho, e no quartinho, *completamente mudas*, num

ângulo à direita, as três mulheres: a velha, a jovem, a criança, tais como as tinha visto no sonho.

No quarto ao lado, onde tive que entrar para me despir, reconheci a cama que tanto me havia espantado no sonho pela sua altura, e aí coloquei meu paletó e meu chapéu. Devo, meu caro amigo, confessar que o negócio do duelo, do qual não tinha absolutamente me preocupado, desapareceu inteiramente da minha consciência, que foi absolutamente invadida, até o momento do assalto, pela estranha coincidência que não pude explicar, então, nem mais tarde, mas que causou-me uma enorme impressão.

Eu tinha falado antes do meu sonho a vários dos meus amigos, na sala de armas, no círculo de esgrima e alhures. As seguintes pessoas: o capitão Cavaliheiro Palamenghi, o advogado Tommaso Forcasi, o Sr. Amédée Brucato, o Conde Dentale Diaz e o Sr. Roberto Giannina, de Nápoles, foram testemunhas da minha noção precisa dos lugares e das pessoas que tiveram seu lugar nos acontecimentos desse duelo.

Minha palavra de homem galante bastará, eu creio, para assegurar a verdade de todas estas coisas; entretanto, se for absolutamente necessário recorrer à prova do testemunho, não tenho dificuldades para escrever a um dos amigos supracitados, que estou certo, não deixariam de responder ao meu desejo.

Eis os fatos; a interpretação diz respeito aos estudiosos do gênero.” (Assinado: Giovanni de Figueroa.)

O episódio que acabamos de expor é, antes de tudo, digno de atenção porque sua autenticidade não poderia ser colocada em dúvida, sendo o relator uma pessoa cuja própria profissão indica que ele conhece o valor de uma palavra de honra; e a circunstância em que o sensitivo contou o sonho antes da sua realização exclui também a hipótese proposta a propósito dos fenômenos de “paramnésia”; isso quer dizer que impressão do “*déjà vu*” deve ser reduzida a um fato de ilusão mnemônica.

Isto posto, constato que nele se observa, de forma bem marcante, o caráter tantas vezes observado nos fenômenos premonitórios: o do contraste entre os detalhes de fundo, claramente

percebidos, e as particularidades essenciais, que passam despercebidas. Aproveito, portanto, esta oportunidade para analisar esse caráter, teoricamente muito importante.

Começo desta vez também por observar que se se tratasse de percepções diretas no futuro pela obra das faculdades de *inferência subconsciente*, não se compreenderia que o sensitivo tenha tido a visão dos detalhes insignificantes de uma situação em que ele teria se encontrado vários meses mais tarde e, ao contrário, não tenha percebido a circunstância essencial desta situação, que é esse duelo. Pretender-se-ia, talvez, que as faculdades de *inferência subconsciente* possuem a prerrogativa de penetrar os acontecimentos futuros remontando o encadeamento dos detalhes insignificantes que lhe servem de fundo, mas que não chegam a penetrá-los diretamente, seguindo o encadeamento das causas e dos efeitos que os determinam?

Não me deterei a refutar uma tese desnudada de senso comum e que ninguém pensaria em sustentar. O fato permanece, portanto, dessa anomalia particular dos sensitivos, a qual denota, de certa forma, que os fenômenos premonitórios obedecem a uma intencionalidade qualquer, que disciplina a exteriorização, e pela qual será necessário pesquisar a gênese e a finalidade.

Observo, de passagem, que o caráter em questão elimina definitivamente a outra hipótese, da “coexistência do futuro no presente”, visto que neste caso o quadro representativo do acontecimento futuro só poderia se apresentar inteiramente à visão subjetiva dos sensitivos; não se compreenderia, portanto, por que eles não distinguiriam claramente os detalhes não concludentes do contorno e permaneceriam subjetivamente cegos da representação central do acontecimento.

Noto, enfim, que o mesmo caráter parece à primeira vista contradizer as hipóteses “reencarnacionista”, “pré-natal” e “fatalista”, pois se tratariam de percepção e interpretação de “traços”, correspondendo aos acontecimentos da maior importância, e não a incidentes quaisquer. Mas esta contradição é apenas aparente e se dissipa desde que se considere que as hipóteses em questão subentendem, necessariamente, a existência de um mundo espiritual e que elas se adaptariam perfeita-

mente, portanto, à suposição de que as visualizações subjetivas dos acontecimentos futuros estão submetidas a um poder espiritual externo à subconsciência humana, poder que disciplinaria os atos em vista de fins ultramundanos.

Essas considerações levam naturalmente a lembrar que, pela hipótese espiritualista propriamente dita, esse misterioso caráter dos fenômenos premonitórios é facilmente explicável, já que seria necessário admitir que uma entidade desencarnada ligada afetivamente ao sensitivo suprime, às vezes, os dados essenciais de um acontecimento futuro doloroso e inevitável, com o objetivo de fazer-lhe apenas entrever ou pressentir, de maneira a criar nele um estado de ansiedade que o predisponha à prova que o aguarda; como também seria necessário admitir que em outras circunstâncias é, às vezes, proibido a uma entidade desencarnada tudo revelar, a fim de não opor obstáculo no decorrer mais ou menos inevitável dos destinos humanos.

Aliás, do ponto de vista do positivismo materialista, esse mesmo caráter seria incompreensível, considerando que se não existisse nem mundo espiritual nem sobrevivência, e se as faculdades premonitórias fossem o apanágio exclusivo de uma subconsciência autônoma, condicionada pelas leis da psicofisiologia, a personalidade subconsciente não somente não teria nenhum motivo para esconder as circunstâncias essenciais de um acontecimento futuro às personalidades conscientes, mas na maioria dos casos teria um interesse supremo em revelá-los, pois fazendo-o salvaria a personalidade consciente (por conseguinte, ela própria) de um acidente grave, ou da morte. Como, então, concebeu uma subconsciência onisciente, independente, senhora absoluta de si mesma e de seu próprio futuro, que, possuindo os meios de salvar da morte a parte consciente de si mesma, esconde-os cuidadosamente, vela-se-lhe com símbolos incompreensíveis até o cumprimento do acontecimento, com a intenção precisa de deixá-la morrer e de deixar-se morrer? Para uma subconsciência autônoma destinada a se extinguir com a morte do corpo, um procedimento semelhante parece louco ou absurdo, além de qualquer possibilidade; e se apesar de tudo o fenômeno se realiza, tudo isto significa que essas reticências inconciliáveis com a

existência encarnada da personalidade humana se produzem em vista de fins *ultramundanos*; e eis-nos, forçosamente, reconduzidos à hipótese “espiritualista”. Eu já o disse: quando se quer afastá-la, só se consegue subentendê-la.

Caso 111

Extraio-o de um livro, hoje raro, publicado pelo distinto magnetólogo Prof. Francesco Guidi, e intitulado: *Les Mystères du Spiritisme Moderne* (Milão, Bettoni, 1867). É uma obra polêmica contrária aos fenômenos espíritas, negados pelo autor ou reduzidos a fenômenos de magnetismo experimental.

No capítulo VIII, pág. 176, ele reproduz uma relação do publicista e literato bem conhecido C. A. Vecchi, referindo-se a uma sessão com o célebre sonâmbulo Alexis Didier, à qual C. A. Vecchi pôde assistir em Paris, em 1847.

Numerosas celebridades, entre as quais o embaixador inglês, Normanby, Lady Peel e um almirante inglês, assistiam à sessão com Vecchi. O relator descreveu nestes termos as figuras do Dr. Marcillet e seu famoso sonâmbulo:

Às 10 horas o magnetizador e o magnetizado fizeram sua entrada na sala, onde eram ansiosamente esperados. O doutor apresenta-se com uma fisionomia franca e alegre, que não se pode nunca esquecer quando se viu uma vez. E mesmo, seu caráter é tal que lhe faz crer que você o conhece há muito tempo, ou que você o tenha encontrado milhares de vezes em diferentes lugares, sem se dar conta.

O jovem Alexis tem cabelos pretos; pretos os bigodinhos que ensombream seu lábio superior e também os olhos cheios de luz e atentos. Seu rosto é pálido e melancólico; seu porte comum, suas formas magras e graciosas; sua cabeça está frequentemente abaixada, sua atitude é modesta, recolhida, frequentemente perturbada, entretanto, por um movimento nervoso da boca e dos braços, como se seus nervos, nestas partes, se contraíssem por motivo de uma doença orgânica; seu sorriso é raro, a tal ponto que parecia uma careta do que um sorriso, a voz é suave e penetrante; suas palavras são raras no estado normal, como se ele

experimentasse uma fadiga para pronunciá-las; a pessoa inteira é agradável, ágil, severa.

O Dr. Marcillet não teve dificuldades para fazê-lo adormecer. Tendo-o feito sentar-se sobre uma poltrona de braço, olhou-o fixamente durante alguns instantes. Fulminado por esse olhar, agitou-se cada vez mais, depois fechou os olhos e permaneceu imóvel como uma estátua.”

Segue aqui a narração longa e muito interessante dos fenômenos maravilhosos de lucidez aos quais deram lugar os pedidos feitos pelos assistentes. Uma boa parte das respostas do sonâmbulo, embora maravilhosas em clareza e precisão, nos detalhes, poderiam se explicar hoje pela transmissão de pensamento; mas não explicariam certas outras. Abstenho-me de relatá-las para vir ao ponto que nos concerne, onde se trata das experiências do Sr. Vecchi. Ele tentou dirigir pelo pensamento o sonâmbulo a Roma, e aí chegou facilmente. Entre outros, ele conta o seguinte episódio:

“Eu quis conduzi-lo no palácio do Assessor das Armas e ele me disse, na entrada, que havia um forte cheiro de fumaça de tabaco e de estrebaria; que na antecâmara havia pessoas que conversavam, e que no segundo quarto, à direita, que dava para a praça, um homem vestido de preto, de porte pequeno, um pouco calvo, de testa alta, com a fisionomia franca e inteligente, estava sentado e escrevia.

– Poderia dizer-me seu nome?

– Não, eu não posso adivinhar.

– E não poderia obtê-lo nos numerosos papéis espalhados no seu escritório?

– Eles estão escritos em italiano. Mas tentarei... Entre todos os endereços das folhas há este: “*A. S. E. Monsignor Presidente della Armi – Roma*”.

– O que há no quarto?

– O retrato do Papa, um pêndulo sobre a chaminé em frente das duas janelas; no canto, vários fuzis militares e sabres... Batem à porta à direita; um camareiro entra e estende uma carta àquele que está vestido de preto... Ah! Agora sim, vejo seu

nome, e se você me der um lápis e um pedaço de papel, copiarei o que está escrito na folha.

E alexis escreveu, refletindo e soletrando, as seguintes letras: “Monsignor Giovanni Rusconi”.

Foi desta maneira que eu soube que meu amigo, antes segurança de Sua Santidade, tinha sido levado à direção do Ministério da Guerra.”

É aqui que a lucidez sonambúlica de Alexis Didier converteu-se numa forma de clarividência no futuro que ultrapassa os limites da personalidade humana para atingir ao grau da profecia política; isto consiste numa simples observação incisa do sonâmbulo, observação sem importância para aqueles que a ouviram e que Vecchi transcreveu por simples escrúpulo de relator, por este curto parágrafo com o qual ele encerra sua narrativa:

“Passando diante do Panteão, ele me predisse que esse monumento, consagrado por Agripa a todos os deuses, teria tido *em consequência um destino mais solene e inteiramente italiano*. Quaisquer que fossem minhas perguntas, não pude saber o que ele queria dizer com isso.”

Ninguém deixará escapar a suprema importância do parágrafo citado, onde se revela, *de uma maneira evidente para a nossa geração*, um acontecimento histórico que devia se realizar 31 anos mais tarde, mais precisamente no ano de 1878, durante o qual um decreto do Parlamento italiano transformava o Panteão de Agripa num mausoléu, encerrando os despojos mortais dos monarcas da terceira Itália, começando pelo Rei Victor-Emmanuel I, falecido no decorrer desse mesmo ano, e *esse templo se tornou, por isso, o símbolo solene da unidade italiana estabelecida em Roma capital*, conforme a profecia de Alexis Didier que *o Panteão de Agripa teria tido em consequência um destino mais solene e inteiramente italiano*. Este último detalhe precisa e torna evidente o pensamento do sonâmbulo: não romano, mas nacional, unitário, *inteiramente italiano*, devia ser o destino futuro do templo.

Ora, se se reflete que no tempo em que o sonâmbulo profetizava, Pio IX reinava em Roma; que o poder temporal dos papas

devia se prolongar ainda por 30 anos; que a Itália era uma simples expressão geográfica; que a dinastia de Savóia reinava sobre o pequeno Piemonte; que as campanhas de Independência não tinham nem mesmo começado; e que a idéia de enterrar no Panteão os reis da terceira Itália não podia ser inferida – como causa e efeito – de nenhum dos acontecimentos políticos que se seguiram; se se reflete em tudo isto, o espanto é tal que o espírito aí se perde; mas os fatos são claros, a despeito da nossa incapacidade de compreender.

E, pela seguinte observação de Vecchi: “Quaisquer que fossem minhas perguntas, não pude saber o que ele havia querido dizer com isso”, compreende-se mais ainda que Alexis Didier sabia a que acontecimento ele fazia alusão, embora ele se recusasse a revelá-lo por razões fáceis de compreender. Pobre Alexis Didier! Ele que havia sofrido processos e aborrecimentos de toda espécie a propósito de outras predições políticas e que possuía, nesse momento, o dom de clarividência, devia perfeitamente compreender o que o teria aguardado nesses tempos de reações e de governos absolutos, se tivesse se deixado levar.

E agora vejamos as datas. A narrativa foi publicada pela primeira vez em Turim por Vecchi no *Museo Scientifico, Letterario e Artistico de Turin*, nº 24, ano IX, 1847; a obra que o reproduziu traz a data de 1867; os dois relatores, passando seu comentário sobre o parágrafo, demonstram não ter acordado – e não podiam acordar – nenhuma importância a esta profecia; os protagonistas, enfim, morreram todos antes que a profecia se realizasse. Não existe nada, portanto, nesse caso que justifique as dúvidas ou insinuações de reparos posteriores; os documentos que estão diante de mim falam claro: o fato é patente.

Estamos, então, em face de uma profecia política das mais maravilhosas que se conhece, já que ela implicaria a previdência de um tal conjunto de fatos históricos que o espírito fica confuso.

Como explicá-la com a ajuda das hipóteses enumeradas na Introdução? A tarefa apresenta-se de uma maneira tão árdua, que o melhor partido a tomar pareceria renunciar a elas. Todavia, eu arriscaria algumas considerações a esse propósito e farei observar, primeiramente, que nenhum traço de intervenção estranha

encontra-se na lucidez de Alexis Didier; o que, naturalmente, não é suficiente para autorizar a concluir que suas prodigiosas faculdades proféticas têm origem exclusivamente em sua subconsciência. Lembro, a esse respeito, que nos casos de sonambulismo lúcido expostos até aqui, vimos que muito freqüentemente emergem indícios que provam que as visões subjetivas pelas quais os sonâmbulos vêem o futuro têm provavelmente uma origem externa, embora os sonâmbulos falem naturalmente na primeira pessoa quando descrevem os quadros que eles têm diante de si; poder-se-ia deduzir daí que no caso de Alexis a mesma coisa aconteceu, mesmo na ausência de qualquer indício externo. Além disso, viu-se que, por raciocínios que se baseiam sobre fatos, a existência das premonições pessoais *que não podem* derivar da subconsciência está provada; e se o fato existe para muitos episódios que não exorbitam o curso de uma existência individual, seríamos levados a presumir ainda mais, em face das extraordinárias profecias político-sociais do gênero daquela citada mais acima.

Entretanto, apresso-me em declarar que exponho este ponto de vista sem insistir e lembro ainda uma vez que não tenho nenhuma dificuldade em admitir que profecias dessa natureza podem igualmente ser obtidas em virtude das faculdades subconscientes, na condição, todavia, de excluir a hipótese segundo a qual os sensitivos aí chegam inferindo o *futuro de causas que existem no presente*, mesmo no caso de acontecimentos muito afastados no tempo, assim como de ordem impessoal e acidental; essa hipótese não somente é inconciliável com a natureza humana, mas se encontra em contradição aberta com os modos de exteriorização próprias às faculdades subconscientes em geral (que são *faculdades de sentidos*, e não atributos do intelecto) e sobretudo é contradita pelas premonições *que não salvam*.

Ao contrário, nada poderia se opor se, para os casos extraordinários análogos a este, tivéssemos recorrido às duas outras versões complementares da hipótese subconsciente: a *fatalista* e a *reencarnacionista*, segundo as quais os acontecimentos principais da existência dos indivíduos e dos povos estando pré-organizados, estariam, de certa forma, registrados, seja num

“meio metaetérico” ou “plano astral”, seja na subconsciência de cada indivíduo singular; de sorte que o sensitivo os discerniria, *não inferindo o futuro do presente*, mas por um fenômeno de “pôr-se em relação” com os planos “astral” ou “metaetérico”, ou com as consciências dos indivíduos; o que se tornaria inteligível, sem que seja necessário conferir a onisciência divina à subconsciência humana.

No nosso caso, estando a hipótese reencarnacionista fora de questão, apenas restaria a *fatalista* à disposição daqueles que não compreenderiam afastar-se dos poderes da subconsciência; mas como a hipótese fatalista supõe necessariamente a existência de uma Vontade Superior, inteiramente livre, ordenadora do próprio fatalismo, e como, uma vez admitindo este ponto essencial, não haveria mais obstáculo em admitir a existência de múltiplas Inteligências espirituais, prepostas ao governo dos destinos humanos, segue-se que para explicar os casos em questão, poder-se-ia supor com mais verossimilhança que os sensitivos, ao invés de entrar em relação com um “plano astral” bastante hipotético, entrariam em relação, ao contrário, telepaticamente e tirariam o conhecimento dos acontecimentos futuros nas mentalidades dessas Inteligências espirituais que dirigem o curso desses acontecimentos; da mesma maneira que os sensitivos em questão entram telepaticamente em relação com a mentalidade subconsciente dos vivos e conjeturam, mesmo a grande distância, seus segredos pessoais mais íntimos.

Admitindo este ponto de vista (e, visto os precedentes, não se pode senão admitir a legitimidade), a hipótese fatalista viria a se combinar com a espiritualista.

SUBGRUPO L

Premonições de incidentes insignificantes e praticamente inúteis (Casos 112 a 125)

Para alguns eminentes investigadores do domínio metapsíquico, esta ordem de premonições constitui o maior obstáculo para a admissão de uma intencionalidade qualquer nos fenômenos premonitórios e, por conseguinte, para o reconhecimento da validade da hipótese segundo a qual uma parte dentre eles seria de origem externa.

Em outros termos: encontrando-se diante dos episódios que, de um lado, são exemplos típicos de clarividência no futuro, e do outro consistem na realização de pequenos fatos insignificantes, triviais e banais, o que denotaria, aparentemente, uma ausência de finalidade, eles não podem impedir-se de generalizar, considerando no seu conjunto as premonições como manifestações de uma lei psicofisiológica ignorada, que tem seu sítio exclusivo na subconsciência, da qual as premonições emergiriam em dadas circunstâncias, em conseqüência de um automatismo cego.

Mas nós, fiéis ao princípio de não nos aventurarmos em deduções gerais sobre a base de pesquisas parciais, lembraremos que, se encontramos incidentes premonitórios de ordem insignificante e inútil, encontramos outros cuja intencionalidade se mostra manifesta e indubitável, de onde se segue, logicamente, que a existência dos primeiros não confere o direito de suprimir os segundos; tanto mais se se considera que os primeiros não constituem senão uma ínfima minoria na casuística premonitória, e isto nos daria muito mais o direito de considerá-los como exceções que confirmam a regra. Neste último caso, restaria analisá-los e compará-los entre si para descobrir, se possível, os laços que os prendem uns aos outros e ver se eles não poderiam, a seu turno, apresentar uma finalidade *sui generis*.

Lembro que me expressei sobre esse assunto, como se segue, na minha Introdução à presente obra:

“Nem a hipótese *reencarnacionista* ou *pré-natal*, nem a *fatalista*, conseguiriam explicar os casos de uma ordem insignificante ou banal, pois não parece que estes possam ter sido preordenados com o objetivo de aperfeiçoamento moral do espírito em vias de reencarnar; e tanto menos ser considerados como efeito de uma fatalidade inexorável, já que resultam de uma futilidade e de uma inutilidade completa, moralmente, como materialmente. Para evitar esta nova dificuldade, vê-se surgir uma *sétima* hipótese, que parece também a única fundamentada em dados indiscutíveis, e consistiria nisto: que as premonições da ordem indicada deveriam ser consideradas como manifestações particulares, cuja responsabilidade competiria às personalidades subconscientes ou externas (não me pronuncio, que se note bem, sobre a verdadeira essência dessas personalidades), que, primeiro, transmitiriam telepaticamente ao sensitivo, sob forma de visão onírica ou de outra forma, uma dada situação futura na qual ele ou outros deveriam se encontrar, e se empregariam, em seguida, a provocar a realização em virtude de uma sugestão exercida telepaticamente sobre o sensitivo ou os outros interessados; e isto com o fim (é o que afirmam as personalidades em questão) de impressionar as almas, sacudir o cepticismo dos homens e infundir neles a idéia de um mistério na vida, levando-os a meditar sobre a possibilidade da existência de uma alma sobrevivente à morte do corpo. Ao mesmo tempo, sua ação seria quase limitada aos fatos insignificantes, pois não lhes seria possível, salvo circunstâncias especiais, suggestionar telepaticamente, ou determinar, de uma maneira qualquer, os homens a executar ações de alguma importância.

Por mais audacioso que possa parecer o fato de recorrer a uma hipótese semelhante, e por mais raros que sejam os casos premonitórios de onde pode surgir a prova de uma maneira evidente, de outro lado existem fatos que provam que as personalidades mediúnicas (subconscientes ou externas, pouco importa) chegam, em certas circunstâncias, a influir efetivamente no curso das ações humanas; é claro, não de uma maneira normal e geral, mas nos casos em que somente eles podem dispor de sensitivos suscetíveis de estar submetidos às influências telepáti-

cas ou mediúnicas; e certos episódios que fazem parte das sessões com a Sra. Piper e com outros médiuns provam também o que adianto, como nós o demonstraremos no momento oportuno.

É assim que me expressei na Introdução, e o momento de expressar a legalidade dos meus rifões chegou.

Começarei por observar que para atingir o objetivo desejado, seria necessário, antes de tudo, fornecer a prova de que nos fenômenos de transmissões telepáticas comuns verifica-se, às vezes, o fato análogo de um agente que determina o sensitivo a executar ações especiais.

Ora, os exemplos dessa natureza não faltam. Eis dois exemplos típicos do caso; eu resumirei ambos, segundo as narrativas do *Journal of the S.P.R.*, vol. VII, pág. 13.

A Srta. Emma Foy conta que numa manhã em que ela tinha ido à igreja, enquanto o Sr. F. permanecia sozinho em casa, este último teve várias vezes a audição alucinatória da frase: “Suba até o quarto das crianças”. Para se libertar desta impressão aborrecida, subiu até lá e constatou que os canários da Srta. Foy tinham escapado de sua gaiola. Estando aberta a janela, tinha ele chegado justo a tempo de pegá-los. Quando a Srta. Foy, de retorno, foi informada do incidente, compreendeu que ela tinha sido a causa e explicou que na igreja tinha se lembrado, de repente, de não ter fechado a gaiola, o que a fazia desejar vivamente que o Sr. F. tivesse a idéia de subir até o quarto para impedir a fuga dos pássaros. E esse desejo intenso traduziu-se numa impulsão telepática determinadora da ação correspondente.

No episódio exposto, a ação telepática é involuntária; no seguinte, produzido pela própria pessoa, ela é, ao contrário, voluntária.

A Srta. Foy era empregada na qualidade de professora primária na família F., e com ela encontrava-se uma camareira que recebia atenções e gentilezas de uma velha senhora decaída e muito pobre. Ela tentou sugerir-lhe mentalmente dar à velha senhora uma compensação qualquer, conservando-se no anonimato para não melindrá-la. Alguns dias depois a Srta. Foy teve que ir à casa da senhora em questão, que lhe informou, imedia-

tamente, de uma coisa bizarra que lhe aconteceu: ela recebera uma carta anônima encerrando uma pequena soma em selos. Com um objetivo de pesquisa, a Srta. Foy foi à casa da camareira para lhe contar o fato; esta enrubesceu e lhe disse:

– Não fale disso a ninguém; fui eu que pensei em lhe enviar uma pequena ajuda sob esta forma para não ferir seus sentimentos, sabendo-a orgulhosa. *Fui levada a fazê-lo por um impulso irresistível.*

Os casos desta natureza demonstram claramente que é possível determinar telepaticamente uma pessoa a fazer ações precisas; esta, a maior parte do tempo, permanece inconsciente do fato e crê agir voluntariamente.

Segue-se que, *a priori*, nenhuma restrição poderia ser adiantada contra a hipótese que concede às personalidades mediúnicas poderes análogos.

Além do mais, esta hipótese seria confirmada *a posteriori* pelos resultados, e eis aqui vários exemplos em apoio ao que adianto.

Este primeiro episódio fala de uma premonição defeituosa. O Dr. Ermacora escreve:

“Relatarei primeiro um insucesso que mostra até à evidência que as personalidades mediúnicas operam por sugestão também sobre o indivíduo, a fim de fazer realizar a premonição. A personalidade *B.* predissera, uma vez, um pequeno incidente, baseado sobre um erro que a Sra. Marie teria cometido, confeccionando objetos de lingerie. Ora, na véspera fixada para a realização deste, a personalidade *B.* anulou a premonição, *dizendo que ela não tinha conseguido enganar Marie.*” (*Rivista di Studi Psichici*, 1896, pág. 330.)

Extraio este outro episódio de uma longa e interessante relação do Prof. Oliver Lodge (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. XXIII), que diz respeito a uma série de sessões experimentais nas quais se manifestava a personalidade mediúnica de Myers. Este tinha morrido no dia 17 de janeiro de 1901. No dia 30 de janeiro a médium, Srta. Rawson, escrevia, automaticamente, em seu nome: “Manifestar-me-ei por intermédio da Sra. Thompson.

Meu vivo desejo era de voltar para dizer que vivo e que minha nova existência é, em grande parte, conforme ao que eu havia imaginado... *Predispos a Sra. Thompson, que se prestará à circunstância*, mas não me manifestarei senão por pouco tempo” (pág. 222). Conforme estas afirmações, e com o desconhecimento do que havia escrito a Srta. Rawson, a médium Sra. Thompson, que *após longos anos havia renunciado a fazer sessões, sentiu-se irresistivelmente impulsional a retomá-las*, e com esse objetivo foi a Birmingham, à casa do Prof. Oliver Lodge, em cuja residência teve duas sessões do maior interesse, no curso das quais a personalidade comunicante foi, justamente, Myers (pág. 138).

Tiro este último episódio da obra do Dr. Maxwell, *Les Phénomènes Psychiques* (pág. 240). Ele fala de uma jovem médium perseguida por um namorado inoportuno e perigoso, o qual, vendo-se rejeitado, tinha resolvido vingar-se. No decorrer de uma sessão a personalidade comunicante escreveu: “Não deixem sair esta moça de dia. Eu a livrarei logo deste homem perigoso *fazendo nascer no seu espírito* o desejo de uma viagem de onde ele não voltará.” Dois ou três dias depois Marie informava que o indivíduo tinha partido para a Argélia.

Esses três casos encerram predições realizadas, e que, para o pesquisador, apresentar-se-iam como exemplos de ordem claramente premonitória, sem esta circunstância de que as personalidades mediúnicas, ao invés de fazê-las passar por tais, deixariam compreender, ou declaram explicitamente, que elas próprias as determinariam, influenciando telepaticamente as pessoas designadas.

Daí esta dedução de que os fenômenos telepáticos e mediúnicos autorizam a supor que cada vez que se vê produzirem-se premonições bastante insignificantes para que não se compreenda o objetivo, encontra-se diante de manifestações análogas; suposição que justificaria a gênese, conferindo-lhes uma intencionalidade *sui generis*, e que seria confirmada pelas declarações explícitas, neste sentido, das próprias personalidades mediúnicas.

E muito freqüentemente, os episódios que vamos citar sugerem, irresistivelmente, esta explicação. Assim, por exemplo, o seguinte:

Caso 112

Extraio-o do vol. XX, pág. 331, dos *Proceedings of the S.P.R.*; ele faz parte do interessante relato da Sra. Verrall sobre suas próprias experiências de escrita mediúnica.

No dia 11 de dezembro de 1901 a Sra. Verrall escreveu, automaticamente, estas frases enigmáticas: “Não se deve negligenciar nada; os fatos mais insignificantes, eles próprios, podem servir; tenha confiança. Por exemplo, este incidente: O frio era glacial, e uma vela espalhava uma luz pálida. Ele lia Marmontel, deitado num sofá, ou numa cama, à luz de uma simples vela. – Ele se lembrará, certamente.

– O livro lhe tinha sido emprestado; ele não lhe pertencia; ele falou de seu conteúdo.”

A mensagem terminava por uma tentativa de traçar o nome “Sidgwick”.

A Sra. Verrall, supondo que tudo isto se referia à Sra. Sidgwick, enviou-lhe a mensagem; esta, na data de 17 de dezembro, respondeu-lhe que este não tinha significado para ela, e que no caso em que ela teria encontrado algumas alusões que se referem à mensagem nos documentos de escrita automática confiadas aos seus cuidados, ela teria advertido a Sra. Verrall. No mesmo dia esta última sentiu-se irremediavelmente impulsionada a escrever, automaticamente, embora tivesse decidido disso abster-se durante sua própria ausência de sua casa; e estas outras frases lhe foram ditadas: “Sou eu quem desejava escrever. O nome de Marmontel está correto. Era um livro francês; creio que eram suas memórias. O nome Passy pode ajudar a se lembrar; Passy ou Fleury. O nome de Marmontel não aparecia sobre a capa; o livro estava encadernado à moda antiga e ele o tinha emprestado; eram dois volumes. Não é preciso procurar o miolo de tudo isso nos seus escritos automáticos; é uma tentativa para fazer com que alguém se lembre desse incidente.”

Em janeiro de 1902 a Sra. Verrall escreveu a um amigo de sua família, convidando-o a vir passar alguns dias em sua casa. Ele respondeu, aceitando; e, em 1º de março, à mesa, ele diz, acidentalmente, ter lido há pouco Marmontel.

Resulta, em suma, que ele tinha lido as *Memórias* deste autor, que ele *as tinha pedido emprestado* à Biblioteca de Londres, levando consigo o primeiro volume a Paris, onde o tinha lido duas vezes, nas noites de 20 e 21 de fevereiro; que nos dois casos ele tinha lido *à luz de uma vela*, a primeira vez *estando deitado na sua cama*, a segunda *estendido sobre duas cadeiras*; que tinha *falado longamente de seu conteúdo* com seus amigos de Paris; que nessas noites a temperatura era muito rigorosa, embora não tivesse chegado a zero; que o livro *era encadernado à antiga*, mas que, contrariamente ao que dizia a mensagem, o nome de Marmontel estava inscrito na lombada do livro (mas não na capa, e o escrito falava da capa); que a obra era em três volumes, dos quais, todavia, o Sr. Marsh não tinha lido senão dois; enfim, que na noite de 21 de fevereiro ele tinha lido um capítulo no qual Marmontel contava a descoberta de uma pintura feita em Passy, o todo ligado a um incidente no qual *Fleury* tomava uma parte importante.

Tal é o resumo desse estranho caso. A Sra. Verrall observa a esse respeito: “É preciso notar que as mensagens de dezembro de 1901 descrevem no passado um incidente que devia, efetivamente, se produzir dois meses e meio mais tarde, em fevereiro de 1902, e que era, sem nenhuma dúvida, imprevisível no momento de sua efetivação. Soube através do Sr. Marsh que a idéia de ler Marmontel lhe veio pouco tempo antes de sua viagem a Paris. É bem provável que se ele não tivesse tido a oportunidade de me ver, quase que imediatamente, após seu retorno, quer dizer, quando seu espírito ainda estava pleno da última leitura, eu não teria jamais descoberto a veracidade das mensagens de 15 e 17 de dezembro.”

Estas palavras nos convidam, logicamente e irresistivelmente, a concluir que a personalidade mediúnica responsável pelas mensagens premonitórias tinha sido o agente que determinou a realização, influenciando telepaticamente as personalidades

indicadas. Se levamos em conta exemplos relatados precedentemente, que atestam que um processo idêntico se encontra, às vezes, nos casos comuns de transmissão telepática, a suposição em questão quase atinge o grau de uma certeza.

É também a opinião do Prof. Oliver Lodge, que observa, a esse respeito, que a circunstância de ter omitido o nome da pessoa que devia ler o livro indicado demonstra a existência de uma intencionalidade que dirige a evolução dos fatos. Ele escreve: “Esta reticência é uma característica da mensagem, e embora algumas pessoas possam, superficialmente, considerá-la sob a relação da crítica, entretanto essa omissão era essencial para o bom resultado da predição. Com efeito, se o nome de Marsh tivesse sido revelado à Sra. Verrall, esta lhe teria escrito, imediatamente, ocasionando assim uma pesquisa prematura que teria destruído o negócio. Por outro lado, a ignorância em que permaneceu a Sra. Verrall sobre este ponto permitiu que o Sr. Marsh conduzisse a termo, inconscientemente, a premonição, ignorando que se tratasse de uma coisa deste gênero e encontrando-se livre, por conseguinte, de qualquer influência sugestiva.” (*The Survival of Man*, págs. 158 e 159.)

Casos 113, 114 e 115

Os episódios seguintes foram publicados primeiro pelo *Grand Magazine*, e na sequência estudados pelo Prof. Hyslop, que os reproduziu com comentários no *Journal of the American S.P.R.* (1909, pág. 492). O sensitivo Sr. J. K. escreve:

“Sou dotado da faculdade de perceber coisas invisíveis para os outros. Nunca vi fantasmas de defuntos, mas, por outro lado, vejo cenas e pessoas que existem; e eis alguns exemplos do gênero.

Primeiro caso – No dia 28 de agosto de 1905 o Sr. H. me escrevia para marcar um encontro em Nova Iorque, às 9:30, dia 31 de agosto. Conforme esta carta, deixei a Filadélfia ao alvorecer para ir ao local indicado. Durante o trajeto li os jornais até a estação de Trenton; depois, sentindo-me fatigado, deitei-me sobre as almofadas, deixando meu espírito em liberdade. De

repente, vi-me sentado num quarto, diante de uma porta aberta que me permitia perceber a ante-sala. O sol brilhava, ou melhor, eu observava o reflexo no quarto contíguo. Vi entrar por esta porta um homem alto e robusto, com um casquete de jockey preto na cabeça. A visão era absolutamente clara e parecia uma cena verdadeira, embora não tivesse nenhuma significação para mim, que não conhecia o lugar, nem a pessoa.

Tendo chegado a Nova Iorque e não sabendo me orientar para encontrar os escritórios do Sr. H., dirigi-me a um policial; suas indicações, porém, não tendo sido suficientes, entrei numa loja de um vendedor de tabaco para obter informações suplementares. Toco nessas minúcias para mostrar que eu não conhecia absolutamente a localidade para onde me dirigia. Conseguí, sem muitas dificuldades, encontrar meu caminho; entrei no escritório e perguntei pelo Sr. N. Responderam-me que ele não estava ali, que poderia chegar de um momento para o outro e pediram-me para que eu me sentasse. Sentei-me diante da porta pela qual eu havia passado e, feito isto, reconheci, imediatamente, o quadro que tinha visualizado na estrada de ferro, com exceção do Sol, que não brilhava. Mas após um instante, o Sol apareceu por entre as nuvens e, então, percebi que ele iluminava o outro quarto de maneira idêntica ao que eu tinha visualizado. Logo ouvi o ruído de um andar pesado na ante-sala, e um *senhor alto e robusto, com a cabeça coberta por um casquete de jockey preto*, veio até mim e apertou-me calorosamente a mão, embora não o conhecesse de modo algum: ele havia me tomado por um outro. Tudo isso se passou duas horas após a minha visão.

Segundo caso – Aconteceu nos primeiros dias de fevereiro último. Eu tinha terminado o jantar e demorava-me à mesa, quando me vi subitamente no meu escritório, de pé, junto à porta, enquanto que à distância de um metro, apoiado numa alta escrivaninha, de costas para a porta, um senhor de uma certa idade, alto, grisalho, em mangas de camisa, mantinha-se diante de mim. A visão tinha sido fugaz e não me foi possível reconhecer o senhor em mangas de camisa, embora eu estivesse certo de conhecê-lo. Eu não tinha prestado atenção ao da esquerda. Conteí logo minha visão à minha mulher e no dia seguinte a três

empregados do meu escritório, acrescentando que a cena aconteceria naquele dia. Por volta das 13 horas, enquanto eu conversava com um cliente, aconteceu-me, sem pensar nisso, de tomar a posição visualizada, e percebi à distância um senhor que reconheci logo como aquele da minha visão; declarei, então, logo às pessoas presentes: “Eis o meu homem que vem.” Este senhor não tinha a intenção de vir me encontrar, porém, conhecendo-me e me tendo percebido na porta do meu escritório, veio-lhe o desejo de entrar e de me cumprimentar. Conversando, apoiou-se na alta escrivaninha, de costas para a porta, na posição exata em que eu o tinha percebido na visão, menos a circunstância de que não estava em mangas de camisa. Mas eis que ele começa a se lamentar do calor excessivo produzido pela lareira e, dizendo isto, retira seu sobretudo e seu paletó, retomando então, em mangas de camisa, sua posição de antes. E por aí, minha visão veio a se realizar plenamente!

Terceiro caso – Há alguns dias, às 18:15, terminado o meu jantar, vi surgir uma jovem vestida de branco, com um casaco preto, sem chapéu. Ao mesmo tempo, tive a impressão de que devia vê-la na mesma noite. Uma hora e meia depois, diferentes pessoas vieram me encontrar, entre as quais a senhora em questão, vestida de maneira idêntica à da visão. Naturalmente, pus-me a lhe interrogar, e soube que no momento em que me apareceu, ela não tinha nenhuma idéia de vir me encontrar, e que foi por puro acaso que a isso se decidiu. Ela havia jantado com uma família dos meus vizinhos; após o jantar, isto é, após já me ter aparecido, o chefe da família disse que tinha que falar comigo e propôs à senhora em questão unir-se ao grupo para vir me encontrar. Ela me garantiu que cinco minutos antes ignorava que tivesse de vir.

Tal é o gênero de fenômenos ao qual estou freqüentemente sujeito, e posso acrescentar que quando visões semelhantes me acontecem no estado de vigília – como nos casos aqui expostos – sinto-me convencido de que eles devem se realizar, o que nunca deixa de acontecer. Entretanto, não sou capaz de indicar o dia e a hora da sua execução e só consigo supor de uma forma aproxi-

mada, tendo observado que de hábito, quanto mais a visão se mostra próxima de mim, mais rápido ela se realiza...”

Caso 116

O Sr. Karl Mittelmayer, professor primário em Dingolfing (Baixa-Baviera), envia ao Dr. Bormann, na data de 27 de outubro de 1899, o relato do seguinte incidente pessoal:

“Era 1891. Eu era nessa época professor primário na cidadezinha de Wallerdorf. Sonhava, intensamente, que o Sr. F., de Kunzing, cidade paroquial vizinha, me fazia dizer, através de um camponês da minha cidade, que voltava da primeira missa, que era preciso que eu estivesse pronto em uma hora. O Sr. F. viria, então, me procurar para fazer comigo uma excursão à cidade de Forsthart. Esse senhor estava apenas há pouco tempo em Kunzing e nós não tínhamos, ainda, feito nenhuma excursão juntos.

Depois, no meu sonho, o Sr. F. chegou bem em 1 hora; atravessamos a rua da cidade, vimos, saindo desta, camponeses que eu conhecia e que cultivavam a terra; e, tendo chegado a Forsthart, aí encontramos uma pequena sociedade de eclesiásticos e professores. Sempre no meu sonho, notei, numa mesa à parte, um senhor que tinha tendências socialistas e que, de maneira ostensiva, deixava sair de seu bolso um exemplar do *Munchener Post*, provavelmente para encolerizar os padres...

Este sonho aconteceu no dia seguinte, até nos mínimos detalhes. Às 8:15, o camponês, retornando da primeira missa, veio para me fazer a comissão do Sr. F.; e às 13 horas este veio me procurar. Atravessamos a cidade e vimos camponeses que trabalhavam. Contei-lhe meu sonho, para o qual ele não encontrava nenhuma explicação suficiente. Em Forsthart reconheci os senhores do meu sonho e o homem no *Munchener Post* não faltava. Um senhor da sociedade pediu a este para mostrar o jornal, e ele percorreu o conteúdo. Aí se encontrava uma novela de Flugger, da qual esqueci o título. Essa novela continha uma passagem excessivamente realista e que escandaliza grandemente um dos eclesiásticos.

Meu sonho tinha, portanto, se cumprido do começo ao fim.”

A mulher do relator confirma o fato nestes termos:

“Eu, abaixo-assinado, declaro, pela presente, que meu marido contou-me o sonho antes do acontecimento. Lembro-me muito bem; a realização do sonho foi tão imediata, que ficamos no mais alto grau estupefatos.” (Assinado: Senhor Mittelmayer, na *Revue des Etudes Psychiques*, 1902, pág. 284.)

Caso 117

O Sr. R. A. Fleury, da Sociedade Universal de Estudos Psíquicos, enviava aos *Annales des Sciences Psychiques* (1907, pág. 194) o seguinte episódio referindo-se à mulher de um seu amigo íntimo.

No dia 13 de maio, por volta das duas horas da tarde, a Sra. A. A. estava de cama com febre. Ela abriu, de repente, os olhos e viu, debruçada sobre ela, uma mulher da qual apenas descobriu o busto. Abaixo deste busto estava inserido um nome: *Marie*, e um sobrenome do qual só pôde ler a última sílaba: *et*.

No dia 15 de maio a Sra. A. ia procurar um local para alugar em Montgeron e em Crosnes, que fica em Seine-et-Oise. Em Crosnes ela encontrou um alojamento no primeiro andar de uma casa, cujo andar térreo estava ocupado por utensílios e mobiliário de casa.

Antes de se instalar, ela permaneceu alguns dias no hotel. Na noite de 21 de maio, dia da mudança, a mulher do locatário do andar térreo veio saber notícias suas. A Sra. A. reconheceu nela a mulher cujo busto lhe tinha aparecido. Perguntou-lhe seu nome; esta senhora respondeu que se chamava Galichet. A Sra. A. lhe disse então: “Estou certa de que seu nome é Marie.” A Sra. Galichet atestou que, com efeito, este era o seu nome.

O Sr. A., que é meu amigo íntimo, confirmou-me que sua mulher ignorava, até o momento em que deixou Paris, a própria existência de Crosnes. (Assinado: R. A. Fleury.)

Caso 118

O publicista Henri Buisson comunicava aos *Annales des Sciences Psychiques* (1907, pág. 610) o seguinte sonho tido por ele mesmo:

“Na noite de 9 a 10 de abril último, minha zeladora veio bater à minha porta e me disse: “Senhor, por ordem do chefe de polícia, mando-o embora porque há luz na sua casa após as 21 horas.” Espantado, olho na rua, e efetivamente percebo o Sr. Lépine, num traje tal, que eu ri às gargalhadas. Eu não podia imaginar que se pudesse ver um chefe de polícia vestido daquela maneira. Paletó de couro, chapeuzinho mole, um pé num sapato e o outro numa pantufa. Naturalmente, eu nunca o tinha visto nesses trajes. No mesmo instante (sempre no meu sonho) um incêndio formidável explode numa casa vizinha. Saio e vou dar ajuda; cheguei até a executar atos de coragem extraordinários.

Como sempre, ao despertar, contei meu sonho à minha mulher. O dia se passa: nada de anormal. Ora, à noite, estávamos à mesa, por volta de 20:30, quando, de repente, ouvimos as bombas hidráulicas passarem, ao mesmo tempo em que um forte rumor, vindo da rua, subia até nós. Precipitamo-nos para a janela e percebemos à nossa esquerda, na Avenida de Clichy, um imenso incêndio. Era o tanque, lavadouro público, da rua Jaquemont, que queimava (ver os jornais dessa data). Alguns minutos depois eu descia e ia para os lados do sinistro. Depois de ter atravessado a multidão e ter penetrado a barragem, a primeira pessoa que vi foi o Sr. Lépine, com casaco de couro, chapéu mole e calçado com um sapato e uma pantufa. Soube, em consequência, que o chefe, tendo ferido o pé, tinha sido obrigado nesse dia a se servir de uma pantufa.” (Assinado: Henri Buisson, publicista, 18 bis, Rua Dautancourt, Paris.)

(A mulher e o irmão do Sr. Henri Buisson atestam que o sonho lhes foi contado antes de sua realização.)

Caso 119

A Sra. Sidgwick, no seu trabalho *On the Evidences for Premotions* (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. V, pág. 345), conta este

outro episódio que diz respeito a uma jovem de seu conhecimento, que não deseja ter seu nome liberado para a publicidade.

“Há mais ou menos um ano tive um sonho muito notável pela sua vivacidade. Parecia-me que me encontrava no parque de Richmond (perto de Londres) com minha irmã, e que percebia sobre um assento um broche, que peguei e dei de presente a uma camareira. Na manhã seguinte contei o sonho à minha irmã, assim como à camareira em questão.

No momento do sonho eu não tinha nenhuma idéia de que iríamos no dia seguinte ao parque de Richmond. Entretanto, nós aí íamos; e enquanto eu me dirigia com minha irmã para um assento, percebemos, ambas ao mesmo tempo, um grande broche colocado sobre ele. Minha irmã, sendo mais velha, reclamou-o para ela; mas alguns dias depois ela mo deu e dei-o de presente à minha camareira.”

(A irmã da sensitiva escreve: “Certifico que o sonho de minha irmã, referindo-se a um broche encontrado no parque de Richmond, me foi contado por ela na mesma manhã em que o teve, quer dizer, antes que ele se realizasse.”.)

Caso 120

Extraio-o do *Journal of the S.P.R.* (vol. XII, pág. 312). Ele se refere à morte de um canário.

O Sr. E. J. Bowring escreve na data de 11 de fevereiro de 1906:

“Na noite de 23 para 24 de janeiro de 1906 tive um sonho muito vivo, durante o qual vi um canário favorito de minha mulher estendido na água, com as asas abertas. No meu sonho, abri a porta da gaiola e aí introduzi minha mão para salvá-lo, mas quando eu ia recolhê-lo, acordei. Nesta mesma manhã contei o sonho à minha mulher. Ele diferenciava dos outros, porque o incidente não se ligava a nenhum outro; todo o sonho consistia neste único episódio.” (Assinado: E. J. Bowring.)

A Sra. Bowring escreve a seu turno:

“Na manhã de 24 de janeiro meu marido, acordando, conta: “Tive um sonho muito vivo que se referia ao teu canário. Via-o,

jazendo como morto numa bacia de água, com as asas abertas.” Com estas palavras levantei-me, desci para olhar a gaiola, e quando vi a bacia de água corrente e o canário vivo, senti-me aliviada. Não se pode, todavia, dizer que eu estivesse aliviada; de maneira que não fiquei muito surpresa quando, na manhã seguinte, encontrei meu canário morto, estendido na bacia de água com as asas abertas. Alguns outros dos meus pássaros já tinham morrido anteriormente, mas sempre suas asas tinham permanecido fechadas. Minha gaiola continha, então, dez ou onze, dentre os quais encontrava-se um único canário, que era meu preferido. Nenhum incidente e nenhuma conversa precedentes tinham podido sugerir ou justificar um sonho semelhante...” (Assinado: Florine Bowring.)

Caso 121

A sensitiva Sra. Effie Johnson está freqüentemente sujeita a visões de ordem telepática ou profética, e tem o louvável hábito de deles tomar nota, imediatamente, num álbum especial, disposto em três colunas: na primeira ela registra a visão percebida, na segunda sua significação provável e na terceira modalidades de realização.

Na data de 20 de março de 1897 ela anotava o que se segue:

“Vi a mim mesma sair de uma loja cujas vitrines estavam completamente vazias. Em virtude de uma intuição especial que acompanha habitualmente em mim estas visões, soube que esta loja, bem organizada à moda inglesa, encontrava-se num país estrangeiro e que tudo isto significava que eu devia fazer uma viagem. Mas a parte divertida da visão consistia numa enorme boina vermelha de bufão que apareceu, subitamente, diante de mim. Eu nunca tinha visto uma boina semelhante e não chegava a compreender sua significação presumível.

Entretanto, no começo da primavera seguinte eu o compreendi perfeitamente, pois fui conduzida de uma maneira inesperada, e pela primeira vez, à Riviera de Cannes; e ali vi vir até mim um senhor, de ar grave e desfazendo-se em reverências, que tinha na cabeça uma enorme boina vermelha de bufão, idêntica à da

minha visão. Tudo isto se explica pelo fato de que estávamos no carnaval!

No dia seguinte, enquanto me esforçava para encontrar flores, vi-me, de repente, sair desta mesma loja que eu tinha visualizado um ano antes, que, dados os pedidos excepcionais da estação, tinha as vitrines e o interior completamente vazios!

... Não sei explicar estes fatos, mas estou certa de que eles se reproduzem, e eu os vejo atestar por uma longa experiência pessoal, de onde parece emergir a prova de que não há, no caminho de nossa vida, lugares diante dos quais nós nos encontraríamos por puro acaso.” (Assinado: Effie Johnson, no *Light*, 1901, pág. 149.)

Caso 122

Foi recolhido e estudado por Guyers, e a Sra. Sidgwick publicou-o no seu trabalho sobre as premonições (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. V., págs. 343 e 344). A sensitiva, Sra. Mackenzie, escreveu na data de 14 de julho de 1884:

“Numa manhã da última primavera, durante o almoço, lembrei-me, subitamente, de um sonho tido na noite precedente, que contei logo aos meus dez convivas. Direi primeiramente que minha família e meus amigos brincavam comigo, freqüentemente, a propósito dos sonhos verídicos contados por mim, e nos quais eu declarava crer; de sorte que quando anunciei um outro sonho desse gênero, fui logo acolhida pelo coro habitual de apóstrofes. Eu disse então: “Pelo menos escutem-me: eis meu sonho. Encontrava-me no salão com várias pessoas do meu conhecimento, dentre os quais o Sr. J., e deixei um instante meus hóspedes para me informar se a refeição estava pronta. No meu retorno, vi o tapete entremeado de manchas pretas, o que me irritou muito, pois trata-se de um tapete novo, e quando o Sr. J. observou que elas pareciam ser manchas de tinta, eu respondi: “Não, são chamuscados”, e contei cinco. Eis o meu sonho.”

Era um domingo. Terminado o almoço, nós íamos todos à igreja, e ao retornar o Sr. J. veio comer conosco (o que ele nunca tinha feito) com algumas outras pessoas. Deixei um instante

meus hóspedes para ir ver se tudo estava em ordem na sala de jantar, depois voltei ao salão, e logo notei sobre o tapete uma mancha preta perto da porta. Eu estava com ciúme do meu tapete novo, e observei, irritada, que alguém tinha entrado no salão com sapatos sujos. Como no meu sonho, o Sr. J. interveio, observando que se disse que eram manchas de tinta, e me fez observar outras placas espalhadas em torno. Enquanto ele falava assim, eu exclamei: “Oh! meu sonho! Eis um tapete perdido! São chamuscados!”.

Resultou da entrevista que a camareira, tendo deixado apagar o fogo da lareira, tinha pego com a pá carvões acesos num outro quarto, e voltando para o salão, esbarrara na porta, espalhando os carvões no tapete, que produziram *cinco buracos...*”

(A filha da sensitiva, Srta. Gertrude Agnès Mackenzie, confirma plenamente a narrativa de sua mãe.)

Caso 123

Este caso foi estudado por Myers, a quem a sensitiva, Sra. Atlay, viúva do bispo de Hereford, escrevia em março de 1893:

“Sonhei que o bispo estava ausente e, por conseguinte, as preces familiares habituais não podendo ser recitadas na capela, eu as lia no salão do palácio episcopal, ao lado do qual abre-se uma porta que dá para a sala de jantar. No meu sonho, terminadas as preces, dirigi-me para a porta da sala de jantar, abri-a e quis entrar, quando, para meu grande horror e espanto, apresentou-se diante de mim um enorme porco entre a mesa e o bufê. O sonho era estranhamente vivo e divertiu-me bastante.

O bispo estava ausente; e, mal tinha levantado, fui para o salão episcopal para recitar as preces habituais. Os trabalhadores ainda não se encontravam ali, mas havia a governanta e meus filhos, aos quais contei o sonho, que os fez rir a seu turno. Pouco tempo depois chegaram os trabalhadores e recitaram-se as preces em comum; depois do que, cada um retornou aos seus afazeres. Dirigi-me para a porta da sala de jantar, abri-a e ia entrar, quando, para meu grande horror e surpresa, vi diante de mim o porco do meu sonho, no ponto exato em que o tinha visto!

O senhor me perguntará, caro senhor Myers, se por acaso, durante o meu sono, eu não tinha podido ouvir o porco passear. Absolutamente, não, porque ele se achava preso ao chiqueiro que fica do outro lado da casa, no fundo do pátio. Ele pôde introduzir-se na casa porque o jardineiro empreendeu a limpeza do chiqueiro no momento em que estávamos todos reunidos no salão; de maneira que, faltando a vigilância e estando abertas as portas, o porco teve a oportunidade de se aventurar na sua viagem de exploração.” (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. XI, pág. 478.)

(A governanta, Sra. Emily Nimmo, confirma o que precede.)

Caso 124

A Srta. Goodrich-Freer, de quem já citamos outras experiências premonitórias obtidas pela “visão no cristal”, escreveu em outubro de 1893:

“Há uma quinzena, encontrava-me no campo, na casa de uma família amiga. Numa manhã em que devia me despedir, eu disse: “Quem sabe o que você fará quando eu tiver partido?”

Como resposta, minha amiga depositou diante de mim um objeto em verniz acaju, muito brilhante, e observou: “Isto é um cristal: olhe.”

Vi logo surgir uma cena campestre, e exclamava: “Isto é indubitavelmente a cena de uma refeição no campo, durante o passeio projetado ao moinho “Pinheiro”. Mas onde ficava este moinho “Pinheiro”? Não o vejo de lado nenhum. Descubro, ao contrário, um belo prado verde e várias moitas de ameixeiras ao fundo. Mas eis que você e a Sra. K. se levantam de repente e vão embora; por quê? As Sras. G. e S. permanecem, e a primeira se comporta de maneira que se acreditaria que ela tivesse dor nos ombros. Vocês levaram também a ama-de-leite com a criança.”

Minha amiga observou: “Não sei em que consiste o moinho “Pinheiro”; mas, de qualquer forma, a ama-de-leite com a criança não voltarão, com certeza.”

Dois dias depois ela me escrevia nestes termos: “Tuas afirmações a propósito do moinho “Pinheiro” resultam conforme à

verdade. Com efeito, não há moinhos à vista, e comemos no belo prado verde. A Sra. K. foi, de repente, pega pela câimbra e tive que tomá-la nos meus braços para conduzi-la para dar alguns passos, enquanto que as Sras. G. e S. permaneciam sós no lugar. É verdade que também a Sra. G. tinha problemas nos ombros, por causa de um esforço; é verdade também que a criança e sua babá estavam conosco. As moitas no fundo do prado não eram precisamente ameixeiras, mas os sabugueiros misturados às amoras selvagens, que de longe, é verdade, pareciam perfeitamente arbustos de ameixeiras.”

(Myers, citando o fato nos *Proceedings of the S.P.R.*, vol. XI, pág. 503, declara ter lido a carta enunciada mais acima.)

Caso 125

Myers, na sua obra sobre a *Conscience Subliminale*, cita o seguinte fato (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. XI, pág. 491), que adveio ao Sr. Haggar, cônsul inglês em Trieste, e contou por este último nestes termos, na data de 21 de setembro de 1893:

“Há alguns meses tive um sonho muito vivo, que contei à minha mulher quando acordei, e que realizou-se nos seus menores detalhes mais ou menos seis semanas mais tarde. Não parece que esse sonho tenha tido um objetivo qualquer, o que faz se perguntar: “De que serve tudo isto?”

Sonhei que eu tinha sido convidado a jantar pelo cônsul geral da Alemanha e que entrava numa grande sala cujas paredes estavam enfeitadas de troféus de armas e de brincos que vinham da África Oriental, região que conhecia bem por ter aí morado durante longo tempo. Após o jantar eu ia observar perto as armas, dentre as quais notei uma bela espada de punho dourado, que indiquei ao vice-cônsul francês, dizendo-lhe que era, provavelmente, um presente do sultão de Zanzibar ao cônsul alemão. Veio nesse momento o cônsul russo, observando que o punho da espada era tão pequeno, que a arma não podia servir a um esgrimista europeu; e, assim dizendo, levou o braço acima de sua cabeça, agitando-o como se tivesse brandido a espada, querendo com isto dar mais força ao que ele assegurava. Foi então que

acordei, tão impressionado pela vivacidade do sonho, que eu me decidi a acordar minha mulher para contá-lo a ela.

Seis semanas mais tarde fomos convidados pelo cônsul geral da Alemanha a jantar. Observo que nesse intervalo tínhamos esquecido completamente o sonho.

Introduziram-nos numa grande sala onde não tínhamos nunca entrado, embora eu experimentasse a impressão de que este lugar me era familiar. Suas paredes estavam enfeitadas com troféus de armas e de brincos que vinham da África Oriental, dentre os quais notei uma bela espada com punho dourado, presente do sultão de Zanzibar ao cônsul alemão. Em resumo: todos os detalhes sonhados se realizaram, sucessivamente, embora eu não me lembrasse do sonho, até o momento em que o cônsul russo levantou o braço sobre sua cabeça, agitando-o como o fizesse com uma espada; nesse instante o sonho se apresentou, subitamente, à minha memória. Aproximei-me logo de minha mulher, que conversava na soleira, perguntando-lhe: “Tu te lembras do meu sonho a propósito dos troféus de armas de Zanzibar?” Ela respondeu que se lembrava em todos os seus detalhes; de sorte que foi testemunha comigo de sua realização. Depois disso decidi-me contar o sonho às pessoas co-interessadas, que se mostraram muito surpresas.”

A Sra. Haggard escreve, a seu turno:

“Lembro-me de ter sido acordada pelo meu marido que tinha um sonho curioso a me contar. Isto se produziu há vários meses, e posso ter esquecido algum detalhe secundário, mas a substância do fato é a seguinte: ele sonhou que se encontrava comigo no jantar na casa do cônsul geral da Alemanha, cujo salão estaria enfeitado com troféus de armas que vinham da parte oriental da África. Como ele tinha morado por longo tempo nessas regiões, interessou-se por essas armas e quis examiná-las de perto. Enquanto as observava, o cônsul russo aproximou-se e observou que certa espada tinha um punho tão pequeno que era impossível que pudesse ser brandida por mãos européias; e ele levantou o braço, agitando-a no ar. Isto é o que eu me lembro do sonho, que se realizou várias semanas depois, quando nós já o tínhamos esquecido.

Jantamos, com efeito, na casa do cônsul geral da Alemanha, com o cônsul russo e outros convidados. Após o jantar, meu marido quis examinar de perto os troféus de armas suspensos nas paredes e, enquanto os observava, chegou o cônsul russo que pronunciou as palavras do sonho e terminou por levantar o braço e agitá-lo com a vivacidade que lhe era habitual, o que fez lembrar o sonho ao meu marido, que veio logo me perguntar se eu me lembrava dele. Eu me lembrava muito bem; mas como eu conversava nesse momento, a coincidência me teria, provavelmente, escapado sem sua intervenção...” (Assinado: Agnes M. Haggard.)

(O cônsul russo A. de Kolemene e o vice-cônsul francês J. Michabelle escreveram confirmando o que os concerne, respectivamente.)

Com relação a este interessante e curioso episódio recolhido por Myers, fiz notar que a observação do sensitivo de não se ter lembrado do sonho senão no momento em que o cônsul russo agitou o braço no ar sugere uma reflexão análoga à de Lodge, a propósito do caso da Sra. Verrall (caso 112), onde todos os detalhes desse episódio foram preanunciados, salvo o nome do protagonista; reticência necessária ao bom êxito da predição, e por aí fazendo crer numa intencionalidade, pois enfim, se a Sra. Verrall soubesse a quem se dirigir para informações, ela não teria deixado de fazê-lo, dando lugar, por aí, a uma entrevista prematura que teria estragado tudo.

No episódio citado é preciso, portanto, notar que para o bom êxito da predição era necessário que o sensitivo esquecesse o sonho para não se lembrar senão nos momentos em que se manifestava o incidente final, isto é, a ação do cônsul russo. Se o sensitivo se tivesse lembrado dele no momento em que foi introduzido na sala, ele não teria deixado de falar do sonho com os assistentes, ou de fixar seu pensamento sobre ele, na espera de sua realização ulterior, estragando, assim, o bom êxito da premonição.

Parece, portanto, evidente que esses fatos não tiram sua origem de um simples automatismo subconsciente, mas revelam, ao contrário, uma intencionalidade, a qual, a seu turno, tenderia a

provar que sua realização é determinada por meio de vias sugestivas, pelas personalidades mediúnicas ou subconscientes que as predizem. Isto posto, segue-se que esses episódios não podem ter senão um objetivo, que permaneceria inexplicável se se tratasse de personalidades subconscientes, mas que, segundo o que dissemos no começo, se explicaria ao contrário, de uma maneira satisfatória se se tratasse de personalidades externas ou espirituais.

E se comparamos estas reticências nas premonições de ordem *insignificante e praticamente inúteis*, reticências manifestamente desejadas, por não opor obstáculo à sucessão preestabelecida dos acontecimentos, às reticências análogas, nas premonições de infortúnios ou de mortes, manifestamente desejadas a seu turno, por não opor obstáculos ao curso fatal dos acontecimentos, somos mais do que nunca levados a conceder às *primeiras* a mesma origem externa que não se pode recusar às *segundas*.

Termino observando que esta categoria é quase inteiramente composta de casos onde as premonições foram confiadas a terceiros ou registradas antes de sua realização, circunstância que elimina qualquer hipótese que tende a explicá-las atribuindo-as a ilusões mnemônicas.

Noto, enfim, que todos os sensitivos insistem, de uma maneira especial, sobre a extraordinária vivacidade de seus sonhos; pode-se afirmar que esta particularidade, embora comum à grande maioria dos sonhos premonitórios, não está em parte alguma tão marcada quanto nesta categoria que trata dos casos *insignificantes e praticamente inúteis*; é como se a futilidade do conteúdo levasse as personalidades mediúnicas ou subconscientes a lhes imprimir uma vivacidade maior, a fim de aí fixar os detalhes na memória dos sensitivos.

SUBGRUPO M

Premonições meteorológicas e sísmicas (Casos 126 a 133)

Compreendemos sob este título os episódios premonitórios que se referem a catástrofes telúricas, perturbações atmosféricas, acidentes causados pelo raio e assim por diante.

Previno que por causa das habituais e inevitáveis dificuldades da classificação, vindas do fato de que existem episódios que contêm detalhes classificáveis em várias categorias, nós já passamos por vários casos relegados além, e mais precisamente os casos 18, 35, 46, 159, que encerram traços de ordem meteorológica e sísmica. No primeiro deles, trata-se de uma premonição de tremor de terra; no segundo de tempestade, no terceiro de neve e no quarto de um ciclone devastador.

Os episódios do gênero indicado são muito numerosos; todavia o subgrupo atual será pobre de exemplos e pouco interessante, em consequência da dificuldade que há em descobrir casos desta natureza rigorosamente autenticados. Isto se deu por causa da própria natureza dos fatos, que, em geral, emergem e pululam após as grandes catástrofes sísmicas ou atmosféricas, isto é, uma vez cumprido o fato; e pela própria condição das coisas, é raro que se possa controlá-los de uma maneira cientificamente satisfatória.

Começarei por alguns exemplos de premonições de tremores de terra.

Caso 126

O Dr. Wolff, na sua obra *Voyages en Orient*, conta o seguinte fato, onde se vê a catástrofe de um tremor de terra predito um ano antes, e a época a ser indicada.

Encontrando-me em Alepo, em 1822, pedi notícias de Lady Esther Stanhope. “Ela está louca, ou quase”, respondeu o Sr. Barker; e, para prová-lo, ele me informou que ela hospitalizara um homem francês, chamado Lusteneau, que tinha sido general

de Tippoo Sahib nas Índias, e que tinha a reputação de ser profeta. Entre outras coisas, ele havia predito à Lady Esther a fuga de Napoleão da Ilha de Elba, designando o dia e a hora.

Após esse preâmbulo, o Sr. Barker, na presença do Sr. Lesseps, Sr. Derche, intérprete, e o Sr. Maseyk, cônsul da Dinamarca, leu-me uma carta de Lady Esther a ele endereçada, em abril de 1821, na qual pedia-lhe para não ir a Alepo ou à Antióquia, porque Lusteneau havia profetizado que dentro de um ano as duas cidades seriam destruídas por um tremor de terra. A data fatal se aproximava e o Sr. Derche acrescentou que Lady Esther tinha-lhe também aconselhado, recentemente, a não se juntar ao cônsul em Alepo, porque a cidade devia ser destruída antes de 15 dias.

Durante a refeição, naturalmente, os convivas brincaram sobre o profeta e a profecia.

Após alguns dias Deixei Alepo, e à tarde acampeei na estrada que conduz à Latáquia, no deserto, perto da cidade de Juseea. Enquanto eu conversava com vários homens da cidade, os primeiros estremecimentos do solo se fizeram ouvir, e um instante mais tarde a cidade de Juseea desapareceu numa imensa fenda. Os abalos sucediam-se a abalos, enquanto que de longe nos chegavam estrondos como de mil canhões. De toda parte juntavam-se a nós, hordas de árabes e de beduínos com o capuz rebaixado sobre o rosto, gritando: “É Alá que o envia! É Alá que o quer!” Estes povos orientais referem-se, constantemente, à causa primeira, quer dizer, a Deus...

Imediatamente enviei a Alepo um mensageiro a cavalo, à procura de Barker. Ele encontrou a cidade destruída e nos informou que Antióquia, Latáquia, Hums e Haina tinham sofrido a mesma sorte como todas as cidades próximas, num raio de 20 léguas, e que 60.000 pessoas tinham perecido. O Sr. Barker e todos os membros de sua família salvaram-se, miraculosamente, deslizando um após o outro sob as ruínas de sua própria casa. (Citado por William Howitt na obra *History of the Supernatural*, vol. II, pág, 26.)

Caso 127

Alguns dias depois do tremor de terra de Messine, uma curta comunicação do Dr. Santi, especialista em doenças nervosas, figurou nos jornais italianos e estrangeiros; contava aí um caso interessante de predição desse cataclismo. Entretanto, não me foi possível colocar a mão no periódico que continha o relato original, e devo resignar-me a dar um resumo, tal como foi publicado pelos outros jornais, resumo que constatei idêntico pela sua substância em três publicações diferentes.

O Dr. Santi conta que uma senhora da aristocracia romana, submetida aos seus cuidados pelo acesso histérico e de neurastenia, informou-o, na data de 2 de dezembro de 1909, que havia tido uma visão em sonho, onde “ela percebia Messine destruída pelo tremor de terra e a invasão do mar”; ao mesmo tempo, tinha-lhe ficado a impressão de que a catástrofe aconteceria nos dias 8, 18 ou 28 do mesmo mês. Ela estava tão convencida da veracidade de sua visão, que escreveu uma carta ao rei da Itália, prevenindo-o do grande cataclismo iminente – carta que o Dr. Santi encarregou-se de enviar ao seu destino, mas que conservou como um documento irrefutável de apoio à premonição.

Nos dias 7, 8 e 27 do mês sua clientela teve recaídas nos seus acessos histéricos e neurastênicos. No dia 28 a catástrofe predita se produzia, e os acessos não voltaram nunca mais. (*Secolo XIX*, 15 de janeiro, *Daily News*, 22 de janeiro, *Light*, 1909, pág. 51.)

Caso 128

Ainda a respeito do tremor de terra de Messine, o publicista Enrico Scalea conta, na data de 4 de janeiro de 1909, no *Ora de Palermo*:

“Falei, num momento de trégua, em Milazzo, além do Marquês Del Carretto, prefeito de Nápoles, à Condessa Cumbo, que, ajudada por suas filhas, assiste os feridos que pertencem, na maioria, à aristocracia de Messine, recolhidos na sua Villa de Milazzo, onde a condessa, que é de Messine, encontrava-se em vilegiatura.

“Meu marido e meu filho – disse-me a condessa – estão vivos, aqui, perto de mim, mas por um milagre, por um acaso prodigioso. Na noite que precedeu àquele terremoto, sonhei com meu avô: parecia-me vê-lo; ele estava completamente confuso. “Não deixe seu marido partir – gritou-me –, não deixe seu filho partir! Veja quantas ruínas, quantos túmulos, quantas mortes!” E vi em sonho o que me mostrava meu avô; toda Messine em ruínas. No dia seguinte meu marido e meu filho deveriam partir; eu me opus, absolutamente. Eles não partiram e foram salvos; salvaram-se assim pelo meu aviso, enquanto que nosso palácio à beira-mar, pelo que se diz, foi inteiramente destruído!”

Caso 129

Na época do terremoto de São Francisco, também as relações de profecias do cataclismo pulularam de todos os lados, mas foram quase sempre muito vagas para serem levadas em consideração. Contarei apenas uma, que parece suficientemente documentada.

O Sr. N. F. Stiewig comunica:

“Eis a profecia feita em minha presença, na data de 1º de março de 1906:

Em companhia do Rev. T. W. Woodrow, de Hobart (Oklahoma) fiz uma visita a um amigo espiritualista e tive a ocasião de assistir a uma sessão, em que o irmão deste último (calo seu nome por causa de sua família) servia de médium. Entre outras coisas, ele disse isto: “Num futuro bem próximo, São Francisco experimentará um cataclismo. Vejo todas as pessoas agitarem-se. Muitas pessoas perecerão, muitas propriedades serão destruídas. Parece que grandes incêndios acontecerão. Os elementos aparecem confusos e obscuros, o povo é invadido por um louco terror, a confusão está em toda parte; não há mais distinções de nacionalidades; todos fogem para o oriente. Trata-se de um cataclismo físico, é, pelo menos, o que me parece, e ele se estenderá na direção do oriente até o Colorado. Ali ele parará, e o vale do Mississipi não será atingido...”

Estas palavras produziram em mim uma grande impressão, e quando chegou o terremoto de São Francisco, tivemos a prova de que o que ele havia predito era verdade.” (Assinado: J. F. Stiewig, no *Light*, 1906, pág. 302.)

(O Rev. T. W. Woodrow testemunha: “Declaro que esta narrativa acima está conforme minhas lembranças.”)

Caso 130

Mudando de tema, relatarei um exemplo curioso de predição do tempo por meio da escrita automática.

O Sr. R. M. Brereton publicava no *Journal of the American S.P.R.* (1908, pág. 675) e em seguida no *light* (1908, pág. 500) esta relação:

“Eu e minha mãe, quando estamos sentados juntos e nos servimos da “prancheta”, obtemos, geralmente, comunicações de todo tipo, dentre as quais predições meteorológicas sobre o tempo que fará, e que se não me engano, é um tema absolutamente novo no campo das pesquisas psíquicas e científicas. Nesses últimos oito anos recolhi numerosas predições desse gênero, sempre muito mais corretas do que as publicadas diariamente pelo observatório meteorológico. Direi mesmo que as constatei tão corretas, que regulei minhas viagens baseando-me nelas; e, com frequência, os lugares em que eu devia estar ficavam a centenas de milhas de distância.

Obtive a última prova da correção destas predições no dia 12 do mês de agosto corrente. No dia 24 de julho último eu perguntei: “Quando teremos chuva?” A resposta foi: “Vocês a terão no dia do casamento de Claudie.” É meu filho, e seu casamento estava fixado no dia 12 de agosto. Do dia 24 de julho ao dia 12 de agosto, 19 dias estavam intercalados, representando um intervalo considerável para uma predição desta natureza. O tempo continuou bonito e quente durante esse período inteiro, até meia-noite do dia 11 de agosto, e o barômetro aneróide manteve-se constantemente entre um mínimo de 29,70 e um máximo de 29,80.

Por volta de 7 horas da manhã, no dia 12, começou a chover, e choveu muito todo o dia, com um vento do sudeste.

O boletim do Serviço Meteorológico para as previsões do tempo em Portland anuncia para o dia de quarta-feira, 12 de agosto, o seguinte: “Portland e arredores: quarta-feira, tempo bom, temperatura moderada, vento de nordeste.” Esse boletim foi redigido às 17 horas, no dia 11 de agosto.

Tais são minhas experiências. Ora, deve existir uma lei que permite as penetrações psíquicas sobre o tempo que fará; o que deveria formar o objeto de um interessante estudo no campo científico, embora estas linhas devam evocar, ao contrário, algum sorriso incrédulo entre os sábios que as lêem. Todavia, experimento o dever de publicar os fatos observados na esperança de ser útil, quando mais não fosse para induzir algum pesquisador a repetir minhas experiências.” (Assinado: R. M. Brereton, B. Woodstock, Oregon.)

Caso 131

No episódio seguinte, em que se trata da queda de um raio, a visão à distância do raio é provavelmente telepática; mas como ela foi precedida por um vago pressentimento de perigo bem próximo, e isto implicando no sensitivo a pré-cognição subconsciente do fato, decidi-me a classificar este episódio no subgrupo presente.

O Dr. Hodgson recolheu-o e estudou-o; Myers publicou-o no seu estudo sobre a *Conscience Subliminale* (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. XI, pág. 507).

O Dr. T. F. Leech, vice-presidente da *Medical Society* no Estado de Indiana, escreve na data de 14 de agosto de 1893:

“Começo por dizer que sofro de reumatismos crônicos e que, às vezes, os sofrimentos e as noites de insônia, combinados com as preocupações dos negócios, me deixam passageiramente nervoso. Foi durante um desses episódios que se produziu a experiência da qual vou fazer o relato.

Meus dois filhos, Ellerslie e Charlie, estiveram dentre os fundadores da “Sociedade para os Acampamentos da Virgínia”

(junho de 1892) e, desde então, tinha o hábito de partir à noite, em horas avançadas, de carro, para suas visitas noturnas às diferentes cidades, coisa com a qual eu não me ocupava e não me preocupava de jeito algum. Um dia, durante o almoço, Ellerslie me diz:

– Papai, esta noite deverei ir a Mace”.

A cidade de Mace encontra-se a uma distância de seis milhas e a estrada que para aí conduz é excelente. Todavia, enquanto meu filho falava, ocorreu-me a idéia súbita de que no seu retorno ele correria um perigo; e então meu pensamento exaltou-se sobre a possibilidade de uma desgraça repentina, de um mau encontro, e assim por diante. Sem fazer alusão às minhas apreensões, perguntei-lhe se não tinha pensado em procurar um companheiro de viagem. Ele respondeu negativamente, e então propus-lhe a ir com Charlie. Ele censurou-me, dizendo que Charlie devia fazer provas. Esforcei-me para espantar minhas inquietações e pus-me na estrada para o escritório. Mal saí, encontrei um jovem amigo, chamado Wellington, ao qual perguntei se não queria acompanhar Ellerslie, e ele consentiu. Voltei sobre meus passos para avisar meu filho, que se mostrou satisfeito, e a partir desse momento fiquei calmo; ou, pelo menos, nisso acreditei.

Permaneci no escritório até às 21 horas; e quando voltei para casa, minha mulher já havia se retirado. Deitei-me, li durante algum tempo, depois apaguei a luz e adormeci, sem mais pensar no meu filho ausente. Por volta das 23 horas acordei sobressaltado; no meu sonho, tinha percebido Ellerslie, sozinho no carro, que voltava devagar, e se encontrava a uma milha de Crawfordsville. Reconheci tão bem a localidade, que me sentiria capaz de aí voltar num instante. Enquanto eu olhava, vi afundar-se o raio no meio da estrada, a 15 metros do cavalo. Meu primeiro movimento foi de acorrer ao local; depois, lembrando-me que Ellerslie tinha estado em Mace, e que tinha estado com o amigo Wellington, fiz um esforço sobre mim mesmo para acalmar a injustificável ansiedade que me tinha tomado... Não conseguindo, acordei minha mulher para lhe perguntar se Wellington tinha acompanhado Ellerslie, e soube que ele havia desistido porque não lhe conviria assistir a esta sessão. Minha inquietação aumen-

tava, mas finalmente ouvimos o ruído do carro, depois os passos de Ellerslie que voltava. Não tendo mais razão de existir as minhas ansiedades, voltei a dormir sem dizer nada a ninguém.

Na hora do almoço Ellerslie nos diz:

– Vi na noite passada um espetáculo aterrador. Enquanto voltava para casa, um raio caiu no meio da estrada bem em frente ao cavalo, fazendo jorrar em torno dele uma chuva de centelhas que cegavam. Fiquei aterrorizado.”

– E o cavalo, ficou com medo? – perguntamos-lhe.

– Ele estacou, mas dei-lhe uma chibatada, encorajando-o com a voz. Feita a abstração do perigo corrido, o espetáculo foi magnífico e ultrapassava em esplendor todos os fogos de artifício do mundo.

Perguntei se ele estava sozinho e se o cavalo trotava devagar, e ele respondeu-me afirmativamente. Perguntei em que ponto o acidente tinha se produzido, e a localidade indicada foi a que vi em sonho. Então contei minha experiência e meus pressentimentos.

Quanto volto a pensar no fato, acho estranho que me tenha alarmado, porque meu filho falara de um dos seus trajetos habituais, estranho que pressenti que ocorreria um perigo, e precisamente no retorno; estranho que tenha dormido sem me lembrar do meu filho ausente (quando geralmente não durmo enquanto meus filhos não tenham voltado); estranho que eu o tenha visto, sozinho, no veículo, quando eu o acreditava estar acompanhado, e que tenha visto o cavalo trotar devagar, e que tenha observado o lugar preciso em que se encontravam, e que tenha distinguido o raio cair diante do cavalo da maneira descrita pelo meu filho. Acrescentarei que enquanto meu filho contava o incidente, tive a impressão de me encontrar nos lugares e de ter assistido ao fato...” (Assinado: Dr. T. F. Leech.)

Sua mulher, Mary E. Leech, e seu filho Ellerslie confirmam o relato.

Caso 132

Tomou o episódio de uma relação que um eminente ministro anglicano enviara ao Prof. Oliver Lodge, seu amigo. Ele aí expõe suas próprias experiências psíquicas, as de sua filha e de seu pai. A propósito deste último, ele conta:

“Numa manhã de junho, com um sol esplêndido e um céu sem nuvens, ele desceu para pedir à sua mulher para adiantar mais a hora da refeição, assegurando que uma tempestade formidável devia acontecer e que não teria sido prudente deixar-se surpreender com tantos objetos de metal sobre a mesa. Ele contou que vira em sonho uma tempestade se desencadear, que num dado momento o raio penetrara na sala em forma de globo, e ao mesmo tempo uma série de canos de chaminé colocados sobre o telhado em frente, chocados por uma descarga elétrica, tinham se precipitado no solo.

Ora, tudo se realizou como ele havia predito, embora a tempestade tenha sobrevivido com uma precipitação tão extraordinária, que minha mãe, no começo da refeição, mostrou brincando o céu absolutamente limpo a meu pai, perguntando-lhe que contaria do seu sonho. Vinte minutos mais tarde o raio, sob a forma de globo, nos tinha ofuscado a todos e as chaminés do telhado em frente tinham se precipitado no solo, arrancadas por uma descarga elétrica. (*Journal of the S.P.R.*, VIII, pág. 265.)

Caso 133

A Princesa Tola Dorian-Metzcherski conta o seguinte estranho caso, do qual ela própria foi a heroína:

“No dia 3 de junho de 1902 voltava para minha casa às 23:30, quando um impulso repentino e irresistível me fez ordenar ao cocheiro para se dirigir à casa de uma de minhas amigas, que havia me convidado para uma sessão mediúnica organizada para aquela noite. Era o tempo em que eu ainda duvidava da realidade dos fatos mediúnicos e não tinha quase interesse pelos problemas espiritualistas.

Aproximei-me do médium e perguntei se as entidades conhecidas por mim estavam presentes. A mesa, batendo vigorosamen-

te, soletrou o nome do meu marido: Charles Dorian. Eu tinha visto, na véspera, meu marido, que estava em perfeita saúde e se preparava para uma viagem. Eu disse:

– Como! tu estás, então, separado do teu corpo?

Respondeu ele: “Abatido pelo raio às 9:30 da manhã.”

– Mas tu és deputado – repliquei –, e os jornais o teriam logo anunciado.

Ele respondeu: “Eles falarão.”

Alguns dias se passaram sem que nada acontecesse ao meu marido, que eu via freqüentemente, embora não lhe falasse da mensagem obtida, sabendo a que ponto ele detestava as práticas espíritas. Na sexta-feira, 13 de junho – dez dias após a mensagem – vi o veículo do meu marido entrar trotando forte no pátio; logo o cocheiro bateu e me entregou um bilhete do meu cunhado, onde eu li: “Nosso pobre Charles foi atingido por um raio às 9:30 do dia de hoje.” A morte fora instantânea.

Tive, em seguida, uma outra sessão com o mesmo médium e na mesma casa. O espírito do meu marido apresentou-se, e perguntei-lhe se, finalmente, estava convencido da sobrevivência. Ele respondeu: “Agora acredito, porque conheço.”

Quando o interroguei para saber como lhe tinha sido possível comunicar-se, vivo, comigo, o médium escreveu: “Eram 11:30 e eu dormia. Minha alma, prevendo o fim iminente de sua existência terrestre, quis predizer-te.”

As pessoas presentes às sessões estão prontas a testemunhar a exatidão escrupulosa do que expus.” (Assinado: Tola Dorian-Metzcherski; *Light*, 1906, pág. 112.)

A tese *fatalista*, neste último caso, pareceria fazer sentido. Resta o mistério imperscrutável de um *eu subconsciente* que conhece previamente seu fim, mesmo causado por um acidente imprevisível, como a queda de um raio! Aqui, o pensamento se volta para as considerações de Vincenzo Cavalli (caso 105), que adaptarei à circunstância, substituindo a palavra *raio* por *telha*, adotada por ele: “Se o raio reduz um homem a cinzas, este homem *pode bem ter sido conduzido*, seja pelo seu próprio espírito, seja por um outro espírito, para se encontrar no ponto

preciso em que caía o raio, por uma razão que se ignora, mas que deve, entretanto, existir, se a vida terrestre tem uma função para finalidades ultraterrestres... O acaso não é senão o gerente responsável de nossa ignorância, e o executor judicioso da lei de causalidade...”

E pode-se acreditar que existe realmente “uma razão que se ignora” de fatos semelhantes, porque se no nosso caso o *eu subconsciente* do sensitivo tinha previsto o acidente fatal que o ameaçava, *inferindo o futuro do presente*, bem livre como ele estava para assegurar pela sua própria convicção, ele teria podido telepatizar à sua mulher o acontecimento em termos bastante claros para atingir seu objetivo. Ao contrário, como acontece comumente em contingências semelhantes, ele o fez em termos obscuros e oraculares, isto é, suficientes para deixar entrever à sua mulher o destino que o aguardava, mas insuficientes para impedi-lo; é como se tivesse tido a noção bem clara do que ia se produzir, mas que não teve e não pôde impedi-lo, porque isto lhe aconteceria para seu próprio bem, o que não poderia ser compreendido senão admitindo a sobrevivência. A tese *fatalista* teria, por conseguinte, a vantagem, e com ela a hipótese de que o adormecido, em estado de lucidez, teria sabido do seu destino por um fenômeno de “pôr-se em relação” com um “ambiente metaetérico”, que registra acontecimentos preordenados, ou, mais simplesmente ainda, com Inteligências espirituais predispostas ao governo dos destinos humanos.

Tudo isto a propósito do último caso citado. Para o que se refere ao valor intrínseco e à importância teórica dos casos que pertencem ao grupo das *premonições meteorológicas*, admito que são pouco numerosos e fracos, e que se quisermos considerá-los em particular, não seriam suficientes para provar a existência de premonições desta natureza, mas considerando-os, ao contrário, em corpo como os outros enunciados e para enunciar onde se encontram em grande número, não menos perturbadores e não menos maravilhosos, somos forçados a convir que não haveria razão para não lhes atribuir uma existência provável, que até deveria ser admitida para não dar lugar a soluções de continuidade injustificáveis na gama ascendente e orgânica dos fatos.

Não me parece, portanto, inútil discutir sobre sua importância teórica, mesmo baseando-se em provas de fatos insuficientes, importância que seria muito considerável, já que não superior à dos numerosos outros episódios relatados. Com efeito, se fosse possível prever um mês antes o tempo que faria, ou um ano antes um tremor de terra, tudo isso seria indubitavelmente maravilhoso, mas como as perturbações atmosféricas e as comoções sísmicas obedecem a leis físicas imutáveis, a coisa pareceria menos extraordinária do que muitos outros fatos premonitórios de ordem accidental ou imprevisível, aos quais seria necessário, todavia, comparar os casos em que o sensitivo visualiza o ponto preciso da queda do raio, ou especifica o dano que o raio deve causar, ou a pessoa a quem deve atingir! Mistérios certamente imperscrutáveis, mas teoricamente idênticos àqueles completamente imprevisíveis, por conseguinte, suscetíveis de ser, como os outros, esclarecidos por aquela dentre as hipóteses enunciadas, que melhor se conformará às circunstâncias.

SUBGRUPO N

Premonições que salvam (Casos 134 a 159)

Se compararmos o subgrupo presente àqueles que o precederam, embora se possa observar que ele se encontra entre os melhores fornecidos em matéria de casos, enganar-nos-íamos em concluir que as *premonições que salvam* se realizam com uma freqüência maior do que as outras. O contrário se produz muito mais, e as mais freqüentes são as que *não salvam*. A amplitude proporcional deste subgrupo depende do que eu não relatei nos outros, senão uma parte mínima do material recolhido, enquanto que, pensando na importância especial deste, aí reuni tantos exemplos quanto possível, excluindo apenas aqueles cujo lado probativo parecia-me insuficiente.

Sua importância especial consiste nos resultados utilitários que daí derivam, considerados em relação com seus modos de exteriorização que, muito freqüentemente, fariam supor intervenções espirituais, e também nas complicações teóricas que daí ressaltam sob a forma de contradições aparentes, cujo mistério envolvendo a gênese da fenomenologia que nos ocupa parece ainda se adensar.

Com efeito, as premonições que *salvam* pareceriam em contradição aberta com *as que não salvam*, onde não só nenhum propósito de conjurar as provas suspensas sobre os interessados se manifesta, mas onde transparece, ao contrário, a intenção de lhes calar as particularidades das quais eles poderiam se valer para evitá-las; caráter que se prestaria a induções e a deduções claras e explícitas, não eram antitéticos os casos considerados neste subgrupo, que nos ensinam que o caráter em questão não se manifesta de uma maneira absoluta na fenomenologia premonitória, mas sofre numerosas exceções. Como explicar estas últimas? Como conciliá-las com a regra inflexível que parece governar uma tão grande parte da fenomenologia?

Como está longe o dia em que as pesquisas baseadas nos fatos permitirão encontrar uma solução cientificamente satisfatória

para este problema tão árduo, temos que nos contentar apenas com simples induções que não podem revestir outro valor senão o de ajudar a inteligência vacilante na obscuridade para discernir de que lado algum raio de luz poderia ser entrevisto.

Isto bem posto, vou observar que para conciliar os fatos com as hipóteses “fatalista” e “reencarnacionista”, seria necessário presumir que se uma pessoa é favorecida por uma premonição, arrancando-a de um perigo de morte, isto significa que esta mesma premonição fazia parte – se ousar exprimir-me assim – do programa preestabelecido de sua existência encarnada; isto quer dizer que a hora fatídica não tendo ainda chegado para ela, esta intervenção estava prevista, e tinha como objetivo preservá-la de um acidente intempestivo que teria interrompido antes da hora o curso de sua existência terrestre.

Querendo nos conformarmos a uma indução precedentemente exposta, segundo a qual somente uma parte das coisas humanas deveria ser considerada como sujeita à inflexível disciplina *fatalista*, seria necessário concluir que as premonições que *não salvam* referem-se à parte preordenada das coisas humanas, e *as que salvam* à parte não preordenada ou livre, para a qual não existiriam *inibições superiores* que impediriam entidades espirituais de intervirem em favor dos vivos, cada vez que a existência de faculdades mediúnicas nestes últimos o tornasse possível.

Mas se quisermos eliminar as hipóteses “fatalista” e “reencarnacionista” para nos ater à “espiritualista” propriamente dita, segundo a qual os acontecimentos futuros não estariam preordenados, mas simplesmente acessíveis (e na sua forma mais complexa, unicamente acessíveis) a entidades espirituais hierarquicamente elevadas às quais seria dado inferi-las do presente; neste caso, explicar-se-iam igualmente as premonições *que salvam* e as *que não salvam*, observando que em linha geral, o fato de discernir os acontecimentos futuros da vida de uma dada pessoa, em virtude do encadeamento das causas e dos efeitos, não confeririam a entidades espirituais o direito de intervirem para desviar o curso, já que tratar-se-ia de um arbítrio inconciliável com a existência de um Ordenador supremo do Universo; salvo, naturalmente, em circunstâncias especiais, em que a morte ameaçaria

uma pessoa que, sobrevivendo, conduziria melhor a termo seu ciclo de evolução terrestre, ou executaria uma *missão* útil na Terra (pouco importa se muito humilde ou muito maior); tudo isto, é claro, do ponto de vista *absoluto* dos termos *evolução* e *missão*, e não do ponto de vista relativo da curta visão humana.

Aqui, prevejo uma objeção, é que vários acreditarão mais conforme os métodos de pesquisa científica, conferir esses mesmos poderes à subconsciência humana. De acordo, mas de que maneira? Tendo excluído, no momento, as hipóteses reencarnacionista, pré-natal, fatalista, só nos restaria outra porta de saída que é explicar em massa as premonições *que salvam* reabilitando para circunstância a hipótese das *inferências subconscientes a latitudes ilimitadas* e para justificá-la, neste caso, pela observação de que as premonições *que salvam* não sustentam a objeção intransponível arrastada pelas reticências e simbolismos que distinguem *as que não salvam*; reticências e simbolismos impossíveis de se atribuir à subconsciência, porque manifestamente desejados, a fim de impedir o sensitivo de elucidar o destino que o aguarda.

Todavia, esta justificativa da última hipótese é artificial, além de qualquer expressão, pois não é permitido selecionar, arbitrariamente, os fatos para adaptá-los às nossas próprias teorias, visto que uma hipótese não é válida senão enquanto se conforma ao conjunto dos fatos, ou pelo menos enquanto se concilia com aqueles que ela não explica; mas não assume nunca o menor valor, se ela se encontra em contradição flagrante com os mais importantes.

Portanto, não é o caso de discutir mais a hipótese em questão, concordando que dentre as premonições *que salvam* encontra-se um certo número que, indubitavelmente, têm sua origem em *inferências subconscientes*; circunstância que não resolve nada, já que, repito-o, não se trata de explicar algum fato singular dentre os mais simples, mas bem o conjunto das premonições estudadas, consideradas em relação com as outras categorias de premonições. Para atingir este objetivo é preciso outra coisa que não a hipótese cômoda da onisciência subconsciente; e, se nesta questão tão misteriosa, uma coisa pode ser assegurada com

certeza científica, é que o conjunto dos fatos não pode ser explicado senão admitindo a intervenção de entidades espirituais e a existência de uma alma sobrevivente à morte do corpo; e isto porque com a hipótese de uma personalidade subconsciente *autônoma e onisciente, mas sujeita a desaparecer com a morte do corpo, não se explicaria jamais as premonições que acabo de indicar; as que não salvam em consequência do consentimento tácito ou deliberado da causa agente*, premonições que encerram um problema a resolver que constituirá a *chave do princípio* para a interpretação futura da fenomenologia inteira.

* * *

Abandonemos, portanto, as induções teóricas e passemos à classificação, que inauguro expondo um certo número de fatos onde *as premonições que salvam refletem circunstâncias que já existem, ou acontecimentos que já se desenrolaram próximo aos sensitivos no momento da premonição*.

Como se compreenderá facilmente, são as formas de premonições suscetíveis de ser interpretadas com a ajuda das inferências, ou percepções, ou reminiscências subconscientes; entretanto, não é fácil aplicá-las a alguns dos casos relatados logo a seguir.

Caso 134

Ele foi estudado pelo Dr. Hodgson e publicado por Myers no seu trabalho sobre a *Conscience Subliminale (Proceedings of the S.P.R., vol. XI, pág. 422)*. O Sr. Marshall Wait escreve ao Dr. Hodgson na data de 30 de outubro de 1892:

“Envio-lhe esta narrativa de um acidente onde verá que minha vida foi salva porque obedeci a um impulso que não tem, certamente, por origem uma percepção consciente.

Há alguns anos desembarquei em Stillwater (Minnesota) de um barco com o qual tinha descido o Rio Saint-Croix. Era um pequeno barco particular, o que fez com que nenhum veículo tivesse vindo esperar à nossa chegada. Quando tocamos Stillwater, eu era o único passageiro a bordo, e tive que caminhar sozinho até o albergue. Eram nove horas da noite, o céu estava

sem estrelas e as lojas que surgiram ao longo das descidas impediam-me de discernir a claridade da cidade; finalmente, a hora, as nuvens e a sombra das lojas uniram-se para envolver a descida na mais profunda escuridão.

Tinha estado uma primeira vez em Stillwater e conservara uma idéia geral da cidade, embora vários anos tenham se passado; entretanto, estou absolutamente convencido de nunca ter passado na localidade onde me encontrava nesta noite.

Quando desci do barco, percebi ao longe os faróis de uma ponte à minha esquerda; e lembrando-me de que a ponte ficava situada em frente à rua onde se encontrava o meu hotel, caminhei ao longo do cais nesta direção. Tinha percorrido uma pequena distância, quando de repente fui tomado por um impulso irresistível de voltar sobre meus próprios passos, ao qual obedeci, instantaneamente. Eu não via nada, não sentia nada, não experimentava nem mesmo a impressão de um perigo, mas unicamente a necessidade irresistível de voltar atrás. Lembro-me, perfeitamente, que minha razão se rebelava, que me achava bobo por ter abandonado o caminho direto e estar caminhando de transverso, com a perspectiva de me perder no depósito da estação, tão embrulhado, e de dever me içar escalando acima alguma grade de seis pés de altura. Ria de mim mesmo e, fazendo o caminho, continuava a me questionar: “Mas como você é louco!”, “Por que faz isto?”, “Aonde vai?”. Contudo, o impulso era mais forte do que minha razão, e eu prosseguia sempre, até o momento em que encontrei o caminho certo, depois o hotel; e não demorei a esquecer o incidente.

No dia seguinte, caí por acaso, no lugar em questão, e descobri que quando, na noite anterior, tinha voltado bruscamente atrás, encontrava-me a alguns passos do ponto onde termina o plano do cais, que leva em seguida à água numa descida tão rápida, que ninguém teria podido aí se manter, a menos que se aventurasse com precauções supremas. Sim, na escuridão eu havia colocado o pé fora do calçamento da estrada, e teria inevitavelmente perdido o equilíbrio e rolado no rio; e como sou inexperiente em natação e estava embaraçado por um pesado

casaco e uma sacola a tiracolo, eu teria me afogado sem discussão possível.

A importância do fato consiste nisto (e eu o afirmo sob palavra de honra) que meu temperamento não é de modo algum impulsivo, mas perseverante e racional.

Portanto, meu ato era contrário à minha natureza, e os protestos inúteis de minha razão contra um procedimento que me parecia absurdo e louco; persuadiram-me de que este ato só é explicável de duas maneiras: ou fui influenciado por uma inteligência externa ou meu “subconsciente” agiu segundo percepções que o meu *eu consciente* não podia perceber. Observo que nunca tive em minha vida outra experiência supranormal quanto esta.” (Assinado: Marshall Wait, Chicago, Madison Avenue Hyde Park, 5-144.)

Myers, com sua prudência habitual, acrescenta que o relator poderia ter tido a intuição do perigo “através das exalações de água lamacenta tornadas mais intensas, ou talvez uma vaga diferença no aspecto da escuridão da noite, ou também na resistência do ar”. Todas são suposições que não me convenceram quase nada; poder-se-ia muito mais supor um fenômeno de percepção supranormal subconsciente (criptestesia) com transmissão relativa da mensagem ao *eu consciente*; porém faltaria, então, explicar como essa emergência esporádica das faculdades supranormais subconscientes tenha sido produzida num ponto tão bom num indivíduo que nunca em sua vida a tinha experimentado.

Caso 135

Nos *Souvenirs Autobiographiques* do grande escultor Jean Dupré, editados pelos sucessores de *Le Monnier* (pág. 353), pode-se ler o seguinte episódio:

“Tinha calado um fato que deveria ter contado há muito tempo, inteiramente doméstico, íntimo, de uma singularidade extraordinária, e isto por um sentimento que não sei bem definir; lembrando-me de agora em diante minha querida mulher, e meus filhos mortos, sinto como uma voz interior que me diz: “Conte,

escreva o fato como ele é, sem nada acrescentar ou subtrair-lhe, e mesmo sem julgá-lo.” Ei-lo:

Minha segunda filhinha, Caroline, foi criada por babá, e foi a única; os outros foram educados pela sua avó, mas esta última não pôde se ocupar de Caroline por razões de saúde. A babá de nossa filha morava em Londa, sobre a Rufina; a criança crescia bem; mas, de repente, uma erupção muito extensa e muito ruim colocou-a em perigo e a babá nos escreveu para ir vê-la. Sem perder um momento, aluguei uma carruagem e parti com minha mulher. Tendo chegado à Pontassieve, recuamos para a Rufina, e de lá prosseguimos nosso caminho para Londa; no alto de uma montanha, em parte arborizada de castanheiras e em parte nua e pedregosa, atingimos finalmente a casinha da babá e da filhinha. A estrada contorna a montanha e em certos pontos é tão estreita, que só com grande esforço um carro pode por aí passar, e é natural; o que pode, portanto, fazer um veículo nessa montanha por entre essas choupanas: Mas, apesar de tudo, chegamos. A criança estava muito doente e não tinha daí em diante nenhuma esperança de cura; permanecemos um dia e uma noite, e quando ela teve dadas as ordens para o caso, infelizmente correto, da morte do anjinho, levei sua mãe em prantos, com muito esforço.

Como eu o disse, a estrada era estreita; e na descida, tínhamos à nossa direita o cume da montanha, à esquerda e quase no pico uma torrente muito profunda; ignoro se é o Rincine ou o Moscia, ou um outro. O cavalo ia com um trote razoável, pela facilidade da descida e a certeza que ele sentia do freio que colocava nas rodas; minha mulher, chorando, murmurava palavras de esperança a propósito da cura da criança. O céu estava límpido e o Sol tinha se levantado há pouco; não se via ninguém na montanha nem em parte alguma; de repente, ouviu-se uma voz que disse: “Parem!” Parecendo a voz ter vindo do lado do monte, eu e minha mulher retornamos para este lado, e moderei a rapidez do cavalo, mas não vimos ninguém. Toquei o cavalo para continuar, mas ao mesmo tempo a voz se fez de novo ouvir, e mais forte, dizendo: “Parem, parem!”

Segurei as rédeas e parei; desta vez minha mulher, depois de ter olhado, como eu, sem perceber alma viva, teve medo.

– Coragem, vamos – disse –, do que tem medo? Veja, não há ninguém e, por conseguinte, ninguém nos quer ofender.

E, para pôr um termo a esta espécie de angústia que eu também sentia, dei uma chibatada no cavalo; mas quando ele quis dar um passo, ouvimos por três vezes, distintamente e mais forte, a mesma voz gritar: “Parem, parem, parem!”. Parei, e sem saber o que fazer nem o que pensar, desci e ajudei minha mulher, completamente trêmula, a descer; e qual não foi nosso espanto, nosso medo, nosso reconhecimento, por este aviso que nos deram para parar! O gancho do ferro tinha saído da roda esquerda; esta estava completamente torta e ia sair do seu eixo, quase raspando o precipício. Com toda minha força, levantei esse lado da carruagem e recoloquei a roda no seu lugar, corri de volta para ver se encontrava o gancho de ferro, mas não o encontrei, chamei e chamei de novo a pessoa que me tinha avisado para que me socorresse e para que pudesse agradecer-lhe, mas não vi ninguém! Era impossível continuar desta forma à espera; a cidade de Rufina estava afastada e nós teríamos podido caminhar essa estrada a pé; mas como a carruagem teria podido prosseguir seu caminho sem o gancho? Pus-me a procurar na montanha um pedaço de madeira; encontrando-o, apontei-o e o enfiei, com a ajuda de uma pedra, no lugar do gancho; mas quanto a entrar novamente no veículo, nem pensar. Peguei o cavalo pelas rédeas e descemos passo a passo até Rufina; minha mulher e eu não falávamos, mas de tempos em tempos, olhando-nos, comunicávamo-nos em silêncio o perigo corrido, o aviso extraordinário. Em Rufina, um carpinteiro nos recolocou um gancho e retornamos sem obstáculo à casa. Se aquele que ri quer rir, é livre para isso. Mas eu não rio. Diante da verdade e da seriedade deste fato, acontecido há menos de 40 anos, no presente, como então, sinto-me invadido pela confusão e o estupor.”

No caso acima, o fenômeno da alucinação auditiva verídica apenas poderia ser bem dificilmente atribuído a um fato de percepção subconsciente da perda do gancho; sobretudo se se pensa que a voz alucinatória foi ouvida pelos dois protagonistas.

Caso 136

O capitão W. Everett, da Sociedade de Navegação “Merthyr”, que exerce a cabotagem entre Bristol e Carmarthen, envia ao *Light* (1910, pág. 47) o seguinte fato pessoal:

“Encontrava-me no canal de Bristol, na altura de Barry. O piloto, homem muito idoso, mantinha-se no timão, eu havia executado meu quarto de hora e encontrava-me na minha cabine, mergulhado no meu sonho, quando fui acordado, de repente, por uma voz que me chamava. Fiquei um momento à escuta, depois repousei minha cabeça sobre o travesseiro para voltar a dormir, mas o apelo se renovou com um timbre vocal dos mais insistentes.

Sem perguntar quem me chamava, ou por que me chamava, saltei da minha cama e, tal como me encontrava, subi correndo. Apesar da escuridão, percebi a bem pouca distância a sobra de um outro navio que nos cortava a rota. Num relâmpago, compreendi nossa situação recíproca, corri para o timão (a 40 pés de distância), arranquei a roda das mãos do piloto e mudei brusca-mente a direção, evitando, assim, o choque por um desvio de algumas polegadas!

A voz ouvida era absolutamente humana. Devo acrescentar que perdi pai, mãe, irmão, e que, às vezes, sentado sozinho na minha cabine, experimento a impressão de suas presenças. (Assinado: W. Everett.)

A rigor, não se poderia excluir neste caso a possibilidade de uma ação telepática derivando, provavelmente, do pensamento ansioso do piloto do outro navio; mas se poderia objetar a isso que o capitão Everett mudou de rota, o que provaria que ninguém no outro navio tinha percebido o perigo.

Caso 137

Ele foi publicado por Myers (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. VIII, pág. 401) e citei-o uma primeira vez no meu trabalho: *Symbolisme et Phénomènes Métapsychiques*.

O sensitivo Sr. Brighten, de profissão legal, é uma pessoa conhecida de Podmore, que o tem como um homem inteligente, perspicaz, de temperamento prático e equilibrado.

Ele conta que no ano de 1861, um seu amigo, James Clarckburn, tendo comprado um barco a vapor para a navegação fluvial, convidou-o a fazer com ele uma excursão de lazer. Partiram de Norwich, e após um dia de navegação ao longo do rio, atracaram à noite em Yarmouth, pouco distante da embocadura, segurando com cordas o barco, da popa à proa, a uma embarcação vizinha. Em seguida, por volta das 21:30, retiraram-se para suas respectivas cabines. Ele continua:

“Eu podia ter dormido algumas horas, quando comecei a sonhar. Imaginei que abria os olhos e via através do teto da cabine, de maneira a discernir dois tenebrosos fantasmas suspensos no alto, perto do cano da chaminé. Pareciam mergulhados numa viva conversação e faziam alusão tanto à embocadura do rio, como aos cabos que prendiam a embarcação. Enfim, separaram-se gesticulando e piscando o olho, como se tivessem ouvido sobre um plano de ação estabelecido entre eles. Sempre suspensos no ar, tendo ambos o indicador estendido, com o qual tocaram, simultaneamente, um dos dois cabos de amarra, que chamuscaram como se fossem tocados por um ferro em brasa. O barco, daí em diante livre, foi arrastado à deriva; passou pela ponte suspensa, depois a de ferro, atravessou o largo de Braidon, a ponte de Yarmouth e a extensa linha de construções que aí estão ancoradas. Durante esse tempo, os dois fantasmas, sempre suspensos no ar, acima do barco, emitiram estranhos sons musicais. Gostaria de ter acordado meu companheiro, sabendo bem que se a corrente nos arrastasse para a embocadura, naufragaríamos, inevitavelmente, passando pela barragem; e no sonho eu tentava me livrar do íncubo que me oprimia, mas inutilmente. Corríamos sempre; ao longo do percurso meus olhos discerniam cada objeto; ultrapassamos Southtown, depois a cidade de Gorleston, e enfim chegou-se ao último contorno do rio, onde a água corre com precipitação para ultrapassar a barragem e se confundir no mar. Num instante, fomos presos nesses turbilhões e percebi que o barco começava a correr. Todavia, os sons musi-

cais emitidos pelos dois fantasmas se transformaram em terríveis gritos de triunfo. A água chegava-me até a garganta, eu estertorava, afogava-me. Com um esforço desesperado, saltei da minha cama e me dirigi à porta, que arrombei de um golpe. Encontrei-me desperto, de camisa, diante de uma noite serena clareada pela Lua. Instintivamente, voltei os olhos para o cordame da popa e constatei, com terror, que nesse momento preciso a amarra tinha-se rasgado. Dirigi-me para o gancho da proa e vi a meu lado meu companheiro, precipitado pelo ruído da porta quebrada, que, gritando, fazia alusão à amarra perdida. Ambos agarramo-nos, desesperadamente, aos ganchos com nossas mãos, sem prestar atenção ao sangue que daí saía, e começamos a pedir socorro. Homens da embarcação vizinha não tardaram a chegar e puderam nos fornecer a tempo novos cordames. Passado o perigo, meu amigo começou a ralar comigo por causa da porta perdida, ao que eu respondi com relato do fato, que me deixava ainda numa grande agitação.

Na manhã seguinte, refletindo com o espírito tranqüilo sobre o acontecimento, eu me persuadi de que se no momento em que as cordas soltaram as amarras nós tivéssemos, ambos, continuado a dormir, o drama sonhado seria, inexoravelmente, realizado em todos os seus detalhes.” (Assinado: William E. Brighten.)

Se quisermos explicar este episódio sem afastar a hipótese subconsciente, é preciso considerá-lo como criptestésico para a percepção inicial e premonitório para as conseqüências. Neste caso, a personalidade subconsciente do Sr. Brighten, tendo percebido no sonho que as amarras se soltavam sob a tensão da corrente, teria se apressado em despertá-lo por meio de visões simbólicas aterrorizantes, escolhidas na bagagem onírica.

Myers está perplexo sobre a verdadeira significação do simbolismo desse sonho; e, considerando este último como um outro mais significativo do qual o próprio sensitivo foi o herói, ele sustentou ver aí uma intencionalidade de origem externa.

Caso 138

O Rev. B. F. Austin conta o seguinte episódio, sobre o qual ele fez pesquisas:

“Michel Quinn é um fiscal da via de Buttzville (Oxford), que foi agradecido e recompensado pela direção das estradas de ferro por ter, quarta-feira última, conjurado uma catástrofe do trem direto.

A maneira pela qual ele a conjurou é digna de atenção. Vinte minutos antes da passagem do direto, ele tinha visto desfilarem um trem de mercadorias diante de sua guarita de fiscal, e logo depois tinha sido atingido por um sentimento estranho de perigo iminente. Ele não sabia explicá-lo, não compreendia a que se referia, mas sentia a alma oprimida por uma ansiedade profunda; enfim, a ansiedade tornou-se uma angústia e a impressão se concretizou na intuição de que um grave estrago tinha se produzido em algum ponto dos arredores.

Pôs-se então a correr atrás do trem de mercadorias e, a um quarto de milha de sua guarita, ele encontrou um trilho quebrado e deslocado pela passagem do trem; e como tratava-se de um trilho de forte curvatura, o trem seguinte precipitar-se-ia, inevitavelmente, na planície situada abaixo. Improvisou como pôde uma bandeira vermelha com seu lenço e, tendo voltado à sua guarita, agitou-se diante do direto, tentando fazê-lo parar. Em pouco tempo os operários da estrada de ferro procuraram um novo trilho, e o direto pôde partir novamente.” (Assinado: Rev. B. F. Austin, no *Light*, 1904, pág. 416.)

Rev. Austin acrescenta:

Pergunta-se espontaneamente: “Qual é a origem do sentimento de perigo iminente do qual foi invadida a alma de Quinn? Seu *eu subconsciente* pôde talvez perceber, com a ajuda da clarividência, o incidente do trilho? Ou seria, ao contrário, uma inteligência espiritual que, encontrando na casa do fiscal um sensitivo, teria-o impressionado telepaticamente sobre o estrago e o perigo iminente?”

Caso 139

Extraio-o do *Light* (1897, pág. 135). Não indicamos o nome da relatora, da qual falamos nestes termos:

“... O incidente se produziu na casa da relatora em Meerat (Índias Ocidentais) e nenhuma dúvida pode existir sobre a sua autenticidade; as irmãs em questão são conhecidas das principais famílias residentes neste lugar e de diferentes oficiais do exército inglês.

... Uma delas estava numa noite sentada e lia na claridade de uma lâmpada; num dado momento, julgando que a hora de se retirar havia chegado, levantou os olhos do seu livro e viu, com imenso espanto, um homem sentado diante dela *colocado entre sua pessoa e o banheiro*. Ela não conhecia o intruso, que dirigia seu olhar sobre ela numa atitude calma e serena; entretanto, sua surpresa era muito grande para que ela pensasse em lhe perguntar o motivo de sua presença em sua casa. Ela permaneceu como aturdida, olhando-o, depois veio-lhe a idéia de que o intruso podia não ser uma pessoa real, mas um visitante do Além... Ela continuou a olhar em silêncio, enquanto que no silêncio o misterioso visitante fixava sem parar seu olhar sobre ela. Como prolongou-se essa situação a sensitiva não saberia dizer, mas provavelmente não durou muito tempo, e ela terminou pela rápida dissolução do fantasma.

Era a hora do banho da noite; antes de se apressar para tomá-lo, ela quis libertar dois cachorrinhos presos no quarto vizinho. Abriu a porta e os cachorrinhos precipitaram-se latindo furiosamente *na direção do banho*. A senhora olhou e, no fundo da sala, viu uma monstruosa serpente, uma “cobra”, cuja mordida causa uma morte fulminante. Ela esteve pronta a fechar a porta e, fazendo isto, viu o réptil voltar-se e introduzir-se no orifício onde passavam os canos d’água, orifício deixado, por incúria, mais largo do que o necessário.

Se a senhora tivesse ido diretamente para o banho, como teria feito, indubitavelmente, *se o visitante fantasma não se tivesse interposto*, sua vida teria sido sacrificada.

Também aqui a visão premonitória poderia ser reduzida a um fenômeno de determinismo simbólico causada por uma percepção subconsciente do réptil, “cobra”.

* * *

Termino aqui as citações de exemplos onde as *premonições que salvam refletem circunstâncias de fatos já existentes, ou acontecimentos que já se desenrolam próximo aos sensitivos no momento da premonição*, para passar àqueles em que *as premonições que salvam refletem acontecimentos fortuitos que se realizaram após um intervalo de tempo mais ou menos longo*.

Caso 140

O Prof. Th. Flournoy, na sua obra *Esprits et Médiums*, pág. 316, cita o seguinte fato, pessoalmente estudado por ele:

“O caso é o de um grande comerciante, cujo espírito empreendedor e seus negócios fizeram-no viajar muito através da América do Sul. Segundo as narrativas que recolhi de sua boca, ele ouviu por *diversas vezes*, no curso de sua existência movimentada, uma misteriosa voz clara, sempre a mesma, a lhe dar conselhos ou advertências muito curtos e incisivos. De temperamento essencialmente prático e positivo, estranho a qualquer preocupação filosófica ou religiosa, o Sr. X não tem nenhuma teoria sobre essa voz e contentou-se em registrar com espanto as manifestações.

Eis dois casos onde ela salvou-lhe a vida, assim como a dos índios que o acompanhavam e lhe serviam de guias nas suas expedições aventureiras.

Uma vez, como sua tropa acabara de parar ao pé de uma árvore enorme para aí preparar a refeição, o Sr. X. ouviu, de repente, a voz ordenar-lhe: “*Salvem-se!*”, e ele forçou sua gente a safar-se; mal tinham se afastado, a árvore abateu-se com estrondo sobre o lugar que haviam ocupado. O exame do tronco partido mostrou que ele estava inteiramente roído e, por assim dizer, esvaziado pelos cupins.

Uma outra vez, descendo um rio de canoa, iam cortar um contorno, raspando um promontório, quando essa mesma voz ordenou-lhe atravessar imediatamente a correnteza para chegar mais rápido à outra margem. Isto parecia tão absurdo que ele teve que mirar, com seu fuzil, seus remadores recalcitrantes e ameaçá-los de morte para obrigá-los a obedecer. Não tinham, ainda, atravessado senão em parte, quando o promontório afundou, causando turbilhões na água que quase os fez soçobrar e que os teria, infalivelmente, tragado se tivessem continuado na sua direção primitiva.”

O Prof. Flournoy acrescenta:

“Nessas duas ocasiões, a voz, no dizer do Sr. X., tinha um caráter tão imperativo que nenhuma hesitação era possível, e ele foi absolutamente constrangido a obedecer-lhe e de fazer seus homens obedecerem. O automatismo verbal, em outros termos, era duplicado por um automatismo cenestésico⁹ e emotivo (sentimento de perigo iminente e impulso para fugir) irresistível, cujo ponto de partida encontrava-se, sem dúvida, segundo tudo o que se sabe dos fenômenos deste gênero, nas percepções visuais (traços de cupins, aspecto das margens minadas pela água, etc.), ou auditivas (estalidos preliminares), permanecidas inconscientes ou não percebidas pela personalidade comum.”

Observo que o Prof. Flournoy mostra-se muito categórico na expressão de suas convicções; se as hipóteses que ele enuncia parecem cientificamente legítimas, declará-las *sem dúvida reais* não está de acordo com as regras de prudência científica. Quanto mais que, se se tratava de percepções “de traços de cupins ou de estalidos preliminares ou do aspecto das margens minadas pela água”, os primeiros a se aperceberem disso teriam sido os índios, bem familiarizados com os perigos que apresentam suas florestas e dotados de um instinto incomparável para pressenti-los.

Além do mais, só se pode levar em conta o fato de que existe um grande número de episódios análogos constatados em circunstâncias que permitem excluir, de maneira absoluta, a hipótese das percepções subscientes; seria, portanto, inteiramente legítimo supor que se estes últimos são provavelmente determinados por causas externas aos sensitivos, as mesmas causas

podem às vezes colocar-se em uso também nos casos em que a evidência é menor (e dentre os quais há alguns comparáveis aos melhores, pela sua eficácia impressionante).

Caso 141

O Dr. Hodgson fez a este propósito uma entrevista rigorosa, e Myers publicou-o nos *Proceedings of the S.P.R.*, vol. XI, pág. 424. O Sr. C. Hazen Brown escreve de Boston, na data de 17 de agosto de 1894:

“... Há algumas semanas, aconteceu-me de ter que consultar um dentista, e à hora marcada eu estava no seu consultório; encontrei-o num estado de superexcitação extrema por causa de um estranho e dramático incidente que lhe tinha acontecido mais cedo. O consultório está situado na Rua Tremmont; é um belo e grande quarto, num ângulo do qual, e precisamente no ponto mais afastado da janela, o dentista montou seu laboratório, isolando-o com uma divisão. Ali se encontrava uma pequena caldeira em cobre, da qual se servia para fusão da *guttapercha* que serve para fixar os dentes postiços. Ele estava ocupado na reparação de uma dentadura e se mantinha curvado sobre seu banco, perto da caldeira em ebulição, quando ouviu, de repente, uma voz gritar-lhe num tom imperioso: “Corra até a janela, rápido!”. E logo a voz repetiu, excitada, a mesma injunção: “Corra até a janela, rápido!”. Sem procurar de onde vinha esta ordem, correu até a janela, debruçou-se, olhou para a rua; e eis que, simultaneamente, produziu-se uma explosão terrível no seu laboratório. A pequena caldeira tinha explodido e um fragmento tinha se enfiado no teto. O dentista precipitou-se no laboratório, onde a violência da explosão havia quebrado tudo; o próprio banco estava reduzido a migalhas, embora tivesse uma espessura de duas polegadas. Os vizinhos, que correram por causa do barulho, ficaram estupefatos com a narrativa que lhes fez o dentista. Ele estava só no seu consultório e não pôde explicar o misterioso aviso.

A caldeira estava munida de uma válvula de segurança; mas resultou do exame dos fragmentos que ela não havia funcionado porque estava oxidada e suja.

Eis o fato, tal como me contou o dentista em meio às ruínas do laboratório e do consultório, os quais confirmavam seus dizeres. Como se sabe, um fragmento da caldeira, pesando 10 libras mais ou menos, tinha se enfiado no teto, o que demonstra que o poder explosivo era relativamente grande; com efeito, a pressão, no momento da explosão, devia ser de aproximadamente 30 libras por polegada quadrada. É indubitável que se esta misteriosa voz amiga não tivesse interferido, o dentista teria sido gravemente ferido ou morto. Trata-se, portanto, de um episódio do maior interesse.” (Assinado: G. Hazen Brown.)

(O Dr. Hodgson foi interrogar o dentista e obteve a plena confirmação dos fatos. O dentista acrescenta não ter reconhecido a voz e não ter tido em sua vida nenhuma experiência supranormal.)

Myers, referindo-as ao caso, observa que não é fácil encontrar para ele uma origem *hiperestésica*; e a coisa é evidente, mas não faltariam homens de ciência prontos para resolver o mistério emitindo a sentença de que a personalidade subconsciente do dentista, tendo tido a percepção da válvula oxidada e do perigo que daí derivava, advertiu a personalidade consciente através da via alucinatória. Poder-se-ia censurar tudo isto, de que a válvula estava oxidada há muito tempo, e que há muito tempo a caldeira funcionava; portanto, seria preciso explicar como a personalidade subconsciente descobriu o perigo justamente no dia em que a oxidação devia causar o desastre e como ela adivinhou justamente o instante matemático em que a caldeira devia explodir; tantos mistérios a resolver, mas que não embaraçariam de modo algum certos homens de ciência: existe uma credulidade científica comparável, em tudo, à fé cega dos verdadeiros crentes. Entendamos: os fenômenos das personalidades subconscientes existem, os automatismos existem, a criptomnesia está fundamentada, os fenômenos em geral de percepções hiperestésicas estão fundamentados, mas é uma ilusão inconcebível a obstinação de querer encerrar tudo nos limites estreitos dessas hipóteses; e aqueles que nisso se comprazem não falam mais em nome da ciência, mas da fé combinada com a fantasia poética.

Caso 142

Uma senhora amiga de Myers escrevia em 3 de junho de 1890.

“Na noite de 21 de maio de 1890, encontrava-me em F. (Inglaterra); e como minha filhinha dormia comigo, guardei no meu quarto uma lamparina constantemente acesa, que estava pousada sobre um console de madeira e consistia numa válvula cheia de substâncias gordurosas com uma mecha, o que nunca tinha causado inconveniente de nenhum gênero. Era mais ou menos 1:15, quando fui subitamente acordada por uma voz que me chamava; não se tratava de uma *impressão*, mas uma voz natural bem distinta, que ressoava ao meu ouvido, quando sentei-me sobressaltada em minha cama. E tanto mais profundo foi meu espanto, quando ouvi chamar meu nome por uma abreviação que ninguém usava na Inglaterra. Quando fiquei convencida de que tudo estava tranqüilo, deitei de novo, refletindo sobre a voz misteriosa e acima de tudo impressionada pelo uso desse nome, familiarmente carinhoso, com o qual chamaram-me, e que eu não ouvia mais há muito tempo.

Aproximadamente meia hora mais tarde, o abajur da lamparina pegava fogo, e logo a matéria gordurosa contida na válvula inflamava-se e atentava contra a madeira do console; ora, a chama teria se estendido aos lambris da parede, se eu não tivesse acorrido, prontamente, para apagar o fogo, enquanto ainda era tempo; e se pude fazê-lo, devo-o a quem me acordou.” (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. XI, pág. 419.)

Aqui, não parece quase possível atribuir o fenômeno premonitório a percepções subconscientes, visto que quando a voz se fez ouvir, acordando a sensitiva, o perigo anunciado ainda não existia, e que a sensitiva, acordada, não conseguiu achar nada de insólito, embora ela tivesse prestado atenção.

Caso 143

A Sra. Florence Montague, cujo nome é bem conhecido entre os espiritualistas anglo-saxões, publicava no *Philosophical*

Journal de São Francisco (Califórnia) na data de 3 de fevereiro, o seguinte relato:

“Eu era secretária correspondente da Sociedade Feminina de Socorro aos marinheiros e, durante a ausência do capelão, eu o substituía. Minha tarefa não era boa durante esse período de lutas intestinas, onde freqüentes crises explodiam entre nossos protegidos e os afiliados à União dos Marinheiros, à qual os nossos não tinham querido aderir. Cartas anônimas tinham mesmo chegado à direção, onde se ameaçava fazer explodir o edifício...

Como tenho por hábito levantar-me tarde pela manhã, e a luz perturba meu sono, eu evitara esse inconveniente colocando a cabeceira da cama no arco da janela.

Numa noite de outono de 1892, embora estivesse caindo de sono, aconteceu-me o fato estranho de não poder dormir porque cada vez que me aproximava da cama uma misteriosa influência obrigava-me a me afastar de novo. Procurei distrair-me através da música e da leitura, mas não resisti muito tempo e me deitei. Ia adormecer, quando, de repente, fui possuída pelo pensamento de que devia afastar a cama da janela.

Naquele tempo eu não era espiritualista e meus conhecimentos sobre o argumento eram muito rudimentares; lutei, portanto, contra essa impressão, que me parecia irracional, ajudada nisso pela minha repugnância natural de me levantar; entretanto, não cheguei a adormecer senão após longos esforços.

Não saberia dizer quanto tempo dormi, mas acordei com o som da minha própria voz que gritava automaticamente: “Levante-se e vire a cama”. Mesmo esta outra estranha circunstância não chegou a me impressionar; entretanto, resolvi obedecer a ordem para terminar com minha extravagante obsessão e poder dormir tranqüila. Levantei-me e, sem nem acender o gás, pus-me a arrastar a cama afastando-a da janela; o móvel, porém, era pesado e eu estava cheia de sono; além disso, um pé da cama embarçou-se no tapete, de maneira que interrompi o trabalho bem no meio e a cama permaneceu com a cabeceira no ângulo oposto à janela, isto é, no ponto mais afastado dela. Voltei a deitar e dormir de novo, imediatamente.

Horas ou minutos podiam ter se passado, quando acordei em sobressalto, experimentando um sentimento de agitação e de pressão por todo o corpo, mas sobretudo na cabeça; e quando me compenetrei do que acontecia, eu estava no meio de uma algazarra apavorante, seguida de um abalo indescritível.

Todo mundo se lembra em São Francisco do atentado a dinamite contra “A Casa dos Marinheiros”. Nessa noite, felizmente, a inexperiência dos malfeitores fez com que o velho edifício e as centenas de pessoas que o habitavam fossem salvas. A construção foi, aliás, sacudida desde as fundações; todas as lajes quebraram-se em migalhas, as rachaduras se produziram nas paredes e várias desmoronaram. Um fosso de uma profundidade de 20 pés impediu o tráfego da rua durante vários dias; o estrondo foi ouvido a dez milhas de distância.

A janela onde se encontrava a cabeceira da minha cama era apenas um amontoado de pedras, de cal e de vidros quebrados; a janela inteira e um pedaço da parede estavam completamente caídos. O misterioso aviso tinha-me salvado a vida!”

Há, neste caso, a circunstância das cartas anônimas ameaçadoras, que só podiam ter impressionado a relatora. Existia, portanto, uma predisposição para temer a realização durante a noite das ameaças criminosas, o que anularia, em parte, a interpretação do incidente num sentido premonitório e poderia, assim, fazê-lo atribuir a uma “coincidência fortuita”.

Todavia, por menos que se reflita nas formas impulsivas reiteradas e irresistíveis que impulsionaram a sensitiva a agir, deve-se concluir que a hipótese premonitória é ainda a que se apresenta sob um aspecto mais verossímil. Com efeito, se se tivesse tratado de impulsos subconscientes, causados pela apreensão genérica de um atentado iminente destinado a fazer explodir a casa, impulsos que, por um acaso, teriam coincidido com a mesma noite do atentado, então a sensitiva devia, pelo menos, sentir-se impulsionada a fugir da casa que devia desabar, e não simplesmente deslocar a cama da janela; este último detalhe demonstraria, na causa agente, a percepção exata do ponto onde o perigo estava circunscrito para a sensitiva e a clara intenção de agir de uma maneira estritamente de acordo com a situação.

Caso 144

Extraio-o da obra de Robert Dale Owen: *Footfalls on the Boundary of Another World* (págs. 332-335); ele foi pessoalmente estudado pelo autor.

Dale Owen relata que um dia o senador Dr. Lynn foi convidado a um jantar diplomático, no qual tomavam parte as mais altas personalidades políticas dos Estados Unidos. Ele estava desejoso de aí estar, mas em consequência de uma ligeira indisposição, teve que a ele renunciar, pedindo à sua mulher para ir em seu lugar. Dale Owen continua:

“Desde o começo do jantar a Sra. Lynn foi tomada por um sentimento de inquietação muito grande pelo seu marido, e tentou espantar essa impressão, repetindo para si mesma que a indisposição da qual ele sofria era sem nenhuma importância, mas não conseguiu. Acabou por confiar suas inquietações ao general Macomb, que, para acalmá-la, lembrou-lhe o que ela própria havia dito um instante antes, isto é, que o general Jones tinha ficado para fazer companhia ao seu marido e que, por conseguinte, em caso de agravamento súbito, ele não teria deixado de adverti-la. Apesar disso, a inquietação inexplicável que a havia invadido aumentou sempre, e no final da refeição tomou a forma de uma angústia tal e de um impulso insuperável para voltar imediatamente, que ela *sentia* não poder permanecer um instante mais.

O senador Wright, notando a sua palidez, ficou inquieto e disse:

– Sra. Lynn, a senhora não se sente bem; diga-me o que tem.

– Nada – respondeu ela –, porém sinto que *devo* juntar-me ao meu marido imediatamente.

O senador Wright tentou a seu turno acalmá-la, e ela respondeu-lhe:

– Se quiser prestar-me um serviço, pelo qual serei reconhecida por toda a vida, desculpe-nos junto ao dono da casa e acompanhe-me à casa do meu marido.

Estando a vidente superexcitada no mais alto grau, ele nisso consentiu, embora o jantar não tivesse terminado; despediu-se e acompanhou-a com sua mulher.

Quando chegaram diante da porta da casa, o senador Wright despediu-se, dizendo:

– Amanhã virei saber notícias, e rir à vontade com seu marido e a senhora mesma, de seus medos.

A Sra. Lynn subiu rapidamente as escadas e, encontrando a zeladora, perguntou ansiosamente:

– Como vai meu marido?

– Muito bem – respondeu essa mulher –, tomou um banho há uma hora e creio que dorme profundamente. O general Jones disse-me que ele estaria completamente refeito.

Ao que a Sra. Lynn replicou:

– Então, o general Jones partiu?

– Creio que sim, parece-me tê-lo visto há uma meia hora.

Tranqüilizada de certa forma, a Sra. Lynn dirigiu-se para o quarto de seu marido e encontrou a porta fechada. Quando ela a abiu, nuvens de fumaça muito densa e sufocante fizeram-na recuar e vacilar um instante. Refez-se, quase prontamente, e entrou, constatando que as cobertas e os travesseiros pegavam fogo, e que de suas plumas desprendia-se essa fumaça terrível. Ela atirou-se de corpo inteiro sobre a cama para sufocar o fogo que queimava lentamente, privando-o de ar, mas de repente uma chama dirigiu-se pela abertura da porta e suas vestimentas leves incendiaram-se. Aprontou-se para mergulhar no banho, do qual uma hora antes seu marido havia se servido; depois, voltando à obra, arrancou os travesseiros e as cobertas, mergulhando-os a seu turno na água, não sem ferir gravemente as mãos. Finalmente, com uma força redobrada pelo desespero, transportou em segurança o corpo inanimado de seu marido. Somente então pensou em pedir socorro.

O Dr. Sewell correu prontamente e, fazendo funcionar as práticas habituais, conseguiu, após mais de meia hora, fazer voltar à vida o asfiziado; este foi obrigado a permanecer de cama

durante uma semana e só se restabeleceu completamente após três meses.

O Dr. Sewell pôde dizer à Sra. Lynn:

– Que felicidade a senhora ter chegado a tempo! Cinco minutos de atraso, três, mesmo, teriam bastado para que não encontrasse vivo seu marido.

Esses detalhes me foram relatados de viva voz pela Sra. Lynn, pessoalmente, no dia 4 de julho de 1859, em Washington, e ela me permitiu publicá-los.”

Dale Owen acrescenta estas reflexões:

“Há um ponto, neste caso, que merece uma atenção especial. Na hipótese segundo a qual o impulso insuperável do qual a Sra. Lynn foi invadida teria uma origem espiritual, uma questão ficaria para resolver: se o impulso deve ser considerado como um aviso de um acidente já existente, ou um pressentimento de acidente que ainda não existia. Em outras palavras, tratava-se de um fenômeno de clarividência no presente ou clarividência no futuro?

A Sra. Lynn me disse que a impressão de ansiedade pelo seu marido apoderou-se dela uma meia hora antes que ela atingisse uma intensidade tal, que a obrigasse a abandonar o jantar e os convidados. Ela acrescentou que, saindo com o casal dos Wright, tiveram de voltar a pé, pois os carros para os convidados estariam disponíveis para as 23 horas. A distância era de uma milha e meia, e eles levaram mais de meia hora para percorrê-la. Seguiu-se que a impressão de ansiedade pela qual a Sra. Lynn foi obrigada a retornar apoderou-se dela uma hora antes, e talvez mais, para que não abrisse a porta do quarto conjugal. Estando as coisas nestes termos, e não podendo o fato ser atribuído a uma “coincidência fortuita”, será preciso concluir que trata-se de um fenômeno de clarividência no futuro.”

Caso 145

Os doutores Vaschide e Piéron, num artigo publicado pela *Revue des Revues* (16 de junho de 1901) intitulado *De la Valeur*

Prophétique du Rêve, relatam o seguinte caso histórico, aliás, bem conhecido:

“Uma noite, a Princesa de Conti viu, em sonho, um apartamento de seu palácio prestes a se desmoronar e seus filhos, que aí dormiam, a ponto de serem sepultados sob as ruínas. A imagem medonha que tinha se apresentado à sua imaginação remexeu seu coração e todo seu sangue; ela tremeu, e no seu pavor foi acordada em sobressalto e chamou algumas mulheres que dormiam em seus aposentos.

Elas vieram receber as ordens de sua senhora, e esta lhes contou sua visão, querendo firmemente que lhe trouxessem seus filhos. As mulheres resistiram-lhe, citando o antigo provérbio de que todo sonho é uma mentira. A princesa ordenou que fossem buscá-los. A governanta e as babás fingiram obedecer, depois voltaram sobre seus passos a dizer que os jovens príncipes dormiam tranqüilamente e que seria um crime perturbar-lhes o repouso.

A princesa, vendo sua obstinação e talvez sua mentira, pediu, orgulhosamente, seu robe. Não houve mais meio de hesitar. Foram procurar os jovens príncipes, que mal chegaram no quarto de sua mãe e seu apartamento desmoronou-se.”

O Sr. César de Vesme, diretor da *Revue d'Etudes Psychiques*, relatando o caso no seu número de agosto, acrescenta os seguintes comentários:

“Notar-se-á logo que não se trata aqui do apartamento da pessoa que sonha, isto é, da Princesa de Conti, mas do apartamento das crianças, que devia ser bastante afastado do da mãe, sem o que esta não teria feito tantas coisas para passar de um quarto ao outro para pegar seus filhos. Portanto, não mais ruídos precursores do desmoronamento. E será preciso resignar-se a fazer rir seu público, supondo que a Princesa de Conti tinha notado que o apartamento das crianças ameaçava desmoronar-se; mas que esta constatação, que revelava em si tão notáveis talentos do arquiteto, tinha permanecido escondido na subconsciência, para não se revelar de repente – veja, portanto, que engraçado acaso! – justo no momento em que a catástrofe ia se produzir. Eis em que

excesso de credulidade nos é necessário cair, quando queremos ser muito incrédulos.”

Caso 146

O Prof. W. F. Barrett, recolhendo as cartas e os escritos inéditos de C. C. Massey para publicá-los em volume, encontrou a seguinte nota, traçada pela sua própria mão, que descreveu um incidente premonitório:

“Por volta do mês de maio último (1897), na cidade de Bank (New Forest, Lyndhurst) onde eu morava, uma jovem empregada tentou suicidar-se, atirando-se num poço que tinha 47 pés de profundidade até a superfície da água e outros 25 pés ocupados pela água. Mal começava o dia, no momento deste fato, e uma única pessoa nesta hora matinal encontrava-se na cidade. Era um homem que morava ao meu lado, chamado Wiltshire; e ele viu a jovem mulher caminhar, apressadamente, diante dele, e gesticular como alguém que estivesse preso a uma grande dor. Perdeu-a de vista um momento, mas não parou de seguir seus traços, e, aproximando-se do poço, ouviu um grito elevar-se do interior. Ele debruçou-se e a viu suspensa por suas vestes, presas a um prego. Logo fez descer o balde, no qual a jovem mulher agarrou-se; mas, não conseguindo tirá-la sozinha, gritou-lhe para esperar um momento, deu-lhe instruções sobre a maneira de prender-se para não se extenuar, encorajou-a através das boas palavras e correu à cidade em busca de socorro. Enfim, ele, felizmente, conseguiu tirá-la do poço, e a jovem mulher teve a vida salva devido à prontidão e à energia do Sr. Wiltshire.

Fui logo avistado do fato pela minha hóspede. Ora, eis a parte estranha do episódio: O Sr. Wiltshire, contra o seu hábito, tinha se levantado a essa hora tão matinal e se encontrava do lado de fora antes da aurora, *porque tinha sido chamado pelo seu sobrenome por várias vezes*. Ele não havia reconhecido a voz e não explicava a providência. Ele acordou seu filho, que lhe respondeu que não tinha nada ouvido; pôs-se na janela, mas a rua estava deserta e ninguém tinha se levantado a essa hora. A voz tinha um tom agitado e ficara-lhe a *impressão de que alguma coisa de infeliz se preparava e que se teria uma necessidade*

urgente dele. No começo, como é natural, pensou que o aviso podia se referir aos seus próprios negócios; como ele era criador de gado, disse ao seu filho que fosse inspecionar os estábulos e saiu.

Como se vê, a tarefa que o aguardava era bem diferente.”
(*Light*, 1908, pág. 161.)

Este caso é teoricamente muito interessante e muito instrutivo. Na hipótese de uma intervenção externa, seria preciso acreditar que a entidade comunicante conhecia o ato de desespero do qual a jovem mulher ia abandonar-se; que desejava salvá-la e que, não conseguindo impressioná-la psiquicamente, e não podendo agir sobre seus familiares, dos quais nenhum era dotado de sensibilidade psíquica, recorreu ao único sensitivo da cidade, impressionou-o conforme à sua própria natureza, ou seja, sob a forma auditiva-intuitiva, conseguindo assim o seu objetivo.

Caso 147

William Stead, no número de outubro de 1900 da *Review of Reviews*, publicava o seguinte episódio do qual a Condessa Schimmelmann, muito conhecida na Noruega por suas obras filantrópicas, foi a heroína. Ela escrevia:

“Há dois anos, no decorrer de um cruzeiro que fizemos com meu iate “Duen”, lançamos a âncora no Lymfyord. Meu filho caçula, ainda criança, desceu de barco com um marinheiro, e ambos afastaram-se a golpes de remo mais ou menos uma milha e meia do iate. Do alto da ponte eu os observava, e a atmosfera extraordinariamente pura dos países do norte permitiam-me vê-los distintamente. Num dado momento, vi meu filho levantar-se e logo a embarcação soçobrar; eu os vi nadarem esforçando-se para se manterem na superfície; enfim, vi meu filho escoar lentamente, até o momento em que não discerni mais do que seus abundantes cachos dourados. A horrível cena ocupou vários minutos, mas eu tinha soado o alarme desde que vira a barca soçobrar; imediatamente os marinheiros tinham descido uma lancha de salvamento, vagueando com todas as forças para o

lugar do desastre, ansiosos de chegar a tempo, mas era impossível aí chegar em menos de um quarto de hora.

Quando, enfim, eles chegaram, encontraram a embarcação que flutuava de maneira normal e duas pessoas ocupadas em pescar tranquilamente. Os marinheiros não compreendiam como tinham podido ver, da ponte, o que não se tinha produzido e, sem mais, deram meia-volta, dirigindo-se a bordo. Mas tinham percorrido apenas uma curta distância, quando o acidente percebido por mim um quarto de hora mais cedo realizou-se em todos os seus detalhes! Felizmente, a barca estava bastante próxima e o piloto conseguiu agarrar a tempo os cabelos do meu filho, no momento em que ele ia desaparecer. Seu companheiro estava agarrado à quilha da lancha e foi salvo a seu turno.

Não sou sujeita a alucinações visuais de nenhum gênero; exponho o fato tal como ele se produziu, em presença de toda a tripulação, e não pude explicar senão considerando-o como um aviso supranormal tendo por objetivo salvar a vida das duas pessoas.”

Parece difícil aplicar a este relato uma hipótese diferente da que propõe a Condessa Schimmelman, se se pensa que o fato foi accidental e, por conseguinte, imprevisível e que a visão alucinatória precedeu de um quarto de hora o acidente; em outras palavras, ela se produziu justo no momento, matematicamente necessário, para permitir à lancha de salvamento chegar a tempo para salvar as vítimas de um naufrágio ainda não advindo; tudo isso revelaria uma presciência maravilhosa.

Caso 148

É a Sra. de Morgan, mulher do Prof. de Morgan, autor da obra bem conhecida *From Matter to Spirit*, a relatora do caso. Eis o que ela escreveu na data de 11 de outubro de 1883:

“Há cinco semanas voltei a Dorsetshire com minha família, que se compõe de minha filha, minha nora, quatro crianças desta última e uma doméstica. Quatro dias antes de deixar Londres, acordei em sobressalto com esta visão muito marcada no espírito: estávamos sentadas num prado, lendo, quando minha nora

levantou-se, num ímpeto, e correu para o ponto do prado onde brotava uma espessa moita de sarças, de canas, de ervas selvagens enroladas entre si. Vi-a reter uma das crianças que corria para a moita e voltar gritando que havia ali um poço profundo sem parapeito. Com essa notícia e percebendo a criança sã e salva, soltei um grande suspiro de alívio.

O sonho – ou a visão – causou-me uma impressão profunda, e contei-o sem tardar à minha nora, que, a seu turno, contou-o a outros.

Quando descemos na estação indicada, nossa hóspede veio ao nosso encontro com o veículo para nos conduzir à cidade. Ao longo do caminho, perguntei se existiam poços descobertos na vizinhança da casa que nos estava destinada, fazendo-lhe notar que tínhamos quatro crianças para cuidar. Ele respondeu que não existia na casa senão um poço coberto, montado com uma bomba.

Três ou quatro dias mais tarde, eu e minha nora líamos num belo prado verde que pertencia ao dono da casa, enquanto as crianças brincavam um pouco afastadas. De repente, vi minha nora levantar-se e correr na direção de um ponto do prado onde crescia uma moita de sarças, de canas e de ervas selvagens. Ao mesmo tempo, a criança menor, de dois anos, correu também para a moita, mas sua mãe pôde retê-lo a tempo e, virando-se, gritou: “Há aqui um poço profundo e sem parapeito!” A esta exclamação, lembramo-nos ambas e reconhecemos a legitimidade das nossas proposições de prudência. Todavia, o sonho foi inútil do ponto de vista premonitório, já que cada uma de nós o tínhamos esquecido, depois do que, nossa hóspede nos tranqüilizou.” (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. V, pág. 339.)

(A nora da Sra. de Morgan, a Sra. A. M. de Morgan, confirma plenamente o relato acima.)

A observação da Sra. de Morgan, de que o relato foi inútil do ponto de vista premonitório, pois tanto ela quanto sua nora o haviam esquecido, não deve ser tomado ao pé da letra, porque o fato de que a sua nora levantou-se de repente para correr em direção ao lugar perigoso, chegando justo a tempo de salvar o

bebê, leva a crer que esse ato nasceu de um impulso mais ou menos subconsciente, e em relação com a impressão nela mantida, após a visão da Sra. de Morgan.

Caso 149

Myers relata a seguinte narrativa de um incidente comunicado por uma senhora de seu conhecimento, da qual ele não está autorizado a publicar o nome (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. XI, pág. 497).

Morávamos em Hartford Street (Mayfair) e, um dia, decidi ir com meu veículo encontrar um parente em Woolwich, levando a babá com a criança. Durante a noite, tive uma visão muito viva e muito penosa de mim mesma no veículo, no momento em que voltamos para pegar a rua de Piccadilly; depois, de mim mesma que, tendo descido com a criança nos meus braços, via nosso cocheiro cair inconsciente, derrubado de seu assento no chão, e esmagando debaixo de si sua cartola. Essa visão desconcertou-me a ponto de que, quando a entreguei pela manhã ao cocheiro, esperava ouvir me responder que eu não podia partir por causa de algum incidente, o que me teria fornecido um pretexto para ir pela estrada de ferro. Esse cocheiro estava há muito tempo a nosso serviço e era um homem de toda confiança, muito afeiçoado. Quando ele se apresentou, eu lhe disse que devia ir a Woolwich e que desejava que aprontasse o veículo para 10 horas. Sem alegar dificuldades, ficou hesitante. Propus, então, partir às 11 horas, ao que pareceu aquiescer com satisfação. Não me deu nenhuma explicação sobre sua hesitação e disse que os cavalos estavam em excelente estado. Fiz-lhe observar que eu podia partir muito bem pela estrada de ferro, mas ele repetiu que tudo estava em ordem.

Partimos para Woolwich, onde passou-se o dia, e tudo correu bem até o retorno, onde se atravessou o quarteirão de Piccadilly; ali, minha atenção foi chamada pelo fato de que todos os cocheiros que encontrávamos olhavam o meu, com uma expressão estranha. Olhei a meu turno através da vidraça em frente e vi que ele estava sentado sobre seu assento, o corpo virado para trás, como se devesse frear a fuga dos cavalos fogosos, o que não era

o caso. Nós voltamos para Downstreet e, olhando de novo, percebi que ele continuava a guardar esta estranha posição. Então lembrei-me de repente do meu sonho. Ordenei-lhe para parar imediatamente, peguei a criança nos meus braços e saltei para a terra, após o que chamei um policial em socorro do cocheiro. Justo no momento em que o policial chegava, inesperadamente, o cocheiro caía de lado, desfalecido, do seu assento nos braços deste homem; de sorte que se eu tivesse atrasado um segundo ele teria caído sobre o pavimento da maneira exata em que eu o tinha visto em sonho.

Soube, em seguida, que o pobre velho sofria de um grave ataque de disenteria e que a fadiga da viagem o tinha esgotado, pouco a pouco, até provocar a síncope. Ele era abstêmio e seu único erro tinha sido o de se acreditar bastante forte para suportar a longa viagem.

Minha visão diferiu sobre dois pontos da realidade: o primeiro é que no sonho nós chegávamos a Downstreet do lado ocidental, enquanto que na realidade nós aí chegamos do lado oposto; o outro é que eu via abater-se sobre o solo meu cocheiro, com a particularidade muito precisa e muito viva da cartola esmagada pelo chão, enquanto que na realidade este acidente foi evitado pela pronta ação à qual me impulsionou a recordação sofrida do sonho.” (Assinado: Lady Z.)

Aqui, o acidente que este sonho permitiu evitar não tem uma importância tão ligeira quanto parece à primeira vista, pois sem o sonho o cocheiro de Lady Z. teria quebrado o crânio no pavimento. E é extremamente interessante ver que o acidente se passou no ângulo da rua e da maneira idêntica em que foi visualizado, salvo a providencial variante final, determinada pela recordação suportada do sonho. Esta última inexatidão constitui o detalhe teoricamente mais interessante; dir-se-ia, com efeito, que a causa agente tencionou, por aí, apresentar um quadro subjetivo do acidente, tal como devesse se realizar, tão cega cadeia de causas e efeitos tinha-se livremente desenrolado, quase em oposição com a maneira com a qual ele evoluiu em consequência de intervenção premonitória. O conjunto dos fatos não

poderia, portanto, ser explicado senão recorrendo a uma das hipóteses espiritualistas enumeradas no início do capítulo.

Caso 150

Este caso foi na origem publicado pela revista alemã *Sphinx*, e a Sra. Sidgwick englobou-o na sua classificação dos fenômenos premonitórios (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. V, pág. 335). É um caso autenticado por numerosas testemunhas, cujos processos verbais estão em posse do diretor da revista citada acima. A relatora, Frau K., descreve nestes termos sua experiência:

“Numa noite do início de agosto de 1886, assisti, em sonho, a um incêndio enorme, cujas fases grandiosas provocaram em mim um sentimento de terror paralisante. Quando acordei, senti como se tivesse assistido a um incêndio real, e não poderia ter ficado mais impressionada. É estranho dizer: uma vez acordada, atravessou-me o espírito o pensamento de que as cartas-valores que possuímos, conservadas no cofre-forte à prova de fogo colocado na fábrica de cerveja M. B., estavam em perigo. Não me lembro de ter sonhado esta particularidade; e, por outro lado, não havia nenhuma razão para ligá-la ao incêndio visto em sonho; entretanto, e a despeito de todos os meus raciocínios, esta impressão não motivada tornou-se intensa a ponto de encher-me de espanto e me privar de qualquer tranqüilidade; decidi-me, portanto, a contar à minha família o sonho e as inquietações que me haviam tomado.

Três dias mais tarde, o mesmo sonho se repetiu com uma vivacidade maior ainda, como se se quisesse confirmar, assim, que meus temores eram fundados. E a inexplicável preocupação persistia e se intensificava, enquanto que eu percebia como o eco de uma voz interior aconselhando a colocar em segurança os valores; a perda deles teria nos arrastado à ruína. Não hesitei mais, pois, em seguir os conselhos da voz misteriosa, pedindo vivamente a meu marido para fazer retirar esses valores do cofre-forte e colocá-los noutra lugar. Ele se recusou, observando que meus temores eram absurdos, e mais absurda ainda a importância que eu dava aos sonhos. Mas a ansiedade que eu possuía era bastante forte para me tornar infeliz, e eu não deixava de impor-

tuná-lo um momento para que ele me escutasse. Finalmente, após dez dias de insistência, ele resignou-se, não em consideração pelo meu sonho, mas para devolver-me minha tranqüilidade perdida. Quando soube que os valores estavam em segurança no banco de Munique, fiquei calma.

Alguns dias depois, partimos para o Tyrol, e não teria mais pensado no incidente, se, uma terceira vez, não tivesse assistido em sonho ao mesmo grandioso incêndio, e isto na noite de 14 para 15 de setembro. Todavia, ao invés de me sentir invadida pelo sentimento de terror paralisante habitual, experimentei nesta circunstância uma impressão de grande alívio ao pensar que nossos valores estavam em segurança.

Na manhã seguinte contei o sonho à minha família, e no dia seguinte chegou-nos a notícia de que a fábrica de cerveja em questão tinha sido destruída por um incêndio que havia acontecido no dia 14 de setembro. Soubemos, em seguida, que nada tinha sido salvo e que o cofre-forte à prova de fogo tinha ficado durante 36 horas envolvido em chamas, de sorte que os papéis e os valores que ele encerrava tinham sido reduzidos a cinzas. Este sonho preservou-nos da ruína.”

(Seguem os atestados do marido da relatora, de todos os parentes, dos amigos Herr von M., Frau von A., Barão von E. e do proprietário da fábrica incendiada.)

A Sra. Sidgwick acrescenta:

“Este caso encerra várias particularidades dignas de atenção: primeiro, a ansiedade experimentada por Frau K. a respeito dos valores em perigo, única circunstância que estabelece uma relação entre o incêndio sonhado e o realizado. Não parece, entretanto, que tenha sido causado pelo sonho, embora tenha podido dele fazer parte e ter sido esquecido, como estando-lhe ligado... Um outro ponto importante é o terceiro sonho que coincide com o momento do incêndio; esta coincidência acrescenta, indubitavelmente, peso à suposição de que a série inteira dos incidentes é de ordem supranormal.”

Caso 151

Gurney recolheu-o, estudou-o e a Sra. Sidgwick publicou-o nos *Proceedings of the S.P.R.* (vol. V, pág. 313). A sensitiva e relatora, Sra. Ray, escreve na data de 17 de setembro de 1884:

“Eu devia passar um dia com minha irmã, residente em Roehampton, e na véspera, no momento em que adormecia, tive uma visão na qual eu assistia à capotagem do veículo em que eu deveria tomar um lugar na estação de Mortlake, e via-o precipitar-se nas moitas que se encontravam abaixo. Acordei sobressaltada, sem dar importância à visão. Todavia, no momento em que ia voltar a dormir, ela se apresentou para mim sob uma forma idêntica; isto deixou-me nervosa, mas, por fim, dormi de novo e no dia seguinte não pensava mais no sonho.

Fui pela estrada de ferro a Mortlake, onde não encontrei o veículo, que chegou, entretanto, após alguns minutos. Foi tudo bem por um longo trecho da estrada, mas quando chegamos ao ponto onde se sobe para a vila de minha irmã, o cavalo deu, de repente, sinais de nervosismo. O cocheiro desceu para inspecionar os arreios; mas tendo encontrado tudo em ordem, pôs-se a caminho. O incidente repetiu-se uma segunda vez, depois uma terceira. Então, enquanto o cocheiro retificava a disposição das rédeas, lembrei-me de repente da minha visão. Fiquei nervosa e desci, imediatamente, dizendo ao cocheiro que faria o restante do caminho a pé. Ele quis persuadir-me, mas vendo inúteis suas insistências, continuou só com as malas. Mal tinha se afastado alguns metros, o cavalo tornou-se tão furioso, que vendo o cocheiro em perigo, fiz sinal para alguns transeuntes correrem em seu socorro, mas antes da sua chegada, cavalo e cocheiro precipitaram-se do alto da estrada na moita situada abaixo; e isto da maneira exatamente visualizada por mim na noite da véspera, embora a localidade não fosse precisamente a mesma. O veículo foi colocado fora de uso, mas o cocheiro, quando me aproximei, exclamou: “Você é feliz de ter insistido tanto para continuar a pé; se tivesse subido no veículo, dificilmente teria salvado sua vida”.

Faço observar que nunca tive medo dos cavalos e que não teria, certamente, descido do veículo se não tivesse tido a lembrança súbita pela visão que precedeu o fato.” (Assinado: Emily Ray).

(O marido da relatora confirma o que precede.)

Caso 152

O Dr. Kinsolving, da Igreja Episcopal de Filadélfia, escreveu ao Dr. Hodgson (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. XI, pág. 495), na data de 14 de outubro de 1891, nos seguintes termos:

“Eis o sonho a respeito do qual eu lhe escrevi: encontrava-me num bosque situado atrás do Hotel dos Capon Springs, quando, de repente, vi diante de mim uma serpente com chocalhos, que consegui matar, depois do que constatei que ela só tinha duas vértebras caudais dissecadas (chocalhos), que os ossos da causa pareciam malformados e proeminentes dos dois lados e também que a cor da sua pele estava excepcionalmente descorada. Ao despertar, a visão do réptil ficou impressa no meu espírito de uma maneira muito profunda, e eu ia contar o sonho à minha mulher, quando me detive pensando que era inútil provocar nela ansiedades nocivas, pois eu tinha o hábito de empreender longas excursões nos arredores.

Após o almoço, meu irmão e eu partimos para uma dessas excursões ao longo da vertente mais importante das montanhas do norte, e após nos termos afastado mais de doze milhas do hotel, resolvemos descer no vale para atingir mais rápido a estrada que nos conduziria à nossa casa. Enquanto eu caminhava ao lado da montanha, me lembrei novamente, com uma grande força, do meu sonho, e isto com uma tão grande precipitação, que tremi e fiquei alarmado. Eu ainda não tinha dado 30 passos, quando percebi diante de mim uma serpente com chocalhos, enrolada em espiral sobre si mesma, a cabeça levantada, prestes a lançar-se para ferir. Fiquei com o pé no ar, e se tivesse terminado o passo, teria pisado no réptil. Fui pronto para me jogar de lado caindo pesadamente na terra; quando voltei da minha terrível surpresa, levantei-me e, com a ajuda de meu irmão, matei o réptil. Ora,

observando-o, constatei que em todos os detalhes, ele correspondia à serpente com chocalhos que eu tinha visualizado em sonho! Não faltava nada: o tamanho, a cor descorada e a formação defeituosa e particular dos ossos da cauda.

É certo que se eu não caminhei sobre o réptil, devo-o à recordação súbita do sonho que me colocou em guarda; todavia não formularei nenhuma teoria especial a esse respeito, pois cada vez que detenho meu espírito sobre tais experiências anormais, saio delas, possivelmente, confuso e desorientado.” (Assinado: G. H. Kinsolving).

(O irmão do relator, Arthur B. Kinsolving, escreve uma longa carta onde descreve, independentemente, o fato; os dois relatos concordam em todos os detalhes, salvo que ele fala de uma vértebra caudal dissecada, ao invés de duas.)

Se tivesse se tratado neste caso da visualização premonitória de uma serpente com chocalhos *genérica*, o fenômeno não teria deixado de ser muito interessante; mas quando se pensa que o sensitivo teve em sonho a representação fiel do idêntico réptil, malformado, que ele teria encontrado no seu caminho atravessando um bosque sem estradas, o fenômeno torna-se absolutamente perturbador. Entretanto, os fatos são fatos, e sem nenhuma dúvida, as hipóteses das “inferências subconscientes” ou das “coincidências fortuitas” não explicam este.

Caso 153

O Rev. Phillips conta o seguinte fato pessoal:

“Eu tinha 14 anos, meu pai era empregado da estrada de ferro, e uma noite sonhei que eu o via a ponto de cair numa larga fenda aberta na ponte sobre o Hook, a duas milhas da região de Goole. Acordei em sobressalto, e constatando que meu pai estava ausente da casa, vesti-me com pressa, chamei o mais jovem dos seus subordinados, pedindo-lhe para me acompanhar até a ponte em questão.

Quando aí chegamos, ouvimos um passo cadenciado que vinha na nossa direção; ao mesmo tempo apresentou-se diante dos meus olhos, identicamente, o espetáculo que eu tinha visualizado

em sonho: na ponte abria-se uma larga fenda de onde saíam nuvens de fumaça. Meu pai estava a 20 passos do ponto e continuava seu caminho adiante, no meio do nevoeiro, com seu habitual jeito de caminhar, ignorando o que o esperava.

Nunca tinha atravessado a ponte, já que ninguém tinha o direito de aí se aventurar, a não ser os empregados da companhia, que por aí passavam por sua conta e risco.

Meu pai não duvidou jamais, um instante, de que minha chegada providencial ao fim da ponte lhe tenha salvado a vida, pois ele não podia imaginar que se tivesse transportado uma parte da armadura da ponte; e, por outro lado, o nevoeiro e a fumaça impediam-no, absolutamente, de perceber a falta do curto pedaço.” (*Light*, 1905, pág. 461).

O Rev. Phillips, comentando o caso, vê uma intencionalidade e um desígnio manifestos no que lhe aconteceu, e concluiu:

“Alguma influência ignorada provocou em mim a visualização subjetiva da ponte interrompida, ligando-a à idéia de um perigo iminente para meu pai, justo no momento necessário, isto é, quando meu pai se encontrava ainda a três ou quatro milhas do lugar do perigo.”

Caso 154

É William Sainton Moses quem o relata, no *Light* (1892, pág. 181). Não informa o nome da protagonista; mas de um outro relato do mesmo fato, surgido muitos anos mais tarde, na mesma revista (1907, pág. 64), resulta que ela se chamava Srta. Gray e que a cidade onde se desenrolou o incidente era Chicago. Moses escreve:

“Uma amiga pessoal me relata este sonho premonitório muito notável. Pareceu-lhe ouvir um forte golpe desferido na porta da casa; ela olhou e viu um carro fúnebre parado diante da porta. Estupefata, correu para abrir. Um homem com a fisionomia característica e com olhar estranho estava sentado sobre o assento do carro fúnebre e, vendo-a aparecer na soleira, perguntou-lhe: “Senhorita, não está pronta?” Ela respondeu: “Oh, não, certamente não!” e fechou-lhe a porta no nariz.

O eco do golpe pareceu despertá-la em sobressalto. Ela ficou muito impressionada e muito perplexa, não sabendo o que pensar do sonho e da significação provável. Os traços desse homem permaneceram impressos na sua memória como uma obsessão, e embora se esforçasse para distrair seu espírito, ela não conseguia esquecê-lo. Contou o sonho a seus pais e a seus amigos, que o discutiram e comentaram com ela.

Várias semanas se passaram; um dia, minha amiga entrou numa grande loja situada no centro da cidade; e, devendo subir aos andares superiores, ia entrar no elevador, quando aconteceu-lhe olhar o homem encarregado do funcionamento do elevador. Logo recuou, aterrorizada, tendo reconhecido nele o homem do seu sonho. E sua constatação aumentou intensamente, quando ela o ouviu convidá-la para entrar com estas palavras exatas: “Senhorita, não está pronta ainda?”. Essa extraordinária coincidência consolidou-a mais do que nunca no seu propósito de não entrar, e o elevador partiu. Não tinha chegado ainda no segundo andar, quando o mecanismo se desarranjou, a “gaiola” precipitou-se no vazio, quebrada, e o homem morreu imediatamente.”

(No relato publicado com o nome da protagonista, em 1907, disseram que o elevador, então na sua queda, tinha chegado ao quarto andar, e que além do homem do elevador, duas outras pessoas foram mortas.)

Eis um episódio simbólico onde as circunstâncias profetizadas são extremamente complexas e perturbadoras. É preciso pensar que a “causa agente”, por ter a possibilidade de telepatizar a visão salvadora à sensitiva, devia saber com várias semanas de antecedência que num dia, numa hora, num dado minuto, o mecanismo de um elevador de Chicago estaria deteriorado e que no momento preciso em que deveria elevar-se pela última vez a sensitiva teria se apresentado para aí entrar!

Caso 155

Extraio-o do *Journal of the S.P.R.*, vol. VIII, pág. 45; este caso é rigorosamente autêntico. É o Dr. Lockart Robertson de Gunsgreen (*The Drive, Wimbledon*), que o comunica. O relatório

foi publicado de uma maneira privada em 1878, e foi redigido pela sensitiva, Sra. W., mulher do Rev. Dr. W., da qual trata a narrativa. Este último não deseja que os nomes sejam publicados. A Sra. W. escreve:

“Em julho de 1860, fui passar algum tempo em Trinity, perto de Edimburgo, com minha filha A., então criança, e uma doméstica. No domingo, dia 15, do mesmo mês, o Rev. Dr. W. veio de Edimburgo me encontrar, atrasando-se, ao entardecer. No caminho ele tinha ouvido falar de um terrível desastre da estrada de ferro que se tinha produzido nesse momento na linha Edimburgo-Granton, onde uma máquina com tênder tinha descarrilado, tinha se precipitado do alto do parapeito, e três dos cinco homens que a guiavam tinham sido mortos. Ele perguntou se eu não sabia nada a respeito, e eu lhe respondi que, não tendo visto ninguém à tarde, ignorava o acidente, mas que tinha tido uma estranha impressão nervosa cuja razão eu não compreendia e que, provavelmente, referia-se ao desastre; e a expus a ele nestes termos:

Tinha dito à minha filha A. que daqui a três ou quatro horas eu a deixaria livre para ir passear; e como ela estava sozinha, aconselhei-a a ir ao “jardim da estrada de ferro” (nome que ela dava a uma estreita nesga do terreno colocada entre o mar e a estrada de ferro). Alguns minutos após sua partida, ouvi distintamente uma voz interior que me ordenava: “Mande-a voltar imediatamente, ou alguma coisa de medonho acontecerá a ela.”

Pensei que se tratava de uma estranha auto-sugestão e me perguntei o que teria podido acontecer-lhe num dia tão bonito, com um mar apenas encrespado, num pedaço de estrada tão pequeno onde não encontraria ninguém, salvo alguma governanta, pois era a hora do serviço religioso; e não a mandei para procurar.

Todavia, um momento depois a mesma voz recomeçou a me falar com palavras idênticas, mas com uma ênfase maior. Resisti ainda e coloquei à prova minha imaginação para adivinhar o que teria podido acontecer à criança; pensei no encontro de um cão raivoso, mas a coisa era tão improvável, que teria sido absurdo lembrá-la na base de semelhante fantasia; e embora começando a

me sentir inquieta, resolvi não fazer nada, tentando pensar noutra coisa. Aí cheguei em alguns instantes, mas logo a voz renovou a insinuação com as mesmas palavras: “Mande procurá-la, imediatamente, ou alguma coisa de medonho acontecerá a ela.” Ao mesmo tempo, fui tomada por um tremor violento e por uma impressão de extremo terror. Levantei-me bruscamente, agitei a sineta e ordenei à doméstica para ir imediatamente procurar a Srta. A., repetindo automaticamente as palavras da insinuação: “do contrário, alguma coisa de medonho acontecerá a ela.” A doméstica, que tinha notado minha agitação, tentou acalmar-me, observando que nada de mau poderia acontecer num dia tão bonito, com um mar calmo, e na hora em que todo mundo estava na igreja; e ela acrescentou:

– A senhorita já foi passear sozinha várias vezes, e nunca vi a senhora se inquietar.

– É verdade – repeti –, mas agora vá rápido, não há tempo a perder.

A doméstica, saindo, contou à dona da casa, Srta. O., por que motivo injustificado ia à procura da criança.

Durante sua ausência, o terror inexplicável que me havia tomado cresceu mais ainda, e eu temia não ver mais minha filha. No fim de 15 minutos a doméstica voltou com a criança, que, decepcionada por ter sido chamada tão cedo, perguntou se eu queria, realmente, prendê-la em casa durante todo o dia.

– Não – respondi –; se me prometer não ir mais ao “jardim da estrada de ferro”, pode ir aonde quiser; por exemplo, na casa do seu tio o major S., onde poderá brincar no jardim com os priminhos.

E eu pensava que entre as quatro paredes ela se encontraria em segurança, pois, embora a criança me tivesse voltado sã e salva, eu *sentia claramente* que no lugar onde ela se encontrava antes o perigo existia sempre, e eu queria impedir que ela aí retornasse. Desde que ela deixou a casa, todo temor a seu respeito dissipou-se em mim; meu pensamento não se prendeu mais no sentimento experimentado, que tinha se dissolvido como um sonho no meu espírito, e se vocês não tivessem me informado

desse terrível desastre, provavelmente eu não teria jamais falado dele.”

Foi assim que acabei minha narrativa: Algum tempo depois, entrou minha pequena A.; o Dr. W. perguntou-lhe aonde ela se dirigia quando a doméstica a reencontrou para fazê-la voltar sobre seus passos, e ela respondeu que atravessava o jardim da estrada de ferro com a intenção de ir sentar-se sobre as grandes pedras à beira-mar, para ouvir a passagem dos trens.

– Domingo último – acrescentou – fiquei lá com meu irmão durante quase duas horas, para ver os trens correrem para frente e para trás; que barulho quando eles passavam sobre o arco!

Ora, é precisamente neste ponto que a locomotiva e o tênder descarrilaram, rompendo os parapeitos e indo quebrar-se contra estas mesmas pedras onde a criança tinha o hábito de ir sentar-se e onde três homens dos cinco que se mantinham sobre a máquina foram mortos.

Algum tempo depois, a criança e seu irmão, de 13 anos, visitaram a cena do desastre, e abrindo um caminho entre a multidão precipitada para a triste notícia, viram a locomotiva em pedaços, jazendo exatamente no lugar para onde a menininha se dirigia e onde ambos haviam permanecido muito tempo no domingo anterior.

Em seguida, pesquisando todas as circunstâncias do fato, acreditei compreender muito claramente a razão pela qual fui levada a agir com uma pressa que, à primeira vista, não me havia parecido necessária, visto que o desastre não devia se produzir senão mais tarde; é que, se tivesse oposto mesmo um atraso ligeiro, a menina teria passado do outro lado da avenida e teria encontrado sua posição favorita junto do mar, onde teria ficado completamente escondida dos olhares que a procuravam, de maneira que sua governanta teria voltado sem ela. Além disso, se eu não tivesse, explicitamente, proibido à criança de retornar a esse lugar, ela aí teria certamente voltado (como ela confessou-me), pois havia para ela mais atrativos ali do que em qualquer outro local; e neste caso, ela teria sido encontrada sobre as grandes pedras quando o trem de Granton tivesse passado.

(O Dr. W., a Srta. A. W., protagonista do episódio, o Dr. C. L. Robertson e a dona da casa escrevem confirmando o que precede.)

Este caso, apoiado pelos testemunhos indiscutíveis, é dos mais interessantes; e as considerações com as quais a sensitiva faz acompanhar sua narrativa demonstram com que exatidão matemática a “causa agente” calculou o momento da intervenção supranormal para a salvação da criança.

Ao mesmo tempo, este caso se presta à observação, já tão freqüentemente formulada, sobre as premonições que *não salvam em consequência do consentimento tácito ou expresso da causa agente*; e isto porque, se a criança foi subtraída de uma morte certa, não aconteceu o mesmo para os três homens do pessoal que viajava e que foram vítimas do desastre. E, entretanto, a maneira de se comportar da “causa agente” denota que ela não estava apenas vagamente instruída sobre o desastre que se preparava, mas que estava inteiramente a par da hora exata e da localidade precisa em que ele devia se produzir. Não se pode deixar de pensar que ela teria podido conjurá-lo, modificando a mensagem telepática dirigida à sensitiva; isso quer dizer que, ao invés da injunção vaga e oracular: “Mande procurar sua filha imediatamente, ou alguma coisa de terrível lhe acontecerá”, nada a impedia de transmitir esta outra frase: “Sobre a ponte do mar produziu-se um desgaste que fará descarrilar o trem; manda imediatamente avisar os dirigentes”; e por aí quatro vidas teriam sido salvas ao invés de uma.

Como se vê, mesmo nas premonições que salvam, notam-se as habituais reticências misteriosas e perturbadoras (se bem que sob uma forma menos evidente do que nas premonições que *não salvam*) e que dir-se-iam desejadas por limitar a influência benévola a uma pessoa designada, abandonando à sua sorte as vítimas do mesmo desastre. Estas reticências, a seu turno, denotariam uma intencionalidade agindo sobre a base de um objetivo preestabelecido e inexorável, e que seria literalmente inconciliável com a hipótese da origem subconsciente das premonições estudadas.

Caso 156

A Sra. Leigh Hunt Wallace, depois de ter assistido a uma conferência do Dr. Richardson, que explicava todos os sonhos pelas leis da psicofisiologia, escreveu ao diretor do *Light* (1892, pág. 263) a seguinte carta:

“Londres, N. W. – Regent’s Park Road.

Senhor,

A conferência do Dr. B. W. Richardson, tendendo reduzir qualquer sonho ao circuito das leis fisiológicas, é indubitavelmente interessante; todavia, tive ultimamente um sonho de onde derivam conseqüências suficientes para me fazer crer que as luzes do doutor em questão não bastariam para explicar. Relato-o brevemente, tanto quanto possível.

No último sábado, tinha me deitado muito tarde, e no dia seguinte estava cheia de sono. À tarde, adormeci um instante; este sonho não ultrapassou dois minutos, mas despertei sobressaltada, tremendo e aterrorizada, pois, nesse momento fugidio, eu tinha tido a visão de minha filha, de oito meses, afogada no seu banho. O sonho tinha sido tão vivo e tão realista, que provocou em mim uma crise invencível de lágrimas e de gritos desesperados; isto mergulhou meu marido e sua secretária, Srta. Simpson, num grande espanto.

Na manhã da segunda-feira, uma amiga veio me encontrar; para ir recebê-la, tive que confiar o bebê, que acabava de entrar no banho, à Srta. Simpson.

Entretanto, um momento mais tarde a Srta. Simpson foi também chamada de urgência; ela se foi, mas, tendo chegado ao topo da escada, lembrando-se, de repente, do sonho, subiu novamente correndo e chegou justo a tempo de retirar o bebê do banho, e que aí tinha escorregado acidentalmente.

Do quarto onde me encontrava, como tinha ouvido a Srta. Simpson gritar, deixei minha amiga, sem cerimônia, e subi precipitadamente; encontrei-a com minha filha nos seus braços; esta já tinha o rosto negro e estava completamente ensopada.

Após esta experiência, o que pensar do propósito dos sonhos? Direi que estou imensamente grata à fisiologia por ter-me concedido o sonho benévolo; pois se a Srta. Simpson não tivesse se lembrado justo no momento desejado, minha filha teria se afogado.

Mas explicar-se-á que se a fisiologia não tem nada a ver com isto, trata-se, em todo caso, de uma “coincidência fortuita”; neste caso, declaro-me profundamente reconhecida ao inventor das “coincidências fortuitas”; e nesta, tanto mais do que em uma outra ocasião, esta engenhosa invenção salvou-me também da morte, ao mesmo tempo que a outras pessoas.” (Assinado: Sra. C. Leigh Hunt Wallace.)

Caso 157

O Dr. Abercombie, na obra *Intellectual Power* (pág. 215), relata o seguinte episódio, que foi em seguida objeto de uma entrevista por Robert Dale Owen.

O major Griffith e sua mulher tinham como hóspede no seu castelo de Edimburgo seu sobrinho Joseph d’Acre, de Kirlington, no condado de Cumberland. O jovem rapaz tinha vindo a Edimburgo para estudar, e tinham-no, calorosamente, recomendado ao seu primo e à sua tia.

Uma tarde, ele anunciou que no dia seguinte pela manhã iria a Inch-Keith com várias pessoas para participar de uma partida de pesca; ao que não se teve nada a censurar.

Durante a noite, a Sra. Griffith acordou sobressaltada, presa de um grande medo, gritando: “O barco vaza! Salvem-nos! Salvem-nos!” Seu marido, que tinha acordado com seus gritos, atribui o incidente à ansiedade causada por esse passeio do sobrinho; mas a Sra. Griffith declarou não ter experimentado nenhuma, e que ela não tinha nem mesmo parado para pensar nessa excursão.

Logo ela voltou a dormir, mas para sonhar uma segunda, depois uma terceira vez a mesma coisa. Na última vez ela viu o quadro da embarcação engolida pelas ondas com todas as pessoas a bordo; o que acabou por alarmar seriamente a Sra. Griffith, a

qual, sem esperar pela manhã, vestiu um robe e foi acordar seu sobrinho, suplicando-lhe para renunciar ao passeio e enviar um empregado a Keith, com uma desculpa qualquer. Ela teve uma grande dificuldade para convencê-lo, mas terminou por conseguir.

A manhã anunciava-se magnífica, e o grupo embarcou sem o jovem d’Acre. Por volta de três horas da tarde, um furacão surgiu de repente; a embarcação não pôde resistir e desapareceu engolida pelas ondas com todos aqueles que ela trazia.

Dale Owen pôde ler um relato deste fato traçado pela mão da Sra. Mary Clarke, filha do Sr. d’Acre, protagonista do episódio, e soube-se que as pessoas que tomavam parte na excursão eram: Srs. Patrick Cunning, comerciante, Collin Campbell, capitão de marinha, um sobrinho deste último chamado Cleland e dois marujos. O barco virou com um golpe de vento sudeste e todos se afogaram, exceto o capitão Campbell, que foi recolhido, extenuado, cinco horas após o acidente. (R. Dale Owen: *Foot-falls on the Boundary of another World*, pág. 103).

Caso 158

Extraio-o do vol. I, pág. 283, do *Journal of the S.P.R.*; o Prof. W. F. Barrett recolheu-o e fez uma entrevista a seu respeito. O capitão Mac Gowan conta o seguinte fato pessoal:

“Em janeiro de 1877, encontrando-me no Brooklyn com meus dois filhos muito jovens ainda, e que estavam de férias, prometi-lhes conduzi-los, numa noite determinada, ao teatro.

Desde a véspera tinha ido escolher e comprar três lugares; em seguida, tinha me divertido visitando o interior do teatro, aí incluindo o palco.

Na manhã do dia fixado, comecei a perceber uma voz interior que me repetia com insistência: “Não vá ao teatro; reconduza seus filhos ao colégio.” Apesar dos meus esforços para me distrair, não podia impedir essa voz de continuar a repetir as mesmas frases com um tom mais imperativo do que nunca; se bem que por volta do meio-dia, decidi-me a informar meus amigos e as crianças de que não iríamos ao teatro. Meus amigos

me recriminaram por esta determinação, fazendo-me observar que era cruel privar as crianças de um prazer tão inusitado para elas, e tão impacientemente esperado, após ter-lhes feito uma promessa formal; e isto me fez ainda uma vez mudar de idéia.

Entretanto, durante toda a tarde essa voz interior não parou nunca de repetir a ordem com uma insistência tão impressionante, que, chegada a noite, e uma hora antes do começo do espetáculo, anunciei peremptoriamente aos meus filhos que ao invés de ir ao teatro, nós iríamos a Nova Iorque para passar a noite num hotel vizinho da estação e partir com o primeiro trem da manhã. Falando assim, eu tinha quase vergonha de mim mesmo, vendo-me obrigado a me comportar de maneira tão cruel por causa de um sentimento absurdo que estava acima das minhas forças dominar. Apesar de tudo, partimos para Nova Iorque.

Ora, aconteceu que durante esta mesma noite o teatro foi inteiramente destruído por um incêndio e 300 pessoas pereceram nas chamas.

Se eu tivesse estado presente, teria indubitavelmente tentado a fuga pelo palco, no fundo do qual eu tinha notado, no dia precedente, uma saída reservada; ora, eu teria, assim, aí encontrado a morte, como a encontraram todos aqueles que escolheram esta via de saída, e isto em consequência de um acidente que tornou a fuga impossível deste lado.

E se eu tivesse estado no teatro, minha irmã, que aí se encontrava, teria perecido inevitavelmente com os outros, pois tínhamos decidido voltar juntos; enquanto que estando sozinha, decidiu retornar antes do fim do espetáculo.

Nunca tive em minha vida um outro pressentimento, não tenho hábito de mudar de idéia sem boas razões, e nesta ocasião eu o fiz com a maior repugnância, inteiramente contra minha vontade.

Qual foi, então, a causa que me obrigou, contra minha vontade, a não ir ao teatro após ter pago três cupons e ter tudo pronto para passar agradavelmente a noite?”

(O capitão Mac Gowan explica ao Prof. Barrett que a voz interior ressoava muito claramente para ele, “como se se tratasse

de alguém que lhe teria falado efetivamente do interior do corpo”, e que ela ficou persistindo da hora do café da manhã até o momento em que conduziu seus filhos a Nova Iorque. A irmã do sensitivo conserva os três ingressos dos lugares pagos, no dia anterior, por ele. Na noite do acidente, 305 pessoas encontraram a morte.)

Caso 159

O Rev. Elder Myrick publicava na revista *The Progressive Thinker* (Chicago, outubro de 1900) um artigo profundo e ponderando sobre vários casos de pressentimento dos quais ele foi o sensitivo e que, do ponto de vista teórico, perturbavam-no e o preocupavam moralmente. Ele escreve:

“Tinha tomado o encargo de realizar dois serviços religiosos numa cidadezinha dos arredores (de Chicago). Quando, chegada a manhã, dispus-me para o primeiro serviço, fazia um tempo esplêndido, e os fiéis tinham comparecido em massa, além de qualquer expectativa. Tinha, portanto, motivo para me sentir lisonjeado e satisfeito; entretanto, quando chegou o momento de anunciar o sermão que eu devia fazer às 16 horas, fui subitamente invadido por um sentimento inexplicável e imperioso que forçou-me a declarar contra minha vontade que renunciava a fazê-lo. O Sol continuava a brilhar num céu sem nuvens, minha saúde era perfeita e minhas disposições oratórias excelentes; e entretanto deixei-me levar, arbitrariamente, por um convite, deixando profundamente decepcionada toda uma reunião de fiéis desejosos de me escutar.

Nesse dia eu tinha sido convidado por um senador desse Estado para jantar, cuja residência ficava próxima da igreja; mas em conseqüência do mesmo impulso, fui à sua casa para me despedir, desculpando-me e confessando-lhe com toda sinceridade, através de que sentimento misterioso e intransponível eu me comportava assim. Ele começou a rir e a debochar amavelmente de mim, e eu o ouvi, resignado, sem por isso mudar nada no meu projeto de voltar para minha casa.

Às 16 horas, momento em que eu deveria ter começado o sermão tão esperado, ao qual uma multidão de ouvintes não teria deixado de assistir, um ciclone assustador manifestou-se subitamente e em alguns instantes envolvia e demolia a igreja, que tornou-se não mais do que um monte de ruínas.

Uma outra vez, tinha terminado o ciclo de serviços religiosos do qual eu estava encarregado, e logo que terminei o último sermão, dispunha-me a partir de novo, imediatamente, quando fui tomado pelo mesmo sentimento não motivado e invencível, que obrigou-me a passar na cidade mais uma noite. Ora, o trem pelo qual eu deveria ter partido foi bater num outro, e disso resultou um desastre assustador.

Aqui, uma questão surge espontaneamente: Se Deus – o bom Deus – dignou-se a me prevenir de maneira a me salvar, por que não salvou comigo tantos outros pobres infelizes que pegaram esse trem, ignorantes de sua sorte? Tenho sobre mim mesmo uma opinião bastante modesta para crer que eram tão justos e bons quanto eu e mereciam, tanto quanto eu, a clemência divina. Por que não foram avisados? Por quê? Por quê?

Se um Deus pessoal existe em alguma região do Universo, não sou eu que imaginei atribuir diretamente essas coisas. Um pai que dispensaria, arbitrariamente, suas “graças particulares” seria um pai desumano. Salvar-me de um desastre e permitir, com serenidade, que cem outros pereçam não pode ser a obra de Deus; e, em verdade, não sinto nenhuma necessidade de um Deus dispensador arbitrário de “graças particulares”. E entretanto, resta um mistério para resolver, é que fui avisado e salvo! Meu Deus, por quê, por quê? É tão estranho!

Eis um último fato: encontrava-me num grande edifício em construção. Subitamente, fui tomado pela habitual impressão misteriosa e intransponível, que obrigou-me a me deslocar com uma tal precipitação, que poder-se-ia dizer que eu tinha sido arrancado do lugar por uma força viva. Um instante depois, uma viga enorme escapava dos operários que trabalhavam sobre o teto e caía quebrando tudo o que se encontrava no ponto preciso em que me encontrava antes. Ainda uma vez, eu tinha sido salvo graças ao aviso misterioso.

Mas eu tinha um amigo, um menino corajoso, um homem esplêndido, orgulho de sua mãe, chamado Georges Sharp. Um dia, ele estava sentado na floresta, perto de uma árvore seca. Nenhuma intuição, nenhuma premonição, nenhuma “graça particular” interveio em seu favor, e a árvore caiu de repente do seu lado, matando, imediatamente, meu pobre amigo.

Meu Deus... Não compreendo... Por que essas preferências? Jesus disse: “Dos dois que estão na mó, um será acolhido e o outro despedido.” Diriam que esta é a lei: não me rebelo, mas sinto-me preocupado, e eu queria poder compreender de onde provêm os pressentimentos que salvam.”

Com relação ao mistério que preocupa a tal ponto o Rev. Elder Myrick – a aparente injustiça divina nos pressentimentos que salvam alguns e abandonam todos os outros ao seu destino –, observamos, primeiramente, que na hipótese de uma intervenção externa, seria preciso que o Rev. Myrick devesse sua salvação às *suas próprias faculdades de sensitivo*, que permitiram às entidades desencarnadas, afetivamente ligadas à sua pessoa, influenciá-lo telepaticamente no momento crítico; e, por outro lado, seu amigo e os viajantes do trem destruído foram fatalmente ao encontro da morte porque estavam privados dessa sensibilidade psíquica, indispensável para receber as mensagens espirituais. Isto resolveria, em parte, o mistério.

Dizemos somente “em parte”, porque seria preciso explicar ainda como, entre os próprios sensitivos, alguns são favorecidos por premonições que os salvam e outros apenas recebem premonições manifestamente ouvidas para predispor-los ao acontecimento fatal, mas sem salvá-los; assim como faltaria explicar como a “causa agente”, que, em certos casos, parece em pleno conhecimento do desastre que se prepara e, por conseguinte, muito capaz de transmitir a notícia ao sensitivo, de maneira a salvar com ele as outras pessoas implicadas no desastre, mostrou-se, apesar de tudo, intencionalmente reticente, como se ela tencionasse, na realidade, circunscrever o benefício apenas a ele; todos mistérios, em vista dos quais, no momento, não se poderia contribuir para a solução senão com as vagas induções expostas no início do capítulo.

SUBGRUPO O

Premonições que determinam o acidente possível (Casos 160 a 162)

Nos casos que pertencem a este subgrupo encontra-se esta característica curiosa de que, se a premonição não se produzisse, o fato predito não aconteceria, isto é, somente em consequência dessa predição os sensitivos foram levados a agir ou a se comportar de maneira a provocar-lhe o acontecimento.

Todavia, os casos desta natureza, cujo valor teórico seria muito grande se fosse possível recolher um número suficiente, são, ao contrário, tão raros, que não pude encontrar deles senão três. O subgrupo presente permanece, portanto, no estado embrionário, e os três casos relatados apenas deverão servir para indicar a possibilidade de constituí-lo no futuro.

Caso 160

Tomo-o do estudo de Myers sobre a *Conscience Subliminale* (*Proceedings of the S.P.R.*, vol. XI, pág. 488). A Sra. C. escreve na data de 29 de fevereiro de 1888:

“Experimento um horror intransponível de macacos, que não olho nunca, quando posso não fazê-lo. Uma noite, sonhei que era perseguida com persistência por um grande macaco, diferente de todos aqueles que eu tinha visto, do qual não podia me libertar, o que me causava um terror indizível.

A impressão que guardei ao despertar era tão desagradável e tão insistente, que, na esperança de afastá-lo, resolvi falar dele à minha família. Meu marido aconselhou-me a tentar sair para um passeio. *Contrariamente aos meus hábitos*, fiz vir meus filhos e saí com eles, sem chamar a governanta para acompanhá-los; e como seu passeio favorito era na direção de Nightingalelane, onde se encontravam os domínios cercados do Duque d’Argyll, dirigi-me para esse lugar. Quando chegamos em Argyll Lodge, vi com horror sobre o teto do abrigo esse mesmo macaco com que sonhei. Surpresa e apavorada, pus-me a correr gritando:

“Oh! Meu sonho! Meu sonho!”, mergulhando, assim, no espanto o cocheiro do duque, parado na soleira do abrigo.

Meus gritos provavelmente chamaram a atenção do macaco, que pôs-se a nos seguir do alto do muro do recinto, enquanto que nós fugimos ao longo do mesmo muro, sempre em perigo de vê-lo saltar e cair sobre nós! O terror que experimentei foi idêntico àquele experimentado em sonho. Para o cúmulo do infortúnio, uma das crianças era muito pequena para correr bastante rápido, o que contribuía para aumentar meu pavor.

Mal entramos em casa, mandei a camareira informar-se sobre o macaco, pois me sentia presa a um estado de nervosismo extremo. Ela informou que o animal pertencia à Duquesa d’Argyll, que se tratava de uma raça muito rara e de grande valor, e que, na mesma manhã, ele tinha escapado, por acaso, da vigilância dos seus guardiães. Tudo isso explicava o incidente do qual tinha sido vítima, mas o sonho da noite precedente permanecia e permanece inexplicável.”

(O marido da Sra. C. e a governanta escrevem a Myers confirmando o que precede.)

Myers acrescenta:

“Na nossa coleção de fatos, esse é quase único nisto; que a premonição é justamente o que determina sua própria execução, sugerindo as modalidades de conduta que deverão levar o sensível para o incidente temido!”

Com efeito, a narrativa do sonho determina o marido a aconselhar um passeio à sua mulher; e esta aceita o conselho e, contrariamente aos seus hábitos, toma o caminho que deverá conduzi-la à realização do sonho.

Tudo isto apelaria muito mais para a explicação que propusemos a respeito das *premonições insignificantes e praticamente inúteis*; em outras palavras, a “causa agente” (pouco importa se subconsciente ou externa), provocadora do sonho, determinou também, telepaticamente, a execução. A coisa é tanto mais verossímil que o caso em questão pertence, pela pouca importância do incidente, à mesma categoria.

Pode-se dizer o mesmo para o fato que se segue.

Caso 161

Extraio-o do vol. II, pág. 495, da *Histoire du Spiritisme*, de César de Vesme. Ele escreve:

“Um sonho premonitório que tem todo o caráter daqueles que os psiquistas estudam nos nossos dias nos é relatado pelo famoso Pierre Gassendi (1592-1655). Eis suas palavras:

O Sr. Pereisch partiu um dia para Nimes com um amigo, um certo Sr. Rainier. Este, durante a noite, tendo percebido que Pereisch falava dormindo, acordou-o e perguntou-lhe o que tinha ele. Este respondeu-lhe:

– Eu sonhava que já tínhamos chegado a Nimes e que um destes joalheiros me oferecia uma medalha de Júlio César pelo preço de quatro escudos: quando eu ia justamente entregar-lhe o dinheiro, você me acordou, para meu grande pesar.

Quando eles chegaram em Nimes, e enquanto passeavam na cidade, o Sr. Pereisch reconheceu a loja do joalheiro visto em sonho. Entrou, perguntou se não havia nada de curioso para vender-lhe e obteve por resposta que sim: uma medalha de Júlio César. À pergunta sobre quando valia, o comerciante respondeu: “Quatro escudos”. O Sr. Pereisch apressou-se para lhe pagar e ficou encantado de ver seu sonho, felizmente, cumprido.

Aqui, igualmente, o cumprimento da premonição foi determinado pela lembrança da própria premonição, porque este Pereisch não teria entrado na loja do joalheiro, se não tivesse se lembrado do sonho.”

Caso 162

O Dr. Charpignon, na obra *Physiologie Médecine et Metaphysique du Magnétisme* (pág. 312), conta o seguinte fato, extraído por ele dos *Souvenirs* de Madame de Créqui:

“O príncipe de Radziwill havia adotado uma de suas sobrinhas órfãs. Ele morava num castelo na Galícia, e esse castelo tinha uma grande sala que separava os aposentos ocupados pelo príncipe daqueles ocupados pelas crianças; de maneira que para

comunicarem-se uns com os outros, era preciso atravessar esta sala, a menos que se passasse pelo pátio.

A jovem Agnès, de 5 ou 6 anos, soltava sempre gritos estridentes todas as vezes que faziam-na atravessar a grande sala. Ela indicava, com a expressão de terror, um enorme quadro suspenso acima da porta, o qual representava a sibila de Cumes. Tentou-se durante longo tempo vencer essa repugnância que se atribuía a alguma obstinação de infância; mas, resultando acidentes sérios dessa violência, acabaram por permitir-lhe não mais entrar nesta sala, e a moça preferiu, durante dez ou doze anos, atravessar, pela neve e no frio, o vasto pátio ou os jardins, do que passar sob essa porta que lhe dava uma impressão tão desagradável.

Chegou a idade de casar a jovem condessa, e, já noiva, havia, um dia, recepção no castelo. A sociedade quis, à noite, abandonar-se a algum jogo barulhento, e foi-se à grande sala onde, aliás, o baile de noivado devia acontecer. Animada pela juventude que a cercava, Agnès não hesitou em seguir seus convidados; mas, mal atravessou a soleira da porta, quis recuar e confessou seu pavor. Tinham-na feito passar em primeiro lugar, segundo o costume, e seu noivo, seus amigos, seu tio, rindo de sua infantilidade, fecham a porta atrás dela. Mas a pobre moça quis resistir, e agitando um batente da porta, fez cair o quadro que ficava acima. Esta enorme massa quebra-lhe o crânio com um de seus cantos e mata-a, imediatamente.

Esse episódio, cujo valor sugestivo, do ponto de vista fatalista e reencarnacionista, seria muito grande, tem, infelizmente, o defeito de ser muito antigo, já que a relatora – Sra. de Créqui – vivia no tempo de Louis XV. Renuncio, portanto, a daí resgatar os pontos teoricamente notáveis.

Conclusões

Tendo chegado ao final desta longa classificação – tecnicamente difícil e teoricamente embaraçada por formidáveis dificuldades –, percebo que um crítico poderia, facilmente, encontrar algumas ligeiras divergências de visões entre as considerações aplicadas aos primeiros episódios e as que se seguem. Embora estas divergências possam ser aplainadas sem dificuldade, com um traço da pena, preferi conservá-las, integralmente; de um lado, porque uma parte delas tem um valor instrutivo, no que representam as oscilações inevitáveis do pensamento em contenda com o tema mais árduo e o mais insondável da casuística metapsíquica; e de outro lado, porque elas constituem “esboços teóricos” que, embora abandonadas em gérmen, poderiam servir a outras como marcas para descobrir novos caminhos que permitam penetrar na floresta tenebrosa que envolve a pequena clareira explorada, até o presente, do imenso continente da vida.

De todas as maneiras, disponho-me a sintetizar nas minhas conclusões meu pensamento preciso sobre o argumento.

Não me demorarei a discutir o ponto de vista probante dos casos recolhidos, pois, se um certo número dentre eles podem ser julgados insuficientes (inconveniente inevitável numa tão longa classificação), só se pode reconhecer a autenticidade incontestável da grande maioria. Faço observar, aliás, que mais da metade das premonições relatadas são apoiadas por testemunhos de pessoas nas quais os sensitivos confiaram, *antes do cumprimento*; e que além disso, bom número dentre elas não foram somente contadas antecipadamente, mas escritas no momento em que se produziram, às vezes, até mesmo juradas diante do notário; para outros casos, homens de ciência garantem, seja por ter feito uma entrevista pessoal a seu respeito, seja por terem sido eles próprios os protagonistas. Enfim, noto que por um feliz acaso, os episódios mais extraordinários, os mais maravilhosos, os mais impressionantes de toda coleção tomam, justamente, lugar dentre os mais certificados pelos testemunhos inatacáveis e completos; portanto, mesmo se só se pudesse contar com estes últimos,

pode-se dizer desde já, com toda legitimidade, que se pode considerar como atingida a prova científica da existência da fenomenologia premonitória.

Dito isso, resumo os resultados teóricos aos quais chegamos pela análise dos fatos.

Desde a introdução, com o objetivo de desobstruir o terreno das hipóteses inúteis, indiquei como tal, a da *coexistência do futuro no presente*, que nos parecia filosoficamente inconcebível, psicologicamente absurda, praticamente insustentável, porque é contraditada pelos fatos. Daí a necessidade de excluí-la do número das hipóteses aplicáveis aos fenômenos premonitórios. Não repetirei, portanto, as reflexões apresentadas a este respeito; reproduzirei, muito mais a título complementar, algumas passagens de um artigo recentemente publicado sobre o argumento, pelo Sr. Vincenzo Cavalli, e que chega às mesmas conclusões. Eis o que se lê:

“Que se trate de fenômenos objetivos ou subjetivos, a ordem cronológica aí está associada, necessariamente, com o *antes* e o *depois*, e com a seqüência dos diversos acontecimentos – sendo absolutamente impossível o sincronismo absoluto, que constitui uma verdadeira utopia metapsíquica e um verdadeiro *non-sens* psicológico... O *presente eterno* deveria, na vida psíquica, ser a impossível supressão da sucessão necessária dos atos, dos fatos, das sensações, das lembranças, quer dizer, a negação do movimento e, por conseguinte, da própria vida da consciência: a paralisia do *eu* no meio de uma cena imóvel e imutável. É possível?... Nós somos e permanecemos *seres espaciais e temporais*, encerrados na *limitação* e submetidos a *divisão*, e qualquer esforço especulativo para romper o círculo da nossa natureza psicológica e ultrapassar a órbita de nossa potencialidade lógica é vão, e cai no vazio... É assim que poderemos fazer romance ideológico ou fraseológico sobre o *presente eterno*; mas, em substância, cabe a nós tentarmos racionalizar o absurdo e não esclarecer o abstruso. Não se pode nem mesmo dar a um mito filosófico semelhante uma realidade imaginária concebível qualquer, que deveria ser a impossível síntese sinóptica de milhares e milhares de sínteses biográficas!... O suposto *presente*

eterno, sem um passado atrás de si, nem um futuro diante de si, pode ser uma magnífica figura de lirismo filosófico, mas permanece sempre para nós uma *irrealidade*... Portanto, a supressão do tempo é uma hipérbole poética, e não uma verdade metafísica...” (*Luce e Ombra*, 1912, pág. 366-368).

Assim se exprime Vincenzo Cavalli, de quem se conhece o valor e a acuidade do espírito científico.

É inútil gastarem-se ainda palavras sobre este assunto. Contentar-me-ei em lembrar que nos comentários do caso 110 demonstrei que a hipótese em questão está absolutamente em contradição com os fatos.

Uma vez eliminada a hipótese do *presente eterno*, por meio da qual podia-se ter a ilusão de explicar o conjunto dos fatos, uma segunda se apresentava, capaz de se prestar a presunções ilusórias análogas, e era a das *inferências subconscientes*. Esta, entretanto, podia ser considerada através de três pontos de vista diferentes, isto é: para aquele em que as “inferências subconscientes” eram concebidas num sentido estritamente psicológico; aquele em que elas eram concebidas numa significação supra-normal com uma extensão perceptiva, ampla se quisermos, mas enfim, sempre circunscrita; aquele, em último lugar, em que elas eram concebidas num sentido metafísico, e com um alcance ilimitado de percepções.

Apressava-me em declarar que a primeira e a segunda versões desta segunda hipótese pareciam legítimas e podem mesmo ser consideradas como adquiridas pela ciência; não é o mesmo para a terceira, a propósito da qual eu anunciava minha intenção de demonstrar a falsidade e, por conseguinte, a necessidade de excluí-la do número das hipóteses aplicáveis aos fenômenos premonitórios.

Mas para chegar a esse objetivo era preciso toda uma outra preparação para excluir a hipótese do *presente eterno*, para a qual não se podia invocar fórmulas de indução capazes de apoiá-la, já que ela era inconcebível metafisicamente, psicologicamente e praticamente; enquanto que a situação era melhor para a hipótese das *inferências subconscientes de um alcance ilimitado*.

Com efeito, podia-se alegar em seu favor duas considerações: uma é que esta forma de presciência parecia, pelo menos, legítima em relação à onisciência divina; e a outra é que, metafisicamente, não era inconcebível, como a do *presente eterno*.

Apesar de um completo exame do tema nos ter conduzido a reconhecer que se esta hipótese, aplicada à onisciência divina, podia parecer metafisicamente verdadeira, isto não impedia de permanecer uma verdade puramente teórica (e, por conseguinte, inaplicável aos fenômenos premonitórios considerados como manifestações da subconsciência), apesar disso, digo, este raciocínio não bastava para excluí-la do número das hipóteses legítimas, a menos que se pudesse demonstrar que ela estava *em contradição com os fatos e inconciliável com as modalidades de manifestações próprias às outras faculdades supranormais subconscientes*.

Liguei-me à tarefa partindo do princípio de que o fato de conferir à personalidade subconsciente a faculdade de *inferir o futuro sobre a base de causas existentes no presente* significava atribuir-lhe um poder de *abstração* quase divino, em comparação com as quais as *faculdades de abstração* próprias à personalidade normal eram literalmente insignificantes, embora nessas últimas condensem-se toda a elevação psíquica da mentalidade humana, e que devem-se-lhes, exclusivamente, as descobertas, as invenções, as criações do gênio. Decorria daí que não se podia, logicamente, admitir esta inverossimilhança, prodigiosa, enorme supremacia intelectual da personalidade subconsciente sobre a consciência, sem dar lugar a problemas antitéticos irracionais e absurdos. Daí esta indução, que provavelmente a “clarividência no futuro” não era um *atributo do intelecto*; esta indução teria tido a vantagem de afastar qualquer hesitação teórica.

Uma base indutiva racional sendo, assim, preparada para o estudo de nossa tese, tratava-se de começar as pesquisas para provar sua exatidão, começando por analisar as outras faculdades supranormais da subconsciência – tais como a “clarividência no passado”, a “clarividência no presente” e a “telepatia”, com o objetivo de estabelecer uma comparação, por meio da qual poder-se-ia deduzir se estas últimas faculdades devem ser, a seu

turno, consideradas como *faculdades dos sentidos*, ou *atributos do intelecto*. Resulta da comparação que, segundo seus modos de manifestação, elas são indubitavelmente *faculdades dos sentidos supranormais*, correspondendo em todos os pontos de vista às *faculdades de sentidos normais*, de maneira que era preciso considerá-las como homólogas a esta e, por conseguinte, suas correspondentes numa ambiência supranormal ou espiritual. Daí uma *segunda* indução que vinha confirmar a primeira, a saber: que a “clarividência no futuro”, não podendo ser uma exceção à regra, devia ser reduzida a uma *faculdade do sentido*.

Isto está provado, primeiramente, pelos modos de manifestação da “clarividência no futuro”, que correspondem exatamente àqueles da “clarividência no passado”; isto quer dizer que tanto numa como noutra, estes modos consistem, geralmente, em visualizações representativas tão idênticas, que engendram erros de inversão no tempo; visualizações que pela “clarividência no passado” têm, provavelmente, como origem “traços” ou “vibrações latentes”, ou “influências psíquicas ou físicas” que os acontecimentos deixam ou determinam, seja nas consciências dos vivos, seja nos objetos inanimados, seja na ambiência onde se desenrolaram. De sorte que esta questão se coloca, imediatamente: dado que nestas duas ordens de fenômenos, encontra-se uma identidade de *efeitos*, não haveria aí uma identidade de *causas*? Em outros termos: Se a “clarividência no passado” baseia-se em “traços”, “vibrações”, “influências” que existem num meio qualquer, por que, então, apesar das aparências, alguma coisa de semelhante não poderia realizar-se para a visualização dos acontecimentos futuros? Neste caso, ao invés de “traços” ou de “influências” *determinadas* pelos acontecimentos que se produziram no mundo físico, teria a ver com “traços” ou “influências” *predeterminadas* pelos acontecimentos em via de exteriorização, ou preorganizadas de qualquer outra maneira; e as hipóteses “reencarnacionista”, “pré-natal”, “fatalista”, “espiritualista” – todas tão velhas quanto a humanidade – se prestariam perfeitamente para explicá-la. Daí uma *terceira* indução, confirmando ainda uma vez nossa tese e, ao mesmo tempo, fecunda em novas perspectivas teóricas.

Seguindo esta análise, encontramos-nos ainda diante desta consideração: se a “clarividência no futuro” fosse uma *faculdade superior de abstração física* pela qual o *eu* subconsciente *infere o futuro do presente*, da mesma forma que o astrônomo, com vários meses de intervalo, infere o dia, a hora, o minuto em que um cometa atingirá seu periélio, então esta potencialidade semi-divina de abstração só poderia corresponder a um grau de elevação semidivina de todas as outras faculdades que constituem a síntese psíquica. Disso resultaria que o *eu* subconsciente não poderia participar numa tão vasta medida da *onisciência divina* sem participar, numa medida correspondente, à *onipotência divina*, já que, filosoficamente falando, a equivalência é perfeita entre os dois atributos da divindade. Os sensitivos, em condição de lucidez, deveriam, portanto, mostrar-se plenos de um poder sobre-humano, ou pelo menos mostrar-se suficientemente plenos para salvarem-se, eles próprios, dos perigos que os ameaçam e que eles preconizam; o que está bem longe de se produzir. E esta impotência, indício seguro de *dependência*, encontrando-se em perfeita relação com sua atitude *passiva*, que a seu turno é um indício de condição *receptiva*, leva, logicamente, a concluir que eles percebem os acontecimentos futuros por *mediação*, conforme a natureza de todas as *faculdades de sentidos*, e não *ativamente*, ou abstratamente, conforme a natureza das *faculdades do intelecto*. Daí uma *quarta* indução para sustentar ainda melhor o mesmo ponto de vista.

Observamos ainda: o fato de que a *clarividência no futuro* manifesta-se, na mesma medida, entre os povos selvagens e os civilizados demonstra, a seu turno, que ela não pode consistir numa “faculdade de abstração”, pois neste caso seria preciso atribuir ao *eu* subconsciente de um selvagem atributos mentais semidivinos análogos, o que faria parecer absolutamente monstruoso o contraste entre o *conteúdo e o continente*, entre o homem superior e interior e o *bruto exterior*. Em compensação, qualquer antítese desapareceria, se considerássemos a “clarividência no futuro” como uma *faculdade de sentido de ordem supranormal*, dependendo, como as outras, do *eu integral* subconsciente, isto é, idêntica às outras faculdades supranormais do

sentido que existem na subconsciência, as quais, no seu conjunto, constituiriam os sentidos espirituais do *eu integral* desencarnado. Neste último caso, compreender-se-ia que todos os homens – sejam eles grandes como Sócrates, ou degradados como um selvagem – devem possuí-las na medida idêntica, assim como possuem, em medida idêntica os sentidos necessários à vida terrestre de relação. Daí uma *quinta* indução muito impressionante e muito importante para o apoio da tese enunciada.

Finalmente, notar-se-á que esta tese corresponde exatamente às afirmações dos sonâmbulos, dos videntes e dos médiuns, que todos falam de *sinais precursores dos acontecimentos* que eles interpretam; ou de *ambientes espirituais* onde as causas amadureceriam antes que os efeitos se cumprissem no mundo físico; ou de *acontecimentos futuros que projetariam com antecedência suas sombras*; ou de entidades espirituais que lhes revelariam o que eles comunicam; em compensação, eles jamais afirmam inferir os *acontecimentos imprevisíveis baseando-se em causas que existem no presente*; e quando se lhes interroga explicitamente a esse respeito, respondem que a clarividência no futuro assim compreendida seria impossível. Estas afirmações são as mais sintomáticas, sobretudo se se considera que se trata de sensitivos em condições de lucidez; o que faz pensar que se, em virtude das condições em que eles se encontram, chegam a sondar o futuro, nada impede que cheguem a penetrar também nas causas que lhes permitem perscrutá-lo e a concordância de suas afirmações, no sentido positivo como no sentido negativo, traz um tributo confirmativo não desprezível. E eis uma *sexta* e última prova indutiva em apoio da mesma tese, ou seja, que a hipótese das *inferências subconscientes de um alcance ilimitado*, segundo a qual os fenômenos premonitórios se explicariam por “faculdades de abstração” presumidas da subconsciência é, de uma parte filosoficamente, psicologicamente, moralmente insustentável; e de outra parte, inconciliável com os modos de manifestação das faculdades supranormais em geral, que, sendo *faculdades dos sentidos*, indicam claramente que a clarividência no futuro deve ser considerada como tal; e isto afasta absolutamente qualquer indecisão filosófica, psicológica e moral.

Restava provar como a hipótese das “inferências subconscientes” também está em contradição com os fatos: empreitada relativamente fácil e que devia levar a estabelecer sobre bases sólidas as novas perspectivas teóricas que decorrem, espontaneamente, das considerações expostas mais acima.

Para não complicar mais que o necessário a fieira desta síntese de conclusões, não tocarei nos fatos menos importantes que dão apoio ao que afirmo e não me deterei senão sobre o principal, a saber: *a existência de premonições de desgraças ou de mortes, graças às quais as pessoas indicadas teriam podido se salvar, mas que não se salvam em consequência do consentimento tácito ou expresso da causa agente.*

Estas formas de premonições dividem-se em duas categorias, uma sendo o complemento da outra.

Na primeira dentre elas, as pessoas indicadas *não se salvam* porque o sensitivo discernia ou recebia, no todo ou em parte, os detalhes insignificantes que constituíam o fundo ou o contorno de um acontecimento futuro, e não discernia, não recebia, os dados essenciais que o caracterizavam; de sorte que estava justamente bastante informado sobre o próprio acontecimento para entrevê-lo sem penetrá-lo; e, por conseguinte, era-lhe impossível evitá-lo. Daí esta indução muito certa, que em semelhantes condições era impossível invocar as *inferências subconscientes*, sendo dado que, então, o sensitivo, voltando no curso do tempo pelo encadeamento das causas e dos efeitos, teria que descobrir os principais detalhes do acontecimento futuro, ou melhor, a totalidade desses detalhes, mas não somente os detalhes ligeiros e inconcludentes que formavam o contorno. Seguiase que esta hipótese era, de um lado, inadmissível por causa da contradição flagrante entre o que deveria ter se realizado e o que se realizava, e, de outro lado, porque vêm-se emergir em fatos desta natureza uma *intencionalidade selecionadora* dos detalhes transmitidos, intencionalidade que não podia ter sua origem no *eu subconsciente*, o qual, em circunstâncias semelhantes, não estaria logicamente isento de transmitir ao *eu consciente* o que percebia, para ele, no futuro, preservando-se, assim, de um grave acidente ou da morte, e salvando-se a si mesmo com ele!

A segunda categoria de manifestação do mesmo gênero, e complementar da primeira, consistia nos casos em que as premonições *que não salvam* as pessoas designadas eram obtidas por intermédio de personalidades mediúnicas que afirmam ser “espíritos” de defuntos, os quais, a seu turno, abstinham-se, com cuidado, de revelar os fatos dos quais o interessado podia se valer para elucidar o destino que o aguardava; e, se lhes endereçasse questões explícitas, não respondiam, ou respondiam evasivamente, ou se exprimiam simbolicamente, de maneira a não deixar aparecer a verdadeira significação de suas palavras até o cumprimento do acontecimento, como se elas não tivessem desejado, ou não tivessem podido, revelar tudo o que conheciam manifestamente. Ora, como ninguém pode proibir uma personalidade subconsciente e autônoma de salvar da morte uma pessoa revelando o que ela sabe, e como não se pode adiantar nenhuma razão pela qual uma personalidade subconsciente seria levada a abster-se disso, voluntariamente, conclui-se de maneira também completamente indubitável que, em contingências semelhantes, não pode se tratar, nem de *inferências subconscientes*, nem de *personalidades subconscientes*.

Assim, vemos destacar-se tão claramente das manifestações premonitórias a confirmação desta grande verdade comum a toda casuística mediúnica: que a análise comparada dos fatos prova, de maneira correta, que todo fenômeno supranormal tem, indiferentemente, como origem duas causas diferentes: a subconsciente e a externa – a *anímica* e a *espírita*. E se o animismo e o Espiritismo, completando-se mutuamente, demonstram-se ambos indispensáveis à explicação desta casuística, tudo isto, a seu turno, só se explica se se admite que o homem é um “espírito” encarnado num organismo que diminui temporariamente a atividade espiritual, conforme as condições modificadas de sua existência presente, e por conseguinte, que certas *faculdades espirituais*, inúteis numa ambiência terrestre, apenas podem se reduzir – e, por conseguinte, se reencontrar – no estado latente dos recônditos da subconsciência; isto, na prática, é perfeitamente confirmado pela manifestação das faculdades supranormais da subconsciência, cada vez que uma pausa da atividade funcional

do organismo o permite; é o que dá lugar aos fenômenos metafísicos múltiplos, entre os quais um bom número de manifestações premonitórias. Eis que chegamos, portanto, à seguinte indução, perfeitamente lógica e teoricamente muito importante: o que um “espírito desencarnado” pode executar pode ser também (porém mais dificilmente) executado por um “espírito encarnado”.

Dito isto, a título de digressão necessária, retomo meu tema, observando que logo admitida a intervenção de uma entidade externa nas manifestações premonitórias, chega-se a explicar de maneira satisfatória os modos de manifestação expostos mais acima. Com efeito, depois disto não é mais difícil admitir senão que um “espírito desencarnado”, ligado por um laço afetivo a um vivo, ameaçado por um acontecimento doloroso, empregue-se a avisá-lo, telepaticamente, por meio de uma representação subjetiva do acontecimento, limitando-se, entretanto, a uma representação parcial ou simbólica, no objetivo de fazer-lhe unicamente entrever ou pressentir, de maneira a criar nele um estado que pode predispor-lo a isso. Ele seria constrangido a isto, por não oferecer obstáculo ao curso inexorável dos destinos humanos, seja porque a coisa lhe é proibida, seja porque ele está consciente de que o que acontece está em vantagem espiritual para a pessoa indicada.

Entretanto, estas considerações fazem ressaltar, até à evidência, que a hipótese espiritualista, propriamente dita, não basta, sozinha, para esclarecer todos os aspectos do problema, levando em conta a existência indubitável de alguma coisa de preordenada no curso das coisas humanas; é preciso, portanto, considerá-la em relação com outras hipóteses complementares – como a *fatalista* e a *reencarnacionista* – suscetíveis de se harmonizar perfeitamente com ela.

De outro modo, à hipótese fatalista jorram fatos com uma tal evidência, que nos encontramos obrigados, de qualquer maneira, a tomá-la em séria consideração, apesar dos perturbadores problemas filosóficos e morais que implica sua concepção clássica, concepção que, sozinha, adapta-se aos fenômenos premonitórios e segundo a qual *o fatalismo não se apresenta senão como uma*

espécie de determinismo universal absoluto, estabelecido e imposto por uma potência espiritual superior, única e livre. Seria preciso, portanto, concluir daí que a liberdade e a responsabilidade humanas são ilusórias e que o homem está reduzido às proporções de um autômato, sentido e consciente.

Aqui uma questão se impõe: Até que ponto os fenômenos premonitórios autorizam a afirmar uma concepção tão desoladora da vida? Nós a isso respondemos, observando que à primeira vista eles parecem apoiá-la inteiramente, se pensamos nos episódios tão numerosos em que, não somente os acontecimentos mais importantes aos quais devia estar submetido um indivíduo eram profetizados, mas também os menores detalhes das situações de meio onde ele devia se encontrar. E se a análise comparada dos fatos não tivesse sugerido nenhum abrandamento para esta fórmula absoluta de fatalismo, só nos restaria nos resignarmos filosoficamente ao inelutável e a nos entrincheirarmos à maneira dos antigos romanos, atrás da fórmula clássica: *Si divinatio est, Dii sunt* (Se a adivinhação é, os deuses são). Com efeito, uma vez que se revelou esta circunstância muito importante de que a existência de uma fatalidade supõe, necessariamente, um Ordenador Supremo, se as ações humanas são preordenadas nos seus mínimos detalhes, isto não pode ser, senão, em vista de uma finalidade ultraterrestre; e o fatalismo prova, então, a existência no homem de um espírito sobrevivente à morte do corpo, e como um plano diretivo da vida universal, tão grandioso no seu rigor inflexível, não pode ter, a seu turno, uma finalidade que não pode se desenrolar senão conforme a ascensão espiritual dos seres, segue-se que a Lei fatalista que plana sobre a humanidade deve ter sua razão de ser e, por conseguinte, deve ser considerada como a mais vantajosa para ela, na fase de encarnação atual. Isso não impede admitir que a ascensão espiritual humana deva manifestar-se no sentido da *necessidade* para a *liberdade*; portanto, em última análise, devemos nos sentir seguros e tranquilos a propósito do nosso futuro espiritual e plenamente confiantes sobre os decretos da eterna justiça.

Tudo isto é dito a propósito da pior das hipóteses; entretanto, a análise comparada dos fatos faria muito mais presumir que não

devemos nos contentar com esta fórmula consoladora, pois há fenômenos premonitórios que encerram numerosos indícios que tendem a provar que a hipótese fatalista precisa, a seu turno, ser considerada em relação com outras hipóteses complementares, em virtude das quais ela se encontra confinada nos limites conciliáveis com a liberdade e a responsabilidade humanas.

Uma dessas hipóteses complementares é a “reencarnacionista”. Com efeito, se a existência terrestre não representa senão um anel de uma cadeia indefinida de vidas sucessivas, e se o espírito, na hora de sua reencarnação, preestabelece ele próprio – com o objetivo de expiação, de prova, de aperfeiçoamento espiritual – os acontecimentos principais aos quais deverá submeter-se na sua nova existência encarnada; se estes acontecimentos apagam-se de sua memória fisiológica com sua entrada na vida, permanecem, porém, registrados na sua subconsciência, de onde emergem, um dia, e se realizam por um processo análogo àquele pelo qual se destacam as sugestões pós-hipnóticas; se tudo isso se produz, uma grande parte das manifestações premonitórias, que parecem a obra de uma fatalidade inexorável, transformam-se em atos livremente desejados.

Neste caso, é preciso modificar radicalmente a concepção do “fatalismo”, cuja dominação não é mais absoluta, mas relativa e condicional, enquanto que o campo de ação da liberdade e da responsabilidade humanas apresenta-se sob um novo aspecto.

Entretanto, mesmo a propósito da hipótese reencarnacionista, vemos surgir um obstáculo que teria impedido de acolher esta, se não se chegasse a eliminá-la; este obstáculo consiste na existência de um grupo de premonições que dizem respeito a incidentes a tal ponto insignificantes e inúteis, que não se pode de forma alguma acreditá-los preordenados num objetivo de aperfeiçoamento moral do espírito em vias de reencarnar.

Para esclarecer esta dificuldade, apresenta-se uma outra hipótese, que tem a vantagem de estar baseada em dados de ordem experimental que permite concluir que os episódios do gênero que fazem objeto de nosso exame são manifestações em si, preparadas e executadas por personalidades subconscientes ou externas, que transmitem, primeiramente, ao sensitivo, sob a

forma de visão onírica, ou de uma outra maneira, uma dada situação futura, onde ele, ou outros, deverão se encontrar; em seguida, elas provocam a realização deles por meio de uma sugestão exercida, telepaticamente, sobre o sensitivo ou os outros interessados; e isto (ao que afirmam as personalidades em questão) a fim de impressionar nossos espíritos, de inculcar em nós a idéia de um mistério na vida, de abalar o cepticismo dos homens, levando-os a meditar sobre a possibilidade da existência de uma alma sobrevivente à morte do corpo. Ao mesmo tempo, sua ação deve ser considerada quase limitada aos fatos insignificantes, pois não lhes é possível, salvo circunstâncias especiais, suggestionar telepaticamente, ou determinar por outros meios, os homens a ações de alguma importância.

Esta hipótese aparentemente ousada é, ao contrário, vigorosamente confirmada pelas experiências de sugestão telepática, onde o agente chega a determinar o sensitivo a ações especiais, que este último crê executar voluntariamente; ela está também seriamente apoiada pelos casos em que uma personalidade mediúnica prediz sua própria intenção de influenciar um indivíduo para induzi-lo a executar uma ação qualquer, que é efetuada no momento certo pelo indivíduo designado. Diante de tais resultados, é preciso necessariamente concluir que, se as personalidades subconscientes e mediúnicas chegam a influenciar sobre o curso das ações humanas (é claro, de uma maneira limitada aos casos de sensitivos suscetíveis de estar submetidos às influências telepáticas), não há mais razão para não atribuir à mesma causa as pseudopremonições relatadas mais acima e ele parece até conforme os métodos de pesquisas científicas de satisfazer, até provem o contrário, esta hipótese.

Desta maneira, não somente chega-se a explicar, suficientemente, um grupo de episódios aparentemente inconciliáveis com a explicação reencarnacionista, mas ao mesmo tempo vê-se restringir os limites da hipótese fatalista.

Resta, entretanto, a necessidade de recorrer a esta última, pensando que numerosos incidentes premonitórios não se adaptam facilmente, ou não entram de forma alguma na órbita reencarnacionista, seja porque eles são independentes da vontade

consciente ou subconsciente da personalidade humana (como nas premonições de morte pela queda de um raio ou de uma telha), seja porque, não somente elas revestem o caráter acima, mas ainda escapam dos limites de uma existência individual (como nas premonições de morte em consequência de um naufrágio, de um desastre da estrada de ferro, de um cataclismo), seja, enfim, porque elas atingem uma importância social (como nas profecias de morte no decorrer de uma batalha, ou nas predições de acontecimentos políticos). Daí esta indução inevitável, de que, se as duas hipóteses acima pudessem restringir o fatalismo em limites justos, restituindo uma liberdade e uma responsabilidade suficientes para as ações humanas, não impediriam que se concluísse pela legitimidade da hipótese fatalista, considerada em relação com as grandes linhas diretoras que traçam os destinos dos povos e dos indivíduos.

Se quiséssemos esclarecer estas conclusões com a ajuda de uma comparação, seria preciso dizer que se, de uma parte, tudo concorre para demonstrar que o objetivo da vida é de prepararmos nós próprios nosso destino, de outra, é preciso presumir que o homem é livre no círculo da fatalidade que o transporta, assim como o passageiro de um navio está livre na cabine a ele destinada, mas obrigado a cumprir o itinerário estabelecido pelo comandante do navio.

Ou, querendo retomar a comparação de Swedenborg, é preciso dizer que a vida é uma escola, presidida pelos “mensageiros de Deus” na qualidade de mestres, que nos propõem os deveres a cumprir; que o fato de cumpri-los bem ou mal depende de nós e que quando nossa educação estiver efetuada, ou quando tivermos aprendido o que nossa capacidade nos permite na escola da vida, mesmo se esta educação, para alguns, não tiver sido senão insucesso, então, nossos mestres nos farão deixar a escola.

Para conciliar a comparação de Swedenborg com a hipótese reencarnacionista, seria preciso corrigi-la supondo que os “deveres a cumprir” só são em parte impostos pelos “mensageiros de Deus” e que, pela outra parte, eles provêm dos próprios “espíritos”, por meio de uma auto-sugestão pré-natal.

Deixando de lado as comparações, concluiremos observando que em linha geral, e segundo a análise comparada dos fenômenos premonitórios, temos razão para crer que os acontecimentos dos povos e dos indivíduos estão submetidos às leis cósmicas da necessidade e da liberdade, harmoniosamente associadas entre si; tudo isto num objetivo que, embora insondável, permite entrever que deve se manifestar no sentido ascensional da *necessidade* para a *liberdade*. Por conseguinte, a melhor solução desse problema tão árduo é, sem nenhuma dúvida, esta: “NEM LIVRE-ARBÍTRIO, NEM DETERMINISMO ABSOLUTOS durante a existência encarnada do espírito, porém LIBERDADE CONDICIONAL.”

* * *

Tais são as principais conclusões às quais chegamos após a presente classificação; estas conclusões tornam evidente o que eu afirmava no início: que tudo concorre para provar que os fenômenos premonitórios têm como origem causas múltiplas, embora de um certo ponto de vista eles constituam um conjunto homogêneo de fatos que não se pode destacar, porque eles se encadeiam entre si e se completam mutuamente; todas as coisas lhes conferem uma espécie de unidade na diversidade.

Em seguida, vimos também que as hipóteses propostas para a explicação dos fenômenos em questão constituíam, a seu turno, um todo solidário e harmônico, que parecia destinado a triunfar ou a cair integralmente, porque nenhuma das hipóteses em questão podia, sozinha, explicar a complexidade dos fatos, que a exclusão de uma qualquer dentre elas comprometia a estabilidade do grupo e que somente na condição de tê-las todas presentes e de utilizá-las de vez em quando é que se chegaria a resolver de maneira satisfatória todas as dificuldades teóricas mais sérias.

E esses resultados muito importantes foram obtidos com a ajuda de *cinco* proposições fundamentais: duas *negativas* e três *afirmativas*.

Com as duas proposições *negativas*, tínhamos por objetivo demonstrar que as hipóteses do *presente eterno* e das *inferências subconscientes num sentido ilimitado*, sendo filosoficamente e psicologicamente praticamente inadmissíveis, deviam ser exclu-í-

das do número daquelas aplicáveis aos fenômenos premonitórios.

Com as três proposições *afirmativas*, estabeleciam-se os seguintes dados muito importantes: com a *primeira*, que a *clarividência no futuro* não era um *atributo do intelecto*, mas uma *faculdade do sentido*, conforme a natureza de todas as faculdades supranormais subconscientes, o que transformava radicalmente o ponto de vista do qual se considera a gênese da fenomenologia que nos ocupa; com a *segunda*, que as *premonições de ordem insignificante e praticamente inúteis* comportam uma explicação que lhes é própria, apoiada por provas experimentais incontestáveis, em harmonia evidente com as hipóteses fundamentais; eliminava-se assim uma dificuldade teórica perturbadora, da qual alguns pesquisadores se valiam para atribuir uma origem subconsciente a todas as premonições; com a *terceira*, que as premonições de acidentes ou de mortes cujas vítimas não se salvam, pelo *consentimento tácito ou expresso da causa agente*, não podiam ser atribuídas, nem a *inferências subconscientes*, nem a *personalidades subconscientes*; de sorte que a explicação espiritualista de uma parte da casuística premonitória impunha-se ao critério da razão com a evidência de uma constatação.

No final das contas, as cinco proposições indicadas mostravam ter praticamente um alcance teórico muito mais extenso que elas não podiam fazê-lo prever no início; poder-se-ia, enfim, considerar que elas têm, desde agora, traçado o caminho que deverá conduzir ao futuro, ao objetivo perseguido: a solução do problema da clarividência no futuro, conciliando esta última com a liberdade e a responsabilidade humanas.

Constatamos, assim, este fato muito importante, de que nosso ponto de vista engendrava hipóteses que convergiam para a demonstração espiritualista como centro; isto quer dizer que, de uma parte, estas hipóteses demonstravam a gênese positivamente espiritualista de *numerosas premonições*, e de outra, provam a existência de um substrato espiritualista em *todas* as premonições. Com efeito, uma vez constatada a gênese espiritualista de alguma dentre elas, se as faculdades transcendentais pelas quais uma entidade espiritual chega a compenetrar o futuro encontram-

se em estado latente nos recônditos da subconsciência humana, de onde elas emergem, às vezes, dando lugar a esses fenômenos, isto significa que, entre as *personalidades humanas* e as *personalidades espirituais* existe uma identidade de origem: o *animismo* prova o *Espiritismo*.

* * *

Aqui, para analisar ainda mais profundamente nosso tema, só resta encará-lo do ponto de vista do positivismo científico, segundo o qual não existindo o espírito sobrevivente à morte do corpo, todo o fenômeno premonitório deve, necessariamente, ter por origem a subconsciência.

Adotando momentaneamente a tese em questão, começaremos por nos perguntar a que hipótese será preciso dirigir-se para explicar o conjunto, ou mesmo, unicamente, a melhor parte da casuística premonitória.

Não, certamente, à hipótese de uma “percepção telepática nas subconsciências humanas”, porque isto equivaleria a admitir que existe aí traços dos acontecimentos futuros, por conseguinte, que esses acontecimentos estavam de alguma sorte preordenados, voltando assim à hipótese reencarnacionista, a qual implicaria a preexistência e a sobrevivência.

Não, certamente, à hipótese das “coincidências fortuitas”, com a qual não se chegaria a esclarecer nada além de alguns raros casos entre os mais simples e os menos interessantes.

Não, certamente, à hipótese de uma “percepção telepática” de traços que existem no *plano astral*, já que se suporia por aí a existência de uma fatalidade, que, a seu turno, implicaria a existência de entidades espirituais predispostas ao governo dos destinos humanos, os quais, neste caso, não poderiam ter um fim ultraterrestre.

Não, certamente, a uma variante da hipótese precedente, segundo a qual os “traços” em questão consistiriam no pensamento das Inteligências espirituais que dirigem o curso dos acontecimentos humanos, pensamento que os sensitivos perceberiam telepaticamente; esta variante subentenderia igualmente a idéia espiritualista e a sobrevivência.

Não, certamente, à hipótese das “inferências subconscientes compreendidas no sentido estritamente psicológico”, porque esta é literalmente impotente para explicar a grande maioria dos fatos.

Não, certamente, à hipótese das “inferências subconscientes de alcance ilimitado”, porque, neste caso, seria preciso explicar como uma personalidade subconsciente que, embora autônoma e onisciente, *seria condenada a extinguir-se* com a morte do corpo, empregar-se-ia com tanto cuidado para suprimir, ou melhor ainda, para velar através dos símbolos impenetráveis, até o acontecimento efetuado, estes detalhes da mensagem premonitória que, revelados a tempo, teriam arrancado da morte a personalidade consciente, e ela própria.

Não, certamente, à hipótese metafísica do *presente eterno*, pois ela seria combatida igualmente por esta última e insuperável objeção.

Só se poderia eliminar esta de uma maneira: supondo que a personalidade subconsciente, apesar do seu conhecimento dos fatos que devem causar sua própria morte, e embora ela tenha a possibilidade de evitá-la, telepatizando estes fatos à personalidade consciente, não o faz todavia, sabendo que o que o espera é vantajoso para sua personalidade integral; e mais precisamente, que a morte é um bem para ela. Este ponto de vista poderia ser sustentado após a obtenção de alguma boa prova, na condição de admitir, entretanto, que se em certas contingências uma morte prematura era um bem para a vítima, isto significava que um novo ciclo de existência, além-túmulo, começava para a vítima. Por conseguinte, mesmo com esta variante, retorna-se à hipótese espiritualista.

Os partidários do positivismo científico não dispõem, portanto, de *nenhuma* hipótese capaz de explicar, inteiramente ou em parte, a casuística premonitória; isto porque, negando a existência de um espírito sobrevivente à morte do corpo, estão reduzidos à impossibilidade absoluta de penetrar-lhe a origem.

Tais são as conclusões, rigorosamente lógicas, às quais chegamos através de uma análise comparada dos fatos. Cabe aos

defensores do positivismo provar-me que estou enganado. E desejo que um deles, no interesse supremo da verdade, aplique-se à prova; neste caso, ficarei feliz em discutir a questão contraditória. Não vejo a hora, entretanto, de ver meus votos satisfeitos, pois a situação do positivismo materialista, diante da casuística premonitória, pode ser considerada como francamente má.

Notas biográficas do Autor

Do Positivismo ao Espiritismo

Com prazer respondo à solicitude do meritíssimo professor Asmara, que me pede algumas notas biográficas pessoais para comunicá-las aos leitores de *La Luz del Porvenir*, especialmente relativas às circunstâncias que me induziram a dedicar-me ao estudo da mediunidade; e acedo a tal desejo por considerar que a história das conversões filosóficas contém valiosos ensinamentos. Propositadamente digo “conversões filosóficas” porque tal é, em toda a extensão do sentido, o meu caso.

Nasci em Gênova em 1862. A minha vida é desprovida de episódios biográficos, porque foi, realmente, uma vida de ermitão; nada mais tenho feito do que estudar. Durante a minha adolescência todos os ramos do conhecimento exerciam sobre o meu entendimento igual fascinação, dificultando muito a escolha de um caminho definitivo. O que por fim me atraiu mais irresistivelmente foi a filosofia científica, e Herbert Spencer tornou-se o meu ídolo. Aderi ao positivismo materialista com tão ardente convicção que me parecia inacreditável que existisse alguma pessoa culta, dotada de senso comum, na medida ordinária, que acreditasse na existência e sobrevivência da alma; e não foi esta uma convicção meramente privada, porque escrevi artigos audaciosos em defesa de tais idéias. Ao recordar o meu procedimento de então, sinto-me hoje indulgente e tolerante para com certos adversários, que crêem, de boa-fé, poder refutar as conclusões rigorosamente experimentais a que chegou o Espiritismo moderno e lhes opõem raciocínios indutivos e dedutivos da psicofisiologia, na eficácia demonstrativa dos quais eu também acreditava há 35 anos.

É claro que, nos tempos a que me refiro, eu nada conhecia das investigações medianímicas e espiritistas, a não ser alguns breves artigos lidos, distraidamente, nos diários que denunciavam as supostas fraudes dos médiuns e se compadeciam da credulidade dos espíritas.

Em 1891 escreveu-me o professor Th. Ribot, diretor da *Revue Philosophique*, informando-me de que iria, em breve, publicar-se uma nova revista com o título de *Annales des Sciences Psychiques*, fundada pelo Prof. Charles Richet e dirigida pelo Dr. Dariex. A mencionada revista propunha-se, principalmente, recompilar e investigar certos fatos curiosos de transmissão do pensamento à distância, fenômenos que se havia convencido chamar de *telepatia*. O problema psicológico, exposto deste modo, atraiu a minha curiosidade e, como o nome do Prof. Richet lhe garantia seriedade científica, respondi agradecendo e dando a minha adesão.

Sinceramente, declaro que a leitura dos primeiros números da nova revista produziu uma impressão desastrosa no meu critério de positivista intransigente. Parecia-me escandaloso que representantes da ciência oficial se prestassem a discutir a sério transmissões de pensamento a grandes distâncias, aparições de fantasmas telepáticos dotados de existência real e casas assombradas. A força inibitória dos preconceitos paralisava as minhas faculdades racionais diante das novas idéias, ou antes, dos novos fatos, visto que, efetivamente, tratava-se de fatos cientificamente expostos e rigorosamente documentados, posto que eu não estivesse preparado para os assimilar.

Tal era o meu estado de ânimo quando apareceu na *Revue Philosophique* um longo artigo do Prof. Rosembach, de Petrogrado, no qual se atacava, com veemência, a intrusão sacrílega do *novo misticismo* na arca santa da psicologia oficial e se procurava explicar os novos fatos pela hipótese da alucinação, das coincidências fortuitas, etc. O artigo pareceu-me tão deficiente e insustentável que produziu em mim o efeito oposto ao que o autor visava; isto porque, como se de repente se dissipasse, diante de mim, uma espécie de névoa intelectual, reconheci que se tratava de fatos e que não procedia com acerto o Prof. Rosembach, combatendo-os por mero preconceito. Foi assim que o inábil ataque de um correligionário meu, demasiado ardente na sua fé positivista, impeliu-me a dar o primeiro passo no caminho da nova Ciência da Alma, a cujo estudo consagrei logo toda a minha vida.

No número seguinte da *Revue Philosophique* veio, muito a propósito, um artigo do Prof. Richet, refutando, ponto por ponto, as afirmações triviais do Prof. Rosembach. Quase ao mesmo tempo aparecia, traduzida para o francês por Marillier, com o título *Hallucinations Thélépathiques*, a famosa obra *Phantasms of the Living*, cuja leitura me convenceu, definitivamente, da realidade dos fenômenos telepáticos. Posto que os reconhecesse, mantinham-se intactas as minhas teorias positivistas, pois que a explicação científica que então se dava dos fenômenos telepáticos, atribuídos a supostas vibrações do pensamento que se propagavam indefinidamente em ondas concêntricas, satisfazia, inteiramente, o meu critério científico... Não obstante, realmente, eu tinha dado já um grande passo no caminho de Damasco, sem mesmo dar por tal, posto que, aquela primeira concessão a respeito de certas manifestações supranormais havia de levar-me, necessariamente, a um novo campo de estudos, alheios e até opostos aos do positivismo materialista, professado até então.

Com efeito, não tardou a declarar-se a crise da minha consciência científica, e o que a provocou, abalando profundamente os alicerces do meu positivismo, foi o livro *Animismo e Espiritismo*, de Alexander Aksakof. Passei por um estado extremamente penoso de perturbação moral, porque, se bem que a minha nova orientação tendesse para uma fé científica mais consoladora do que a primitiva, em caso algum deixa de ser triste assistir ao desmoronamento interior de todo um sistema de crenças filosóficas elaboradas à custa de largas meditações e de perseverantes esforços intelectuais.

Li durante aquele período numerosas obras metapsíquicas dos autores em voga, como: Kardec, Delanne, Denis, d'Assier, Nus, Crookes, Brofferio e Du Prel, mas não tardou que reconhecesse que era indispensável remontar à origem do movimento espiritualista, se desejava realizar um trabalho científico fecundo, no novo círculo dos meus estudos. Assim, pois, escrevi para Londres e Nova Iorque pedindo as principais obras publicadas desde a origem do movimento espírita até 1870, e ao recebê-las, iniciei o período, realmente fecundo, das minhas investigações sistemáticas no vasto campo do metapsiquismo. Cataloguei ordenada-

mente o conteúdo de cada obra estudada, para proceder logo à classificação e análise comparada dos fatos aduzidos, sistema que me deu excelentes resultados práticos e que continuei aplicando até hoje. Conservo uma recordação imperecível daqueles tempos de investigação fervorosa e perseverante, pela qual pude assentar, em bases cientificamente indestrutíveis, as minhas novas idéias espiritualistas. Entre as obras que maior influência exerceram sobre a minha evolução, devo mencionar as seguintes:

- Robert Dale Owen: *Footfalls on the Boundary of Another World* e *The Debatable Land between this World and the Next*;
- Epes Sargent: *Planchette, the Despair of Science* e *The Scientific Basis of Spiritualism*;
- Mrs. de Morgan: *From Matter to Spirit*;
- Dr. Wolfe: *Starling Facts in Modern Spiritualism*.

É de se lamentar que tais obras, esgotadas há tempos, não sejam reeditadas na Inglaterra e na América, visto que conservam, integralmente, o seu valor de atualidade.

Sobre a história do movimento espiritista, foi-me muito proveitoso o livro *Modern American Spiritualism*, de Emma Harding-Britten; e sobre a história dos precursores no mesmo campo, achei utilíssima a obra em dois volumes de William Howtt, *History of the Supernatural*.

Quanto à fenomenologia medianímica de efeitos físicos, os relatórios da Sra. Speer acerca das sessões experimentais com Stainton Moses influíram mais nas minhas convicções relativas à mencionada fenomenologia (*Light*, 1892-1893).

Assim fundamentada, solidamente, a minha cultura científica sobre tais assuntos, julguei chegado o momento de comprovar os meus conhecimentos teóricos por investigações experimentais.

Entretanto, em virtude da lei misteriosa que põe em relação as pessoas de tendências e aspirações idênticas, tinha-me relacionado com algumas pessoas que se dedicavam a estudos de mediunidade, com seriedade de propósitos e de métodos, entre os quais mencionarei o Dr. Venzano, o Sr. Carlos Peretti e o diretor do

Secolo XIX, Sr. L. A. Vassallo. Tivemos a ventura de encontrar no seio desse mesmo grupo dois médiuns de grandes faculdades, de efeitos físicos e intelectuais, por meio dos quais obtivemos manifestações de toda espécie, como percussões a grandes distâncias, luzes medianímicas, transportes de objetos pesados, *apports* e provas de identificação espírita.

Pouco depois vieram as experiências com Eusapia Palladino, nas quais tomou parte o Prof. E. Morselli, que foram as de melhores resultados, nunca antes obtidos com esta médium, chegando a obter-se materializações integrais à luz de um bico Aüer, com o corpo da médium ligado, braços e pernas, sobre um leito de campanha. Relatei essas experiências em um livro intitulado: *Hipótese Espírita e Teorias Científicas*.

Detenho aqui a evocação das minhas recordações, visto que se me pede a narração dos meus primeiros passos no caminho do Espiritismo, os quais ficam expostos no que antecede.

Não terminarei sem acentuar que as minhas convicções têm amadurecido lentamente, no longo período de 35 anos de estudo e experimentação perseverantes, feitos sem preconceitos de espécie alguma. Creio, pois, ter adquirido o direito de proclamar abertamente a minha opinião sobre o sentido e a importância das investigações a que consagrei mais de metade da minha vida e faço-o nos seguintes termos:

Todo aquele que, em lugar de se transviar em discussões ociosas, realize investigações científicas profundas sobre os fenômenos metapsíquicos, persistindo nisso durante largos anos e acumulando grande quantidade de fatos, analisando-os com métodos científicos, acabará, forçosamente, por adquirir a convicção de que os fenômenos metapsíquicos constituem um conjunto maravilhoso de provas que convergem todas para a demonstração, rigorosamente científica, da existência e sobrevivência da alma.

Esta é a minha profunda convicção e não duvido de que o tempo me dará razão.

(De *La Luz del Porvenir*)

(Extraído da *Revista do Espiritismo*,
Ano II, nº 6, nov./dez. de 1928, Lisboa.)

O que penso da influência do Espiritismo na evolução moral da Humanidade

Quanto ao vosso segundo quesito: “Que pensais da influência do Espiritismo na evolução moral da humanidade?”, respondo que o movimento espiritista chega na sua hora; o mesmo é dizer que chega quando a posição do materialismo parecia fortíssima e a sua desoladora filosofia se apossara, inexoravelmente, de todas as inteligências mais elevadas e já transbordava, ameaçadora, entre as turbas, espalhando por toda parte os germens da dissolução moral e social, porque a força das indagações biológicas, fisiológicas, histológicas e psicológicas convergiam todas para demonstrar que o pensamento era função do cérebro.

E eis que surge no horizonte entenebrecido do saber humano a aurora radiosa de uma nova ciência – a Ciência da Alma –, pela qual se demonstra, *tendo por fundamento os fatos*, que o suposto axioma do materialismo “o pensamento é uma função do cérebro” é *fundado em meras aparências*, enquanto a análise rigorosa dos fenômenos psíquicos conscientes, subconscientes, normais e supranormais demonstra precisamente o contrário, isto é, *que o pensamento é uma força organizadora; que o cérebro é o produto de um dinamismo psíquico de ordem transcendental, originado no espírito organizador do corpo e sobrevivente à morte dele.*

Em outras palavras – com respeito também ao grande problema que se refere às relações existentes entre “o pensamento e o órgão cerebral” –, demonstra-se, mais uma vez, a eloqüente e impressionante verdade segundo a qual o testemunho dos sentidos e a aparência das coisas são a tal ponto falazes, que para estarmos com a verdade, basta pensarmos o contrário daquilo que julgamos ver e reconhecer. E as provas disso abundam. Eis aqui algumas, a título de exemplo:

– Vemos o Sol nascer e subir todos os dias, enquanto a Terra permanece imóvel: erro; a verdade é exatamente o contrário.

– Não podemos também duvidar de que o Sol surge constantemente acima de nós: erro; em vários meses do ano o Sol nasce abaixo de nós.

– Deleita o nosso espírito um harmonioso concerto: erro; não há sons na natureza; há apenas no ar vibrações de uma certa amplitude e velocidade, que são silenciosas.

– O arco-íris brilha no céu com a sua bela gama de cores vistosas: erro; cores não existem na natureza; o que existe são apenas ondulações do éter, que põem em vibração o nervo óptico, o qual, por sua vez, cria para nós a ilusão das cores.

– Temos também a certeza de que uma luz difusa contorna o nosso mundo: erro; as trevas envolvem o Universo, mas as ondulações do éter, fazendo vibrar o nervo óptico, produzem a aparência enganadora de uma luz difusa, inexistente.

– Sofremos com o calor no estio e com o frio no inverno: erro; não existe nem calor nem frio, mas só vibrações especiais do éter que produzem essa espécie de sensações sobre o nosso sistema nervoso.

– Palpamos um corpo sólido qualquer e estamos bem certos de que é sólido, solidíssimo: erro; esse corpo é formado de moléculas que não se tocam e que estão em estado de perpétua vibração.

– Queimamo-nos se aproximarmos a mão da chama de uma vela e sentimos uma dor viva localizada no ponto exato em que nos queimamos: erro; a sensação de calor localiza-se é no cérebro.

É esta uma breve enumeração de erros a que nos conduz o testemunho dos sentidos.

E agora tiremos as conseqüências experimentais para base rigorosa de quanto as investigações metapsíquicas demonstraram sobre as relações existentes entre “cérebro e pensamento”. Os fisiologistas sustentam que o pensamento é função do cérebro: erro; também esta é uma aparência enganadora. Para estar com a

verdade deve-se pensar justamente o contrário: *Mens agitat molem!*

Convém notar que o Barão Carl du Prel chegou às mesmas conclusões, investigando o fenômeno dos “estigmas”, pelo qual se demonstra que o pensamento é uma “força organizadora”. Ele conclui assim:

“O materialismo afirma: – *O espírito é o produto do corpo, o pensamento é uma secreção do cérebro.* Invertamos a proposição e estaremos com a verdade.”

Estabelecido isto, e voltando a nossa atenção às conseqüências que esta grande verdade, promulgada pelas investigações metapsíquicas, tem na vida social, deveremos concluir que, à medida que o conhecimento sobre a verdadeira natureza da individualidade pensante se difunde entre os povos (o que há de suceder enquanto os fatos forem fatos), produzir-se-á, fatalmente, uma lenta e profunda transformação na evolução espiritual da humanidade; transformação que levará a uma definitiva e radical reforma das nossas concepções religiosas, filosóficas, morais, sociais e individuais.

Isto significa que chegará o dia em que já não haverá sobre a Terra “religiões”, mas sim “a Religião”, já não haverá “filosofias”, mas sim “a Filosofia”; já não haverá contestações sobre a existência de uma moral na vida, mas conhecer-se-ão as bases da “verdadeira moral”; já não haverá nações antagonistas no mundo, mas ter-se-á estabelecido a unidade harmônica da família humana; já não haverá partidos, seitas, fermentos utopistas sociais, dilacerantes da existência dos povos, mas reinará, soberana, uma lei espiritual respeitada e praticada, espontaneamente, por todos – “fraternidade, solidariedade e amor entre os peregrinos de um dia, no mundo dos vivos.”

Reconheço que o advento de um dia assim ainda está distante nos séculos futuros, visto que as grandes transformações sociais se realizam por lenta evolução, e não por revoluções. Como quer que seja, é preciso ter presente que, no novo movimento metapsíquico-espírita, deve renascer o “fermento vital” que salvará a

civilização hodierna da decadência que a ameaça, orientando-a, seguramente, para o glorioso futuro que o destino lhe reserva.

Ernesto Bozzano

(Extraído da *Revista do Espiritismo*,
Ano II, nº 6, nov./dez. de 1928, Lisboa.)

– FIM –

Notas:

¹ *Labilidade*: instabilidade emocional; tendência a demonstrar, alternadamente, estados de alegria e tristeza. (Nota da revisora.)

² *Mnemônico*: relativo à memorização; fácil de reter na memória. (N. R.)

³ *Anima mundi*: alma do mundo. (Nota da tradutora.)

⁴ Para uma análise extensa dos fenômenos de simbolismo, remeto o leitor a uma das minhas obras intitulada: *Symbolisme et Phénomènes Psychiques*, publicada nos *Annales des Sciences Psychiques*, números de setembro e outubro de 1907. (Nota do original francês.)

⁵ *Memento*: marca que serve para lembrar qualquer coisa, apontamento, memória. (N. R.)

⁶ Para análise das percepções psíquicas nos animais, remeto ao meu trabalho: *Perceptions Psychiques et Animaux*, que aparece nos *Annales des Sciences Psychiques*, 1905, pág. 422 e 469. *

* Sugerimos, ainda, ao leitor, a consulta de sua obra dedicada aos fenômenos psíquicos envolvendo animais, editada em português sob os títulos “A Alma nos Animais” (editora Golden Books) e “Os Animais têm Alma?” (editora Lachâtre), sendo ambas a tradução da mesma obra. (Nota da revisora.)

⁷ *Telecinético* – relativo à telecinesia. Fenômenos de efeitos físicos de movimentação de objetos à distância do médium. (Nota da editora, conforme o *Dicionário de Filosofia Espírita*, de L. Palhano Jr., CELD.)

⁸ *Criptestésico* – relativo a criptestesia. Faculdade que permite adquirir conhecimentos supranormais. Segundo Charles Richet, “sensibilidade oculta, misteriosa, críptica”. (idem, idem.)

⁹ *Cenestésico, cinestésico ou sinestésico* (Psicologia) – Designação genérica para as impressões sensoriais internas do organismo, que formam as bases das sensações. Ex.: determinados ruídos ou sons podem evocar uma imagem particular; um cheiro pode evocar certa cor. (N.E., conforme o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa e Dicionário de Filosofia Espírita*, de L. Palhano Jr., CELD.)

FIM